

A ECONOMIA GAÚCHA E OS ANOS



Uma Trajetória Regional
no Contexto da Crise Brasileira

Tomo 1

A CRISE DOS ANOS 80 E O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA
A PROBLEMÁTICA REGIONAL E URBANA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Porto Alegre, RS - 1990

A ECONOMIA GAÚCHA E OS ANOS



**Uma Trajetória Regional
no Contexto da Crise Brasileira**

Tomo 1

**A CRISE DOS ANOS 80 E O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA
A PROBLEMÁTICA REGIONAL E URBANA**

Octavio Augusto Conceição

Núcleo de Contas Regionais

José Antônio Fielho Alonso

Pedro Silveira Bandeira

Neia Oliveira

Tanya Barcellos

Maria Mercedes Rabelo

Elisa Giacobbo

Beatriz Regina Zago de Azevedo

Pedro Fernando Cunha de Almeida — Coordenador

Porto Alegre, RS - 1990

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Synval Guazzelli
Governador

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
Telmo Borba Magadan
Secretário



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidenta:** Wrana Maria Panizzi. **Membros:** Hélio Henkin, Gervásio Rodrigo Neves, Manoel Lúzar do Almeida, Achyles Barcelos da Costa, Nery Santos Filho, Derbi Bordin.

CONSELHO CURADOR: Iara Regina Martins Vieira, Eliana Donatelli Del Mese, Darcy Braga Lages.

DIRETORIA:

PRESIDENTA: WRANA MARIA PANIZZI

DIRETOR TÉCNICO: RUBENS SOARES DE LIMA

DIRETOR ADMINISTRATIVO: ANTONIO CESAR GARGIONI NERY

CENTROS:

ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Áurea C. M. Breitbach

CONTABILIDADE SOCIAL E INDICADORES: Adalberto Alves Maia Neto

DOCUMENTAÇÃO: Marilene Brunel Ludwig

PROCESSAMENTO DE DADOS: Nilson Henrique Elias

EDITORIAÇÃO: Elisabeth Kurtz Marques

RECURSOS: Nóra Ângela Gundlach Kraemer



BADESUL

Banco de Desenvolvimento
do Estado do Rio Grande do Sul S. A.



E19

A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira / coordenador Pedro Fernando Cunha de Almeida. - Porto Alegre : FEE, 1990.

Conteúdo: t.1 A crise dos anos 80 e o desempenho da economia gaúcha - A problemática regional e urbana - t.2 Aspectos setoriais do desenvolvimento do Rio Grande do Sul - t.3 A crise e os ajustes nas relações capital-trabalho - As exportações gaúchas e perspectivas da integração latino-americana.

1. Desenvolvimento econômico - Rio Grande do Sul - "1980-1989".
2. Economia regional - Rio Grande do Sul - "1980-1989". 3. Economia urbana - Rio Grande do Sul - "1980-1989". 4. Setor informal - Rio Grande do Sul - "1980-1989". I. Almeida, Pedro Fernando Cunha de, coord. II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

CDU 330.34(816.5)"1980-1989"

332.1(816.5-21)"1980-1989"

331.102.325 (816.5)"1980-1989"

Bibliotecária responsável: Yara Maria Centeno Teixeira — CRB-10/617

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Tiragem: 2.000 exemplares

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

Duque de Caxias, 1691

90.010 — Porto Alegre — RS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	9
A CRISE DOS ANOS 80 E O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA	13-63
Os anos 80: a complexa dimensão de uma crise – Octavio Augusto Camargo Conceição	15
O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto – Núcleo de Contas Regionais	38
A PROBLEMÁTICA REGIONAL E URBANA	65-198
Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80 – José Antônio Fialho Alonso e Pedro Silveira Bandeira	67
O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes – Naia Oliveira, Tanya Barcellos, Maria Mercedes Rabelo e Elisa Olívia Giacobbo	131
O setor informal – Beatriz Regina Zago de Azevedo	164

APRESENTAÇÃO

A produção de conhecimento com vistas a subsidiar o processo de planejamento tem se revelado uma preocupação constante por parte da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) desde sua criação em 1973. Com efeito, não obstante as inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo de sua existência, a mesma sempre logrou manter sua identidade: a de uma instituição de pesquisa governamental, voltada à discussão dos problemas fundamentais do desenvolvimento regional e ao apoio ao processo de tomada de decisões por parte do setor público.

Para apreender o real significado e as implicações do processo de planejamento, é preciso ter presente que o mesmo guarda uma relação muito íntima com a instância política da sociedade. Nessa linha, fica desmistificado o pretensso papel do planejamento como atividade técnica capaz de garantir a realização das mudanças desejadas pela sociedade como um todo. E abre-se a perspectiva de concebê-lo no seio de uma dimensão maior, que considere simultaneamente o conjunto de técnicas e de processos sociais que o condicionam. É a partir de uma visão dessa ordem que se deve intentar resgatar um planejamento aviltado e desacreditado pela atuação dos tecnocratas, reabilitando-o como instrumento privilegiado — e, em essência, participativo — de busca da progressiva incorporação de parcelas majoritárias da população ao exercício pleno da democracia política.

A contribuição da FEE, em tal contexto, dá-se através do estudo do processo econômico-social e das correspondentes relações sociais de produção. Trata-se de elemento essencial para o conhecimento da formação histórica de uma dada sociedade e da dinâmica que a anima no presente, sinalizando potencialidades e entraves ao seu desenvolvimento.

Uma simples consulta à lista de publicações da instituição revela efetivamente uma riqueza de abordagens interpretativas sobre as realidades sócio-econômicas gaúcha e brasileira, de caráter estrutural e conjuntural, bem como de análises setoriais e regionais de natureza variada. Isto sem falar, é claro, da produção e da divulgação de estatísticas aplicadas, indispensáveis à tarefa de planejar.

Os estudos de caráter global, realizados com o envolvimento de boa parte de seu corpo técnico durante longos períodos, evidenciam — de modo mais imediato — o empenho da instituição em interpretar a conformação regional gaúcha em seus traços sócio-econômicos dominantes. De uma certa forma, podemos “ler” cada uma dessas abordagens como uma síntese dos conhecimentos acumulados por grupos de técnicos da instituição em distintos momentos.

*Foi assim durante a segunda metade dos anos 70, quando a FEE — pouco após abrir suas portas — se propôs a analisar a economia do Rio Grande do Sul desde o ponto de vista da determinação das tendências históricas e estruturais dessa economia regional no movimento de acumulação a nível nacional. O resultado materializou-se na série **25 Anos de Economia Gaúcha**.*

No contexto da época, esse estudo marcou uma ruptura com a produção do conhecimento predominante. De fato, o trabalho do economista era então entendido como devendo direcionar-se para a instrumentalização do planejamento, ou seja, era visto como atividade de cunho eminentemente técnico. Os analistas da FEE posicionaram-se de maneira diversa ao círculo vicioso expresso na frase: "planeja-se o que se conhece; conhece-se o que se planeja". A proposta de trabalho levada avante foi a de desvincular a análise econômica do planejamento da realidade. Análise e planejamento foram concebidos como dois momentos distintos: o da produção do conhecimento sobre o real e o da utilização desse conhecimento para planejar a intervenção sobre a realidade.

O esforço seguinte de elaboração de uma síntese global do desempenho regional no contexto da acumulação no Brasil colocou a ênfase na análise da concorrência intercapitalista. Em 1983, a FEE lançou **A Produção Gaúcha na Economia Nacional**, que buscou precisar as funções desempenhadas pelas unidades de capital gaúchas dentro da hierarquia de eficiência econômica de cada ramo de produção, por comparação de desempenho entre unidades de capital de diferentes estados da Federação.

No início dos anos 80, já eram visíveis muitos dos elementos que viriam caracterizar a década como um momento particularmente crítico da sociedade e da base produtiva brasileiras, face a problemas como dívida externa, inflação, desemprego e sucateamento do parque industrial, entre outros. Na medida em que continuaram se agravando as condições gerais do contexto sócio-econômico e os instrumentos de política econômica foram deixando margens cada vez mais estreitas de manobra, passaram a colocar-se novas e desafiadoras questões em torno dos rumos dos desenvolvimentos nacional e regional.

É impossível fugir à constatação de que o crescimento econômico se revelou amplamente insuficiente para garantir padrões mínimos de vida para uma parte majoritária da população brasileira, cunhando um estilo de desenvolvimento marcado por inaceitáveis custos sociais. Da mesma forma, têm sido inúmeros os entraves impostos pela base produtiva nacional, que não só se revelou incapaz de oferecer alternativas para superar seus reconhecidos efeitos negativos sobre a oferta e a composição do emprego, como não soube promover os reajustes estruturais necessários à sua modernização. E isso em um contexto em que os países industrializados líderes, e mesmo alguns países de industrialização recente, vêm se empenhando de forma decisiva em uma política de atualização de seus aparelhos produtivos, estimando-a como imprescindível para garantir sua presença na nova ordem tecnológica internacional.

O fato é que o tão esperado advento da democratização não correspondeu a uma redução das tremendas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. Não é de admirar, pois, que os anos 80 deixem más lembranças, estando associados à confirmação de que o desenvolvimento econômico – ao contrário do que se pretendeu fazer crer com base na fase precedente de prosperidade econômica – não é inelutável. Na verdade, nada substitui o exercício da reflexão acerca do estilo e dos rumos de desenvolvimento da economia nacional, ainda mais nesse momento, quando se pretende impingir a simplificação grosseira de imaginar que basta lançar os olhos em direção ao Norte do planeta para vislumbrar, no cidadão do mundo desenvolvido, a imagem do brasileiro do futuro.

A investigação sobre as grandes questões que se colocam para a economia nacional deve ser estendida, naturalmente, à esfera regional. E é precisamente bus-

cando analisar algumas delas que a FEE tem a satisfação de colocar à disposição da sociedade a publicação A Economia Gaúcha e os Anos 80 – uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira. Terceiro grande esforço em produzir uma visão global do Rio Grande do Sul no quadro dos impasses atravessados pelo conjunto da economia, este estudo recoloca o comprometimento da instituição com a análise de nossa realidade.

É conveniente assinalar que o referido estudo se distingue dos que o precederam em vários aspectos. Assim, por suas características teórico-metodológicas, acumula algumas perdas, ao não oferecer uma visão tão orgânica da economia gaúcha. Por outro lado, são essas mesmas características que lhe asseguram importantes ganhos no tocante à abrangência de um elenco mais amplo de questões, não contempladas nas análises anteriores.

Finalmente, é importante chamar atenção para o fato de a problemática do desenvolvimento regional colocar-se hoje para os governos estaduais de forma muito diferente do que no passado, o que pressupõe a adoção de uma nova postura.

De um lado, porque – por força das dificuldades econômico-financeiras atravessadas pelo poder central – ficou comprometida a idéia de um Estado demiurgo do desenvolvimento nacional, aquele que tudo sabe, tudo pode e tudo faz. Como é sabido, isso terminou restringindo drasticamente a capacidade e a possibilidade de intervenção dos demais agentes econômicos, especialmente dos governos estaduais. De outro, porque a nova Constituição da República – em nome da tão almejada “refederalização” do País – delegou aos estados federados uma grande responsabilidade na promoção do desenvolvimento econômico-social em seu âmbito de atuação.

São essas duas determinações básicas que deverão balizar uma modificação substancial da atitude dos governos estaduais em relação ao processo de tomada de decisões, ganhando espaço a atividade do planejamento e, em decorrência, fortalecendo-se as instituições mais diretamente envolvidas com a mesma. Em assim ocorrendo e no âmbito da administração pública, estará certamente mais apta a responder aos desafios do momento aquela que melhor souber consolidar suas instituições de pesquisa e planejamento.

A FEE, entidade vinculada à Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, tem a certeza de poder também colaborar para a superação desse desafio. Para tanto, tem a oferecer como aval o seu passado de atividades dedicadas à pesquisa, bem como a seriedade, a capacitação e o empenho de seu corpo técnico. Acreditamos que a presente publicação dá testemunho dessa determinação, sendo uma clara reafirmação da natureza de seus compromissos com a sociedade gaúcha.

*Wrana Maria Panizzi,
Presidenta da FEE.*

INTRODUÇÃO

*Rubens Soares de Lima**
*Pedro Fernando Almeida**

Passada a euforia do chamado "milagre brasileiro", a economia nacional começou a apresentar sinais evidentes de esgotamento no regime de acumulação que consubstanciava o seu processo de crescimento. Apesar da tentativa do II PND em dar continuidade ao crescimento econômico, já no final da década de 70 vários indicadores apontavam de maneira inequívoca as dificuldades que iriam advir no período subsequente. A realidade dos últimos anos foi pródiga em confirmar a consistência das previsões mais pessimistas.

Tendo as dívidas externa e interna como pano de fundo e a inflação como efeito mais visível da desorganização econômica, a crise instalou-se organicamente no País. São suas expressões mais marcantes a estagnação da produção industrial, a ocorrência, quase que generalizada, da capacidade ociosa nos ramos produtivos mais importantes, o insuficiente crescimento do emprego nas atividades formais, a queda dos salários reais, a especulação financeira, a redução drástica dos investimentos públicos e privados e a obsolescência da matriz tecnológica.

No plano político e social, ao mesmo tempo em que se registravam avanços significativos no caminho da democracia, esperança de muitos para uma melhor distribuição da riqueza, assistia-se, paradoxalmente, à falência do almejado sonho do "welfare state". Ora, o Estado no Brasil, além da função de fomento à acumulação de capital, tem sido, historicamente, agente imprescindível na reprodução social da força de trabalho. Portanto, é no mínimo preocupante constatar a forte ascensão do pensamento neoliberal no País num contexto em que, aproximadamente, um terço da população se encontra situada abaixo da linha de miséria absoluta, e os sistemas públicos de saúde e previdência, de habitação e de transporte atingem elevados níveis de deterioração.

* Economista da FEE.

A essas dificuldades de caráter mais endógeno agregam-se as provenientes da inserção do Brasil no referencial mais amplo da economia mundial. E nesse plano há que se ter presentes as grandes transformações que se processam na divisão internacional do trabalho, a emergência das novas tecnologias e a ruptura na ordem monetária e financeira.

Esquemáticamente, esses são alguns pontos que sugerem o equívoco de se visualizar a atual crise como uma crise localizada, indicativa de mera disfunção do processo de crescimento. Ela tem raízes profundas na esfera produtiva e espraia-se por todo o tecido social. De resto, é precisamente o caráter abrangente da década de 80 que permite designá-la de "década perdida".

Situações, tais como a esboçada, trazem consigo muitos obstáculos a qualquer esforço de interpretação que, a partir da apreensão mais consistente da natureza da crise dos anos 80, ofereça uma visão mais integrada de suas expressões concretas. Primeiramente, porque a necessidade de enfrentar a multiplicidade dos problemas conjunturais induz, via de regra, à realização de abordagens mais particulares, sem vínculo maior com uma visão de longo prazo. Isso faz com que as mesmas se detenham mais nas manifestações dos fenômenos do que, propriamente, no exame de suas causas. Adiciona-se a tais circunstâncias a não-disponibilidade de dados atualizados, como os censitários, que permitam a elaboração de indicadores para uma avaliação mais orgânica das mudanças estruturais ocorridas ao longo desse período. Finalmente, é inquestionável que uma crise de tamanhas proporções pode implicar, inclusive, a insuficiência dos próprios paradigmas analíticos até então utilizados. Essa possibilidade torna-se mais nítida quando se tem em mente o atual questionamento da Teoria Econômica no que se refere a duas de suas principais correntes, quais sejam, o pensamento keynesiano e o marxista.

Assim, mesmo reconhecendo a pertinência e a importância das análises produzidas até o momento, ainda resta um longo caminho para que se logre um entendimento mais efetivo sobre a natureza e os desdobramentos da crise e dos fatos que marcaram o período em estudo. Esse, portanto, é um desafio aberto a todos que se acham comprometidos com a reflexão crítica a respeito da sociedade brasileira. É dentro desse contorno que foi idealizada a publicação *A Economia Gaúcha e os Anos 80 - Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira*. Como será facilmente percebido pelo leitor, esta não é uma análise concebida e organizada a partir de um mesmo marco teórico. As dificuldades e as restrições que se contrapõem a uma tarefa desse porte ultrapassariam em muito os propósitos do presente trabalho. Seu objetivo é o de lançar um olhar abrangente e indagador sobre a forma como o Rio Grande do Sul reagiu à situação de crise da década passada. Para tanto, esta publicação foi estruturada em

cinco temas, abordados através de 15 textos que, sem o intuito de constituírem diagnósticos exaustivos, buscam realçar traços tendenciais do desenvolvimento econômico e social da realidade do extremo sul do País.

O primeiro tema contempla uma reflexão de caráter mais teórico sobre a crise dos anos 80 e uma análise do desempenho da economia gaúcha nesse período. O segundo busca analisar a forma através da qual esse desempenho se refletiu na dimensão espacial, enfatizando as possíveis alterações na tendência do crescimento inter-regional. Ao mesmo tempo, trata, para o caso do Rio Grande do Sul, de dois problemas cruciais que emergem do processo brasileiro de acumulação de capital: a problemática urbana e o significado do setor informal no âmbito de um modelo econômico com forte exclusão social. O terceiro aborda alguns aspectos setoriais do desenvolvimento; são aí tratadas questões relativas à agropecuária, aos limites do desenvolvimento industrial face à política econômica e ao comportamento político dos empresários gaúchos. Igualmente, procede-se a um balanço da evolução e das mudanças ocorridas no setor financeiro, encerrando-se com uma avaliação do setor público, tanto do ponto de vista das finanças quanto da gestão das empresas estatais. O tema seguinte contém uma análise a respeito dos ajustes verificados na relação capital/trabalho no Estado, no decorrer da crise. Para esse propósito, são enfocados aspectos relativos ao emprego, às mudanças na organização do processo de trabalho e às negociações trabalhistas. Finalmente, o quinto e último tema trata de assunto que, ao longo desses anos, tem assumido inegável importância na problemática nacional, a questão externa. Num primeiro texto, busca-se avaliar o esforço da economia estadual em captar os estímulos do mercado exterior e as alterações que daí resultaram em sua pauta de exportação. Posteriormente, são enfocados o alcance e os limites da integração latino-americana e as possibilidades do Rio Grande do Sul nesse novo cenário.

Conforme é exposto no plano geral da obra, esses temas são apresentados em três tomos. O Tomo I comporta os dois primeiros temas, o Tomo II refere-se aos aspectos setoriais, enquanto o Tomo III é dedicado aos temas quarto e quinto.

Ainda que composta por textos independentes, esta publicação não constitui uma simples coletânea, ou uma "colcha de retalhos" costurada pela urgência de oferecer respostas às demandas correntes. Ela se organiza a partir de uma massa crítica sobre a realidade gaúcha, acumulada ao longo do debate teórico-aplicado que tem marcado a atividade da FEE. Assim, apesar de não haver uma articulação explícita entre os textos aqui apresentados, eles se vinculam a um mesmo fio condutor: a concepção da estrutura e da dinâmica regional no movimento da economia brasileira. Logo, mesmo se tratando de esforço de interpretação da realidade gaúcha,

as análises desenvolvidas encontram-se permeadas pela percepção particular de seus autores sobre essa quadra da vida nacional. Afinal, dado o avançado estágio de integração do espaço sócio-econômico brasileiro, pensar o Rio Grande do Sul significa buscar distinguir as suas especificidades na teia contraditória da divisão inter-regional do trabalho.

Do mesmo modo, é importante assinalar que o resultado desta publicação espelha o estágio em que se encontra a produção do conhecimento na FEE, eis que os estudos apresentados são momentos das várias linhas de pesquisas desenvolvidas por seu corpo técnico. Ademais, tem-se plena consciência de que os assuntos aqui tratados não esgotam em absoluto o amplo leque de interrogações aberto pela crise nos anos precedentes. Igualmente, não se pretende oferecer respostas acabadas aos problemas e aos constrangimentos presentes no processo de desenvolvimento estadual. Ao contrário, a sua perspectiva vai muito mais no sentido de fornecer elementos que estimulem e enriqueçam o debate sobre essa problemática. Assim, espera-se que a divulgação dessas análises e a discussão das idéias nelas contidas com as várias instâncias da sociedade civil possam constituir-se em subsídio útil para a ação de planejar. A própria encruzilhada em que se encontra hoje o País evidencia a urgência de recuperar essa ação em sua verdadeira dimensão social, sem os resquícios instrumentalistas que a caracterizaram em épocas passadas. Vale dizer que a sociedade possa, efetivamente, identificar no processo de planejamento o veículo privilegiado para o encaminhamento de seu projeto de futuro.

OS ANOS 80: A COMPLEXA DIMENSÃO DE UMA CRISE

Octavio A. C. Conceição*

1 – Introdução

Se fosse arbitrada, enquanto característica mais marcante do Brasil nos anos 80, uma única palavra capaz de sintetizar esse período, dificilmente se encontraria outra designação que não fosse o termo **crise**. Esse termo, que em um primeiro momento talvez possa estar associado, para o leitor menos avisado, a uma dimensão estritamente econômica, deve ser compreendido em toda sua complexidade. Ou seja, a profunda crise econômica que vem abalando a economia brasileira desde meados da década de 70 se trata de uma crise global do sistema¹, afetando-o também em suas dimensões sociais, políticas e institucionais.

As respostas do porquê dessa multiplicidade de desdobramentos devem ser buscadas não apenas no esgotamento da última fase de prosperidade do ciclo de acumulação de capital da economia brasileira ocorrido no período 1967-73, mas também na crise econômica mundial que vem afetando as principais economias desenvolvidas desde os anos 60. Assim, a uma crise de natureza **endógena**, decorrente do esgotamento do ciclo de expansão industrial do início dos anos 70, soma-se uma crise de natureza **exógena**, consequência da falência do padrão de acumulação mundial regido a partir do pós-guerra, designado, genericamente, **keynesianismo**, ou, mais especificamente, **fordismo**. A coincidência dessas "duas crises" imprimiu um quadro de deterioração da economia brasi-

* Economista da FEE e Professor da UFRGS.

¹ Os principais estudiosos da Teoria das Crises distinguem grandes crises de pequenas crises, a partir da constatação de que nas primeiras há o rompimento estrutural, seguido por depressão, das formas de consenso social, político e econômico. Isso implica a simultânea reestruturação e destruição tanto material quanto das formas históricas de compromisso social. Assim, grandes crises, ao contrário das pequenas crises, geram profundos conflitos sociais e políticos que se estendem até que se estabeleça nova "estrutura de consenso" (Altwater, 1983, p.16), que os norte-americanos chamam "estrutura social de acumulação" (Gordon, 1978) e os franceses designam de nova "forma de regulação" (Lipietz, 1985, p.33).

leira ao longo dos anos 80. Dessa forma, impossibilitada de reagir autonomamente ante a violência desse processo, a economia nacional assistiu atônita e passivamente à explosão do "deficit" do setor público, à elevação de sua dívida externa, à severa retração no nível de investimento e à conseqüente estagnação no ritmo de crescimento econômico (8,6% na década de 70 e 2,2% na de 80). Todos esses fatores obrigaram a um profundo (re)ajuste e a uma nova (des)orientação no padrão de crescimento do País, o que, entretanto, não permitiu que se vislumbrasse uma outra fisionomia da economia nacional. Pelo contrário, no final dos anos 80 sequer houve a definição de um novo padrão de desenvolvimento capitalista para o País, fazendo prever que nos anos 90 continuará a exigência de substanciais transformações na matriz produtiva nacional, a fim de que a superação dos efeitos da avassaladora crise econômica da década recém-finda seja finalmente transposta. Isso permite afirmar que a mais profunda crise da economia capitalista brasileira ainda não foi superada. A crise, enquanto processo de "destruição-criadora",² segundo Schumpeter, está em marcha no cenário econômico nacional. A retomada do ciclo de investimentos do setor privado, a efetiva redução da dívida pública interna, a recuperação dos mecanismos de financiamento do setor público, a redução das transferências líquidas ao Exterior e, fundamentalmente, a definição de um perfil distributivo da renda nacional mais eqüitativo são, em conjunto, evidências de que ainda não se encontra em andamento um novo padrão de crescimento do País.

O relativamente elevado grau de maturidade do parque industrial brasileiro e a integração dinâmica das economias regionais ao padrão de acumulação **que é nacional** impõem a estas um movimento reprodutivo incapaz de desvincular-se macroeconomicamente do movimento da economia brasileira. Por essa razão, a crise nacional é também crise das economias regionais, embora não seja o somatório das crises regionais o determinante da crise nacional. A queda do nível de investimento, a redução da massa salarial, a reorientação da economia a partir do estímulo às exportações, como forma de ajustamento ao pagamento dos juros da dívida externa, e a deterioração das finanças públicas estaduais são manifestações da crise econômica nacional e, portanto, **desequilíbrios** de natureza macroeconômica, que afetaram, em maior ou menor intensidade, a totalidade dos estados regionais. Assim, a **dramática** crise econômica enfrentada ao longo dos anos 80 não retém qualquer especificidade regional e tem suas raízes, de um lado, no

² Uma discussão mais detalhada desse processo é realizada por Francisco de Oliveira (Oliveira, 1985) e Coriat & Boyer (1985).

esgotamento do padrão de acumulação de capital levado a efeito no Brasil desde os anos 50 e que se assentou no tripé Estado-capital transnacional-capital privado nacional e, de outro, na falência da denominada regulação fordista ou keynesiana implementada através do padrão de desenvolvimento capitalista dos países centrais, no qual, em última instância, a economia brasileira está irremediavelmente inserida

Portanto, a profundidade com que se manifestou a crise em suas dimensões tanto exógenas quanto endógenas leva-nos a não ter outro caminho senão o de nos debruçarmos sobre a investigação de suas causas e principais determinantes.

2 – A dimensão exógena da crise: o esfacelamento de uma era

Ao contrário do que vinha ocorrendo desde o pós-guerra, quando políticas intervencionistas de natureza keynesiana imprimiram forte impulso à demanda agregada das economias capitalistas mais avançadas, os anos 60 começaram a apresentar sinais de extenuação do processo de desenvolvimento capitalista levado a efeito desde a superação da Grande Depressão dos anos 30 havia reduzido seu fôlego. A partir de então, economistas de várias correntes de pensamento passaram a observar atentamente e estudar o comportamento de importantes variáveis macroeconômicas – tais como o índice de lucratividade das principais empresas, o nível de investimento agregado, a evolução do emprego e a eclosão do processo de inflação em cenário de estagnação econômica, etc. –, com o intuito exclusivo de apreender o movimento tendencialmente retracionista da atividade econômica global. Nessas análises, ficou evidenciado que o fenômeno da crise voltava ao epicentro das preocupações dos principais teóricos da época. Verdadeiras pérolas do pensamento econômico contemporâneo foram criadas, como, por exemplo, os conceitos de estagflação, falência do Estado do Bem-Estar, fracasso do keynesianismo, fase descendente do ciclo de Kondratieff, visando, em última instância, captar a natureza da crise então emergente.

Apesar de essas noções captarem aspectos parciais do fenômeno, a complexidade da nova crise e suas implicações tanto nas órbitas social e política quanto nas da funcionalidade do Estado e das instituições a ele vinculadas passaram a exigir um desafio interpretativo inovador e ambicioso.

O conceito de estagflação explicita a forma aparente da atual crise, sem demonstrar os mecanismos que levaram a seu surgimento e re-

produção. A noção de falência do Estado do Bem-Estar capta a dimensão da ruína de políticas econômicas sociais, embora desconsidere a relatividade de o que é bem-estar. No mesmo sentido, atribuir a causa da crise à falência do keynesianismo é culpar o Estado e suas políticas monetárias e fiscais pelo fracasso do não-funcionamento do sistema, o que pode fazer crer, equivocadamente, que a ausência do Estado na economia é condição "sine qua non" para o ingresso no melhor dos mundos do neoliberalismo. De outro lado, atribuir a crise econômica ao movimento de longo prazo descendente do Ciclo de Kondratieff tende a reduzir o fenômeno a uma visão demasiadamente mecanicista do processo, dada sua dimensão não só econômica "strictu sensu", como também seus profundos reflexos nos campos social e político.

O debate sobre Teorias de Crise reacendeu-se entusiasticamente a partir dos anos 70. Diversas correntes de pensamento, principalmente as de tradição marxista, resgataram esse tema e adaptaram-no ao complexo cenário da época. Ao contrário da controvérsia levada a efeito nos anos 50, onde os modelos de crescimento e as forças motrizes da expansão capitalista alimentavam as discussões acadêmicas, nos anos 70 e 80 as discussões e teorizações ocuparam-se, em larga medida, com a tendência da crise e da longa depressão e quais as condicionantes de uma possível recuperação econômica para o final do século.

Uma primeira constatação importante desse debate é que, mais uma vez, e com extraordinário grau de regularidade, o capitalismo voltava a apresentar uma nova "grande crise". Em outros termos, tal como ocorrera em 1870 e 60 anos mais tarde, em 1930, o espectro das grandes depressões parecia novamente rondar o sistema. Enquanto aquela grande crise fora marcada pela redução da lucratividade do capital, face à brutal necessidade de elevação da composição orgânica do capital — o que permitiu a Marx formular sua lei tendencial de queda da taxa de lucro —, a grande crise dos anos 30 fez-se acompanhar de profunda retração da demanda efetiva, o que permitiu a Keynes enunciar sua "Teoria Geral", centrando no gasto público o poder restaurador do nível de investimento, demanda agregada e crescimento econômico. Sintetizando, se é possível se afirmar que a Grande Depressão dos anos 70 do século XIX teve sua origem no lado da oferta, a Grande Depressão dos anos 30 teve a sua no lado da demanda. Da mesma forma, estudos recentes³, que

³ Para uma discussão mais aprofundada das grandes crises do capitalismo e de suas diversas interpretações, ver os trabalhos de Altvater (1983), Gordon (1978), Weisskopf (1978), Shaikh (1983) e Lipietz (1982). Uma linha de pesquisa desenvolvida pela FEE desde 1985, tratando especificamente da questão da crise e suas diversas abordagens, está expressa em nosso estudo *Desvendando a Espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro* (Faria et alii, 1989).

buscam averiguar as causas da crise atual, têm-na diagnosticado como crise de compressão da lucratividade empresarial, à semelhança do que ocorreu há um século atrás, o que se deve à tendência à nova necessidade de elevação da composição orgânica do capital. Alain Lipietz, um dos mais expressivos teóricos franceses contemporâneos, argumenta nesse sentido que:

"Pelo final dos anos 60 (...) a organização taylorista do trabalho, onde não se permitia nenhuma voz aos produtores na organização e no aprimoramento dos processos de produção, mostrou-se cada vez mais irracional. À medida que os protestos de base cresciam, os engenheiros e técnicos não mais podiam impedir o declínio da taxa de crescimento da produtividade a não ser por meio de investimentos absurdamente onerosos. O resultado foi uma queda das taxas de lucro que, por sua vez, causou uma queda no nível de investimento, o crescimento do desemprego e crise do Estado do Bem-Estar. Em suma era uma 'crise do Lado da Oferta', em termos marxistas, uma 'Crise da Composição-Orgânica-do-Capital-Taxa-de-Lucro-Decrescente' (Lipietz, 1982), nos termos de Malinvaud (1977), uma 'crise clássica'" (apud Lipietz, 1989).

Portanto, observa-se que as crises longas ou grandes crises, que têm ocorrido regularmente, em intervalos de tempo de mais ou menos 50 anos, são manifestações inerentes à forma de organização e funcionamento do próprio sistema capitalista. Por que então eclodem de forma tão compassada?

A recente literatura econômica tem tratado intensamente dessa questão. A par das contribuições clássicas de autores, como Schumpeter, Kondratieff, Mandel, e, mais recentemente, Boyer, Coriat, Lipietz, Altvater, Gordon, Weisskopf, várias interpretações para a durabilidade de ciclos longos ou estágios têm alimentado o debate, mudando a ênfase desde a questão tecnológica até o porte do investimento. Em linhas gerais, pode-se concluir que ocorrem três tipos de ciclos: o ciclo dos estoques, que é o menor, com duração de mais ou menos 40 meses, está associado ao movimento de curto prazo dos negócios (aumento de produção/acúmulo de estoques/redução do produto/venda dos estoques); o ciclo dos negócios, com duração média de oito a 10 anos, tem seu movimento associado ao nível de investimentos, o que exige, em relação ao ciclo dos estoques, maior maturação, devido à escala e ao "timing" da ampliação da capacidade produtiva e a inovações no equipamento, é um ciclo tipicamente kaleckiano; por fim, há o ciclo longo, ou ciclo de investimentos de infra-estrutura, ou, como diria Schumpeter,

ciclo de inovações tecnológicas, que, por sua duração média de 50 anos, exige das instituições a ele associadas um colossal custo em infra-estrutura, para organização da produção.⁴ Segundo Gordon (1978), essas "instituições" requerem um "meio ambiente construído" em concreto e metal, o que requer investimento em infra-estrutura, que só é feito no início de cada ciclo e se estende por mais ou menos 20 anos, funcionando como uma espécie de **centro de gravidade** da duração das ondas longas. Isso explica por que ciclos longos duram 50 e não 20 ou 100 anos.⁵

Um ciclo de acumulação de capital, entretanto, não funciona apenas movido à tecnologia, investimento, obras e construções: sua capacidade de funcionamento depende também de como a "estrutura social da acumulação" (moderação dos conflitos de classe, parcial cooptação dos trabalhadores, grau de tolerância entre os capitalistas, etc.), ou a "estrutura de consenso" está montada e se mantém.

Neste momento, chegamos à questão central à compreensão da dinâmica do funcionamento do sistema: que o capitalismo enfrenta crises profundas que eclodem em intervalos regulares de tempo é fato por demais conhecido. A pergunta que cabe é a seguinte: por que razão então o sistema funciona? E mais: o que o faz funcionar de forma harmoniosa, duradoura, permitindo que durante longos períodos de tempo os níveis de reprodução de capital sejam tão elevados, a ponto de estimular a atividade econômica global do sistema?

A resposta a essas questões desembocou na formação da denominada Escola Francesa da Regulação⁶. Segundo esses teóricos de inspiração marxista, mas com forte influência das contribuições de Keynes e Kalecki (Sabóia, 1987), há, nas situações de não- crise, certa **regularidade** na expansão dos negócios e da atividade econômica, estando todos os agentes econômicos (capitalistas, trabalhadores, banqueiros,

⁴ Para uma apresentação mais detalhada e recente de ciclos curtos, médios e longos, ver os trabalhos de Gordon (1978), Altvater (1983), Coriat & Boyer (1985), Shaikh (1983) e Faria et alii (1989).

⁵ Estabelecendo um pequeno paralelo com a atual crise da economia brasileira ao longo dos anos 80, podemos afirmar, como será visto mais adiante, que ela é originária, de um lado, do esgotamento de um movimento de longa duração iniciado nos anos 30 e, de outro, do esgotamento de um ciclo de investimento de média duração, como foi o "milagre brasileiro". Assim, a década de 80 representou a confluência de duas crises distintas, mas sobrepostas.

⁶ A denominada "Escola da Regulação" surgiu na França em meados da década de 70, tendo como principais referências as contribuições de Aglietta (1976); Benassy et alii (1977); Boyer & Mistral (1978); Lipietz (1979); Boyer (1979); e Coriat (1979).

Estado, etc.) convencidos de que reina no conturbado mundo dos negócios, amalgamado pela luta de classes, um tolerável nível de harmonia, que permite ao capital se reproduzir continuamente. A ruptura desse processo, isto é, o aparecimento das contradições que desencadeiam as possibilidades formais da crise — para usar expressão de Marx — se constituem propriamente nas "grandes crises". Em outros termos, toda "grande crise" evidencia o esgotamento de um dado padrão de reprodução de capital, na medida em que impede que as forças que o sustentam continuem a fazê-lo. Nesse sentido, "grande crise" é sempre "crise da regulação do sistema".⁷ Isso ocorreu em 1870, em 1930 e vem ocorrendo presentemente: o capitalismo atual enfrenta transformações que indicam a gestação de novas formas de regulação — não mais fordista e não mais keynesiana, como vinha sendo do pós-guerra até hoje. A profunda crise que assola o sistema demonstra o esgotamento de todas as denominadas "formas institucionais de estrutura" que sustentavam seu modo de regulação (Sabóia, 1987; Boyer, 1986). Faz-se mister transformações na gestão da moeda, na forma de organização do Estado, na concorrência intercapitalista, na adesão ao regime internacional e na configuração da relação salarial. Enquanto isso não ocorrer, ter-se-á postergado a definição de uma nova regulação do sistema, que somente será capaz de definir um ciclo de crescimento duradouro em um futuro incerto.

A encruzilhada histórica em que se encontra a economia brasileira não depende, portanto, de uma opção exclusivamente sua sobre que alternativa escolher. Depende também de uma aguçada percepção dos caminhos que o cenário capitalista mundial está buscando e de uma clara definição sobre sua inserção nesses intentos.

3 — A dimensão endógena da crise: a agonia de um padrão de crescimento

Poucos períodos da história econômica do Brasil registraram taxas de crescimento tão baixas quanto as verificadas ao longo dos anos 80. A taxa histórica média de crescimento desde o pós-guerra — marco da industrialização nacional —, que superava os 7% ao ano, reduziu-se para 2,2% ao ano. Contrariamente ao constatado nas décadas anteriores, o setor que, no acumulado ano a ano, menos cresceu no período 1980-89

⁷ Para uma discussão mais detalhada desses conceitos, ver Conceição (1987).

foi a indústria (13,7%), enquanto a agricultura e os serviços se expandiram, respectivamente, em 32,29 e 30,28% (Tabela 7). Assim, mesmo com a profundidade da crise enfrentada nesta década, a economia brasileira cresceu 22,08%, o que, se para os padrões das economias mais avançadas é um índice satisfatório, para o Brasil é indicador de uma "performance" altamente preocupante. Vejamos por quê. Primeiramente, porque o setor líder do processo de acumulação de capital e principal componente dinâmico do crescimento, que é o setor industrial, apresentou uma nítida inflexão em sua trajetória histórica de crescimento (Gráfico 2), tendo sido sua expansão na década de apenas 13,7%. Isso revela um evidente esgotamento do padrão de industrialização implantado no País desde meados dos anos 50,⁸ o que deflagra a necessidade da construção de um novo paradigma industrializante, como única alternativa a um novo ciclo de crescimento econômico. Em segundo lugar, crescer a uma taxa média inferior à do crescimento populacional é um problema que, pelas especificidades brasileiras, assume gravíssimas proporções, face ao já deteriorado e profundamente crônico problema de marginalidade e miséria social. Finalmente, a desaceleração do crescimento industrial no momento em que se consolida um parque industrial relativamente moderno e novo implica tanto consideráveis atrasos na incorporação de novas tecnologias, quanto o "sucateamento" de setores que não se modernizam na crise.

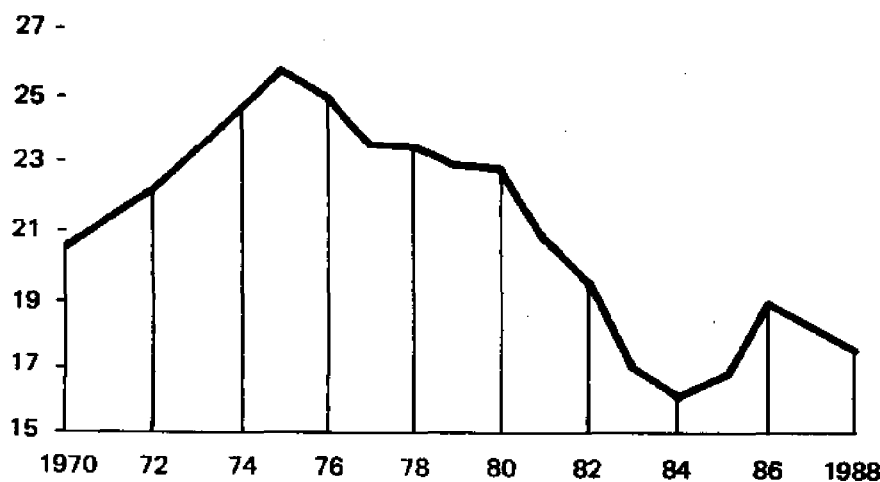
A par das dificuldades centrais que assolaram o País na década, a retração do nível de investimento é o indicador mais evidente do esmorecimento no ritmo de crescimento econômico. Segundo estudo recente (IPEA, 1989):

"(...) a participação do investimento no PIB passou de uma média de 23,3%, na década de 70, para 22,8% em 1980 e caiu para 16,1% em 1984. A recuperação posterior teve fôlego breve e, já em 1988, observou-se um novo declínio para 17,5% do PIB (...)" (Matesco, 1989, p.71).

⁸ Esse padrão de crescimento tem sido designado de várias maneiras. A mais genérica define-o como industrialização substitutiva de importações, dado o baixo coeficiente de abertura da economia brasileira. Outra define-o como desenvolvimentista, remontando sua origem a meados dos anos 50, quando a superação da "industrialização restringida" imprimiu uma ideologia industrializante, que parece ter-se esgotado atualmente. A que nos parece mais adequada associa o esgotamento dos ciclos de crescimento industrial à exaustão da forma de regulação que deu sustentação aos períodos de crescimento anteriores. Para uma discussão mais detalhada dessas questões, ver Conceição (1989) e Coriat & Sabóia (1989). Recente estudo publicado pelo IPEA aponta como principais deficiências do parque industrial brasileiro o alto grau de protecionismo e participação estatal na forma de subsídios e isenções, o que exige total reformulação da política para o setor (IPEA, 1989a, p.69).

GRÁFICO 1

TAXA DE INVESTIMENTO — 1970-1988
(como proporção do PIB)



FORNTE: MATESCO, Virene (1989). Nível de composição do investimento agregado (tópico especial). In: IPEA. *Perspectivas da economia brasileira — 1989*. Rio de Janeiro, INPES. p.73.

Tabela 1

Investimento e poupança em relação ao PIB do Brasil — 1970-88

DISCRIMINAÇÃO	(Em %)					
	1970-74	1975-79	1980-84	1985-88	1987	1988 (1)
1. Investimento total/PIB	22,2	24,1	19,3	17,9	16,3	17,5
2. Poupança interna/PIB	19,2	20,2	15,5	17,8	17,8	19,9
Poupança privada	12,9	15,6	14,0	17,9	19,0	21,0
Poupança do Governo	6,3	4,6	1,6	-0,2	-1,2	-1,9
3. Poupança externa/PIB (2) ...	3,0	3,9	3,8	0,2	0,5	-1,5
Renda de fatores	-0,9	-1,9	-4,7	-4,2	-3,7	-3,7
Conta de não-fatores (3) .	-2,1	-2,0	0,9	4,0	3,2	5,2

FORNTE: ZINI JÚNIOR (1990). O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão fiscal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 10(1):43, jan./mar.

(1) Os dados para 1988 são preliminares. (2) A poupança externa, por definição, é a soma (com sinal negativo) da renda líquida paga a fatores e da conta corrente de não-fatores. (3) A conta corrente de não-fatores corresponde ao hábito real de recursos do País.

Tabela 2

Fontes de poupança para a formação bruta de capital no Brasil — 1970-88

ANOS	POUPANÇA INTERNA			POUPANÇA EXTERNA D	TOTAL DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL E (C+D ou F+G)	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO F	VARIÇÃO DE ESTOQUES G
	Setor Privado A	Conta-Corrente do Governo B	Total C				
	(1)	(2)	(A+B)				
	POUPANÇA INTERNA						
1970	13,76	5,46	19,22	1,32	20,54	18,83	1,71
1971	12,71	5,89	18,60	2,66	21,26	19,91	1,35
1972	12,88	5,79	18,67	2,53	21,20	20,33	0,88
1973	14,05	5,99	20,04	2,01	22,05	20,37	1,68
1974	13,56	4,30	17,86	6,45	24,31	21,84	2,47
1975	16,84	3,70	20,54	5,16	25,70	23,33	2,37
1976	14,83	4,29	19,12	3,91	23,03	22,41	0,62
1977	15,84	3,91	19,75	2,28	22,03	21,32	0,70
1978	17,17	2,38	19,55	3,47	23,02	22,26	0,77
1979	15,97	2,35	18,32	4,81	23,13	23,35	-0,22
1980	16,76	1,11	17,87	5,43	23,30	22,86	0,44
1981	17,46	1,09	18,55	4,42	22,97	22,83	0,14
1982	15,64	-0,37	15,27	5,74	21,01	21,35	-0,34
1983	14,54	-1,35	13,19	3,32	16,51	17,94	-1,43
1984	18,13	-2,78	15,35	-0,02	15,33	16,45	-1,12
1985	24,85	-7,98	16,87	0,11	16,98	16,98	...
1986	24,31	-7,03	17,28	1,94	19,23	19,23	...
1987	28,33	-6,56	21,77	0,48	22,25	22,25	...
1988	24,52	-1,34	23,18	23,18	...

FONTE: IPEA (1989). *Perspectivas da economia brasileira — 1989*. Rio de Janeiro, INPES. p.6.

NOTA: Relações a preços correntes.

(1) Poupança do setor privado calculada por resíduo (poupança interna-poupança em conta corrente das administrações públicas). (2) Inclui a correção monetária da dívida como despesa corrente das administrações públicas.

Além disso, e com não menos gravidade, observa-se que, simultaneamente à queda real no nível de investimentos, houve, de um lado, mudança na qualidade dos mesmos — aumentando a parcela dos investimentos em construção civil em detrimento de máquinas e equipamentos — e, de outro, "(...) os investimentos se tornam menos produtivos, elevando-se a relação incremental capital-produto e, portanto, aumentando os requisitos de poupança para uma mesma taxa de crescimento" (Matesco, 1989, p.71).

Consolida-se, assim, a inevitável associação entre a queda no nível dos investimentos e a crise que desde o final dos anos 70 destruiu o padrão de crescimento então vigente. Em outros termos, a queda em tais gastos deve-se não somente à redução no nível de poupança doméstica, decorrente da necessidade de transferência de recursos para o Exterior (sob a forma de pagamento de parte do serviço da dívida externa), nem apenas ao brutal desequilíbrio das finanças pú-

blicas (face ao crescimento descontrolado da dívida pública interna), mas deve-se também e sobretudo ao esgotamento das "frentes de expansão" do investimento produtivo erigidas a partir da segunda metade dos anos 60. A exaustão da possibilidade de realização dinâmica, a qual detonou a falência do denominado "milagre brasileiro" (1967-73), foi, em uma primeira instância, o impulsionador de uma grande crise para a economia brasileira, que dificilmente não se prolongaria ao longo da década de 80. Essa é a natureza endógena da crise atual, que, somada a "outros constrangimentos" agravados na última década, conformou um cenário dramático à economia brasileira: de confluência de crises. Entre esses constrangimentos estão incluídas: a necessidade de profundo ajustamento externo, como resposta à redução do fluxo de capitais até então aplicados no País; a necessidade de pagamento da parte do principal da dívida externa, cuja taxa de juros se elevou abruptamente ao longo da década; e a endogenização da dívida externa, que exigiu do Governo crescentes pressões ao mercado financeiro doméstico, o que terminou elevando as taxas de juros praticadas e acelerou violentamente a especulação ou ciranda financeira. As conseqüências desse quadro persistente foram a explosão do processo inflacionário — que conduziu o País à beira da hiperinflação — e o total descontrole do "deficit" público, dada a perda da capacidade de financiamento do setor público.

Tabela 3

Formação bruta de capital fixo (FBKF) das administrações públicas e do setor privado, transferências reais e renda líquida enviada ao Exterior (RLEE) no Brasil — 1970-88

(% do PIB)					
ANOS	FBKF DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	FBKF DO SETOR PRIVADO	TOTAL DA FBKF	TRANSFERÊNCIAS REAIS (X-M)	RLEE (SF)
1970	4,42	14,41	18,83	-0,42	0,95
1971	4,28	15,63	19,91	-1,74	0,95
1972	3,88	16,45	20,33	-1,59	0,96
1973	3,71	16,66	20,37	-1,17	0,87
1974	3,86	17,98	21,84	-5,62	0,83
1975	3,95	19,38	23,33	-3,80	1,36
1976	4,03	18,38	22,41	-2,39	1,52
1977	3,29	18,03	21,32	-0,66	1,61
1978	3,15	19,11	22,26	-1,19	2,32
1979	2,47	20,88	23,35	-2,08	2,73
1980	2,36	20,50	22,86	-2,24	3,26
1981	2,58	20,25	22,83-	-0,38	4,12
1982	2,33	19,02	21,35	-0,66	5,08
1983	1,80	16,14	17,94	2,38	5,75
1984	1,86	14,59	16,45	5,51	5,57
1985	2,27	14,71	16,98	5,04	5,21
1986	3,04	16,18	19,22	2,43	4,41
1987	2,74	19,51	22,25	3,17	3,67
1988	23,18	5,00	3,66

FONTE: IPEA (1989a). Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, IPLAN. p.6.

Tabela 4

Necessidade de financiamento do setor público (NFSP) nos conceitos operacional, operacional primário e nominal no Brasil — 1983-88

ANOS	(% do PIB)		
	OPERACIONAL (1)	OPERACIONAL PRIMÁRIO (2)	NOMINAL
1983	4,4	-2,3	21,0
1984	2,9	-4,3	23,0
1985	4,3	-2,6	27,9
1986	3,5	-1,6	10,8
1987	5,5	-0,7	29,5
1988	4,3	-1,4	36,6

FONTE: IPEA (1989a). Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, IPLAN. p.12.

(1) NFSP Operacional desconta os pagamentos feitos a título de correção monetária. (2) NFSP Operacional Primário desconta todos os encargos financeiros do setor público.

Tabela 5

Principais indicadores econômicos no Brasil — 1981-88

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
"Performance" (%)								
Crescimento do PIB (1)	-4,4	0,6	-3,5	5,1	8,3	7,6	3,6	-0,3
Renda "per capita"	-6,6	-1,6	-5,6	2,8	6,0	5,3	1,4	-2,3
Inflação	108	106	141	215	231	144	209	685
"Deficit" do Governo .								
Real	6,2	7,7	4,4	2,9	4,3	3,5	5,5	4,0
Nominal	13,0	17,3	21,0	23,8	27,9	10,8	29,5	45,0
Balanco de pagamentos (US\$ bilhões)								
Balança comercial	1,6	0,8	6,5	13,1	12,5	8,4	11,2	19,1
Juros e lucros (líquido)	-10,3	-13,5	-11,0	-11,0	-10,7	-10,3	-9,7	-11,4
Conta corrente	-11,7	-16,3	-6,8	0,0	0,3	-4,0	-0,8	4,8
Dívida externa	74	83	91	102	105	111	121	112
Indicadores do setor externo (%)								
Exportação/PIB (1)	7,0	7,1	10,5	12,8	11,3	8,2	8,7	9,6
Importação/PIB (1)	6,8	6,8	7,3	6,6	5,8	5,2	5,0	4,2
Juros pagos/exportação	44,2	62,4	47,0	42,6	43,8	46,0	35,5	31,4
Taxa de câmbio real (1980=100) (2)	93	94	115	112	114	102	98	85

FONTE: ZINI JÚNIOR (1990). O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão fiscal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 10(1):36, jan./mar.

(1) A medida da inflação é o deflator implícito do PIB. (2) A taxa de câmbio real reflete a relação entre o cruzado e o dólar deflacionados pelos preços por atacado.

Tabela 6

Endividamento do setor público no Brasil — 1982-88

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (1)
Total (US\$ bilhões)	86,6	96,8	105,5	119,0	140,2	161,8	175
Dívida interna (US\$ bilhões)	38,5	34,8	42,4	49,1	58,4	71,1	85
Dívida externa (US\$ bilhões)	48,1	62,0	63,1	69,9	81,8	90,7	90
Dívida média/PIB (%)	32	43	50	52	52	52	50

FONTE: ZINI JÚNIOR (1990). O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão fiscal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 10(1):43, jan./mar.

(1) Estimativas.

Portanto, ao termos presente que a década de 80 constituiu, para a economia brasileira, um período de desequilíbrios macroeconômicos profundos, cujos efeitos incidiram com igual intensidade sobre as economias regionais — como pesada dívida externa, "deficit" público descontrolado face à necessidade de rolagem da dívida pública de curto prazo, crescente aceleração inflacionária e baixo ritmo de crescimento econômico —, podemos, genericamente, arbitrar três momentos ou formas de manifestação da crise nacional durante o referido período.⁹

Antes da periodização propriamente dita, convém explicitar uma rápida síntese acerca de outras propostas de periodizações. Uma designação bastante comum para os anos 80 tem sido a de "década perdida" (IPEA, 1989). A impropriedade dessa expressão decorre do fato de que, apesar da profunda crise que assolou e continua assolando a economia brasileira, houve, durante o período, um crescimento acumulado do produto da ordem de 22,08% (Tabela 7), o que, como já foi mencionado anteriormente, reflete não uma perda, mas um esmorecimento da taxa histórica de crescimento industrial. Além disso, em se tratando de

⁹ Com isso queremos dizer que houve o aparecimento de recessões geradoras de políticas econômicas que tentaram reverter expectativas que alterassem esse quadro, embora o cenário da crise ainda persistisse. O exemplo mais flagrante dessas políticas foram, em um primeiro momento, as políticas de ajustamento do então Ministro Delfim Neto, no período 1980-84, como reação interna ao desequilíbrio externo, que gerou a recessão do período 1981-83. Num segundo momento, e com maior ímpeto, tentou-se, através do Plano Cruzado e de sucessivos choques heterodoxos, debelar o processo inflacionário como única alternativa capaz de reverter as expectativas pessimistas de crescimento econômico, de tal forma que se pudesse recompor as possibilidades de novo surto de crescimento econômico. O fracasso dessas tentativas deveu-se, fundamentalmente, à inadequada percepção da profundidade da crise econômica vigente, ante a esperança de que a vitória sobre a inflação conduziria automaticamente à trajetória do crescimento. Dentre os inúmeros artigos sobre as razões do fracasso do Plano Cruzado, ver Conceição (1987a) e Fonseca (1987).

cada de profunda crise, houve, em seu bojo, importantes transformações, tanto na estrutura produtiva quanto no processo de trabalho, que, obrigando à mudança na relação capital/trabalho e na incorporação de inovações tecnológicas, acabaram por perfilar uma nova economia. Em síntese, os anos 80 expuseram o País ao fundamento último da crise, qual seja, ao processo de "destruição-criadora", pois, como cita Marx, "(...) é na crise que a anatomia do sistema se expõe a nu" (Faria et alii, 1989, p.17), o que vem obrigando-o a transformar-se — tanto tecnologicamente quanto na gestão do processo de trabalho — para voltar a crescer.

Tabela 7

Índices do Produto Interno Bruto, a preços constantes de 1980, por atividades econômicas do Brasil — 1970-89

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	63,19	41,08	40,76	43,71
1971	69,90	45,93	45,41	48,70
1972	72,36	52,45	51,07	54,52
1973	72,42	61,39	59,01	62,12
1974	73,36	66,60	65,44	67,25
1975	78,23	69,86	68,64	70,69
1976	79,98	78,06	76,44	77,88
1977	89,67	80,51	80,26	81,72
1978	87,15	85,70	85,14	85,75
1979	91,31	91,53	91,73	91,55
1980	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	107,97	91,17	97,77	95,62
1982	107,73	91,31	99,74	96,27
1983	107,23	85,91	98,94	92,98
1984	110,05	91,38	103,03	97,66
1985	120,59	99,58	109,72	105,72
1986	110,69	111,20	118,76	113,69
1987	127,53	112,37	122,67	117,82
1988	129,43	109,46	125,58	117,84
1989	132,29	113,70	130,28	122,08

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Uma segunda análise, relativa à primeira metade dos anos 80, é a de Castro (1985), que entende o crescimento de meados da década como fruto da maturação dos grandes projetos setoriais de energia e de insumos básicos, implementados a partir de 1974 com o II PND. Tal período é designado, genericamente, como de "economia em marcha forçada" e será analisado mais detidamente um pouco adiante.

Recentemente, Zini Jr. (1990, p.37) dividiu o período 1981-88 em seis fases: 1981-82, tentativa de ajustamento da economia através da demanda interna, causando um período de recessão e desemprego urbano elevado; 1983-84, política de estabilização ortodoxa, sob a égide de um acordo com o FMI; 1985, transição angustiada para o governo civil; 1986, Plano Cruzado e expansão da economia; 1987, redução da demanda interna e dos salários, visando recompor o "superavit" da balança comercial; e 1988, troca dos ministros da área econômica e descontrole da inflação.

Carneiro & Modiano (1990), analisando o período 1980-84, distinguem cinco momentos: "Recessão sem Fundo" (1981), "Da Recessão ao Fundo" (1982), "O Fundo da Recessão" (1983), "Com o Fundo sem Recessão" (1984). Após este último período, Modiano (1990) assiste à aplicação das sucessivas e fracassadas tentativas de combate inflacionário, via choques heterodoxos, como a uma "Ópera dos Três Cruzados", que sucedeu o período de "Fracasso do Gradualismo", de março de 1985 a fevereiro de 1986.

Sintetizando a opinião de alguns dos autores consultados e com base em nossa visão do processo, optamos por, genericamente, arbitrar três momentos da economia brasileira ao longo do período estudado.

Um primeiro momento vai de 1981 a 1983 (Gráfico 2), o qual assinala o período da maior crise já registrada na economia brasileira. Nessa fase, torna-se evidente a impossibilidade de a mesma permanecer crescendo nos moldes do "milagre": faziam-se necessários profundos ajustes na economia, como resposta bem-comportada ao pagamento do ônus da pesada dívida externa, em uma conjuntura internacional de brutal elevação das taxas de juros. Imediatamente, ocorreu substancial aumento da taxa de inflação e do "deficit" público.

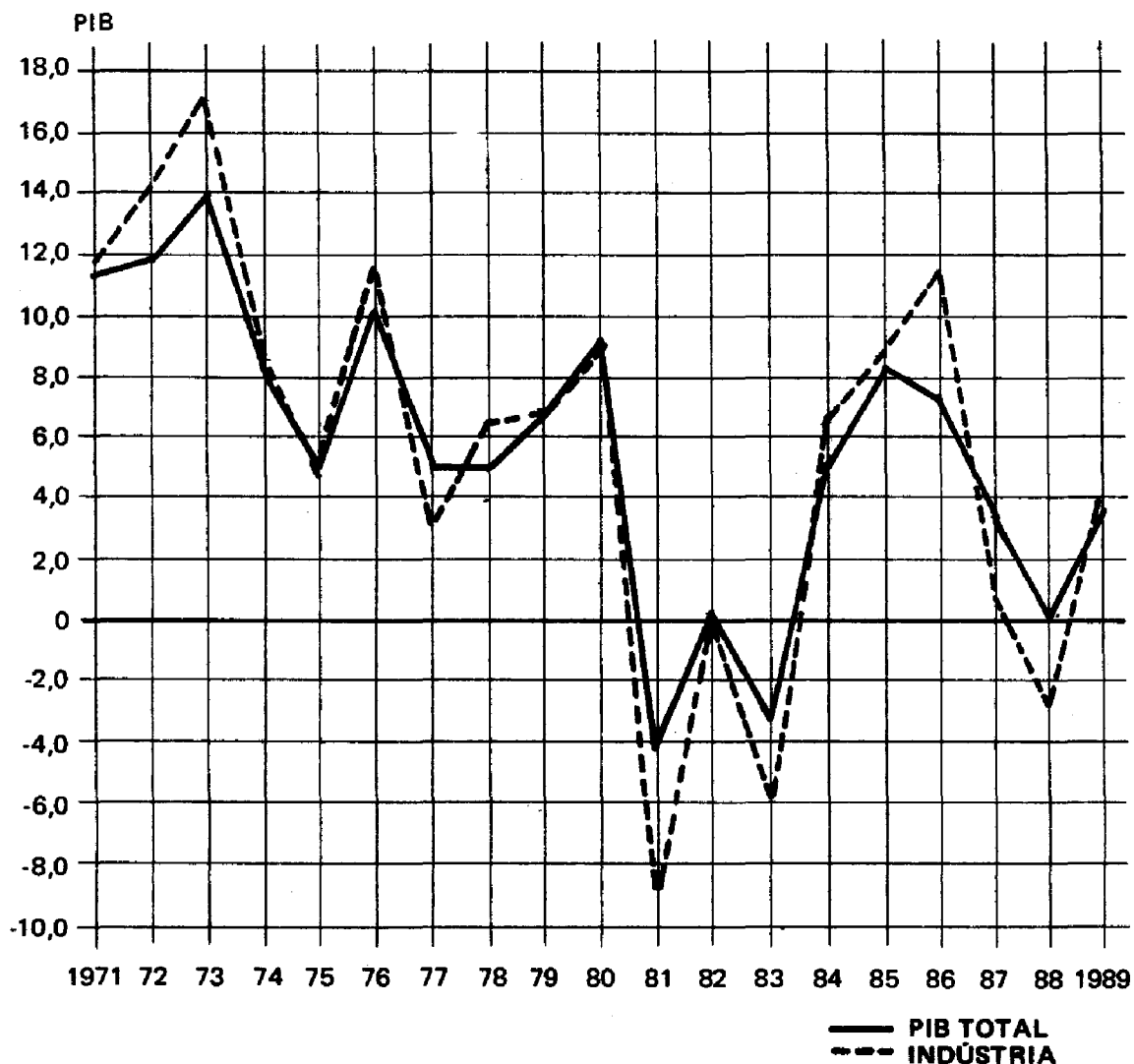
O segundo momento estende-se do início de 1984 a 1985 e corresponde a uma recuperação dos níveis de atividade econômica registrados no período anterior. Nessa fase, é posto em prática no País o receituário ortodoxo do ajustamento "à la FMI". Apesar de a recuperação econômica coincidir com o programa ortodoxo adotado — o que Castro (1985, p.48) designa como "Vicissitudes do 2º Delfinato" —, um fato não decorre do outro. A recuperação do período resulta da entrada em operação dos projetos de longa maturação executados a partir do II PND, à época do Governo Geisel (1974). A recuperação econômica do período 1984-85 é conseqüência, portanto, da forma de operação da economia brasileira na década, qual seja, da "marcha forçada", iniciada a partir da crise do "milagre":

"O crescimento veloz, horizontal, e tecnologicamente passivo dos anos 1968/73 teve abrupto fim em 1974. Dali por diante, em **marcha forçada**, a economia subiria a rampa das indústrias capital-intensivas.

.....
 É fundamental perceber, no entanto, que a **marcha forçada** não cessa com a reversão da política econômica, em fins de 1980. A recessão torna negativo o crescimento, mas não detém o avanço(...)" (Castro, 1985, p.76).

GRÁFICO 2

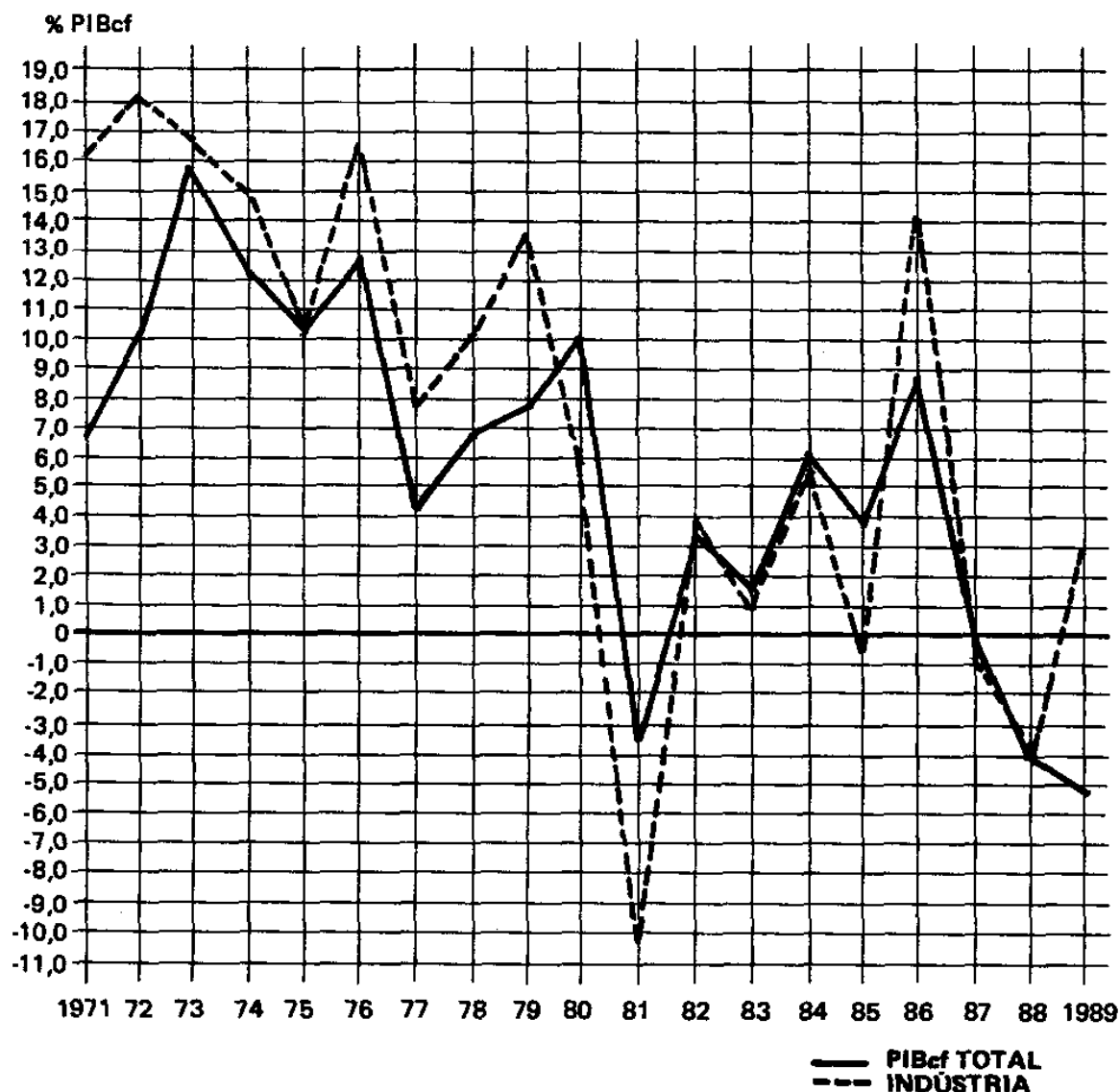
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB E DA INDÚSTRIA NO BRASIL – 1971-1989



FONTE: IBGE. Departamento de Contas Nacionais.

GRÁFICO 3

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO
A CUSTO DE FATORES (PIB_{cf}) E DA INDÚSTRIA
NO RIO GRANDE DO SUL – 1971-1989



FONTE: FEE. Núcleo de Contas Regionais.

Dessa maneira, a reorientação dinâmica do crescimento econômico com forte apoio nas exportações de manufaturados, antes de ser uma consequência da política de ajustamento executada pelo então Ministro Delfim Neto — e que objetivava maximizar o "superavit" da balança comercial como forma de gerar recursos para pagamento de parte do serviço da dívida externa —, era fundamentalmente resultado da política energética e de novos insumos substitutivos de importações, que termi-

naram por permitir substanciais ganhos de divisas propiciados pelos programas setoriais do II PND.¹⁰

Em que pese à contribuição desse autor, podemos designar o período 1984-85 como de crescimento econômico alicerçado fortemente na expansão das exportações — uma vez que o mercado interno se via acen- tuadamente deprimido em razão do programa de ajustamento adotado —, decorrente da necessidade de geração de "superavits" comerciais cres- centes. Entretanto, não obstante os ganhos em divisas promovidos pela economia no período — viabilizados tanto pela maturação dos programas setoriais do II PND, como por substituição de importações em bens de capital, por aumento da competitividade das exportações, por contenção da demanda doméstica e crescimento das importações norte-americanas—, vários e profundos efeitos colaterais manifestaram-se. À necessidade de desvalorizações cambiais crescentes ⇒ alicerces do tipo de polí- tica econômica aí definida — sucedeu-se um acelerado processo de realimentação inflacionária, que revigorou recorrentemente as taxas de juros praticadas no sistema financeiro, consubstanciando a explosão da dívida pública interna, o conseqüente descontrole do "deficit" público e o triunfo da denominada "ciranda financeira". Esse quadro exigiu tentativas de "correções de rumo", que terminaram por formar um terceiro momento em nossa periodização.

O que possibilita designar o período 1986-89 (Gráfico 2) como o terceiro momento da economia brasileira nos anos 80 é a ocorrência simultânea da impossibilidade de retomada do processo de crescimento econômico auto-sustentado¹¹ e da recorrente e abrupta elevação das

¹⁰ Ainda segundo Castro: "A expansão da capacidade produtiva resultante dos grandes programas setoriais que começa a tomar corpo em fins dos anos 70, e prossegue nos primeiros anos desta década, viria a culminar em 1983 e 1984. (...) as vantagens comparativas adquiridas a partir de 1974 (e confirmadas pelo segundo choque) mediante, entre outros mecanismos, o barateamento relativo da eletricidade de origem hídrica, e o desdobramento de áreas e re- cursos até então marginalizados, começam, recentemente, a se traduzir na conquista de no- vos espaços no mercado externo. A celulose e os não-ferrosos são aqui exemplos notórios" (Castro, 1985, p.56).

¹¹ Em que pese o fato de o ano de 1986 ter apresentado a expressiva taxa de crescimento de 7,54%, julgamos que tal desempenho é decorrência não da forma de crescimento levada a efeito no período anterior, mas da recuperação econômica provocada pelo Plano Cruzado. Isto porque, na medida em que esse choque congelou preços, ampliou a massa salarial e au- mentou o nível de liquidez na economia, permitindo, assim, rápida expansão dos níveis de utilização da capacidade instalada, que se refletiram em aumentos da produção física. Por- tanto, o desempenho atípico ocorrido em 1986 tem suas raízes na ampliação do consumo do- méstico, devido à aplicação do Plano Cruzado, contrariando o desempenho econômico no pe- ríodo 1984-85, que se centrou na expansão das exportações.

taxas inflacionárias, a despeito das sucessivas e fracassadas aplicações de choques heterodoxos na economia. As tentativas de combate à inflação inercial, as desindexações parciais, as alterações nas políticas salariais foram ingredientes sempre presentes, em maior ou menor escala, nos três choques heterodoxos ocorridos no período (Plano Cruzado em fevereiro de 1986, Plano Bresser em junho de 1987 e Plano Verão em janeiro de 1989). A voracidade com que o processo inflacionário se instalava na economia após os primeiros meses de cada plano era sinal evidente do seu próprio fracasso. A tendência desse processo seria a hiperinflação, que parecia rondar a economia nacional no final da década (Conceição, 1989a).

A questão central que afligiu o País ao longo dos anos 80, e continua afligindo, passa, necessariamente, pela total reformulação dos mecanismos de financiamento da economia, o que só será possível mediante drástica diminuição do "deficit" público, substancial redução da dívida pública interna e radical modificação na forma de negociação da pesada dívida externa brasileira. A solução desses impasses implicará a única possibilidade à definição de uma nova trajetória de crescimento econômico.

4 – Considerações finais

A síntese das principais contribuições teóricas e as argumentações explicitadas neste texto permitem inferir que a dimensão da crise econômica atualmente enfrentada só encontra paralelo nas grandes crises já vivenciadas pelo capitalismo. Os exemplos clássicos mais flagrantes desses dramáticos momentos foram a Grande Depressão de meados da década de 70 do século XIX e a Grande Depressão de 1930, às quais vem somar-se a crise atual. A economia brasileira, apesar de enfrentar uma crise de natureza endógena, decorrente do esgotamento do denominado "milagre brasileiro", está profunda e irremediavelmente inserida nesse contexto de crise mundial.

Ao finalizarmos esta análise, não podemos deixar de fazer menção a aspectos regionais da crise — cujo caso da economia gaúcha é um exemplo — que, em última instância, consubstanciam o objetivo maior deste estudo. De imediato, inferimos que a manifestação da crise a nível da economia gaúcha não deve ser tratada unicamente como fenômeno regional, pois é impossível compreendê-la como paradigma de crise regional. Ou seja, ao procurarmos examinar os múltiplos desdobramentos da crise dos anos 80 sobre a economia gaúcha, devemos ter presente que sua inserção na economia nacional a torna parte de um movimento, cuja

especificidade não é retida a nível regional, mas resultante de um processo de acumulação de capital que opera nacionalmente (Gráfico 3). Em outros termos, a crise da economia brasileira é também a crise da economia gaúcha, porque o papel desta última só pode ser compreendido à luz das determinações nacionais. Não é possível analisarmos inflação, desemprego, desempenho industrial ou movimento da taxa de lucro a nível de economia regional sem considerar como essas variáveis macroeconômicas se comportam a nível de economia brasileira, isto é, os problemas que afligiram o País em década tão difícil como a passada são problemas que também afligiram o Rio Grande do Sul.

Bibliografia

- AGLIETTA, Michael (1976). **Régulation et crises du capitalisme**. Paris, Calmann-Lévy.
- ALTVATER, Elmar (1983). O capitalismo em vias de recuperação? Sobre teorias da "onda longa" e dos "estágios". **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 3(2):5-30.
- BENASSY, J. P. et alii (1977). **Approches de l'inflation: l'exemple français**. Paris, CEPREMAP. (Relatório para CORDES, mimeo)
- BOYER, Robert (1979). La crise actuelle: une mise en perspective historique. **Critiques de L'Economie Politique**, Paris, /s.ed./.
- (1986). **La théorie de la régulation: une analyse critique**. Paris, La Découvert.
- BOYER, Robert & MISTRAL, M. (1978). **Accumulation, inflation et crise**. Paris, PUF.
- CARNEIRO, Dionísio D. & MODIANO, Eduardo (1990). Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo P., org. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1888-1989**. Rio de Janeiro, Campus. p.323-46.
- CASTRO, Antônio Barros de (1985). Ajustamento X transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, Antônio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. (1988). Caso nacional de regulação económica: la economia brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE LA TEORIA DE LA REGULACIÓN. Barcelona, jun. (mimeo)
- (1987). Crise e regulação: a metamorfose restauradora da reprodução capitalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 8(1):155-74.
- (1989). Grandes crises e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In: FARIA, L. A. E. et alii. **Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre, FEE. p.165-248. (15 Anos FEE, 5).
- (1989a). No limiar da hiperinflação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 17(3):49-55, dez.
- (1987a). Plano Cruzado e Plano Bresser: dois choques heterodoxos (des)semelhantes? **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, FEE, 15(2):13-22.
- CORIAT, Benjamin (1979). **L'atelier et le chronomètre**. Bourgois.
- CORIAT, Benjamin & BOYER, Robert (1985). Inovações, ciclos, crises: o retorno de Schumpeter. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (12):42-7, jun.
- CORIAT, Benjamin & SABÓIA, João (1989). Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 9(2):3-45.
- DE VROEY, Michel (1984). A regulation approach interpretation of contemporary crisis. **Capital & Class**, London, Conference of Socialist Economists, (23):45-6.
- FARIA, Luiz A. E. (1986). A economia política e a crise: questões de economia política. **Revista do CEDE**, Porto Alegre, Mercado Aberto, 2(3).
- FARIA, Luiz A. E. et alii (1989). **Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre, FEE. 248p. (15 Anos FEE, 5).
- FONSECA, Pedro Cesar (1987). As artimanhas da heterodoxia: uma interpretação do Plano Bresser. **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, FEE, 15(2):23-6.

GORDON, David (1978). **Up and down the long roller coaster**. New York, Union for Radical Political Economics/Economics Education Project. p.22-35.

IPEA (1989). **Perspectivas da economia brasileira - 1989**. Rio de Janeiro, INPES. 633p.

— (1989a). **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília, IPLAN. 205p. v.1.

LIPIETZ, Alain (1979). **Crise et inflation: pourquoi?** Paris, Maspero.

— (1982). Derrière la crise: la tendance a la baisse du taux de profit: l'apport de quelques travaux français récents. **Revue Économique**, /S.J., S.ED./, 33(2);197-233.

— (1986). Le kaléidoscope des "Sud". In: BOYER, Roberto, org. **Capitalisme fin de siècle**. Paris.

— (1985). **Mirages et miracles: problèmes de l'industrialization dans de tiers monde**. Paris, La Découvert.

— (1989). O problema da dívida e a nova fase da crise mundial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 4(4):56-65, out./dez.

— (1984). As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização. **Espaço & Debates**, São Paulo, Cortez, 4(12):66-94, maio/ago.

MATESCO, Virene (1989). Nível de composição do investimento agregado (tópico especial). In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira - 1989**, Rio de Janeiro, INPES. p.71-84.

MODIANO, Eduardo (1990). A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In ABREU, Marcelo P., org. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus. p.347-86.

OLIVEIRA, Francisco de (1985). Além da transição, além da imaginação. **Novos Estudos**, São Paulo, (12):2-15, jun.

SABÓIA, João (1987). Teoria da regulação e rapport salarial no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 15, Salvador. **Anais**. Salvador, ANPEC.

- SERRA, José (1982). Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz G. M. & COUTINHO, Renata, org. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo, Brasiliense. v.1, p.56-121.
- SHAIKH, Anwar (1983). Uma introdução à história das teorias da crise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):5-45.
- WEISSKOPF, Thomas E. (1978). Marxist perspectives on cyclical crisis. New York, Union for Radical Political Economics/Education Project. p.241-60.
- ZINI JÚNIOR, Álvaro Antônio (1990). O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão fiscal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 10(1):32-52, jan./mar.

O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA NOS ANOS 80: UM BREVE RETROSPECTO

Núcleo de Contas Regionais

Ao iniciar a década de 80, havia o sentimento generalizado de que esta se caracterizaria por uma reversão das tendências de desorganização da economia, as quais já eram percebidas na década anterior. Paralelamente ao crescimento econômico, esperavam-se ações concretas no sentido da redemocratização institucional do País e a implantação de políticas capazes de alterar o quadro constrangedor da segregação social então existente. Entretanto, afóra os inegáveis avanços no processo de redemocratização, a década de 80 foi, paradoxalmente, cenário da mais grave crise por que passou a economia brasileira. O ritmo de crescimento reduziu-se drasticamente, e o resgate da dívida social restou como mera promessa.

O objetivo deste texto é proceder a uma avaliação do desempenho da economia gaúcha nos anos 80, através da análise da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e do emprego. Adicionalmente, serão feitas algumas considerações sobre os efeitos da crise na distribuição da renda no Estado.

Para tanto, serão utilizados como parâmetros o desempenho da economia gaúcha na década de 70 e a evolução da economia brasileira nos últimos 20 anos. Tal procedimento justifica-se à medida que se leva em conta o avançado estágio de integração do espaço econômico nacional, o qual torna sem sentido qualquer tentativa de compreender as diversas regiões como economias autárquicas. O que vem de ser dito não significa que haja uma determinação absoluta sobre o processo de desenvolvimento regional, uma vez que o mesmo pode reagir, com maior ou menor intensidade, aos estímulos oriundos do pólo hegemônico da acumulação de capital no Brasil. Por fim, cabe alertar que, dados os objetivos do presente texto, o corte temporal adotado não encontra, evidentemente, correspondência no movimento cíclico da economia brasileira.

1 – O desempenho do Produto Interno Bruto

1.1 – Uma visão global

O PIB gaúcho apresentou um crescimento de 2,3% a.a. no período 1980-89, gerando, no final da década, um produto da ordem de US\$ 31 bilhões. No País, o desempenho foi de magnitude semelhante (2,2% a.a.), levando a um PIB de US\$ 412 bilhões no final do período. Esses crescimentos contrastam com os verificados na década passada, onde os ritmos de expansão foram significativamente superiores. No período 1970-80, o PIB gaúcho apresentou um crescimento anual médio de 9,6% a.a., enquanto o do Brasil se expandiu 8,6% a.a.¹

Tabela 1

Taxas médias anuais de crescimento do produto global e setorial no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1970-89

(%)

PERÍODOS	TOTAL		AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS
	1970-75	10,1	11,0	4,4	2,9	11,2	15,4	11,0
1975-80	7,2	8,2	5,0	3,6	7,4	10,8	7,8	8,1
1970-80	8,6	9,6	4,7	3,2	9,3	13,0	9,4	10,2
1980-85	1,1	2,2	3,8	1,1	-0,1	-0,2	1,9	4,1
1985-89	3,7	2,4	2,3	3,0	3,4	3,3	4,4	1,7
1980-89	2,2	2,3	3,2	1,9	1,4	1,3	3,0	3,0
1970-89	5,6	6,1	4,0	2,6	5,5	7,3	6,3	6,7

FONTE: IBGE.

FEE/Núcleo de Contas Regionais.

¹ A nível mundial, buscava-se, na década de 80, uma pequena desaceleração no ritmo de crescimento. Nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa média anual de crescimento foi de 3,2% nos anos 70 e de 3,0% na década de 80 e, nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), foi de 2,9% e 2,2% respectivamente. Considerando os sete maiores países capitalistas (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Itália, Reino Unido e Canadá), as taxas foram de 3,2% e 3,1%.

O crescimento similar do produto gaúcho ao nacional nos anos 80, associado a uma menor expansão do contingente humano no Estado, refletiu-se em um crescimento superior de sua renda real "per capita" (8,0%) em relação ao País (0,4%). Esses crescimentos levaram o Estado e o País a atingirem em 1989, uma renda "per capita" de US\$ 3.500 e US\$ 2.800 respectivamente, ao passo que, em 1980, eram de US\$ 2.231 e US\$ 1.890.²

Tabela 2

Produto Interno Bruto e renda "per capita" no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1970-1989

ANOS	BRASIL				RIO GRANDE DO SUL			
	PIB (US\$ milhões)	População (1 000hab.)	Renda "Per Capita"		PIB (US\$ milhões)	População (1 000hab.)	Renda "Per Capita"	
			Valor (US\$)	Índice do produto real (1980=100)			Valor (US\$)	Índice do produto real (1980=100)
1970	49 085	95 847	512,1	55,30	3 399	6 665	510,0	46,64
1975	112 069	108 032	1 037,4	79,27	8 081	7 260	1 113,2	72,10
1980	229 245	121 286	1 890,1	100,00	17 345	7 774	2 231,2	100,00
1989	412 412	147 404	2 797,8	100,44	31 342	8 827	3 550,7	107,98

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Foram utilizados os valores do PIB em cruzeiros, nos anos 80, para o Brasil e o Rio Grande do Sul, calculados pelo IBGE e pela FEE, convertidos para dólares pela taxa cambial média do ano, e, a partir desse ano, os demais valores foram gerados pela taxa real do produto e pela inflação americana (Surv. Curr. Bus., 1989 e 1990).

Ao se compararem os ritmos de crescimento do produto gaúcho com os do brasileiro, constata-se que o Estado apresentou um maior dinamismo na década anterior, enquanto nos anos 80 seus desempenhos foram similares. Esses dinamismos foram acompanhados por mudanças significativas nas estruturas do PIB gaúcho e do nacional. Uma das mais importantes alterações no Estado foi a perda de participação do setor agropecuário na composição do PIB regional, passando de 19,6% em 1970 para 15,4% em 1980. Tal perda de posição da agropecuária manteve-se nos

² Para se ter uma idéia da magnitude desses valores, tome-se como referência o PIB "per capita" americano, que evoluiu de US\$ 11.995 em 1980 para US\$ 21.036 em 1989 (Surv. Curr. Bus., 1989 e 1990; Main Econ. Indic., 1990).

anos 80, atingindo 9,5% em 1989. Essa alteração na estrutura produtiva fez com que o ritmo de crescimento do produto global dependesse cada vez mais da "performance" do setor industrial, principalmente da indústria de transformação, responsável por 85% do produto do setor no Estado. Em 1970, o setor industrial participava com 26,6% do produto global, representando 31,3% em 1980 e 36,0% em 1989. A nível nacional, observa-se o mesmo comportamento para o setor agropecuário, isto é, perda de participação ao longo das décadas de 70 e 80. O setor industrial por sua vez, contrariamente ao constatado a nível regional, perdeu participação na composição do PIB ao longo da década de 80. Quanto ao setor serviços, a nível regional houve um pequeno ganho de participação ao longo da década. Já no País, o setor teve, no período, um aumento mais expressivo em sua participação no PIB global.

Tabela 3

Estrutura do produto no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1970-1989

SETORES	(%)										
	1970		1975		1980		1985		1989		
	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR (1)	RS	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	11,55	19,62	10,75	18,03	10,20	15,42	9,00	13,39	7,60	9,51	
Indústria ..	35,84	26,55	40,37	31,02	40,58	31,29	38,73	29,42	37,92	35,95	
Serviços ...	52,61	53,83	48,88	50,95	49,22	53,29	52,27	57,19	54,48	54,54	

FONTE: IBGE.

FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Dados referentes ao ano de 1988.

O fraco desempenho das economias gaúcha e brasileira na década de 80 já era prenunciado a partir da segunda metade dos anos 70, quando ambas mostravam sinais de desaceleração da atividade econômica. Mesmo assim, as taxas de crescimento do produto ainda eram significativas, o que permitia incrementos elevados na renda "per capita". Na década de 80, contudo, tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul retraíram significativamente seus crescimentos, apresentando inclusive taxas negativas em determinados anos.

Além do baixo ritmo do crescimento, outro fato caracterizou o período. Enquanto na década de 70 a expansão se dava em ritmos elevados

e sem bruscas alterações, nos anos 80, mesmo considerando a desaceleração do período 1980-85, a evolução do produto foi marcada por fortes oscilações. Essas variações bruscas revelavam a vulnerabilidade do processo de crescimento, sujeito cada vez mais a flutuações conjunturais. A falta de sustentação para o crescimento decorria de alterações profundas por que passava a economia brasileira na década de 80. Dentre estas, destacam-se o corte de recursos internacionais para o financiamento de investimentos, que se associou ao pesado ônus da dívida externa³; a elevada dívida interna que, via falência da finanças públicas, imobilizou o Governo como agente fomentador; e a forte oscilação do processo inflacionário.

Contrapõe-se a esses constrangimentos a contínua e grande expansão das exportações — principalmente de produtos industrializados — verificada no período. Esse fato decorria, em grande parte, da ação da política econômica que visava fomentar a geração de saldos comerciais no contexto do "ajuste forçado" que caracterizava a economia brasileira.⁴ Com isso, o grau de abertura da economia, que era aproximadamente de 7% na década anterior, passou para 10% nos anos 80. Essa modificação verificou-se também no Rio Grande do Sul, que de um grau de abertura de 8% passou para 14%. Assim como no Brasil, no Estado o processo de maior abertura para o Exterior acarretou uma mudança significativa na pauta de exportação, com ganhos crescentes de participação dos produtos industrializados, produtos estes que atualmente representam cerca de 60% do total das exportações.

Em uma década marcada por um ritmo de crescimento bastante reduzido, é importante destacar o bom desempenho tanto da economia gaúcha como da nacional no período 1983-86. O PIB regional apresentou elevado crescimento nos anos de 1984, 1985 e 1986 — 6,1%, 3,7% e 8,8% —, enquanto o nacional se expandiu às taxas de 5,1%, 8,3% e 7,6%, o que implicou uma taxa acumulada de, respectivamente, 19,7% e 22,5%. Principalmente em 1984, mas também em 1985, esse crescimento teve nas exportações o principal fator explicativo. Na verdade, o significado dessas taxas deve ser relativizado à medida que os primeiros anos foram os de pior "performance" da década. Já em 1986, o Plano Cruzado, ao promover uma rápida distribuição de renda em favor dos salários, deu condições

³ Sobre as implicações do pagamento da dívida externa no crescimento econômico do Brasil na década de 80, é recomendado o artigo de Batista Jr. (1987).

⁴ Nesse sentido, foram também importantes os investimentos decorrentes do II PND. A esse respeito ver Castro & Souza (1985).

de expansão ao mercado interno. Todavia, o crescimento econômico não teve sustentação nos anos seguintes, uma vez que a falta de investimentos, combinada ao esgotamento da capacidade ociosa, limitou a expansão da atividade produtiva. Efetivamente, enquanto nos anos agudos da crise a indústria operava, no máximo, com cerca de 72% da capacidade instalada, em 1986 esse percentual atingiu uma média de 86% (Indic. Econ. RS, 1986).

1.2 – O crescimento setorial

1.2.1 – Agropecuária

O setor agropecuário gaúcho apresentou, no período 1980-89, um crescimento médio de 1,9% a.a., ficando aquém do observado no País, que foi de 3,2% a.a. Manteve-se, portanto, a tendência histórica de esse setor crescer menos no Estado que no País. Com efeito, já na década de 70 observa-se uma taxa de 3,2% a.a. para o Estado, enquanto a do Brasil era de 4,7% a.a. Isso fez com que a agropecuária gaúcha perdesse participação na nacional, passando de 15,9% em 1970 para 12,6% em 1980. A menor expansão desse setor no Estado pode ser explicada, em parte, pela sua maior vulnerabilidade ao fator climático e pela expansão da fronteira agrícola, principalmente na Região Centro-Oeste.

O desempenho do setor agropecuário também pode ser analisado pela ótica do Valor Bruto da Produção (VBP), o que permite examinar separadamente, dada a disponibilidade dos dados, o comportamento da lavoura e da pecuária. Durante a década de 80, a lavoura no Estado teve um crescimento de 2,6% a.a., superior ao de -1,8% a.a. verificado na pecuária, aumentando sua participação no VBP global. Esse desempenho contrasta com o da década de 70, quando a pecuária se expandiu mais que a lavoura, 5,9% a.a. contra 3,9% a.a. Anível nacional, observa-se a mesma tendência: maior crescimento da pecuária na década de 70 e melhor desempenho da lavoura nos anos 80. Nota-se, também, que ambos segmentos reduziram seus ritmos de crescimento nos anos 80, tanto no Estado como no País. Deve-se salientar, entretanto, que no Estado a queda no ritmo da pecuária foi bastante expressiva, indicando que o segmento estaria passando por um forte processo de contração.

Tabela 4

Participação percentual do VBP dos principais produtos da lavoura e da pecuária no VBP total, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1970-1989

ANOS	LAVOURA		PECUÁRIA	
	RS	BR	RS	BR
1970	67,6	70,6	32,4	29,4
1980	61,2	60,8	38,8	39,2
1989	68,1	(1)61,7	31,9	(1)38,3

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

(1) Dado referente ao ano de 1988.

Tabela 5

Taxas médias anuais de crescimento do VBP dos principais produtos da lavoura e da pecuária no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1970-89

(%)

PERÍODOS	LAVOURA		PECUÁRIA	
	RS	BR	RS	BR
1970-80	3,9	4,5	5,9	4,7
1980-89	2,6	3,4	-1,8	2,7

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

1.2.2 – Indústria

A indústria gaúcha apresentou fraco desempenho na década de 80, com uma expansão média de 1,2% a.a. Esse crescimento contrasta fortemente com o constatado no período 1970-80, quando o setor cresceu a uma taxa de 13% a.a. Igual tendência verifica-se também para o Brasil, onde o setor passou de um crescimento médio de 9,6% a.a. para um modesto incremento de 1,4% a.a. nos anos 80.

A indústria de transformação, que no Estado responde por 85% do PIB setorial, apresentou, no período 1980-89, um crescimento de 1,1% a.a., bastante próximo ao de 0,9% a.a. do Brasil. Esses desempenhos são bastante modestos comparados aos da década anterior, que foram, respectivamente, 14,5% a.a. e 9,0% a.a. Constata-se assim que, em ambos períodos, a indústria de transformação gaúcha logrou um melhor desempenho, todavia tendo-se reduzido sensivelmente o diferencial de crescimento na década de 80. Chama atenção, porém, que, especificamente no período em que se registrou o melhor desempenho industrial da década, compreendendo os anos de 1984 a 1986, o Rio Grande do Sul teve um crescimento bastante inferior ao do País, 21,4% contra 28,0%.

Ao longo das duas décadas, observam-se também mudanças expressivas na composição estrutural da indústria de transformação. Tanto a nível regional como a nível de Brasil, essas mudanças ocorrem num mesmo sentido, uma vez que nos dois casos se verificam ganhos de participação das indústrias produtoras de bens intermediários e de bens de capital.⁵ Na verdade, essa coincidência no sentido que tomaram as mudanças nas estruturas industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil era esperada, tendo em vista o alto grau de complementaridade da indústria gaúcha à nacional⁶. Esse fato mostra também que a indústria local tem respondido positivamente aos estímulos que têm-se colocado ao parque fabril nacional.

A nível de gêneros industriais, como metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transporte, borracha, vestuário e calçados

⁵ Relativamente às mudanças estruturais ocorridas na indústria gaúcha frente à nacional, no período 1970-80, ver Bandeira & Gründling (1988) e Costa & Passos (1987).

⁶ Além das influências predominantes que se originam a partir da economia nacional, é importante considerar que a indústria no Rio Grande do Sul tem seu crescimento também marcado por especificidades regionais, como é o caso do segmento agroindustrial. Ver, a esse respeito, Mendes (1989).

e fumo, o Rio Grande do Sul logrou ganhos de participação, em alguns casos expressivos, na indústria brasileira. O registro negativo fica por conta da química, que, a partir de expressiva participação na estrutura interna da indústria gaúcha, viu o seu peso cair tanto internamente — de 16,7% em 1980 para 13,0% em 1989 — quanto em relação ao País — de 8,4% para 6,3%.

As observações realizadas até o momento também podem ser percebidas quando se enfoca o setor pela ótica dos complexos industriais.⁷ Com efeito, entre 1981 e 1987, o complexo agroindustrial perdeu importância no conjunto da indústria, passando de 30% para 25,9%. Essa tendência verificou-se também para o conjunto das empresas abrangidas pelo complexo têxtil, que passou, no mesmo período, de 15% para 12,4%. Contrariamente, o complexo metal-mecânico cresceu de 36,1% para 42,5% no contexto da indústria gaúcha.

Tabela 6

Estrutura do PIB a custo de fatores (PIBcf), por ramos de atividade e a preços correntes, do setor industrial do Rio Grande do Sul — 1970-1988

ANOS	TOTAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA		INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL
1970	100,00	77,80	16,93	4,43	0,84	
1975	100,00	83,55	11,84	4,21	0,40	
1980	100,00	83,87	11,87	3,85	0,41	
1988	100,00	86,14	8,64	5,03	0,19	

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

⁷ A esse respeito, ver Mendes (1989).

Tabela 7

Evolução da estrutura industrial, por gêneros escolhidos,
do Rio Grande do Sul e do Brasil — 1980 e 1989

DISCRIMINAÇÃO	%			
	RS		BR	
	1980	1989 (1)	1980	1989 (1)
Indústria geral	100,0	100,0	100,0	100,0
Extrativa mineral	0,6	0,6	1,7	2,8
Indústria de transformação .	99,4	99,4	98,3	97,2
Minerais não-metálicos ...	4,0	3,5	5,0	4,4
Metalúrgica	11,4	12,7	16,4	15,9
Mecânica	12,2	17,5	9,1	7,4
Material elétrico	3,6	3,9	6,2	6,3
Material de transporte ...	5,6	5,4	9,4	7,3
Papel e papelão	2,7	3,2	3,2	4,0
Borracha	1,5	1,6	1,8	1,9
Química	16,7	13,0	23,1	25,8
Perfumaria, sabões e velas	0,5	0,5	1,0	1,5
Vestuário, calçados e ar-				
tefatos de tecidos	15,3	12,3	4,6	3,7
Produtos alimentares	18,4	15,7	16,6	16,7
Bebidas	3,9	4,6	1,2	1,4
Fumo	3,6	5,5	0,7	0,9

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Ja-
neiro, IBGE.

(1) Estimativa preliminar, baseada na evolução dos índices da pro-
dução mensal (PIM) do IBGE.

Tabela 8

Participação percentual do VBP da indústria do Rio Grande do Sul,
por gêneros selecionados e total, no Brasil — 1970-1989

DISCRIMINAÇÃO	1970	1980	1989 (1)
Extrativa mineral	2,3	1,6	1,0
Indústria de transformação	7,6	9,6	10,8
Minerais não-metálicos	3,9	3,8	4,0
Metalúrgica	4,8	4,5	5,6
Mecânica	5,9	7,1	13,7
Material elétrico	4,5	3,0	3,5
Material de transporte	2,7	3,4	4,6
Papel e papelão	3,3	4,5	4,7
Borracha	3,2	6,8	7,6
Química	8,5	8,4	6,3
Perfumaria, sabões e velas	2,8	3,3	2,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	14,5	17,5	19,3
Produtos alimentares	10,5	11,0	10,1
Bebidas	15,7	18,6	20,0
Fumo	18,1	32,3	42,0

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Ja-
neiro, IBGE.

(1) Estimativa preliminar, baseada na evolução dos índices da pro-
dução mensal (PIM) do IBGE.

Tabela 9

Evolução da estrutura industrial, por complexos industriais, no
Rio Grande do Sul — 1981-87

COMPLEXOS INDUSTRIAIS	ESTRUTURA							TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRO- DUÇÃO 1981-87
								(%)
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	
Agroindústria	30,0	28,8	30,6	28,6	30,3	25,8	25,9	1,2
Metal-mecânica	36,1	39,9	38,8	40,2	37,9	42,0	42,5	6,6
Têxtil	15,0	14,0	13,2	13,8	14,1	13,5	12,4	0,4
Outros	18,9	17,3	17,4	17,4	18,0	18,7	19,2	3,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6

FONTE: MENDES, Teresa Cristina M. (1989). Desempenho da indústria do Rio Grande do Sul no período de 1981/88. **Indicadores IBGE**, Rio de Janeiro, 8(2):97-108, fev. Supl. 1.

1.2.3 – Serviços

O setor serviços no Estado apresentou, na década de 80, um crescimento idêntico ao nacional, com uma taxa de 3,0% a.a., enquanto, no período 1970-80, essa taxa foi de 10,2% a.a., levemente superior à de 9,4% a.a. observada nacionalmente. Além da similaridade entre os ritmos de evolução do setor, o Rio Grande do Sul e o Brasil registraram também semelhanças nas alterações da estrutura setorial.

No início dos anos 80, os intermediários financeiros representavam 13% do PIB setorial no Estado, passando a 22% no final da década, ao passo que no País atingia, respectivamente, 16% e 23%. Esse fenômeno reflete a própria mudança de atuação do setor financeiro que, com o recrudescimento da crise, relegou o crédito a um papel secundário e passou a orientar-se para os enormes ganhos propiciados pela especulação.

O subsetor comércio, mesmo conservando a posição de destaque que detinha na composição setorial, tanto no Estado quanto no País, apresentou, nos anos 80, uma queda de seis pontos percentuais, reduzindo sua participação de 36% para 30% no Estado e de 22% para 16% no País. Igualmente, o Governo, que no início da década alcançou uma participação de 16% no Estado e de 18% no País, teve seu peso relativo reduzido, no final do período, para 12% e 13% respectivamente.

Tabela 10

Estrutura do PIBcf do setor serviços, por ramos de atividade e a preços correntes, do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1970-1988

(%)

ANOS	TOTAL		COMÉRCIO		INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS		GOVERNOC		DEMAIS SETORES (1)	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS
	1970	100,00	100,00	31,18	41,14	11,45	9,24	17,56	16,26	39,81
1975	100,00	100,00	29,77	39,46	13,39	11,12	15,34	14,85	41,50	34,57
1980	100,00	100,00	22,33	34,50	16,08	13,25	13,13	11,78	48,45	40,47
1988	100,00	100,00	15,65	30,23	23,26	21,63	12,59	11,67	48,50	36,48

FONTE: IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Inclui transportes, comunicações, aluguéis e outros serviços.

2 -- A evolução do emprego

O emprego no Rio Grande do Sul apresentou níveis de crescimento bastante insuficientes nos anos 80. No período 1980-86, somente a indústria de transformação demonstrou crescimento no contingente empregado, com um incremento de 1,8% a.a., tendo os demais setores registrado uma redução do efetivo de mão-de-obra, com um drástico decrés-

cimo de 52% na construção civil. Isso fez com que globalmente o emprego no Estado tenha apresentado uma contração de 0,2% a.a.⁸

A nível nacional, o emprego teve um crescimento de 1,4% a.a. no mesmo período, explicado fundamentalmente pelo crescimento de 1,1% a.a. na indústria de transformação e pela expressiva taxa de 6,0% a.a. verificada na administração pública. Já a construção civil foi o setor que apresentou a maior queda no emprego, tendo, em 1986, registrado uma redução de 31% na absorção de mão-de-obra em relação a 1980. Verifica-se, dessa forma, que tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil o emprego nesse período evoluiu a taxas bem abaixo das década de 70, que foram 3,5% a.a. e 3,9% a.a.

Ainda que não se tenham informações relativas ao emprego para todo o período 1980-89, é possível estimar sua evolução utilizando-se a elasticidade-emprego-produto da década anterior. No período 1970-80, essa elasticidade era de 0,45% para a economia brasileira e de 0,36% para a economia gaúcha. Combinando essas elasticidades com a expansão média dos respectivos produtos, ter-se-ia um incremento médio do emprego de 1,0% a.a. para o Brasil e de 0,8% a.a. para o Rio Grande do Sul. Associando-se essas estimativas com o crescimento populacional de 2,2% a.a. no Brasil e de 1,4% a.a. no Estado registrado nesse período, pode-se concluir que houve uma insuficiente geração de novos postos de trabalho, tanto a nível estadual como nacional. Essa conclusão contrasta com o que se verificou na década anterior, quando os incrementos populacionais se situaram aquém do crescimento do emprego.

Sabendo-se que ao longo da década de 70 foram criados anualmente 79.000 empregos no Estado e 1.173.000 no País, pode-se, através das estimativas feitas anteriormente, inferir que no período 1980-89 foram criados tão-somente 22.000 empregos anuais no Rio Grande do Sul e 380.000 no Brasil. Da mesma forma, pode-se deduzir que, para absorver o incremento populacional de 1,4% a.a., seria necessário que o PIB no Rio Grande do Sul apresentasse uma expansão média de 3,6% a.a.

⁸ Cabe aqui uma nota de esclarecimento em relação às informações de emprego. Ao se utilizarem as informações do IBGE — Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) —, obtêm-se taxas de expansão do emprego similares às do período 1970-80. Assim, para o período 1980-88, o emprego total no País cresceu a uma taxa média de 4,2% a.a.; o da agropecuária, a 1,5% a.a.; o da indústria, a 3,1% a.a.; e o dos serviços, a 6,3% a.a. No Estado, as taxas seriam da mesma ordem: 3,6% a.a.; 2,8% a.a.; e 4,5% a.a. É difícil, contudo, aceitar tais indicadores se relacionados com a variação do produto no mesmo período. Significa dizer que na década de 80 ocorreu uma mesma absorção de emprego a taxas menores de expansão do produto. Por essa razão, optou-se por trabalhar com as informações divulgadas pelo Ministério do Trabalho, que cobrem o universo das empresas, ou seja, o setor formal.

Tabela 11

Participação do Rio Grande do Sul no emprego, global e setorial, e na população total do Brasil — 1970 e 1980 (%)

ANOS	EMPREGO				POPULAÇÃO
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	
1970	8,0	7,1	7,6	7,7	7,2
1980	7,1	7,5	7,5	7,4	6,5

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 12

Taxas médias anuais de crescimento do emprego, setorial e total, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1970-80 (%)

SETORES	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
Agropecuária	-0,3	-1,5
Indústria	7,4	8,0
Serviços	5,9	5,8
Total	3,9	3,5

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 13

Estrutura do emprego, setorial e total, no Brasil e no
Rio Grande do Sul — 1970 e 1980

SETORES	1970				1980			
	BR		RS		BR		RS	
Agropecuária ...	44,30	46,00	29,30	28,20				
Indústria	17,90	16,70	24,90	25,40				
Serviços	37,80	37,30	45,80	46,40				
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00				

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 14

Índices de emprego anual no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1980-86

ANOS	TOTAL		INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		CONSTRUÇÃO CIVIL		SERVIÇOS					
							Total		Comércio		Administração Pública	
	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	97,1	97,9	90,2	94,1	98,3	98,6	100,0	98,5	95,1	93,5	106,1	97,9
1982	97,8	98,9	89,7	93,6	89,9	97,5	99,3	100,0	94,1	91,4	112,8	98,9
1983	94,0	93,4	83,5	92,1	62,1	60,0	99,5	94,0	89,5	87,2	116,0	93,4
1984	97,6	93,0	88,3	96,6	59,6	53,5	103,1	92,2	88,4	85,4	125,1	93,0
1985	103,2	95,6	96,2	103,0	63,8	45,4	108,2	94,0	91,7	87,2	132,8	95,6
1986	108,6	98,8	106,8	111,2	69,2	48,4	112,5	95,7	95,4	90,0	142,9	98,8

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho. Comissão de Estatísticas Básicas (1988). **Evolução do emprego e dos salários no setor organizado no período 1980-1986, utilizando a metodologia de painéis fixos para pares de anos consecutivos da RAIS.** /Brasília/ abr.

3 – Distribuição de renda

Os indicadores até aqui apresentados são bastante reveladores para justificar o sentimento de perda que se generalizou em relação à década de 80. Entretanto, a nível desses indicadores, o sentimento de perda poderia ser atenuado pelo argumento de que, tendo em vista o quadro geral de dificuldades que se apresentava, ainda assim se logrou um crescimento positivo em muitas das variáveis analisadas. Tal não ocorre, porém, quando se observam os dados sobre a distribuição de renda. Com efeito, a distribuição do ônus decorrente da redução do ritmo de crescimento econômico deu-se de forma extremamente perversa.

Ao analisar-se a divisão da população por estratos de rendimento no Rio Grande do Sul, constata-se que, em 1980, o percentual da população que recebia até três pisos salariais (75,3%) apropriava 33,59% do total dos rendimentos, enquanto 4,89% da população que recebia acima de 10 pisos auferia 33,77%. Em 1988, os três estratos inferiores (72,83%) passaram a receber tão-somente 27,79%, e os localizados nos estratos superiores, 6,43%, aumentaram sua participação na renda para 40,21%. Já com relação ao Brasil, percebe-se que, em 1980, os estratos inferiores, que representavam 77,26% da população, recebiam 33,18% da renda, enquanto a 4,66% da população correspondiam 34,89%. Em 1988, os 72,58% da população, que percebiam até três pisos, tiveram sua participação reduzida a 24,96%. Finalmente, vê-se que os 6,94% com mais elevados rendimentos aumentaram sua participação para 44,20% do total de rendimentos.

Essas tendências à concentração de renda são confirmadas pelo índice de Gini, que no Rio Grande do Sul evoluiu de 0,562 em 1980 para 0,590 em 1988, enquanto no Brasil passou de 0,587 para 0,621. Ao mesmo tempo, esses índices permitem confirmar o fato de, historicamente, o Estado apresentar uma distribuição da renda mais equitativa "vis-à-vis" à do País.

O agravamento da questão social na década de 80 expressou-se também na evolução do índice de salário médio no Brasil e no Rio Grande do Sul. Com efeito, de 1980 a 1986, tanto para o País como para o Estado, tem-se uma queda do índice salarial do conjunto das atividades econômicas, registrando-se, no primeiro caso, uma perda em torno de 14 pontos percentuais e, no segundo, de aproximadamente 8%. Esse movimento de perda ocorreu indistintamente para todos os setores, salvo para a administração pública estadual, que em 1986 retomou o nível de 1980. Assim, percebe-se que as perdas salariais foram de menor intensidade no âmbito estadual, excetuando-se o setor da construção civil nos anos de 1985 e 1986, fato este preocupante, tendo em vista ser o mesmo, tradicionalmente, um grande absorvedor de mão-de-obra não qualificada.

Tabela 15

Distribuição percentual dos rendimentos e da população, por extratos de rendimentos, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1980 e 1988

FAIXAS (pisos salariais)	1980				1988			
	BR		RS		BR		RS	
	Pessoas	Rendimento total	Pessoas	Rendimento total	Pessoas	Rendimento total	Pessoas	Rendimento total
Até 1/2	12,73	1,53	8,03	0,94	15,62	1,33	12,71	1,03
Mais de 1/2 até 1 ..	21,47	6,11	16,90	4,52	19,47	4,40	17,43	4,18
Mais de 1 a 2	30,40	14,85	35,61	16,36	24,86	10,25	28,71	12,36
Mais de 2 a 3	12,66	10,69	14,85	11,77	12,63	8,98	13,98	10,22
Mais de 3 a 5	11,01	14,81	12,06	15,23	11,52	12,89	11,56	13,29
Mais de 5 a 10	7,07	17,11	7,66	17,42	8,97	17,95	9,19	18,72
Mais de 10 a 20	3,14	14,86	3,36	14,92	4,49	17,81	4,21	17,17
Mais de 20	1,52	20,03	1,53	18,85	2,45	26,39	2,22	23,04

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/88 (1983/88). Rio de Janeiro, IBGE.

FEE/Núcleo de Elaboração de Modelos e Tendências.

Tabela 16

Índices do salário médio anual, por setores de atividade econômica, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1980-86

ANOS	BRASIL						RIO GRANDE DO SUL					
	Total	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública
1980	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	97,35	100,04	97,84	96,48	97,19	93,61	99,71	100,20	100,32	97,78	99,67	99,67
1982	104,77	106,78	103,24	101,84	106,13	100,48	107,10	107,85	107,19	104,74	107,99	104,85
1983	85,03	89,44	84,07	83,29	84,16	79,58	89,74	91,80	88,62	87,58	90,75	85,50
1984	73,56	80,37	74,12	73,17	70,94	66,49	79,67	82,27	78,35	76,02	77,89	81,27
1985	82,25	86,85	78,33	81,03	76,56	83,12	86,61	86,73	77,69	80,54	85,91	90,09
1986	85,85	87,29	85,82	81,44	77,27	94,89	91,60	92,34	82,37	84,61	86,26	100,73

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho. Comissão de Estatísticas Básicas (1988). Evolução do emprego e dos salários no setor organizado no período 1980-1986, utilizando a metodologia de painéis fixos para pares de anos consecutivos da RAIS. /Brasília/ abr.

NOTA: Valores nominais deflacionados pelo Índice Geral de Preços, col.2, da FGV, base: 1980=100.

4 – Conclusões

Conforme foi realçado ao longo deste texto, a economia gaúcha apresentou, nos anos 80, um fraco desempenho em todas as variáveis abordadas.

O PIB, principal indicador de desempenho, acusou fortes oscilações no País e no Estado, demonstrando a ausência de uma base mais sólida, que sustentasse o processo de crescimento. Ainda que apresentando taxas positivas no período – 2,3% a.a. no Estado e 2,2% a.a. no País –, a comparação com as que se verificaram na década de 70 – 9,6% a.a. e 8,6% a.a. – denota a forte desaceleração ocorrida no processo de crescimento. Tal desaceleração deveu-se principalmente à queda do ritmo de expansão da indústria no Brasil, setor onde se concentra a origem dos impulsos dinâmicos da economia. Nesse sentido, é importante assinalar que o menor vigor do crescimento industrial ocorreu não obstante a grande expansão das vendas do setor voltadas ao mercado externo.

Há que se registrar ainda que, em um período caracterizado por enormes dificuldades para o crescimento econômico, o Rio Grande do Sul logrou, ao menos, manter sua posição no contexto da economia nacional, apresentando uma renda "per capita" superior à da média do País. Do mesmo modo, é possível observar que, ao longo dos anos 80, se aprofundou a tendência de mudança na estrutura produtiva do Estado. Assim, o setor industrial, que em 1980 respondia por 31,29% do produto global, teve sua participação aumentada para 35,95% em 1989. Em contrapartida, o setor agropecuário, que respondia em 1980 por 15,42% do produto global, em 1989 passou a responder por tão-somente 9,51%. Já o setor serviços manteve praticamente inalterada sua posição em torno de 54%.

O baixo ritmo de crescimento da produção, como não poderia deixar de ser, agravou ainda mais os problemas sociais existentes no início da década, uma vez que se restringiu sobremaneira o crescimento da oferta de emprego no Estado. Essa situação contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais, expresso no aumento da concentração da renda nos anos 80.

Mesmo tendo em conta os limites inerentes às abordagens de corte mais quantitativo, é possível perceber-se a estreita vinculação existente entre os desempenhos das economias gaúcha e nacional. Essa constatação só confirma o equívoco, por vezes ainda remanescente, de entender o desempenho econômico do Rio Grande do Sul como um processo autônomo. Nesse sentido, é importante destacar que o exame das variáveis contempladas não sugere, de forma alguma, que a crise dos anos 80 seja uma crise própria da economia gaúcha. Portanto, a retomada do processo de desenvolvimento econômico e social no Estado implica necessariamente que sejam removidos os constrangimentos impostos à economia brasileira.

Anexo

Tabela 1

Valores correntes, índice do produto real, deflator implícito e taxas de crescimento, por setores de atividade, do Produto Interno Bruto a custo de fatores, do Rio Grande do Sul — 1989

SETORES	VALORES CORRENTES (Cr\$)	ÍNDICE DO PRODUTO REAL (1975=100)	DEFLATOR IMPLÍCITO (1975=100)	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)
PIBcf	76 294 895 644	182,09	54 775 710,15	5,2
Agricultura	7 257 752 457	141,99	37 055 817,71	16,3
Indústria	27 428 801 993	187,61	61 612 835,24	2,9
Serviços	41 608 341 194	192,93	55 343 488,06	4,0

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Estimativas preliminares.

Tabela 2

Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, em valores correntes, do Rio Grande do Sul — 1970-88

a) 1970-76

ESPECIFICAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
PIBcf	14 282	18 968	24 806	37 370	54 304	76 491	117 218
Agricultura	2 802	3 165	3 983	8 562	9 842	13 794	20 452
Indústria	3 792	5 410	7 762	10 743	16 819	23 729	36 409
Indústria de transformação	2 950	4 245	6 350	8 934	14 029	19 826	30 866
Construção civil	642	875	1 006	1 344	2 140	2 809	3 992
Serviços industriais de utilidade pública	168	253	362	411	575	1 000	1 374
Extrativa mineral	32	37	44	54	75	94	177
Serviços	7 688	10 393	13 061	18 065	27 643	38 968	60 357
Comércio	3 163	4 110	5 157	7 188	11 235	15 375	22 221
Transportes	336	459	500	689	1 801	2 141	3 783
Comunicações	50	81	116	161	239	378	687
Intermediários financeiros	710	992	1 138	1 513	2 773	4 335	8 800
Governo	1 250	1 684	2 082	2 837	3 799	5 786	8 507
Aluguéis	1 200	1 686	2 173	2 875	3 696	4 955	7 328
Outros serviços	979	1 381	1 895	2 802	4 100	5 988	9 031

b) 1977-83

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
PIBcf	175 741	262 276	434 683	914 085	1 803 200	3 564 851	8 929 365
Agricultura	29 380	35 892	60 106	140 950	225 989	331 742	1 092 785
Indústria	55 552	82 877	138 597	285 989	580 714	1 143 422	2 878 074
Indústria de transformação	47 177	70 867	118 646	239 868	485 109	962 602	2 495 015
Construção civil	5 865	8 521	14 064	33 944	65 380	118 502	238 560
Serviços industriais de utilidade pública	2 225	3 040	5 204	11 000	26 161	54 360	126 905
Extrativa mineral	285	449	683	1 177	4 064	7 958	17 594
Serviços	90 809	143 507	235 980	487 146	996 497	2 089 687	4 958 506
Comércio	31 647	45 285	72 322	168 078	331 966	657 656	1 657 902
Transportes	5 698	8 594	15 543	31 080	51 366	103 296	274 087
Comunicações	1 240	1 895	3 448	5 533	11 517	26 149	68 178
Intermediários financeiros	11 466	18 960	31 919	64 546	143 254	290 544	786 487
Governo	12 263	18 631	29 107	57 390	126 662	284 821	657 759
Aluguéis	11 825	20 916	34 735	62 070	123 716	267 673	558 773
Outros serviços	16 670	29 226	48 906	98 449	208 016	439 546	955 320

c) 1984-88

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
PIBcf	28 247 630	92 931 269	247 867 862	723 802 255	5 349 874 679
Agricultura	3 662 392	12 442 451	26 778 153	78 878 067	644 335 051
Indústria	9 504 077	27 344 639	73 945 188	248 273 887	1 918 898 287
Indústria de transformação	8 314 354	23 272 924	63 598 699	208 654 611	1 652 899 235
Construção civil	683 257	2 534 907	7 028 469	25 222 956	165 778 722
Serviços industriais de utilidade pública	453 738	1 400 792	3 051 881	13 860 209	96 524 293
Extrativa mineral	52 728	136 056	266 139	536 111	3 695 037
Serviços	15 081 161	53 144 179	147 144 521	396 650,301	2 786 641 341
Comércio	5 087 584	18 027 907	47 260 759	120 431 996	842 420 690
Transportes	934 907	3 161 735	7 908 658	26 128 356	217 002 482
Comunicações	177 612	738 125	1 560 954	6 050 206	47 603 604
Intermediários financeiros	2 640 121	9 250 293	21 393 492	70 531 303	602 673 083
Governo	1 951 060	7 255 485	21 656 662	54 000 800	325 074 610
Aluguéis	1 512 532	4 578 949	15 088 858	29 002 913	126 295 588
Outros serviços	2 777 345	10 131 685	32 275 138	90 504 727	625 571 284

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Esta série substitui as publicadas anteriormente pela FEE. A mudança ocorreu em razão das alterações incluídas no subsetor intermediários financeiros, em função da disponibilidade de novas informações para alguns anos da década de 80.

Tabela 3

Deflatores implícitos do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos
de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1970-88

a) 1970-76

ESPECIFICAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
PIBCf	31,44	39,15	46,53	60,55	78,46	100,00	135,92
Agricultura	23,39	28,22	34,56	67,19	79,89	100,00	130,40
Indústria	32,65	40,04	48,62	57,55	78,27	100,00	131,72
Indústria de transformação	34,74	41,46	50,34	58,35	78,58	100,00	131,51
Construção civil	24,67	32,79	37,21	48,87	76,82	100,00	136,87
Serviços industriais de utilidade pública ...	38,21	48,67	65,03	81,57	79,34	100,00	122,85
Extrativa mineral	39,37	43,58	49,53	53,49	59,49	100,00	131,18
Serviços	35,22	43,81	50,59	59,61	78,08	100,00	140,65
Comércio	37,47	45,09	52,88	60,77	78,20	100,00	141,24
Transportes	26,25	33,68	32,25	39,47	98,73	100,00	161,25
Comunicações	32,73	38,77	44,73	55,59	74,99	100,00	136,45
Intermediários financeiros	37,47	45,09	52,88	60,77	78,20	100,00	141,24
Governos	32,20	42,03	45,68	57,27	69,65	100,00	136,26
Aluguéis	33,66	44,80	54,81	65,50	79,45	100,00	134,14
Outros serviços	37,47	45,09	52,88	60,77	78,20	100,00	141,24

b) 1977-83

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
PIBCf	195,47	273,36	420,78	804,66	1 643,94	3 143,94	7 749,17
Agricultura	205,05	275,89	500,88	854,16	1 506,34	2 530,22	8 129,88
Indústria	186,69	252,46	370,85	723,01	1 638,86	3 099,14	7 725,34
Indústria de transformação	187,65	255,11	375,05	727,58	1 686,90	3 216,50	8 182,45
Construção civil	190,91	256,32	375,95	802,91	1 595,29	2 880,38	6 452,74
Serviços industriais de utilidade pública ...	161,71	201,85	292,99	498,56	1 125,96	2 121,86	4 562,82
Extrativa mineral	169,71	205,47	308,66	765,02	1 594,04	2 727,53	6 185,88
Serviços	198,17	286,40	437,57	846,60	1 681,77	3 297,02	7 683,80
Comércio	201,48	279,45	430,22	861,32	1 807,86	3 533,31	8 993,56
Transportes	238,02	345,96	560,32	1 018,19	1 536,38	3 272,34	8 426,41
Comunicações	202,53	275,52	390,77	525,54	953,72	1 698,04	3 721,02
Intermediários financeiros	201,48	279,45	430,22	861,32	1 807,86	3 533,28	8 993,57
Governos	172,78	254,81	359,87	729,99	1 364,36	2 673,92	5 068,05
Aluguéis	195,54	338,75	527,28	869,81	1 622,33	3 268,79	6 447,38
Outros serviços	201,48	279,45	430,22	861,32	1 807,86	3 533,31	8 993,56

c) 1984-88

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
PIBCf	23 096,62	73 293,69	179 697,73	525 030,83	4 040 538,26
Agricultura	24 320,29	71 512,45	185 034,22	424 623,53	3 825 309,02
Indústria	24 159,43	69 890,45	165 693,79	552 149,20	4 435 118,31
Indústria de transformação	25 829,80	72 675,65	171 967,39	566 749,81	4 657 759,84
Construção civil	18 775,95	67 310,33	166 196,95	587 947,69	3 986 047,66
Serviços industriais de utilidade pública ...	14 008,58	45 523,30	97 379,74	383 832,98	2 871 892,09
Extrativa mineral	19 385,29	52 531,27	95 049,64	216 173,79	1 426 655,21
Serviços	22 209,53	75 629,62	186 641,62	533 720,37	3 854 542,28
Comércio	28 834,64	93 861,13	227 444,82	717 662,00	5 796 605,59
Transportes	27 668,16	92 964,86	220 419,68	695 087,95	5 489 564,43
Comunicações	8 810,12	30 564,18	59 442,27	217 086,69	1 580 464,94
Intermediários financeiros	28 834,87	93 863,96	227 445,16	736 779,75	5 796 605,59
Governos	11 495,76	48 254,09	119 031,89	288 388,79	1 743 588,34
Aluguéis	16 612,10	47 891,95	150 063,23	277 089,07	1 151 911,60
Outros serviços	28 834,56	93 864,04	227 449,88	736 753,79	5 796 620,50

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Os dados têm como base 1975=100.

Tabela 4

Índices do Produto Interno Bruto a custo de fatores, a preços constantes, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1970-88

a) 1970-76

ESPECIFICAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
PIBcf	59,39	63,34	69,69	80,69	90,48	100,00	112,74
Agricultura	86,85	81,32	83,55	92,38	89,31	100,00	113,71
Indústria	48,95	56,95	67,27	78,67	90,55	100,00	116,48
Indústria de transformação	42,82	51,65	62,62	77,23	90,04	100,00	118,38
Construção civil	92,69	94,98	96,23	97,94	99,16	100,00	103,83
Serviços industriais de utilidade pública	43,97	52,00	55,67	50,40	72,43	100,00	111,87
Extrativa mineral	87,69	91,23	93,34	107,29	133,57	100,00	143,36
Serviços	56,02	60,87	66,26	77,77	90,85	100,00	110,12
Comércio	54,92	59,29	63,43	76,94	93,44	100,00	102,33
Transportes	59,83	63,67	72,49	81,51	85,22	100,00	109,58
Comunicações	40,61	55,05	68,63	76,43	84,37	100,00	133,10
Intermediários financeiros	43,72	50,76	49,65	57,45	81,80	100,00	143,71
Governo	67,10	69,23	78,75	85,60	94,26	100,00	107,90
Aluguéis	71,93	75,95	79,99	88,58	93,87	100,00	110,24
Outros serviços	43,55	51,06	59,74	76,88	87,41	100,00	106,61

b) 1977-83

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
PIBcf	117,54	125,43	135,05	148,51	143,40	148,24	150,65
Agricultura	103,86	94,31	87,00	119,63	108,76	95,05	97,45
Indústria	125,40	138,34	157,50	166,70	149,33	155,48	157,00
Indústria de transformação	126,81	140,11	159,56	166,28	145,05	150,95	153,80
Construção civil	109,37	118,35	133,18	150,51	145,90	146,47	131,62
Serviços industriais de utilidade pública	137,66	150,66	177,69	220,70	232,42	256,27	278,21
Extrativa mineral	178,24	232,12	235,11	163,50	270,90	310,05	302,24
Serviços	117,59	128,58	138,40	147,66	152,06	162,65	165,60
Comércio	102,16	105,40	109,34	126,92	119,43	121,06	119,90
Transportes	111,83	116,05	129,59	142,61	156,18	147,46	151,95
Comunicações	161,90	181,93	233,39	278,46	319,39	407,28	484,59
Intermediários financeiros	131,27	156,50	171,13	172,87	182,79	189,69	201,73
Governo	122,66	126,37	139,78	135,87	160,45	184,12	224,30
Aluguéis	122,04	124,61	132,94	144,01	153,89	165,26	174,90
Outros serviços	137,95	174,38	189,54	190,58	191,84	216,85	177,11

c) 1984-88

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
PIBcf	159,89	165,76	180,33	180,23	173,10
Agricultura	109,17	126,13	104,92	134,67	122,11
Indústria	165,78	164,88	188,07	189,49	182,33
Indústria de transformação	162,36	161,52	186,54	185,70	178,99
Construção civil	129,55	134,07	190,56	152,72	148,08
Serviços industriais de utilidade pública	323,90	307,70	313,40	361,10	336,10
Extrativa mineral	288,64	275,16	297,07	263,83	275,53
Serviços	174,26	180,32	202,31	190,72	185,52
Comércio	114,76	124,92	135,15	109,15	94,52
Transportes	157,82	158,85	167,59	175,57	184,63
Comunicações	533,22	638,89	694,71	737,30	796,83
Intermediários financeiros	211,21	227,34	216,98	220,23	239,84
Governo	293,33	259,87	314,45	323,63	322,23
Aluguéis	183,75	192,96	202,93	211,24	221,27
Outros serviços	160,59	179,96	236,58	204,25	179,93

FONTES: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: 1. Os dados têm como base 1975=100.

2. Esta série substitui as publicadas anteriormente pela FEE. A mudança ocorreu em razão das alterações incluídas no subsetor intermediários financeiros, em função da disponibilidade de novas informações para alguns anos da década de 80.

Tabela 5

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1971-88

a) 1971-76

ESPECIFICAÇÃO	a) 1971-76 (%)					
	1971	1972	1973	1974	1975	1976
PIBcf	6,7	10,0	15,8	12,1	10,5	12,7
Agricultura	-6,4	2,7	10,6	-3,3	12,0	13,7
Indústria	16,3	18,1	16,9	15,1	10,4	16,5
Indústria de transformação	20,6	23,2	21,4	16,6	11,1	18,4
Construção civil	2,5	1,3	1,8	1,2	0,6	3,8
Serviços industriais de utilidade pública	18,3	7,1	-9,5	43,7	38,1	11,9
Extrativa mineral	4,0	2,3	14,9	24,5	-25,1	43,4
Serviços	8,6	8,9	17,4	16,8	10,1	10,1
Comércio	8,0	7,0	21,3	21,4	7,0	2,3
Transportes	6,4	13,9	12,4	4,6	17,3	9,6
Comunicações	35,6	24,7	11,4	10,4	18,5	33,1
Intermediários financeiros	16,1	-2,2	15,7	42,4	22,2	43,7
Governos	3,2	13,8	8,7	10,1	6,1	7,9
Aluguéis	5,6	5,3	10,7	6,0	6,5	10,2
Outros serviços	17,2	17,0	28,7	13,7	14,4	6,6

b) 1977-82

ESPECIFICAÇÃO	b) 1977-82 (%)					
	1977	1978	1979	1980	1981	1982
PIBcf	4,3	6,7	7,7	10,0	-3,4	3,4
Agricultura	-8,7	-9,2	-7,8	37,5	-9,1	-12,6
Indústria	7,7	10,3	13,8	5,8	-10,4	4,1
Indústria de transformação	7,1	10,5	13,9	4,2	-12,8	4,1
Construção civil	5,3	8,2	12,5	13,0	-3,1	0,4
Serviços industriais de utilidade pública	23,1	9,4	17,9	24,2	5,3	10,3
Extrativa mineral	24,3	30,2	1,3	-30,5	65,7	14,5
Serviços	6,8	9,3	7,6	6,7	3,0	7,0
Comércio	-0,2	3,2	3,7	16,1	-5,9	1,4
Transportes	2,1	3,8	11,7	10,0	9,5	-5,6
Comunicações	21,6	12,4	28,3	19,3	14,7	27,5
Intermediários financeiros	-8,7	19,2	9,3	1,0	5,7	3,8
Governos	13,7	3,0	10,6	-2,8	18,1	14,8
Aluguéis	10,7	2,1	6,7	8,3	6,9	7,4
Outros serviços	29,4	26,4	8,7	0,5	0,7	13,0

c) 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	c) 1983-88 (%)					
	1983	1984	1985	1986	1987	1988
PIBcf	1,6	6,1	3,7	8,8	-0,1	-4,0
Agricultura	2,5	12,0	15,5	-16,8	28,4	-9,3
Indústria	1,0	5,6	-0,5	14,1	0,8	-3,8
Indústria de transformação	1,9	5,6	-0,5	15,5	-0,4	-3,6
Construção civil	-10,1	-1,6	3,5	12,3	1,4	-3,0
Serviços industriais de utilidade pública	8,6	16,4	-5,0	1,8	15,2	-6,9
Extrativa mineral	-2,5	-4,5	-4,7	8,0	-11,2	4,4
Serviços	1,8	5,2	3,5	12,2	-5,7	-2,7
Comércio	-1,0	-4,3	8,9	8,2	-19,2	-13,4
Transportes	3,0	3,9	0,7	5,5	4,8	5,2
Comunicações	19,0	10,0	19,8	8,7	6,1	8,1
Intermediários financeiros	6,3	4,7	7,6	-4,6	1,5	8,9
Governos	21,8	30,8	-11,4	21,0	2,9	-0,4
Aluguéis	5,8	5,1	5,0	5,2	4,1	4,7
Outros serviços	-18,3	-9,3	12,1	31,5	-13,7	-11,9

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 6

Estrutura do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1970-88.

a) 1970-76

(%)

ESPECIFICAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
PIBcf	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura	19,62	16,69	16,06	22,91	18,12	18,03	17,45
Indústria	26,55	28,52	31,29	28,75	30,97	31,02	31,06
Indústria de transformação	20,65	22,38	25,59	23,91	25,83	25,92	26,33
Construção civil	4,90	4,61	4,06	3,60	3,94	3,67	3,41
Serviços industriais de utilidade pública ...	1,16	1,33	1,46	1,10	1,06	1,31	1,17
Extrativa mineral	0,22	0,20	0,18	0,14	0,14	0,12	0,15
Serviços	53,83	54,79	52,65	48,34	50,91	50,95	51,49
Comércio	22,16	21,66	20,78	19,23	20,68	20,10	18,95
Transportes	2,35	2,42	2,02	1,84	3,32	2,80	3,23
Comunicações	0,35	0,43	0,47	0,44	0,44	0,50	0,59
Intermediários financeiros	4,97	5,23	4,59	4,05	5,11	5,67	5,51
Governos	8,75	8,88	8,39	7,59	7,00	7,56	7,26
Aluguéis	8,40	8,89	8,76	7,69	6,81	6,48	6,25
Outros serviços	6,85	7,28	7,64	7,50	7,55	7,84	7,70

b) 1977-83

(%)

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
PIBcf	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura	16,72	13,68	13,83	15,42	12,53	9,31	12,24
Indústria	31,61	31,60	31,88	31,29	32,21	32,07	32,23
Indústria de transformação	26,84	27,02	27,28	26,24	26,90	27,00	27,94
Construção civil	3,34	3,25	3,24	3,71	3,63	3,32	2,67
Serviços industriais de utilidade pública ...	1,27	1,16	1,20	1,20	1,45	1,52	1,42
Extrativa mineral	0,16	0,17	0,16	0,14	0,23	0,23	0,20
Serviços	51,67	54,72	54,29	53,29	55,26	58,62	55,53
Comércio	18,00	17,27	16,64	18,38	18,41	18,45	18,56
Transportes	3,24	3,28	3,58	3,40	2,85	2,90	3,07
Comunicações	0,71	0,73	0,79	0,61	0,64	0,73	0,76
Intermediários financeiros	6,52	7,23	7,34	7,06	7,94	8,15	8,81
Governos	6,98	7,10	6,70	6,28	7,02	7,99	7,37
Aluguéis	6,73	7,97	7,99	6,79	6,86	7,51	6,26
Outros serviços	9,49	11,14	11,25	10,77	11,54	12,89	10,70

c) 1984-88

(%)

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
PIBcf	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura	12,96	13,39	10,80	10,90	12,04
Indústria	33,65	29,42	29,83	34,30	35,87
Indústria de transformação	29,43	25,03	25,66	28,83	30,90
Construção civil	2,42	2,73	2,84	3,48	3,10
Serviços industriais de utilidade pública ...	1,61	1,51	1,23	1,91	1,80
Extrativa mineral	0,19	0,15	0,10	0,08	0,07
Serviços	53,39	57,19	59,37	54,80	52,09
Comércio	18,01	19,40	19,07	16,64	15,74
Transportes	3,31	3,40	3,19	3,61	4,06
Comunicações	0,63	0,80	0,63	0,84	0,89
Intermediários financeiros	9,35	9,95	8,63	9,74	11,27
Governos	6,91	7,81	8,74	7,46	6,08
Aluguéis	5,35	4,93	6,09	4,01	2,36
Outros serviços	9,83	10,90	13,02	12,50	11,69

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 7

Produto Interno Bruto a custo de fatores, população e Produto Interno Bruto a custo de fatores "per capita" do Rio Grande do Sul — 1970-89

ANOS	PIBof TOTAL					PIBof "PER CAPITA"			
	Valores em Preços Correntes (Cr\$)	Índices do Produto Real		Deflatores Implícitos do Produto		POPULAÇÃO (1 000hab.)	Valores em Preços Correntes (Cr\$)	Índices do Produto Real "Per capita"	
		Base (1975=100)	Varição anual (%)	Base (1975=100)	Varição anual (%)			Base (1975=100)	Varição anual (%)
1970	14 282	59,39	-	31,44	-	6 665	0,0021	64,69	-
1971	18 968	63,34	6,7	39,15	24,5	6 790	0,0028	67,73	4,7
1972	24 806	69,69	10,0	46,53	18,9	6 912	0,0036	73,20	8,1
1973	37 370	80,69	15,8	40,55	30,1	7 031	0,0053	83,31	13,8
1974	54 304	90,48	12,1	78,46	29,6	7 147	0,0076	91,91	10,3
1975	76 491	100,00	10,5	100,00	27,4	7 260	0,0105	100,00	8,8
1976	117 218	112,74	12,7	135,92	35,9	7 370	0,0159	111,06	11,1
1977	175 741	117,54	4,3	195,47	43,8	7 476	0,0235	114,14	2,8
1978	262 276	125,43	6,7	273,36	39,8	7 579	0,0346	120,15	5,3
1979	434 683	135,05	7,7	420,78	53,9	7 678	0,0566	127,70	6,3
1980	914 085	148,51	10,0	804,66	91,2	7 774	0,12	138,69	8,6
1981	1 803 200	143,40	-3,4	1 643,91	104,3	7 879	0,23	132,14	-4,7
1982	3 364 851	148,24	3,4	3 143,94	91,2	7 996	0,45	134,59	1,9
1983	8 929 365	150,65	1,6	7 749,17	146,5	8 113	1,10	134,81	0,2
1984	28 247 630	159,89	6,1	23 096,62	198,1	8 231	3,43	141,03	4,6
1985	92 931 269	163,76	3,7	73 293,69	217,3	8 330	11,13	144,12	2,2
1986	247 867 862	180,33	8,8	179 697,73	145,2	8 467	29,27	154,62	7,3
1987	723 802 255	180,23	-0,1	525 030,83	192,2	8 588	84,28	152,36	-1,5
1988	5 349 874 679	173,10	-4,0	4 040 538,26	669,6	8 709	614,29	144,30	-3,3
1989 (1)	76 294 895 644	182,09	5,2	54 775 710,15	1 255,7	8 827	8 643,36	149,76	3,8

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Bibliografia

- BANDEIRA, Pedro Silveira & GRÜNDLING, Nilton Artur (1988). **O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70**. Porto Alegre, FEE.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira (1987). Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 7(1):10-28, jan./mar.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Comissão de Estatísticas Básicas (1988). **Evolução do emprego e dos salários no setor organizado no período 1980-1986, utilizando a metodologia de painéis fixos para pares de anos consecutivos da RAIS**. /Brasília/ abr.

CASTRO, Antônio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de (1985). **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul; mão-de-obra (1983). Rio de Janeiro, IBGE.

COSTA, Achyles Barcelos da & PASSOS, Maria Cristina (1987). Crescimento e crise na indústria gaúcha: (1959-85). **Ensaíos FEE**, Porto Alegre, 8(1):3-20.

INDICADORES ECONÔMICOS RS: desempenho da economia 1986 (1986). Porto Alegre, FEE, v.14, n.4.

MENDES, Teresa Cristina M. (1989). Desena M. (1989). Desempenho da indústria do Rio Grande do Sul no período de 1981/88. Indicadores IBGE, Rio de Janeiro, 8(2):97-108, fev. Supl. 1.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/88 (1983/88). Rio de Janeiro, IBGE.

SURVEY OF CURRENT BUSINESS (1989). Washington, United States Department of Commerce, v.69, n.9, Sept.

___ (1990). Washington, United States Department of Commerce, v.70, n.2, Feb.

CRESCIMENTO INTER-REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL, NOS ANOS 80

*José Antônio Fialho Alonso**
*Pedro Silveira Bandeira***

1 – Introdução

Os problemas derivados da distribuição desigual do crescimento econômico no território do Rio Grande do Sul vêm se tornando mais evidentes nas últimas décadas. Em consequência, essa questão vem obtendo uma atenção cada vez maior por parte de vários segmentos da sociedade gaúcha, das lideranças políticas e dos meios de comunicação, que, com grande frequência, vêm publicando reportagens, artigos e notas relacionados com o tema.

A constatação desse crescente interesse acentua a oportunidade de empreender-se um estudo minucioso da evolução das disparidades inter-regionais de crescimento econômico no Estado, no passado recente, de forma a permitir um melhor conhecimento de suas causas e consequências. O presente texto, que tem como objetivo específico estudar o comportamento dessas disparidades no decorrer da década de 80, dá continuidade ao trabalho de uma linha de pesquisas da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), que já publicou algumas análises sobre essa questão (Alonso, 1984; Alonso et alii, 1986; Bandeira & Gründling, 1988; Alonso & Bandeira, 1988).

Cabe advertir, no entanto, que os objetivos deste texto são bastante limitados. Busca-se, na verdade, apenas caracterizar as principais mudanças ocorridas na participação das diferentes regiões na for-

* Economista da FEE e Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

** Economista e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Os autores agradecem aos colegas Ricardo Brinco e Maria Benetti pelas críticas à versão preliminar deste estudo. Os equívocos porventura remanescentes são de exclusiva responsabilidade dos autores.

mação do Produto Interno Líquido a custo de fatores (PILcf) da economia do Estado, ao longo das últimas décadas, com ênfase especial para os anos 80, tentando identificar algumas de suas causas. Não se pretende — nem isso seria possível em um trabalho tão breve — desenvolver uma análise mais detalhada das relações entre o comportamento dos desequilíbrios regionais no Rio Grande do Sul e os movimentos mais amplos da economia brasileira no período estudado. Caso se pretendesse fazer um trabalho desse tipo, seria necessário abordar questões como a da escolha de uma periodização mais adequada. Essa escolha, ao nível da análise empírica, seria limitada pelo fato de que a maior parte das informações disponíveis — principalmente no caso das décadas de 40, 50, 60 e 70 — se derivam de dados dos Censos Demográficos e Econômicos, de periodicidade decenal até 1970 e quinquenal após esse ano. Assim, torna-se impossível o estudo direto do comportamento das variáveis analisadas nos anos intercensitários.

A abordagem dos diferenciais inter-regionais de crescimento econômico verificados no decorrer da última década, no Rio Grande do Sul, é precedida por uma seção cujo objetivo é proporcionar aos leitores uma recapitulação sucinta dos principais traços da evolução histórica da estruturação espacial da economia gaúcha desde os primórdios da ocupação do território até o final da década de 70.

A divisão regional adotada no trabalho foi desenvolvida pelo grupo de estudos regionais da FEE¹, com a finalidade de empreender a análise da distribuição espacial do crescimento econômico no Estado, no período 1940-80. Uma de suas características é o fato de viabilizar o cotejo de informações relativas a diferentes anos censitários, contornando as dificuldades causadas, no referente à comparabilidade dos dados, pela criação de um grande número de novos municípios no decorrer das décadas de 40, 50, e 60. Essa divisão regional, cujo objetivo inicial era apenas servir de subsídio para estudos que não ultrapassassem o ano de 1980, teve de ser adaptada de forma a possibilitar a análise dos dados relativos à última década, quando voltaram a ocorrer numerosas emancipações.

A divisão regional escolhida contempla dois níveis de agregação espacial. O primeiro, menos detalhado — no qual o Estado é subdividido em sete grandes áreas, ou unidades regionais —, permite a comparação

¹ A metodologia utilizada para a definição dessa divisão regional, que não foi publicada, está descrita em um documento interno da equipe de estudos regionais da FEE (Alonso & Mesquita, 1982).

de informações e a análise do crescimento econômico regional desde 1940. O segundo, no qual essas sete áreas aparecem subdivididas em um total de 34 sub-regiões — denominadas subunidades regionais —, viabiliza uma análise mais minuciosa a partir de 1960. Um mapa dessas áreas, bem como a listagem dos municípios incluídos em cada uma das unidades e subunidades regionais são apresentados em anexo.

Um dos maiores problemas enfrentados na elaboração desta pesquisa esteve ligado às características das informações utilizadas. Devido ao grande atraso ocorrido na divulgação dos Censos Econômicos de 1985, a análise do crescimento regional na década de 80 baseou-se exclusivamente em informações relativas ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) por município, variável calculada a partir das guias de arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

É necessário ter-se em conta que a utilização desse tipo de informações acarreta vários inconvenientes. O primeiro deles consiste no fato de que o VAF é uma "proxy" bastante precária da renda interna municipal, devido ao fato de não cobrir de forma adequada o comportamento da renda gerada no Setor Terciário, já que o ICM não incide sobre grande parte das atividades nele incluídas. Assim, é possível que se incorra em erros significativos de avaliação do comportamento das economias de áreas caracterizadas pelo predomínio de atividades terciárias.

O segundo inconveniente consiste em que as informações prestadas quando do preenchimento das guias de arrecadação se destinam a servir de base para a cobrança de um imposto. Há, evidentemente, um forte incentivo ao subdimensionamento dos valores informados, particularmente em períodos de crise econômica, o que implica uma tendência à subestimação do VAF por município. Deve-se considerar, além disso, que o grau de evasão fiscal (e, por consequência, de subestimação) pode variar bastante entre diferentes tipos de atividades, tendo em vista características que facilitem ou dificultem o processo de fiscalização, como o grau de concentração da atividade em foco, ou a própria estrutura do aparato de fiscalização em uma área dada. Isso pode afetar bastante as comparações entre diferentes regiões ou municípios. Tome-se um exemplo: uma região hipotética cuja economia seja altamente especializada em um tipo de atividade mais difícil de fiscalizar — e no qual, portanto, seja possível esperar um grau de evasão bastante superior à média — tenderá a ter sua participação no total da economia do Estado fortemente subestimada. Enquanto isso, em outra região em que essas condições não estejam presentes, é provável que haja uma subestimação bem menor. A comparação entre os comportamentos evolutivos das

economias das duas áreas é, evidentemente, afetada pela ocorrência desse problema. Outro aspecto a considerar é que a evasão tributária tende a aumentar em períodos de instabilidade econômica, como os anos 80.

Circunstâncias como essas contribuem para dificultar a análise, fazendo com que muitas dentre as conclusões obtidas neste trabalho devam ser tomadas como provisórias, pendentes de confirmação posterior, quando se possa dispor de dados mais confiáveis.

O presente texto está subdividido em três seções, além desta **Introdução** e das **Considerações Finais**. A primeira delas contém um estudo da evolução histórica da distribuição espacial do crescimento econômico no Estado, no período que precede a década de 40. Na segunda seção, é estudado o crescimento das regiões nas décadas de 40, 50, 60 e 70. Na terceira, por sua vez, são investigadas as diferenças inter-regionais de crescimento nos anos 80, objeto específico deste estudo, com base no comportamento do VAF dos setores industrial e agropecuário. Nessa seção, não é examinado o Setor Terciário, por falta de informações que permitam uma melhor avaliação do seu comportamento. No entanto esse problema não compromete significativamente a análise, uma vez que os setores industrial e agropecuário constituem os principais elementos estruturadores do espaço econômico, cabendo ao Setor Terciário um papel que, embora importante, é secundário nesse processo.

2 — Resumo da evolução da estrutura espacial da economia gaúcha até a metade do século XX

Pode-se afirmar, abstraindo a ocorrência de inumeráveis particularidades locais e a existência de numerosas "zonas de transição", que o Rio Grande do Sul da atualidade é constituído, fundamentalmente, por três grandes regiões.

A primeira delas, por ordem cronológica de formação, é o sul caracteristicamente agrário — constituído, de forma aproximada, pelas áreas ao sul dos rios Jacuí e Ibicuí —, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura do arroz.

A segunda é o norte, também predominantemente agrário — que compreende, "grosso modo", a área do Planalto —, caracterizado pelas pequena e média propriedades. Trata-se de uma região muito heterogênea, onde uma produção inicialmente bastante diversificada tendeu a ceder,

progressivamente, em várias áreas, espaço para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja.

A última é o nordeste industrializado, com grandes concentrações urbanas, constituído pelo Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e por algumas áreas no seu entorno, nas quais, a partir do início do século, começou a formar-se um parque industrial que gradualmente deslocou a agricultura e assumiu um papel hegemônico na base da economia local.

Para que se possa melhor compreender a evolução recente da estrutura espacial da economia gaúcha, é conveniente que se faça uma breve recapitulação histórica que permita a identificação dos principais fatores que levaram ao delineamento das características fundamentais que essas três regiões apresentam na atualidade.

Desde o início da ocupação portuguesa até aproximadamente a metade do século XIX, a área situada ao sul do rio Jacuí — a antiga "vaquería del mar", de campos limpos, por onde se haviam espalhado os rebanhos oriundos do gado introduzido nas reduções jesuíticas — constituiu-se na porção mais dinâmica da economia rio-grandense. Suas pastagens permitiram o desenvolvimento de uma pecuária que, articulando-se à economia do centro do País através do fornecimento do charque — um alimento consumido por escravos e pelas camadas mais pobres das populações urbanas —, viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho.

O charque ajudou a construir a prosperidade de Pelotas, núcleo onde se concentrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região sul. O ciclo do charque fez ainda com que muito cedo se consolidasse na área da Campanha — região ao longo da fronteira com o Uruguai, de onde provinham os animais para o abate — uma rede urbana formada, em sua maior parte, por cidades oriundas de antigos acampamentos militares, que assumiram, paulatinamente, funções comerciais e administrativas².

A sociedade construída pela pecuária e pelo charque no sul rio-grandense caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda. No campo, onde predominavam as grandes propriedades, constitui-

² Um grande número de informações sobre a origem e a evolução dos municípios da Campanha até a primeira década do século XX pode ser encontrado em Silveira (1979, pt.4).

das com base na doação de sesmarias, ainda no período colonial, a ocupação era muito esparsa. As estâncias de criação, cobrindo milhares de hectares, situavam-se a léguas umas das outras. Ao lado de um número pequeno de proprietários, existia uma quantidade também relativamente reduzida de agregados e assalariados, já que a pecuária não exigia grandes contingentes de mão-de-obra. A remuneração desses agregados e assalariados, por muito tempo, foi apenas parcialmente monetizada.³ A população rural tendeu a decrescer em termos relativos, processo que se acentuou à medida que foram adotadas algumas melhorias tecnológicas simples, como a introdução de cercas, para separar propriedades vizinhas, a subdivisão das estâncias em poteiros e o uso de bretes, que facilitaram em muito o manejo do gado, diminuindo consideravelmente as necessidades de mão-de-obra na pecuária.⁴

Os centros urbanos, à exceção de Pelotas e Rio Grande, tinham no início funções quase exclusivamente administrativas (guarnições militares) e comerciais. Posteriormente, com a ligação ferroviária do Interior ao porto de Rio Grande, no final do século passado, surgiram charqueadas em algumas cidades (Silveira, 1979, p.419-99). O crescimento da população fez com que aparecessem ainda, em alguns casos, pequenas indústrias que produziam alguns tipos de bens de consumo corrente, voltadas para o mercado local e protegidas da concorrência externa pela dificuldade e pelo custo dos transportes e comunicações. Seria o caso, por exemplo, de estabelecimentos dedicados ao beneficiamento de gêneros alimentícios, à preparação de bebidas, à fabricação de artefatos de couro (correarias), ou de pequenos curtumes, entre outros (Silveira, 1979, pt.4, passim).

Nesse período de apogeu da indústria do charque e de maior prosperidade do sul, o norte era a região mais atrasada do Estado, caracterizando-se pela coexistência de algumas zonas de pecuária com pinheirais ainda inexplorados, áreas de extrativismo ervateiro e florestas virgens. Não é demais lembrar que algumas porções do Alto Uruguai só vieram a ser ocupadas quando já era bem adentrada a segunda metade do século passado.⁵ Porto Alegre, principal núcleo urbano da região,

³ Documentos e informações sobre a administração de uma estância da Campanha na primeira metade do século XIX podem ser encontradas em César (1978).

⁴ Essas transformações tecnológicas foram bem estudadas no caso do Uruguai, de onde muitas das inovações foram difundidas para a região da Campanha. Sobre a evolução da pecuária uruguaia, ver Barrios Pintos (Pintos, 1973).

⁵ Para uma visão do extremo norte do Estado no último quartel do século XIX, ver Beschoren (1989). Trata-se de anotações de viagem de um engenheiro alemão que trabalhou na demarcação de áreas virgens nessa região, entre 1875 e 1887.

Capital da Província e cidade que tivera suas origens ligadas à colonização açoriana no Vale do Jacuí, tinha, até a segunda metade do século passado, funções predominantemente administrativas, não conseguindo rivalizar, em termos de dinamismo econômico, com os dois principais centros urbanos da região sul. Cabe lembrar que o fato de Porto Alegre ser a Capital da Província se devia basicamente a fatores de ordem estratégica: a maior distância da fronteira e a sua ligação por via terrestre com Santa Catarina. A capital original fora Rio Grande, ocupada pelos espanhóis em 1763 e retomada pelos portugueses em 1776 (Fortes & Wagner, 1963, p.29).

A colonização européia — iniciada com a vinda de imigrantes alemães para São Leopoldo, que teve continuidade, com intensidade variável, ao longo do resto do século, sendo reforçada de forma expressiva após 1875 com a vinda de imigrantes italianos, assentados na região de Caxias do Sul — foi o fator determinante de uma maior dinamização da economia do norte do Estado.⁶ Organizada em torno da pequena propriedade e da produção agrícola diversificada, a colonização forneceu a base para a progressiva ascensão de Porto Alegre à condição de principal centro econômico do Estado.⁷ A Capital, localizada às margens de um estuário para onde converge a rede fluvial que banha o nordeste do território rio-grandense, onde se situavam os primeiros assentamentos mais importantes, beneficiou-se da sua posição para servir como ponto de expedição das exportações coloniais para os mercados do centro do País e como centro atacadista, onde as áreas coloniais se abasteciam de produtos manufaturados importados de consumo corrente. As exportações coloniais eram constituídas por uma gama diversificada de produtos de origem agropecuária, entre os quais se destacavam a banha, os cereais e os vinhos.

A expansão das áreas coloniais a partir dos núcleos iniciais próximos a Porto Alegre — com base no deslocamento de descendentes dos primeiros imigrantes, em busca de novas terras — determinou a paulatina ocupação de todo o norte do Rio Grande do Sul, desde os pinheirais característicos do Planalto até as florestas das margens do Alto Uruguai. O processo de ocupação das terras do norte do Estado prolongou-se até as primeiras décadas do presente século.⁸

⁶ Sobre a colonização alemã, ver Roche (1969).

⁷ Sobre as relações entre as colônias e o crescimento de Porto Alegre, ver Singer (1974, p.154-67).

⁸ Sobre esse processo de expansão das áreas coloniais, ver Roche (1969, cap.5).

A imigração criou, em grande parte do norte do Estado — excluindo-se algumas áreas remanescentes, onde continuaram a predominar a pecuária e a grande propriedade —, uma sociedade bastante distinta da do sul. A pequena propriedade, aliada a uma agricultura diversificada, gerou uma distribuição de renda menos concentrada. Ao invés de um grupo diminuto de grandes proprietários com rendas elevadas, ao lado de um contingente relativamente reduzido de assalariados com renda monetária diminuta, havia um número grande de pequenos proprietários que, algum tempo após o assentamento, passava a ter uma renda monetária relativamente expressiva, oriunda da venda da produção que excedia suas necessidades de subsistência. O padrão mais concentrado de assentamento rural resultava, além disso, em uma densidade demográfica muito maior. A rede urbana era, por sua parte, também muito diferente da do sul, sendo constituída por um número grande de pequenos centros, situados a pequena distância uns dos outros.

Ainda em meados do século passado, começaram a configurar-se claramente a estagnação e o declínio da pecuária sulina, cujas charqueadas escravistas demonstravam uma crônica dificuldade para enfrentar a concorrência dos "saladeros" platinos, mais eficientes e organizados em bases capitalistas.⁹ Delineava-se, então, o quadro que viria a se tornar uma das características principais da futura configuração espacial da economia gaúcha: um norte mais dinâmico e economicamente mais diversificado e um sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada.

O surgimento da indústria reforçou esse quadro de desigualdade. Alguns dos primeiros grandes empreendimentos manufatureiros surgidos no Estado localizaram-se em Rio Grande, pela facilidade maior de acesso aos mercados do centro do País, aos quais se destinava a maior parte da sua produção. Essas empresas, todavia, não conseguiram ser bem-sucedidas, pela sua situação pouco favorável em termos de acesso ao mercado e ao abastecimento de algumas matérias-primas.¹⁰ Foram, no entanto, principalmente as indústrias situadas em Porto Alegre e nos centros mais importantes da região colonial as que conseguiram expandir-se e consolidar-se, vindo a formar um parque manufatureiro diversificado e de porte mais significativo na porção nordeste do território.

⁹ Sobre a escravidão nas charqueadas gaúchas, ver Cardoso (1977). O Capítulo IV dessa obra aborda a questão da concorrência platina.

¹⁰ Para uma análise dessa questão, ver Castro (1975, p.109-11).

rio gaúcho. Essas indústrias foram constituídas, em grande parte, com base em capitais acumulados no comércio das áreas coloniais.¹¹

A maior expansão e diversificação industrial do nordeste do Estado, que contrastava à época com o baixo crescimento manufatureiro no sul, explicam-se não apenas pela transferência de capitais do comércio de produtos agrícolas coloniais para a indústria (movimento que não teve paralelo no sul), mas principalmente pela estrutura dos mercados consumidores das duas regiões. É preciso levar em conta que a maior parte dos empreendimentos surgidos no início da industrialização, dedicados à produção de bens de consumo corrente, com baixa sofisticação tecnológica, tinha um raio de ação bastante limitado, voltando-se quase que totalmente para o atendimento de uma demanda local ou regional. As áreas coloniais, mais densamente povoadas e com uma distribuição de renda mais igualitária, apresentavam um mercado mais amplo e adequado para manufaturas simples, como as que podiam ser produzidas pela nascente indústria do Estado. O sul, com sua concentração de renda e com uma população mais dispersa, contava com um mercado menos propício para sustentar a continuidade de uma industrialização baseada na produção de bens de consumo corrente, de pouca sofisticação, com empreendimentos voltados essencialmente para mercados locais. As poucas empresas desse tipo que haviam surgido em algumas cidades do sul tiveram, em regra, dificuldades para expandir suas escalas de produção, vindo posteriormente a sucumbir, quando, com a melhora das redes de transportes e comunicações, desapareceram as barreiras que as protegiam da concorrência de produtores de outras áreas.

Outros fatores devem ainda ser invocados para explicar de forma mais completa as diferenças inter-regionais de crescimento industrial no Rio Grande do Sul, nos primórdios da industrialização. Dentre esses, devem ser destacados alguns de natureza cultural, como a tradição artesanal diversificada trazida pelos colonos, que contrastava com a cultura especializada das áreas de pecuária, onde, nos primeiros tempos após a ocupação do território, o único artesanato autóctone digno de nota era o trançado do couro para a fabricação de utensílios de montaria. Cabe lembrar que, nas cidades do sul do Estado e da Campanha, na segunda metade do século passado, grande parte das ocupações artesanais urbanas — como as de alfaiate, sapateiro, etc. —, bem como parcela significativa do comércio, era exercida por imigrantes euro-

¹¹ Para uma análise sucinta da evolução da indústria no Rio Grande do Sul, ver Pesavento (1985).

peus, muitos dos quais haviam chegado ao Brasil através dos países do Prata.¹² Deve ser lembrado, ainda, o contínuo intercâmbio dos habitantes das áreas coloniais — os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes — com seus países de origem, o que lhes facultava um melhor acesso à tecnologia e à importação de equipamentos industriais.

A aceleração do crescimento industrial ao longo do atual século foi responsável por uma última grande mudança na configuração espacial da economia gaúcha. O nordeste do Estado — mais notadamente a área em torno do Eixo Porto Alegre—Caxias do Sul — passou, à medida que se expandia o parque industrial, a diferenciar-se do restante da região de agricultura colonial diversificada, que já cobria, então, a maior parte do norte do Rio Grande do Sul. O progressivo acúmulo de economias de localização e de urbanização encarregou-se de atrair um número cada vez maior de novos empreendimentos manufatureiros para essa área, à medida que, no Rio Grande do Sul, também ocorria o aproveitamento de oportunidades de substituição de importações, processo que resultou na industrialização do País. Como resultado, o nordeste veio a caracterizar-se como a região industrial por excelência do Estado.

A emergência dessa área industrial no Eixo Porto Alegre—Caxias do Sul completou a caracterização dos traços fundamentais da atual configuração espacial da economia gaúcha. O Rio Grande do Sul passou, em conseqüência, a ser constituído fundamentalmente pelas três grandes regiões mencionadas anteriormente:

- um sul da pecuária e da grande propriedade, caracterizado por um crescimento econômico lento, mesmo com a introdução da lavoura mecanizada do arroz, que se iniciou nas primeiras décadas do século XX e foi responsável por uma relativa dinamização da economia de algumas áreas. Os centros urbanos do sul, apesar de seu porte, não conseguiram sustentar um crescimento industrial significativo, apresentando funções quase que exclusivamente terciárias;
- um norte agrícola das pequena e média propriedades, inicialmente caracterizado pela produção diversificada, elemento que viria praticamente a desaparecer nas décadas de 60 e 70, com a expansão das lavouras mecanizadas do trigo e da soja. Certas cidades dessa região conseguiram, com o passar do tempo, sediar

¹² Sobre a imigração no sul do Estado, ver Becker (1958).

algum crescimento industrial diretamente vinculado à produção primária, seja pelo processamento de produtos agrícolas locais, seja pela produção de insumos e implementos para a lavoura;

- um nordeste industrializado, com grandes aglomerações urbanas, em que as atividades agrícolas se tornaram cada vez menos expressivas, à medida que se acelerou o processo de industrialização.

É evidente que essa caracterização constitui-se em um quadro muito simplificado da estrutura espacial da economia gaúcha, que ignora algumas áreas de menor expressão econômica (como, por exemplo, grande parte do Litoral) não enquadráveis de forma adequada em nenhuma das regiões esquematizadas anteriormente. Esse perfil simplificado não leva em conta, da mesma forma, um grande número de especificidades locais, bem como a existência de diversas "zonas de transição".

Nas seções seguintes, buscar-se-á analisar com maior detalhe e profundidade as tendências mais recentes da evolução da estrutura espacial da economia do Estado, cobrindo o período posterior a 1940, momento a partir do qual se passa a contar com o acervo de dados estatísticos coletados através dos Censos Demográficos e Econômicos.

3 — O crescimento regional após 1939

Antes de iniciar o estudo do crescimento regional no período posterior a 1940, é necessário destacar que a divisão regional em que se baseia a análise desse período difere da delineada na seção anterior, até mesmo porque se baseia em um número maior de regiões. É possível, no entanto, a partir da mesma e agregando algumas de suas unidades regionais, chegar a uma aproximação dessas três "grandes regiões históricas" do Estado. Assim, o "nordeste industrializado" seria composto pela unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul). Já o "norte lavoureiro", das pequena e média propriedades, incluiria as unidades regionais nº 2 (Planalto), nº 5 (Região Central) e nº 7 (Campos de Cima da Serra). O "sul da pecuária e da grande propriedade" seria, por sua vez, constituído pelas unidades regionais nº 3 (Campanha), nº 6 (Região de Pelotas) e nº 4 (Litoral).

É evidente que essa agregação implica algumas distorções, mais evidentes no caso das unidades regionais nº 5 (Região Central) e nº 4 (Litoral), das quais fazem parte algumas áreas que provavelmente esta-

riam classificadas de forma mais correta se incluídas em outras das "grandes regiões históricas".

No período compreendido entre 1939 e 1980, ocorreram mudanças significativas na distribuição espacial da renda interna do Rio Grande do Sul, como mostram os dados da Tabela 1 do Anexo 1. Dentre elas, a mais importante foi o contínuo crescimento da participação da unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul), cuja parcela aumentou quase 20 pontos percentuais nesse período. Em 1980, essa região passou a ser responsável por cerca da metade da renda interna do Estado.

O aumento da participação do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul foi obtido às custas de perdas quase generalizadas por parte das demais áreas. Essas perdas foram, no entanto, desigualmente distribuídas. Algumas unidades regionais, como as nº 3 (Campanha) e nº 6 (Região de Pelotas), tiveram sua importância relativa dentro da economia do Estado reduzida quase à metade nessas quatro décadas, enquanto em outras a queda foi menor. O Planalto (unidade regional nº 2), por sua vez, foi a área que experimentou menor decréscimo no período.

As causas dessas diferenças inter-regionais de crescimento econômico estiveram ligadas, em sua maior parte, a dois processos:

- a aceleração do crescimento industrial, que fez com que o Setor Secundário mais do que duplicasse sua participação no PILcf do Estado, entre 1939 e 1980.¹³ Esse processo alimentou a expansão econômica de algumas regiões que já haviam começado a constituir anteriormente parques manufatureiros mais expressivos e diversificados, como é o caso das áreas situadas ao longo do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.
- a expansão de lavouras mecanizadas (trigo, soja e arroz) em áreas do Interior antes ocupadas pela pecuária extensiva e pela policultura colonial. Essa expansão dinamizou, ao menos parcialmente e em certos momentos, a economia de algumas áreas do Interior, como é o caso de certas porções do Planalto e da Campanha.

¹³ Um esboço de análise das relações entre o crescimento industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul já foi empreendido em outros trabalhos (Bandeira, 1988 e Bandeira & Grundling, 1988), não cabendo retornar a esse tema neste estudo.

Poder-se-ia ainda incluir nessa listagem um terceiro elemento: a urbanização acelerada ocorrida nesse período, acompanhada pela consolidação da rede urbana. Embora o processo de urbanização tenha sido extremamente intensificado no período sob análise, seu papel como elemento autônomo de determinação de diferenciais inter-regionais de crescimento econômico foi bem menos importante do que o dos processos assinalados anteriormente.

Isso não impede, porém, que o crescimento urbano e a consolidação da rede urbana do Estado também possam ter exercido, por sua parte, uma influência importante sobre a determinação desses diferenciais, na medida em que o surgimento de economias de localização e de urbanização afeta o padrão espacial de crescimento. Deve-se notar, no entanto, que a estruturação da rede urbana gaúcha já se encontrava em uma etapa bastante avançada quando o período sob análise teve início. Em 1940, já não mais existiam áreas despovoadas no Rio Grande do Sul, tendo as últimas porções vazias do território do Estado sido ocupadas nas primeiras décadas deste século, através do processo que Roche denominou de "enxamagem" de descendentes dos imigrantes que haviam ocupado as áreas coloniais mais antigas (Roche, 1969, cap.5). Até mesmo nessas áreas de ocupação mais recente, já se havia consolidado uma hierarquia de centros urbanos de diferentes tamanhos, onde eram ofertados serviços de ordem variada.

O desenvolvimento dos dois processos anteriormente referidos (crescimento industrial e expansão da lavoura mecanizada) foi influenciado pela atuação de diversos fatores relativamente autônomos. Assim, por exemplo, no caso da indústria, a implantação e a progressiva expansão e melhoramento da infra-estrutura, especialmente nas áreas de transporte rodoviário, energia e comunicações, definiram potencialidades diferenciadas para o crescimento das diversas regiões do Estado. Além disso, as características da estrutura da rede urbana das várias regiões geraram variações inter-regionais no que se refere à ocorrência de economias de urbanização, que, em muitos casos, constituem fatores essenciais para o desenvolvimento de determinados tipos de atividades econômicas.

No caso da expansão da lavoura mecanizada, intervieram, também, fatores que determinaram condições e potencialidades variadas para as diferentes porções do território do Estado. Entre esses, caberia mencionar a estrutura fundiária, o clima, a topografia e as características dos solos, além do preço e da disponibilidade de áreas para aquisição ou arrendamento. Também se inclui entre esses fatores a presença de agentes econômicos capazes de conduzir o desenvolvimento do setor em bases empresariais, dentro de um quadro de modernização permanente.

Nas seções a seguir, é analisada a influência dos processos de crescimento industrial e de expansão da lavoura empresarial sobre a distribuição geográfica do PILcf do Estado entre 1940 e 1980.

3.1 – O crescimento industrial entre 1939 e 1980

Em 1940, o Rio Grande do Sul era ainda um estado predominantemente agrícola, com 37,5% da sua renda interna oriunda do Setor Primário contra apenas 15,8% da indústria. Apesar disso, como é sabido, o Estado sediava, já desde os primórdios da industrialização, o terceiro maior parque industrial do País, atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro e, nesse momento, ainda um pouco à frente de Minas Gerais (Bandeira, 1988, p.79 e 85).

Apesar da tendência à concentração dos novos investimentos no Estado de São Paulo, verificada até o final da década de 60, o Rio Grande do Sul também conseguiu beneficiar-se do acentuado dinamismo do setor industrial brasileiro ao longo das últimas décadas, o que levou a um progressivo e acentuado aumento da participação do setor no PILcf gaúcho. Em 1970, a contribuição da indústria já quase se igualava à da agropecuária, ultrapassando-a logo a seguir e conseguindo, em 1980, atingir um patamar de 35,5% contra apenas 15,8% do Setor Primário.

Dessa forma, é fácil compreender que o crescimento industrial foi, isoladamente, o mais importante dentre os fatores determinantes das transformações da configuração espacial da economia gaúcha. O processo de migração interna, que resultou no acentuado crescimento da população das regiões industrializadas do Estado, situadas ao longo do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul (correspondente à unidade regional nº 1 da divisão regional adotada neste trabalho), pode ser atribuído em grande parte à expansão do setor manufatureiro e à expectativa dos migrantes de obter oportunidades de trabalho no mesmo. A população dessa unidade, que constituía apenas 23,25% do total do Estado em 1940, passou a representar 38,33% em 1980. É importante assinalar, além disso, que o maior aumento de participação ocorreu na década de 70, que foi também o período de mais acentuado crescimento da indústria.

Um dos traços particularmente marcantes do crescimento da indústria gaúcha nas décadas de 40, 50 e 60 foi o aumento da concentração espacial da produção. A unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre--Caxias do Sul), que já em 1940, pelas razões brevemente discutidas na seção anterior, concentrava a maior parcela do parque manufatu-

reiro gaúcho, fortaleceu de forma contínua sua participação no produto industrial, passando de 47,35% para 69,94% do total entre 1940 e 1970. Esse processo de concentração espacial dos novos investimentos industriais explica-se, fundamentalmente, como já foi mencionado antes, pela melhor infra-estrutura existente na região (em termos de energia, comunicações e transportes) e pelas economias de localização e urbanização auferidas pelas empresas que optassem por localizar-se nessa área.

A década de 70 marcou uma estabilização – e até mesmo um pequeno declínio – desse percentual, que passou para 67,98% em 1980, sugerindo que pudesse estar iniciando um incipiente processo de desconcentração do crescimento industrial a nível inter-regional. A nível intra-regional, ou seja, no interior da unidade regional nº 1, de fato ocorreu uma tendência bem marcada no sentido da dispersão do crescimento do parque manufatureiro. Tal fato pode ser notado considerando-se os dados relativos ao período posterior a 1960, ano a partir do qual se dispõe de informações mais desagregadas. A parcela de Porto Alegre (subunidade 1.1), que representava 26,30% do produto industrial do Estado em 1960, caiu continuamente a partir de então, chegando a 17,92% em 1980 (Alonso & Bandeira, 1988). Enquanto isso, outras áreas incluídas na unidade regional nº 1, como é o caso das subunidades 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.9 e 1.11 (ver mapa e listagem em anexo), tinham suas participações aumentadas, em alguns casos de forma muito acentuada, conforme mostra a Tabela 3 do Anexo 1.

É importante destacar, no entanto, que, ao mesmo tempo em que ocorria essa desconcentração dentro da unidade regional nº 1, era difícil discernir, ressalvadas algumas poucas exceções, uma tendência consistente no sentido do aumento da participação de outras regiões no total do produto industrial do Estado. O que se verificava, conforme já foi assinalado, era uma redução quase que generalizada nas parcelas correspondentes às demais unidades e subunidades.

Uma dessas exceções é a subunidade 4.3, cuja participação aumentou de 3,09% para 5,63% entre 1970 e 1980, fato explicado pela implantação do Distrito Industrial de Rio Grande. Como outras exceções, têm-se as subunidades 5.5 e 5.7, cujas parcelas aumentaram, respectivamente, de 2,41% para 3,64% e de 2,20% para 3,84% entre os anos extremos da década de 70.

Por outro lado, muito mais numeroso era o elenco das áreas cuja participação no produto industrial declinou de forma contínua e acentuada. Dentre elas, os exemplos mais contundentes talvez sejam o da Campanha (correspondente à unidade regional nº 3), que caiu de 10,05%

em 1939 para 3,19% em 1980, e o de Pelotas (subunidade 6.3), onde a redução foi de 5,69% para 3,59% entre 1960 e 1980. Neste último caso, cabe assinalar a ocorrência de uma pequena recuperação na segunda metade dos anos 70, insuficiente, no entanto, para compensar a queda ocorrida na primeira metade dessa década, como mostra a Tabela 3 do Anexo 1.

O que aconteceu, na verdade, foi uma "desconcentração concentrada", favorecida pela melhoria da infra-estrutura em termos de transporte e comunicações. Os novos empreendimentos industriais implantados no período tenderam a optar por situar-se fora das áreas industriais mais antigas e congestionadas, buscando, no entanto, manter-se suficientemente próximos dessas áreas mais antigas para continuar a desfrutar das economias de localização e urbanização nelas disponíveis. Esses novos empreendimentos, em última análise, buscaram aproveitar-se, em escala local, do que Azzoni denominou de "ampliação do campo aglomerativo" (Azzoni, 1986), proporcionada pela melhoria do transporte e das comunicações.

Tal melhoria, na verdade, teve efeitos contraditórios sobre a distribuição espacial do crescimento da indústria no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo em que contribuiu para viabilizar a "desconcentração concentrada" do parque industrial nas áreas mais próximas de Porto Alegre, determinou também a ocorrência de um "efeito-destruição" que fez desaparecer algumas empresas que existiam no Interior, voltadas para mercados locais e protegidas pelas dificuldades de transporte. Talvez o melhor exemplo desse tipo de situação seja o das pequenas indústrias de bebidas (cerveja, refrigerantes, etc.) anteriormente encontradas em algumas das principais cidades interioranas mais distantes da Capital, que não conseguiram sobreviver ao aumento da concorrência após a redução das barreiras protetoras representadas pelas más condições das redes de transporte e comunicação.

Por outro lado, é necessário lembrar que a melhoria da infra-estrutura de transporte rodoviário, energia e comunicações, ocorrida principalmente no decorrer da década de 60 e início da de 70, favoreceu a implantação, em algumas regiões do Interior, de novos empreendimentos voltados para a exploração de recursos naturais ou para o beneficiamento da produção agropecuária local.

Um exemplo de indústria de maior grau de sofisticação em que o Interior conseguiu ser bem-sucedido é o da produção de máquinas e implementos agrícolas. A explosiva expansão das culturas de trigo e soja, ao final da década de 60 e início dos anos 70, favoreceu o crescimento rápido, nas regiões agrícolas do Planalto, de empresas que

atuavam na produção de implementos agrícolas simples. Estimuladas pelo aumento de demanda representado pela expansão dessas culturas, essas empresas aumentaram suas escalas e diversificaram acentuadamente as linhas de produtos. Muitas foram capazes de sobreviver às dificuldades causadas pela redução posterior do ritmo de expansão das culturas mecanizadas no Estado, sendo que algumas conseguiram até mesmo penetrar nos mercados de outras regiões agrícolas do País.

Em síntese, no que se refere aos padrões de distribuição espacial do crescimento da indústria, o período 1939-80 pode ser subdividido em duas partes. Nas décadas de 40, 50 e 60, aumentou de forma acentuada o grau de concentração do parque manufatureiro do Estado, em virtude de um avanço contínuo da parcela correspondente à unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul). Nos anos 70, no entanto, essa tendência parecia ter-se enfraquecido, sendo substituída por um incipiente processo de crescimento menos concentrado em termos geográficos.

3.2 – O crescimento agrícola entre 1939 e 1980

Como mostra a análise desenvolvida neste estudo sobre o período anterior a 1940, desde muito cedo o perfil da economia primária do Estado caracterizou-se pela coexistência de duas grandes regiões diferenciadas: ao sul do Jacuí, uma imensa área de grandes propriedades especializada na produção de carne e lã; e, ao norte desse rio, uma grande extensão onde predominavam as pequena e média propriedades e a produção diversificada.

Esse perfil espacial da agropecuária gaúcha foi fortemente condicionado por fatores de ordem ambiental. No sul, o fato de mais da metade da área ser plana e coberta por campos facilitou a adaptação à criação de gado em grandes latifúndios, atividade que viabilizou economicamente a ocupação do território a partir da primeira metade do século XVIII.

No norte, o relevo acidentado e coberto por matas tornava muitas zonas desfavoráveis para a pecuária extensiva. Por esse motivo, a região caracterizou-se como uma "área marginal" nos momentos iniciais da história econômica gaúcha. A opção pelo assentamento dos imigrantes europeus, chegados ao Estado a partir da segunda década do século XIX, em áreas não apropriadas para a pecuária, desempenhou papel fundamental na definição do tipo de ocupação. A expansão das áreas coloniais fez com que o norte do Estado fosse progressivamente coberto por uni-

dades agropastoris menores, baseadas na combinação da lavoura com a criação de animais de menor porte ou com a pecuária leiteira.

A partir dessa geografia inicial, muitas mudanças processaram-se na ocupação do território rio-grandense, como consequência do crescimento econômico e da unificação do espaço regional.

Assim como no caso da economia brasileira, o crescimento da economia gaúcha, desde as últimas décadas do século passado, foi permeado por profundas transformações estruturais, que implicaram mudanças significativas nos padrões de distribuição espacial das atividades econômicas, alterando sobremaneira o quadro regional do Estado.

Certamente a mais notável dentre essas alterações foi o surgimento, já mencionado anteriormente, nas áreas próximas da Capital, de uma região com características distintas das preexistentes, tendo em vista seu caráter de concentração industrial em meio a uma área cuja base econômica era indiscutivelmente agrícola.

Mesmo nas regiões com vocação predominantemente agropecuária, o período 1939-80 foi rico em modificações, devido à própria natureza do desenvolvimento de alguns segmentos do Setor Primário gaúcho. Em consequência dessas modificações, alteraram-se, de várias formas, o papel e a posição das diversas áreas do Interior no contexto da produção primária rio-grandense.

Os principais fatores determinantes dessas alterações estiveram relacionados com a modernização tecnológica e com mudanças no perfil da produção. Algumas atividades tradicionais cederam seu lugar para outras capazes de proporcionar, a partir de um certo momento, um retorno econômico maior. Nesse sentido, o fato mais marcante foi a introdução de lavouras mecanizadas — principalmente de arroz, trigo e soja — tanto em áreas típicas de pecuária extensiva como em zonas onde antes predominava a agropecuária colonial diversificada. A aceleração do processo de mecanização representou, por sua vez, um marco no que se refere à modernização da atividade primária, à exploração agrícola em bases empresariais e à integração, em novos termos, entre a agricultura e as atividades industriais no Estado.

O resultado líquido dessas transformações, ao nível da renda gerada pela agropecuária gaúcha, transparece nos dados da Tabela 2 do Anexo 1. Essa tabela mostra a participação das diversas unidades e subunidades regionais no total do produto gerado pelo Setor Primário gaúcho, no período 1939-80. É possível observar que as mudanças mais

expressivas verificadas nesse período se referem ao aumento da parcela da unidade regional nº 2 (Planalto Rio-Grandense) e à queda da participação da unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul). Em um segundo plano, aparece a redução experimentada pela unidade regional nº 5 (Região Central). Em um terceiro plano, surgem as demais unidades regionais, a nº 3 (Campanha), a nº 6 (Região de Pelotas), a nº 4 (Litoral) e a nº 7 (Campos de Cima da Serra), as quais praticamente não tiveram suas posições relativas modificadas de forma significativa no conjunto da agropecuária do Rio Grande do Sul.

A unidade regional nº 2, que abrange a maior parte da área do Planalto Rio-Grandense, foi a que apresentou modificações mais substanciais ao longo do período 1939-80, tendo elevado sua participação de 29,9% para 39,0% no conjunto da renda interna da agropecuária do Estado. Essa área foi, de fato, a que melhor se inseriu nas fases de crescimento da economia (e da agropecuária) brasileira no decorrer dessas quatro décadas. Trata-se de uma região cujas características foram modificadas, a partir das últimas décadas do século passado, pela expansão da agropecuária diversificada implantada no nordeste do Estado pela imigração européia. Inicialmente, uma região onde as atividades predominantes eram a pecuária (em zonas esparsas de campos limpos), a exploração da erva-mate e a extração da madeira dos pinheirais nativos, passou a ser, progressivamente, uma área caracterizada pela predominância das pequena e média propriedades rurais e pela policultura. Em um momento mais recente, a policultura passou a ceder terreno para uma atividade mais especializada, baseada em lavouras mecanizadas de produtos de exportação (soja) ou de abastecimento do mercado interno (trigo ou milho).

A acentuada expansão da lavoura mecanizada nessa região só pode ser compreendida levando-se em consideração que a mesma certamente dispunha, em grande parte do seu território, de condições mais favoráveis para a atração de capitais para o Setor Primário do que as demais regiões do Estado. Tais condições envolveram desde características ecológicas mais adequadas até aspectos relativos à infra-estrutura de um modo geral, passando por uma capacidade empreendedora diferenciada por parte dos agentes econômicos da região,¹⁴ bem como o surgimento de um forte sistema de cooperativas (multicooperativas), que teve um papel importante, particularmente a partir de meados dos anos 60, e que se desenvolveu a partir dessa área (Benetti, 1985, p.46-50 e Conceição, 1984, p.31-2).

¹⁴ Para que se tenha uma idéia mais clara sobre os atributos e a capacidade empreendedora dos agentes econômicos desta região, ver Benetti (1985, cap.6).

Essa região é composta por zonas bastante diferenciadas no que se refere à estrutura fundiária e às atividades produtivas predominantes. Tais áreas tenderam a apresentar um comportamento heterogêneo nos 40 anos aqui analisados. Algumas sofreram alterações menos expressivas, continuando basicamente policultoras, enquanto em outras a produção se especializou de forma acentuada.

A área localizada bem ao norte, constituída por municípios próximos ao rio Uruguai¹⁵, teve como característica básica, no decorrer do período, a policultura. Na década de 60, chegou a haver certa predominância da soja, que se enfraqueceu nos anos seguintes, mediante a intensificação dos cultivos do trigo e do milho, bem como da criação de suínos e de gado leiteiro (RS. Progr. Invest. Integr. Setor Agrop., 1975, p.109).

Nas áreas situadas mais ao sul, compostas por Municípios como Carazinho, Passo Fundo, Cruz Alta e arredores, a mudança mais significativa consistiu na redução do papel da pecuária de corte na formação da renda interna regional, que cedeu lugar às culturas de trigo, soja e milho, já presentes anteriormente na região, que consolidaram posições nesse período devido às condições econômicas que lhes eram amplamente favoráveis.

Essa foi a porção do território do Rio Grande do Sul onde o "boom" agrícola do final dos anos 60 e início dos 70 ocorreu com maior intensidade, fato que lhe conferiu a primazia na produção primária do Estado, particularmente na lavoura, e ampliou a diferença que a separava das demais regiões em termos de volume da renda interna agropecuária.

Situação inversa à do Planalto Rio-Grandense, que aumentou sua participação na renda agrícola do Estado, ocorreu na unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul), que teve reduzida a sua importância relativa no conjunto da agropecuária do Estado. A queda ocorreu de forma paulatina ao longo do período, passando de 14,3% do total em 1939 para 8,6% em 1980. Trata-se da região na qual teve início a implantação da agropecuária colonial característica dos núcleos de colonização européia, onde tradicionalmente predominaram as pequena e média propriedades rurais, e que, em um passado mais

¹⁵ Essa área corresponde, "grosso modo", a subunidade regional nº 2.6 (Santa Rosa), à parte norte da subunidade nº 2.4 (acima de Palmeira das Missões) e ao norte da subunidade nº 2.1 (acima de Sertão e Passo Fundo).

distante, desempenhou um papel importante na produção agropecuária rio-grandense. Com a evolução da economia gaúcha, todavia, essa região passou a ter novo papel na divisão inter-regional do trabalho, assumindo sua economia características crescentemente urbanas e industriais.

Em 1939, a agropecuária era responsável por 15,7% do produto da região, enquanto 84,3% se deviam a atividades urbanas (indústria e serviços). Em 1980, correspondiam à agropecuária apenas 2,8% do total, restando 97,2% para a indústria e os serviços. Tais números refletem de forma clara a consolidação do novo papel assumido por essa região, desde a virada do século, dentro do quadro econômico do Rio Grande do Sul.

É importante ressaltar, no entanto, que o espaço regional é bastante heterogêneo em termos econômicos. Alguns núcleos urbanos assumiram características de centros importantes simultaneamente no que diz respeito à indústria e aos serviços. É o caso de Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Canoas e São Leopoldo, além de outros de menor expressão. Ainda em outros centros, a queda na importância das atividades agropecuárias teve como principal contrapartida a industrialização. É o caso de alguns dos municípios localizados no entorno da Rodovia BR-116, no trecho compreendido entre Porto Alegre e Novo Hamburgo. Na verdade, são bem poucos os municípios da unidade regional nº 1 em que a participação da agropecuária no PIIcf supera a média do Estado.

Mais da metade do produto agropecuário do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul é gerada pela lavoura, estando a pecuária centrada fundamentalmente no gado leiteiro. No que tange à lavoura, há um certo grau de diversificação, embora em algumas áreas haja uma especialização acentuada na produção de uva. Esse produto começou a tornar-se importante na região a partir do início da imigração italiana, tendo sua produção passado por mudanças significativas nos últimos 15 anos, em função das modificações no perfil da demanda por matérias-primas, por parte da indústria vinícola rio-grandense (Grando & Jalfim, 1990). Tal fato aprofunda a especialização regional nesse produto e permite antever que, mesmo que o produto agropecuário dessa região reduza ainda mais sua participação no conjunto do Rio Grande do Sul, a viticultura continuará a ser importante no cenário econômico local.

A unidade regional nº 5, localizada praticamente no centro geográfico do Rio Grande do Sul, apresentou taxas de crescimento do produto agropecuário menores do que a média do Estado, resultando daí uma perda relativa da ordem de 2,5% no conjunto da renda interna setorial entre 1939 e 1980. Trata-se de uma área heterogênea, que pode ser ca-

racterizada como uma zona de transição entre a região das grandes propriedades, ao sul, e a das pequena e média propriedades rurais, ao norte.

A composição do produto agropecuário dessa região apresentou modificações ao longo do período, caracterizadas por um avanço da lavoura até meados dos anos 70 e por uma pequena queda relativa entre 1975 e 1980, a exemplo do que ocorreu no âmbito do Estado. Nessa região, no entanto, é possível perceber que não só a lavoura em geral desacelerou suas taxas de crescimento, como também houve uma expressiva recuperação da pecuária em algumas áreas, mediante o crescimento da avicultura e da pecuária leiteira.

A área onde ocorreram as maiores transformações foi a subunidade nº 5.5, que não possuía mais do que 7,8% do rebanho de frangos do Estado em 1959, passando para 16,7% em 1980. A notável expansão desse segmento esteve apoiada inicialmente no mercado interno, na medida em que o consumo da carne de frango foi substituindo paulatinamente o da carne bovina, em função do preço mais acessível, uma decorrência do fato de seu custo de produção ser bem mais reduzido. Num segundo momento, já com sua capacidade competitiva estabelecida, a avicultura local alcançou o mercado externo. A liderança nessa atividade estava, em 1980, com os Municípios de Arroio do Meio, Nova Brésia, Estrela e Lajeado.

Cabe ressaltar, ainda, que alguns segmentos da lavoura experimentaram expansão expressiva na região, não só do ponto de vista quantitativo, mas também no que se refere à melhoria do cultivo, como resultado da adoção de técnicas modernas. Esse foi o caso do fumo, produto estimulado substancialmente pela agroindústria do setor nas últimas décadas,¹⁶ consolidando, dessa forma, a histórica especialização de algumas zonas da região nessa cultura. Ao longo do período 1939-80, a unidade regional nº 5 produziu sempre mais de dois terços do fumo gaúcho, sendo Santa Cruz, Sobradinho, Venâncio Aires, Rio Pardo e Candelária os municípios de maior produção.

¹⁶ A expansão da lavoura de fumo decorreu da queda na oferta mundial do produto, devido ao fato de que a Rodésia (atual Zimbábue), um grande produtor, praticamente foi eliminada do mercado devido às restrições impostas pela ONU ao seu comércio externo, em virtude de sua política de discriminação racial. Como consequência dessas restrições, o Mercado Comum Europeu (MCE) redefiniu suas quotas de importação, cabendo ao Brasil um aumento de 4% para 11%. As necessidades do MCE eram de fumos leves para cigarros, justamente os produzidos no Rio Grande do Sul (Indic. Econ. RS, 1977, p.138).

As demais unidades regionais praticamente mantiveram seu peso relativo no conjunto da renda interna gerada pela agropecuária do Rio Grande do Sul entre 1939 e 1980. Ainda assim, cabe fazer algumas considerações a esse respeito.

A unidade regional nº 3 abrange a quase-totalidade da Campanha gaúcha e tem como característica principal o predomínio das grandes propriedades agropecuárias. Trata-se de uma região que historicamente teve sua economia voltada para a produção de carne e lã. Posteriormente, já em meados deste século, passou a ser introduzida aí a lavoura do arroz, seguida, mais recentemente, pelas do trigo (décadas de 50 e 60) e da soja (década de 70).

A composição do produto agropecuário regional sofreu grande modificação na medida em que a lavoura mecanizada era introduzida, enquanto as atividades ligadas à pecuária, menos dinâmicas, perdiam importância relativa.

Em 1939, a lavoura era responsável por 20,5% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária local, cabendo 78,9% à pecuária. Esse quadro mudou bastante no período posterior, tendo a lavoura aumentado sua participação de forma bastante expressiva. Em 1980, sua parcela correspondia a 45% do total, depois de ter alcançado patamares ainda mais elevados em 1975.

As causas dessas modificações estão localizadas tanto no dinamismo próprio da lavoura empresarial quanto nas dificuldades estruturais que a pecuária regional tem encontrado para modernizar-se de forma mais acelerada. O rebanho bovino dessa área perdeu posição relativa no conjunto do Estado. De fato, a região contava com 51% do rebanho gaúcho em 1939, participação que caiu para 47% em 1980. Em outras palavras, o crescimento da pecuária bovina dessa região esteve abaixo da média do Estado. Situação melhor desfruta a ovinocultura local. Em 1939, a região detinha 72,6% do rebanho, melhorando tal posição para 77,4% do total do Estado no final do período.

Por outro lado, a lavoura mecanizada teve um desempenho que pode ser considerado excepcional ao nível da região, fazendo com que a renda interna agropecuária se mantivesse, ao longo do período, em um mesmo patamar de participação no total do Setor Primário gaúcho. A produção local de arroz, que representava 15,5% do total estadual no início do período, teve uma ascensão vertical, até atingir 45,3% em 1980. Os principais produtores de arroz na região, em 1980, eram os Municípios de Jaguarão, Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel, Uruguiana, Itaqui e São Borja.

Além dessa, duas outras lavouras são importantes na região, embora com menor significado econômico do que a do arroz. A primeira é a soja, que passou a ser cultivada em algumas áreas, no final dos anos 60, de forma que, em 1970, a produção regional representava 3,5% dessa cultura no Estado. Nos anos seguintes, esse cultivo expandiu-se, fazendo com que a região atingisse 11,2% do total produzido em 1980. Os municípios mais importantes no que se refere à produção de soja em 1980 eram Itaquí, Santiago, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Francisco de Assis, Tupanciretã e São Gabriel.

Outra lavoura cujo desempenho teve certo impacto sobre o comportamento da renda interna regional foi o trigo. Trata-se de uma cultura já presente na área desde o início do período, quando a produção local representava 7,1% do total do Estado. Esse percentual aumentou significativamente, até alcançar 17,7% em 1970 e 24,5% em 1980, ou seja, um quarto da produção estadual desse produto. Apesar de essa cultura estar disseminada por toda a região, ela só assume importância mais significativa naqueles municípios que também são importantes na produção de soja, devido à prática do plantio alternado das duas culturas.

Sintetizando, a renda interna agropecuária da unidade regional nº 3 (Campanha) somente conseguiu manter um nível elevado de participação no conjunto do Setor Primário estadual devido à expansão das lavouras mecanizadas do arroz, em um primeiro plano, e do trigo e da soja, em um segundo plano. Isso fica claro quando se observa a Tabela 2 do Anexo 1, cujos dados mostram que a parcela correspondente a essa área no conjunto da agropecuária do Estado caiu bastante na década de 40, mantendo-se em um patamar relativamente estável até 1975, momento a partir do qual se elevou de forma acentuada, basicamente em virtude da expansão da lavoura do arroz na região.

A unidade regional nº 4 abrange o litoral do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma região bastante heterogênea em termos econômicos. A sua porção norte é constituída por áreas cuja economia está fortemente vinculada aos fluxos turísticos de veraneio e nas quais a agricultura é desenvolvida predominantemente em pequenas e médias propriedades, como ocorre nos Municípios de Torres, Capão da Canoa e Tramandaí.

No centro dessa unidade regional, localizam-se municípios com economias onde a agropecuária é a atividade predominante, como é o caso de Mostardas e São José do Norte. Nestes, ao longo do período aqui estudado, mais da metade do PILcf originava-se do Setor Primário. O setor industrial era praticamente inexistente, sendo responsável por apenas 1% da renda desses dois municípios.

No sul, encontram-se os Municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. No primeiro, as atividades primárias desempenham papel inexpressivo no contexto do produto local (nunca mais de 9% do total ao longo do período 1939-80). Em Santa Vitória do Palmar, a lavoura mecanizada do arroz, desenvolvida em médias e grandes propriedades, desponta como atividade principal.

A agropecuária da unidade regional nº 4 tem pouca expressão no contexto do Estado, na medida em que nunca representou, ao longo do período, mais que 5,3% do produto primário gaúcho. A agropecuária local conseguiu manter sua posição relativa, no conjunto do Estado, nesse patamar devido principalmente ao avanço experimentado pela lavoura do arroz e à consolidação da especialização de áreas do seu território na produção da cebola.¹⁷

A unidade regional nº 6 tem em Pelotas o seu município mais importante, tendo sido responsável, em 1980, por 7,3% do produto agropecuário do Rio Grande do Sul. Esse nível de participação manteve-se relativamente estável ao longo do período, tendo as modificações ocorridas na sua composição obedecido, de uma forma geral, as mesmas tendências vigentes no conjunto do Estado, isto é, um recuo da pecuária acompanhado por um avanço correspondente da lavoura. A pecuária local, apesar disso, manteve sua participação no total do Rio Grande do Sul relativamente estável ao longo do período.

A mudança mais significativa no Setor Primário dessa unidade regional ocorreu no âmbito da lavoura, onde o cultivo do arroz cresceu a taxas menores do que a média do Estado, fazendo com que sua participação relativa caísse de 28,6% em 1939 para 13,2% em 1980. Apesar disso, em alguns municípios, a orizicultura continuou a ser, isoladamente, a atividade mais importante, como em Canguçu e Arroio Grande. Por outro lado, lavouras que fornecem insumos para a indústria de conservas alimentícias, como a do pêssego, tiveram uma grande expansão. No caso específico dessa fruta, por exemplo, a região passou a produzir 62,3% do total do Estado em 1980 contra apenas 11,1% em 1949. As atividades agrícolas voltadas para o fornecimento de insumos para a indústria de conservas concentram-se principalmente em Pelotas e Canguçu.

¹⁷ Em 1939, a região produzia 3,4% do arroz gaúcho, crescendo expressivamente para 18,4% em 1980. No que diz respeito à cebola, foi responsável por cerca de quatro quintos da produção do Estado ao longo do período. Os municípios dessa unidade regional que mais produzem arroz em 1980 eram Santa Vitória do Palmar, Mostardas, Rio Grande e Osório. Já os principais produtores de cebola eram São José do Norte e Rio Grande.

A unidade regional nº 7 (Campos de Cima da Serra) abrange a parte do nordeste do Rio Grande do Sul. Sua estrutura fundiária é caracterizada pelo predomínio das médias e grandes propriedades, onde historicamente se desenvolveram a pecuária bovina e a extração de madeira. No período 1939-1980, essa área perdeu importância relativa na agropecuária gaúcha, tendo passado de 2,2% da renda interna do setor em 1939 para 1,6% em 1980.

A composição do produto agrícola local, ao longo do período, teve uma presença majoritária da pecuária bovina, embora a lavoura tenha avançado, a exemplo do que aconteceu no conjunto do Estado. A região deteve, ao longo do período, cerca de 5% do rebanho bovino estadual. O crescimento da renda interna da lavoura ocorreu principalmente devido à expansão da cultura da soja e à introdução da produção de maçãs, entre outros produtos de menor expressão econômica.

A análise do desempenho inter-regional da agropecuária no período 1939-1980 revelou que a característica principal desse crescimento foi um avanço substancial da lavoura mecanizada nas atividades primárias da economia gaúcha. Tal fato imprimiu modificações importantes não só na composição do produto agropecuário, como também mudou o quadro regional em termos de geração da renda interna primária, levando a região denominada Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul a diminuir a sua importância relativa em 5,7 pontos percentuais no produto primário gaúcho, enquanto o Planalto Rio-Grandense crescia a taxas acima da média até alcançar 39% da produção de bens primários do Estado. As demais regiões apresentaram variações menores em suas participações na geração da renda interna primária do Rio Grande do Sul. No entanto cabe assinalar que, em todas elas, o fato marcante e novo foi a expansão da lavoura mecanizada, ou de lavouras cujo desenvolvimento se caracterizava pela tecnificação dos processos produtivos.

4 – O crescimento regional na década de 80

A análise desenvolvida nas seções anteriores deste trabalho teve a finalidade de delinear as formas segundo as quais ocorreu o crescimento das regiões do Rio Grande do Sul até o final da década de 70. Pode-se afirmar que, de certa forma, esse cenário constitui importante ponto de partida para a análise dos anos 80, já que o mesmo reúne as condicionantes básicas sob as quais se daria o desenvolvimento posterior das diferentes áreas que constituem o território gaúcho.

Para que se possa melhor compreender a evolução da economia das regiões do Rio Grande do Sul nesse período, deve-se, inicialmente, caracterizar o desempenho das economias brasileira e gaúcha. Os anos 80 são definidos como um período de crise, crise esta gestada nos anos 70 e que se consolidou a partir de 1981. Suas características básicas foram um baixo nível de investimento (Matesco, 1989, p.71), reduzidas taxas de expansão do emprego, estancamento da incorporação de novas tecnologias em grande parte das atividades produtivas e desarticulação da capacidade de investimento do setor público (Silva, 1989, p.36). Tudo isso implicou, como consequência, taxas de crescimento do Produto bem menores do que as verificadas em épocas anteriores. Esses problemas, no entanto, não atingiram todas as atividades com a mesma intensidade. Houve segmentos que foram menos afetados, caracterizando-se como ilhas de prosperidade em meio às dificuldades gerais.

Tanto a economia brasileira quanto a gaúcha alternaram, durante o período, anos de desempenho mais expressivo com outros de baixa expansão ou mesmo de taxas negativas de crescimento do Produto. A nível setorial, o segmento mais atingido foi o industrial, particularmente a indústria de transformação. De fato, a agropecuária e os serviços experimentaram taxas médias de crescimento mais elevadas do que o Setor Secundário ao longo do período.

O objetivo desta seção é estudar como essas dificuldades se manifestaram ao nível das economias das diversas regiões do Rio Grande do Sul. Convém esclarecer que a análise aqui apresentada difere, em alguns aspectos, daquela contida nas seções antecedentes. O estudo do período anterior a 1980 esteve calcado basicamente em dados de renda interna elaborados pela FEE. A partir de 1980, o estudo tem por base as séries do VAF, organizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado, com o objetivo de definir as quotas de participação dos municípios no retorno do ICM.

A forma como são apresentados os dados nas publicações da Secretaria da Fazenda tornou possível desdobrar o VAF da indústria, para um exame mais detalhado, em dois componentes: a indústria de beneficiamento e a indústria de transformação. Entende-se por indústria de beneficiamento aquela que processa determinadas matérias-primas sem, no entanto, lhes alterar a natureza; ou seja, os insumos utilizados têm suas características apenas parcialmente modificadas, sem resultar em um produto diferente. Já a indústria de transformação dá origem a bens cuja natureza é diversa daquela das matérias-primas utilizadas.

Seguindo o mesmo procedimento desenvolvido na seção anterior, inicialmente será estudado o crescimento da indústria e, posteriormente, o da agropecuária no período 1980-88. Observe-se que o ano de 1988 é o último para o qual se dispõe de informações relativas ao VAF por municípios.

4.1 – O crescimento industrial nos anos 80

O desempenho do setor industrial do Rio Grande do Sul nos anos 80 apresentou oscilações acentuadas, a exemplo do que ocorreu no conjunto do País. A indústria gaúcha apresentou taxas positivas de crescimento somente em 1982-83, 1983-84 e 1985-86, com variações negativas nos demais anos. Esse quadro de instabilidade, no entanto, não afetou substancialmente os padrões de diferenças inter-regionais de crescimento da indústria do Estado, como mostram as Tabelas 7, 8 e 9. A única exceção foi a unidade regional nº 5 (Região Central), que quase dobrou sua importância relativa no conjunto do Setor Secundário do Rio Grande do Sul, como será mostrado mais adiante.

Essa situação de relativa estabilidade no peso industrial das diversas regiões que constituem o Estado não é um fato surpreendente, pois as grandes modificações nos padrões inter-regionais de crescimento da economia tendem a ocorrer nas fases ascendentes do ciclo econômico e não em períodos marcados por um baixo nível de investimentos, como foram os anos 80.

Nessas condições, a unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul), inegavelmente a mais industrializada do Estado, manteve sua posição ao longo da década de 80, sendo responsável por dois terços do VAF gerado pela indústria do Rio Grande do Sul. Verificaram-se, no entanto, diferenças de comportamento entre os principais segmentos que compõem o parque industrial dessa região. A indústria de transformação experimentou um pequeno avanço de 1,66% entre 1980 e 1988, em termos de participação no total do Estado, enquanto a indústria de beneficiamento registrou uma queda acentuada da ordem de 7,02%.

Na verdade, as diferenças de comportamento entre esses dois segmentos não chegam a surpreender. Essa região, por possuir uma matriz industrial com alto grau de densidade de inter-relações técnicas, representa um ponto ideal para a localização das plantas – que constituem o caso mais freqüente na indústria de transformação – cujos custos podem ser rebaixados em função seja da presença na mesma

área de unidades de ramos complementares (economias de localização), seja da implantação em áreas extensamente urbanizadas (economias de urbanização).¹⁸

Já as indústrias de beneficiamento, de um modo geral, são mais ligadas à base agropecuária. Além disso, as melhorias na infra-estrutura — em termos de energia, transportes, armazenagem e comunicações — ocorridas em outras áreas do Estado tornaram viável que o crescimento desse tipo de indústria passasse a ocorrer de forma mais descentralizada.

Outro fato a destacar é o rearranjo espacial por que passa a produção industrial do Eixo Porto Alegre—Caxias do Sul, confirmando tendências já presentes nas décadas anteriores. A Capital do Estado (subunidade 1.1) continuou paulatinamente a perder expressão relativa como centro industrial, reduzindo sua participação no VAF da indústria de 16,13% em 1980 para 10,42% em 1988. A queda mais acentuada deu-se na indústria de beneficiamento porto-alegrense, que reduziu sua participação no total do Estado de 8,79% para 2,19% nesse período. No caso da indústria de transformação, o percentual decresceu de 16,59% para 11,66%.

Movimento distinto ocorreu em outras áreas da região, como as subunidades 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.11 (ver mapa e listagem em anexo), que elevaram sua participação conjunta no VAF da indústria de transformação em pouco mais de 6% no período 1980-88. Em relação à indústria de beneficiamento, a parcela correspondente a essas áreas permaneceu praticamente estável.

A unidade regional nº 2 (Planalto), diferentemente do Eixo Porto Alegre—Caxias do Sul, não é uma área tipicamente industrializada. Apesar disso, gerou sempre mais de 6% do VAF da indústria rio-grandense no período 1980-88.

O parque industrial dessa região está concentrado em alguns poucos centros urbanos, tendo sua estrutura vinculada fundamentalmente à base agropecuária local. Os gêneros industriais predominantes são produtos alimentares, química (onde se inclui a produção de óleos vegetais, importante na região) e metalúrgica e mecânica (dos quais faz parte a produção de máquinas e implementos agrícolas, também

¹⁸ Ver, a esse respeito, Castells (1977, cap.1) e Diniz & Lemos (1986, p.35).

importante na área). Para que se possa ter uma idéia do significado desses ramos dentro da indústria local, basta dizer que os dois primeiros segmentos representavam, em 1980, cerca de 69% do Valor da Transformação Industrial (VTI) em Passo Fundo (Alonso, 1989a, p.294-5), mais de 50% em Marau, 35% em Erechim, 70% em Santa Rosa e 34% em Ijuí, sendo expressivos ainda em Ibirubá, Santo Ângelo e Cruz Alta. Os gêneros mecânica e metalúrgica são importantes em Horizontina, com mais de 90% do VTI em 1980, em Carazinho, com 55%, em Panambi, com 77%, e em Santa Rosa, com 22%. Esses segmentos também têm importância significativa em Passo Fundo, Guaporé e Ijuí.

O setor industrial da região foi afetado pelas dificuldades impostas pela crise dos anos 80, não conseguindo acompanhar o crescimento de outras áreas. A sua participação no total do VAF da indústria do Estado caiu de 7,69% para 6,19% entre 1980 e 1988. O segmento mais atingido foi o de transformação. De fato, a indústria de transformação local, que era responsável por 7,96% do VAF desse segmento no Estado, no início da década, declinou para 6,04% em 1988. É provável que o ramo que mais contribuiu para essa queda tenha sido o de máquinas e implementos agrícolas. A indústria de beneficiamento, no entanto, logrou crescer a taxas semelhantes à média do Estado, conseguindo até mesmo melhorar ligeiramente sua posição relativa no contexto estadual entre os anos extremos do período aqui estudado, alcançando 6,52% do total em 1988.

A unidade regional nº 3 (Campanha) vem já de longa data perdendo importância relativa dentro da indústria rio-grandense. Chegou a gerar cerca de 10% do produto industrial gaúcho no final dos anos 30, tendo, a partir de então, experimentado um permanente declínio relativo, até alcançar pouco mais de 3% em 1980. Curiosamente, nos anos 80, essa área apresentou um crescimento industrial superior à média do Estado, o que fez com que sua participação no VAF do setor passasse de 3,44% para 4,09% entre 1980 e 1988.

A indústria de beneficiamento foi, entretanto, a única responsável por essa melhoria de posição. Já no que diz respeito à indústria de transformação, o desempenho da região foi inferior à média, o que levou à redução de sua importância relativa no contexto estadual. Assim, a indústria de beneficiamento local apresentou, na década, um avanço significativo em termos de posição relativa nesse segmento do Setor Secundário do Estado, tendo sua participação passado de 15,99% para 19,47% entre 1980 e 1988. Tal avanço foi devido, certamente, ao desempenho da indústria beneficiadora do arroz, bastante disseminada na região, secundada pelas de carne e lã. Essas indústrias localizam-se principalmente em Alegrete, Bagé, Livramento, Uruguaiana, Rosário do Sul e Itaqui. Tais

municípios representavam, em conjunto, 86% do VTI regional em 1980, sendo que perto de 85% desse total era oriundo de atividades incluídas no gênero produtos alimentares.

Convém registrar que outros segmentos industriais vêm sendo implantados na região, nos últimos tempos. É o caso da indústria do cimento em Bagé (Amanhã, 1988, p.11) e da indústria de vinhos em Santana do Livramento (Amanhã, 1989a, p.10), ambas surgidas mediante o aporte de capitais externos à área. Os reflexos da contribuição desses novos ramos sobre a renda interna regional ainda são muito reduzidos, não obstante a sua inegável significância no sentido de promover a diversificação do perfil da indústria regional.

A participação da indústria da unidade regional nº 4 (Litoral) no total do Rio Grande do Sul apresentou variações acentuadas no decorrer das últimas décadas, caracterizando um comportamento ímpar em comparação com o das demais regiões. Essa área gerava cerca de 10% do produto industrial gaúcho em 1939, cifra que se reduziu continuamente até atingir 3,3% em 1970. Na década de 70, entretanto, tendeu a aumentar, passando para 3,6% em 1975 e 5,9% em 1980. Essa reversão na tendência de queda da sua participação relativa, justamente em um período de expansão da economia brasileira, parecia apontar no sentido de uma reindustrialização, particularmente no caso do seu único centro industrial importante, a Cidade de Rio Grande, que congrega cerca de 95% do parque industrial da região. O principal fator impulsionador desse crescimento pode ser identificado, com certeza, na implantação de um distrito industrial em área adjacente ao porto local, porto este que foi ampliado no início da década de 70.

Todavia o movimento de recuperação industrial de Rio Grande não se confirmou nos anos 80, período durante o qual se registrou novo declínio da parcela da região no total do Estado, agora medido em termos do VAF. Esse declínio atingiu tanto a indústria de transformação, onde houve queda de 4,59 pontos percentuais — a participação no total do Estado em 1988 era menos de um terço daquela de 1980 — quanto a de beneficiamento, onde a redução observada foi de quase um ponto percentual. O baixo dinamismo da indústria rio-grandina é confirmado, por exemplo, pelo fato de que o consumo industrial de energia elétrica no município diminuiu em termos absolutos entre 1980 e 1988.

Os gêneros industriais mais importantes na composição do parque industrial rio-grandino são química (onde despontam o refino de petróleo e a produção de seus derivados, bem como a fabricação de adubos e fertilizantes) e produtos alimentares, que, em conjunto, representavam 98% do VTI de Rio Grande em 1980.

A unidade regional nº 5 (Região Central) foi a que apresentou o crescimento industrial mais expressivo no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1988. Com efeito, a indústria da região cresceu a taxas médias duas vezes superiores às correspondentes ao Estado, o que proporcionou a quase-duplicação da sua participação relativa no VAF da indústria gaúcha, que passou de 8,48% para 15,99% nesse período.

Essa unidade regional apresentou avanços tanto em termos da indústria de transformação quanto na de beneficiamento. Quanto à primeira, o peso relativo da região mais do que dobrou no decorrer dos oito anos aqui analisados, atingindo quase 12,83% do total em 1988. A causa fundamental desse acréscimo foi a entrada em funcionamento do Pólo Petroquímico do Sul – empreendimento derivado do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, dos anos 70 – localizado em Triunfo, na extremidade leste dessa unidade regional. Crescimento expressivo também ocorreu no caso da indústria de beneficiamento, onde houve um aumento de participação da ordem de 6,79% no período. Com isso, em 1988, a região tornava-se responsável por um terço do total estadual do VAF gerado por esse segmento da indústria.

O parque industrial está predominantemente instalado nas subunidades 5.4, 5.5 e 5.7. No caso da subunidade 5.4, destaca-se o Município de Triunfo, sede do Pólo Petroquímico do Sul, complexo que, isoladamente, era responsável por 7% do VAF da indústria do Estado em 1988. Na subunidade 5.5, destacam-se os Municípios de Estrela e Lajeado e, num segundo plano, Taquari. Essa área apresentou um expressivo crescimento no que diz respeito à indústria de beneficiamento, segmento no qual sua participação no conjunto do Estado passou de 5,39% para 9,94% em termos de VAF entre 1980 e 1988. Quanto à indústria de transformação, ao contrário, a parcela dessa subunidade caiu de 3,44% para 3,08% nesse mesmo período.

A indústria de transformação da subunidade nº 5.7 era responsável por quase 2% do VAF desse segmento no Estado, em 1988, com destaque para os gêneros borracha e metalúrgica. No entanto, no caso dessa área, o fato mais importante residia na sua participação na indústria de beneficiamento do Rio Grande do Sul, que atingia 17,39% em 1988. Esse segmento está basicamente localizado nos Municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires e é representado sobretudo pela indústria do fumo, principal produto agrícola dessa área, secundado pelo gênero produtos alimentares.

A unidade regional nº 6 (região de Pelotas) tem seu parque industrial praticamente concentrado na Cidade de Pelotas, responsável por 71% do produto industrial da Região em 1980. Nos anos 80, a

indústria ali localizada apresentou um crescimento inferior à média do Estado, do que resultou a redução de sua participação relativa no VAF tanto da indústria de transformação quanto da de beneficiamento. No caso da primeira, a queda foi de 4,42% para 3,13% do total do Estado entre 1980 e 1988. Já no que diz respeito à segunda, o decréscimo foi de 15,18% para 13,15% nesse mesmo período.

Essa região teve, historicamente, uma presença expressiva no contexto da indústria de beneficiamento do Estado, embora seja perceptível o baixo dinamismo industrial de seu principal centro urbano nas últimas décadas (Amanhã, 1989a, p.3-4), quando comparado a cidades de porte similar situadas em outras regiões do Rio Grande do Sul. Os gêneros industriais mais importantes em Pelotas são produtos alimentares; química; metalúrgica; e couros e peles, que perfaziam em torno de 85% do VTI local em 1980. Outros centros urbanos menores dessa região, como São Jerônimo, têm em seu parque industrial a presença predominante da mecânica; metalúrgica; e extração de minerais. Este último gênero também é importante em Butiá e outros municípios do sudeste do Vale do Jacuí, onde se localizam algumas das principais minas de carvão do Estado.

A unidade regional nº 7 (Campos de Cima da Serra), finalmente, tem uma participação pouco expressiva no total da produção industrial do Rio Grande do Sul. Sua posição relativa, na verdade, enfraqueceu-se ainda mais no período 1980-88, quando sua parcela no VAF da indústria do Estado caiu de 0,72% para 0,48%, devido a reduções simultâneas nos segmentos produtivos das indústrias de transformação e de beneficiamento.

4.2 – O crescimento agrícola nos anos 80

O primeiro aspecto a ser considerado, ao iniciar-se a análise dos diferenciais inter-regionais de crescimento do Setor Primário no Rio Grande do Sul, nos anos 80, prende-se ao fato de que os elementos condicionantes do seu desempenho, a nível do Estado e do País, foram distintos daqueles vigentes no decorrer da década de 70. Nesta última, cabe recordar, os fatores decisivos para o crescimento da produção agrícola estiveram associados à forte expansão generalizada da economia e a uma política oficial de crédito a juros subsidiados.

Na década de 80, em primeiro lugar, verificou-se uma acentuada redução dos recursos destinados ao financiamento do setor, que passou de uma situação de crédito fácil e barato para outra em que se tornou

cada vez maior a necessidade do recurso ao autofinanciamento. Em segundo lugar, os preços recebidos pelos agricultores apresentaram uma tendência nitidamente declinante, particularmente no caso das culturas de arroz, milho, soja e feijão, sendo os três primeiros produtos importantes na formação da renda agrícola do Estado. Em terceiro lugar, finalmente, esse novo quadro foi completado por uma tendência no sentido do aumento dos custos de produção, cuja origem pode ser buscada nos dois choques do petróleo (1973 e 1979) e na aceleração do processo inflacionário, a partir do final dos anos 70 e início dos 80 (Hoffman & Silva, 1990). Esses novos condicionantes parecem ter afetado mais severamente as lavouras de grãos, segmento que tem grande peso relativo na formação do produto do Setor Primário gaúcho.

Não é fácil avaliar, neste momento, em sua total amplitude, as implicações desse novo cenário sobre a agropecuária rio-grandense. Hoffman e Silva especulam, no entanto, que a nova situação teria obrigado os agentes econômicos a imprimirem uma série de transformações aos processos produtivos, com a finalidade de assegurar a viabilidade de seus empreendimentos face à nova realidade, agora caracterizada por um quadro de acentuadas dificuldades. Tais transformações estariam calcadas, fundamentalmente, na racionalização no uso de insumos, na utilização mais adequada dos solos e no aumento do consumo de fertilizantes por unidade de área, o que teria tido como consequência uma elevação dos níveis de produtividade em diversas culturas (Hoffman & Silva, 1990, p.61 e segs.).

Mais difícil ainda é a tarefa de avaliar as consequências de todas essas mudanças sobre as diferenças inter-regionais de crescimento do produto do setor agropecuário no Rio Grande do Sul, durante a década de 80. A dificuldade principal origina-se da precariedade da variável "proxy" aqui utilizada, questão já discutida na introdução deste estudo. Esse problema é agravado, no caso do setor agrícola, pela dificuldade em se confirmar, com base em outras variáveis auxiliares, as tendências mostradas pelo comportamento do VAF do setor, dado o grande número de culturas que teriam de ser consideradas em cada área e a velocidade com que se processam as mudanças no perfil da produção das diferentes regiões.

Ainda assim e examinando-se a Tabela 6 do Anexo 1, que mostra o comportamento das participações relativas das unidades regionais no VAF da agropecuária, é possível verificar que três regiões tiveram suas participações modificadas de forma substancial — as unidades regionais nº 2 (Planalto), nº 3 (Campanha) e nº 5 (Região Central) —, enquanto as demais praticamente mantiveram inalteradas suas posições no conjunto do Estado.

A unidade regional nº 2 (Planalto), a exemplo do que ocorreu no período anterior a 1980, elevou significativamente sua importância relativa no conjunto da agropecuária gaúcha, em termos de VAF. Seu peso relativo, conforme mostram os dados da Tabela 6 do Anexo 1, teve uma tendência ascendente ao longo da década, passando de 36,2% do total no seu início para 44,7% em 1988.

As subunidades que mais contribuíram para esse resultado foram, em um primeiro plano, a nº 2.4 e, secundariamente, as nº 2.1 e 2.3. A primeira — onde se destacam os Municípios de Cruz Alta, Ijuí, Palmeira das Missões e Santo Ângelo — teve fortalecida sua posição relativa na formação do VAF do setor no Estado, ganhando em torno de 3,2 pontos percentuais entre 1980 e 1988. Já as subunidades nº 2.1 e nº 2.3 apresentaram, cada uma, um acréscimo de dois pontos percentuais na sua participação a nível estadual. Na subunidade nº 2.1, os municípios de maior expressão agrícola foram Marau, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Sertão e Tapejara, enquanto na subunidade nº 2.3, os mais importantes foram Carazinho, Ibirubá, Santa Bárbara do Sul e Chapada.

Cabe mencionar, ainda, a subunidade nº 2.6, que acrescentou um ponto percentual à sua participação relativa e cujos municípios mais importantes, em termos de produção agrícola, foram Giruá, Santa Rosa e Tucunduva.

O expressivo avanço experimentado pelo Planalto no contexto da agropecuária gaúcha pode ser atribuído ao aumento de sua participação em quatro das culturas mais significativas do Estado em termos de Valor Bruto da Produção (VBP): a soja, o trigo, o milho e a mandioca. Considerando-se as seis principais culturas de lavoura temporária do Rio Grande do Sul, o Planalto somente não aparece como região produtora importante nos casos do arroz e do fumo.

Um fato relevante a destacar é que, considerando-se as quatro culturas nas quais o Planalto desponta como principal região produtora e comparando-se as safras de 1980 e 1988, se verifica que as quantidades produzidas no Rio Grande do Sul diminuíram em dois casos, crescendo em outros dois. Assim, a produção gaúcha de soja sofreu uma redução de 37%, enquanto a de milho caiu 20%. Já a de trigo aumentou 58%, e a de mandioca, 6%. Nesse mesmo período, a unidade regional nº 2 (Planalto) elevou sua participação relativa no total da produção estadual de 66,4% para 73,4% no caso da soja, de 62,4% para 65,1% no do milho e de 56,4% para 81,8% no do trigo, enquanto mantinha seu peso relativo em torno de 36% na cultura de mandioca.

Esse comportamento mostra com clareza que a área do Planalto é o núcleo central das lavouras de soja, trigo e milho no Rio Grande do

Sul. Sua produção revela-se estável, como evidencia o seu aumento de participação no total estadual em meio a um quadro de queda de produção. Assim, quando ocorrem problemas com essas culturas, levando à redução na área cultivada ou nas quantidades produzidas, outras regiões "marginais" tendem a ser mais afetadas, como bem exemplificam esses dados relativos aos anos de 1980 e 1988. Tal circunstância permite entender melhor um dos motivos pelos quais a unidade regional nº 2 tem conseguido aumentar de forma tão significativa sua contribuição ao produto do setor agrícola do Estado, ao longo das últimas décadas.

A unidade regional nº 3 (Campanha) teria sido, de acordo com os dados relativos ao VAF da agropecuária, a que apresentou pior desempenho nos anos 80, já que sua participação relativa no total do Estado apresentou uma tendência nitidamente declinante, caindo de 26,4% no início da década para 20,8% em 1988. No contexto da região, a área mais afetada teria sido a subunidade regional nº 3.2, que acusou uma perda relativa de 4,5 pontos percentuais ao longo do período em exame. Trata-se de uma região eminentemente agropecuária, onde grande parte do Produto (37,2% em 1980) é gerada pelo Setor Primário.

Esse desempenho extremamente desfavorável, entretanto, não é de todo confirmado, quando se examina o que ocorreu com os principais produtos agropecuários da região, que são, em um primeiro plano, o arroz, a carne bovina e a lã, seguidos pela soja e pelo trigo. Trata-se de um caso em que é possível que o declínio relativo da agropecuária regional esteja sendo exagerado por deficiências da variável utilizada na análise.

A suspeita deriva-se do excepcional desempenho da lavoura do arroz na Campanha durante a década de 80. A produção regional cresceu cerca de 81% entre 1980 e 1988, ao passo que a parcela correspondente a essa unidade no total da produção do Estado aumentou de 45,3% para 47,5% nesse período. Tal expansão ocorreu não apenas por meio de um aumento na área cultivada, mas também mediante substancial acréscimo de produtividade, já que o rendimento físico por unidade de área passou de 4.045kg/ha em 1980 para 5.095kg/ha em 1988. Sabendo-se da importância dessa cultura dentro do Setor Primário da região, torna-se difícil conciliar tal desempenho com a queda de participação apontada pela variável VAF, principalmente tendo-se em vista que as demais atividades agropecuárias locais não tiveram um desempenho tão negativo que, em seu conjunto, pudesse contrabalançar o efeito positivo do crescimento da orizicultura.

O pior desempenho correspondeu às lavouras de soja, importante somente nas subunidades 3.2 e 3.4, e trigo, com presença significativa

apenas na subunidade 3.4. Trata-se de culturas em que — excetuando-se algumas zonas isoladas — a região não tem uma tradição consolidada como grande e tradicional produtora, como ocorre no caso do arroz. No entanto, com a acentuada expansão ocorrida nos anos 60 e 70, esses dois produtos passaram a ser bastante cultivados em algumas áreas. Assim sendo, em 1980, a Campanha chegou a ser responsável por um quarto da produção de trigo do Estado e por pouco mais de 11% da de soja. Essas duas lavouras adquiriram, portanto, um peso considerável na formação da renda agropecuária regional. Com a retração da produção de soja, nos anos 80, a região baixou sua participação relativa em torno de sete pontos percentuais, comparando-se os anos de 1980 e 1988. Ao mesmo tempo, reduziu-se também, mas de forma mais dramática, o peso relativo na produção de trigo, caindo de 25% para 7%, embora a produção física tenha aumentado em quase 72% no Rio Grande do Sul entre esses anos.

Tais dados parecem mostrar que a Campanha se constitui em área marginal para essas duas culturas no Estado, não reunindo os mesmos requisitos favoráveis apresentados por outras regiões para sua expansão.

O desempenho da pecuária, segmento responsável por dois dos produtos mais tradicionais da região — a carne e a lã — pode ser avaliado de forma aproximada através da evolução dos rebanhos bovino e ovino. O efetivo de bovinos apresentou uma queda absoluta de 2%, enquanto o de ovinos cresceu de forma significativa, aumentando 9,8% entre 1980 e 1988.

Os problemas enfrentados pela bovinocultura local, nesse período, são, em última análise, os mesmos de décadas anteriores. Dentre eles, o principal é a dificuldade de manter níveis de rentabilidade suficientes para competir com outras atividades pelo uso das terras de melhor qualidade, o que tem feito com que a pecuária venha perdendo continuamente áreas para a lavoura (ZH, 24.4.90, p.2). A pecuária local tem se mostrado incapaz de competir, em termos de custos, com a desenvolvida em outras regiões do País. Além disso, há que se considerar a concorrência representada por outros segmentos, como é o caso da avicultura, apta a produzir proteínas animais a custos bem mais reduzidos, ocupando parte do mercado tradicional das carnes bovinas.

Apesar disso, parece pouco plausível que o fraco desempenho das lavouras de trigo e soja, bem como da bovinocultura, tenha sido capaz de ofuscar a excelente "performance" da lavoura do arroz, a ponto de levar a uma queda tão acentuada da importância relativa da agropecuária

ria da região da Campanha no contexto do Estado, a qual foi da ordem de quase seis pontos percentuais, como sugerem os dados relativos ao VAF.

A agropecuária da unidade regional nº 5 (Região Central) apresentou crescimento menor do que a média do Estado, tendo reduzido seu peso relativo no total do VAF do setor de 14,6% para 12,2% entre 1980 e 1988. Trata-se de uma região bastante heterogênea e de produção agrícola diversificada, fato que dificulta a análise das causas mais diretas desse declínio. Além disso, quase todas as subunidades que a compõem participaram dessa queda, embora a mesma tenha sido mais expressiva na 5.3, na 5.5 e na 5.8, sendo tais áreas justamente aquelas que têm maior participação no produto agrícola da região. Na verdade, essas três áreas foram as grandes responsáveis pela perda de participação da região a nível do Estado, já que as quedas verificadas em outras subunidades foram bem menos expressivas.

A subunidade regional nº 5.3 teve perda de importância relativa no total estadual entre 1980 e 1988, especialmente em termos da produção de frangos e do rebanho bovino, ao passo que apresentou ganhos nas lavouras de fumo e de mandioca. Nos casos dos suínos e do arroz, sua parcela manteve-se estável. Note-se que a subunidade nº 5.3 tem tradição como produtora de arroz, particularmente o Município de Cachoeira do Sul.

Na subunidade regional nº 5.5 (onde se situam os Municípios de Lajeado, Estrela e Taquari), verificou-se crescimento de participação relativa somente na produção de mandioca, enquanto ocorreram quedas a nível de produtos importantes da produção local, como nos casos de frangos, suínos e fumo. Já na subunidade regional nº 5.8, ocorreram um pequeno crescimento relativo na criação de suínos e uma queda nas lavouras de mandioca e fumo.

As unidades regionais nº 4 (Litoral), nº 6 (Região de Pelotas), nº 7 (Campos de Cima da Serra) e nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul) não apresentaram uma clara tendência no sentido da alteração dos seus níveis de participação relativa no VAF da agropecuária do Rio Grande do Sul, na década de 80. Tampouco mudaram as características básicas dos setores primários dessas regiões em relação ao período imediatamente anterior aos anos 80.

O Litoral manteve o mesmo padrão de predominância, em seu perfil agropecuário, das culturas do arroz e da cebola. Em 1988, a produção local representava 18% do total do Estado no caso do arroz e 60% no da cebola.

Na Região de Pelotas, o perfil agropecuário também não sofreu modificações importantes, tendo permanecido em primeiro plano as lavouras de arroz e pêssego e, em segundo, a bovinocultura. Nas duas primeiras atividades, houve ligeira queda da participação regional no total do Estado, a qual atingiu cerca de dois pontos percentuais. Ainda assim, no caso do arroz, a região continuou, em 1988, a ser responsável pela expressiva cifra de 11,5% do total da produção gaúcha, enquanto, no caso do pêssego¹⁹, ainda detinha 60% da produção estadual. Também no caso do rebanho bovino, houve ligeira queda da importância relativa da região, passando de 8% em 1980 para 7,5% em 1988.

A unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul), área tipicamente urbano-industrial, conseguiu manter sua posição relativa em torno de 9,5% do VAF do Setor Primário do Estado no decorrer da década. Seu perfil agropecuário igualmente não sofreu modificações mais significativas, continuando a despontar o cultivo de uva como a atividade de maior expressão econômica do setor na região.

A unidade regional nº 7 (Campos de Cima da Serra) também não conseguiu melhorar sua posição relativa no contexto da agropecuária gaúcha, nos anos 80, apesar de uma importante mudança experimentada pelo Setor Primário local, baseada na expansão da cultura da maçã. A participação da região nessa cultura aumentou de 20,7% do total do Estado em 1980 para 66,7% em 1988. Tal cifra foi obtida não só pela expansão da área plantada como também por expressivo aumento da produtividade. No entanto nem mesmo esse fato foi capaz de fazer com que o VAF da agropecuária local crescesse a taxas maiores do que a média do Estado.

Em síntese, o aumento mais significativo em termos de participação no VAF do Estado durante a década de 80 ocorreu no Planalto (unidade regional nº 2), que aumentou sua parcela em mais de 6,5 pontos percentuais, até atingir 44,7% do total do setor em 1988. Esse acréscimo teve como principal contrapartida quedas também expressivas na Campanha (unidade regional nº 3) e na Região Central (unidade regional nº 5), enquanto as demais áreas praticamente mantinham inalteradas suas posições relativas no conjunto da agropecuária rio-grandense.

¹⁹ Essa cultura ganhou destaque na região mediante a integração com o setor industrial. Tal articulação permitiu a incorporação de algum progresso técnico, através da adoção de novas variedades e de práticas mais adequadas de cultivo, tendo como consequência uma elevação da produtividade (Amanhã, 1989, p.26). Há margem para um maior crescimento dessa atividade, à medida que ocorra uma maior integração vertical entre a lavoura e a indústria (Grando, 1990, p.142).

5 – Considerações finais

A título de conclusão, cabe indagar se o crescimento regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80, foi caracterizado pela simples continuidade de tendências vigentes desde outras épocas, ou se, ao contrário, houve alterações que tenham implicado mudanças dos padrões antes observados.

No caso da agropecuária, um dos fatos mais marcantes das décadas anteriores havia sido o aumento da importância relativa da região do Planalto (unidade regional nº 2). A participação dessa área na formação do produto agrícola do Estado, no entanto, havia estabilizado e até mesmo diminuído a partir do início da década de 70, como mostra a Tabela 6 do Anexo 1. Aparentemente, com o crescimento acelerado das produções de trigo e de soja, havia diminuído a disponibilidade de terras para expansão da lavoura nessa região. Em consequência, as frentes de crescimento agrícola pareciam ter sido deslocadas para outras zonas onde houvesse maior disponibilidade de terras que pudessem ser convertidas da pecuária para a lavoura, como no caso de algumas áreas da Campanha (unidade regional nº 3).

De fato, a participação da Campanha no produto agrícola gaúcho cresceu de forma marcante na segunda metade da década de 70. Esse aumento deve ser atribuído, antes de mais nada, à expansão da lavoura – principalmente do arroz e, também, em um segundo plano, do trigo e da soja – em áreas tradicionalmente ocupadas pela pecuária. Seria de esperar que essa tendência se mantivesse no decorrer dos anos 80, com uma maior expansão da lavoura nessas áreas onde a disponibilidade de terras era maior. Com isso, deveria aumentar a participação da Campanha no produto agrícola gaúcho, assim como a de outras áreas onde a lavoura pudesse expandir-se às expensas da pecuária. Deveria, por outro lado, continuar o lento declínio da parcela correspondente ao Planalto (unidade regional nº 2), onde a disponibilidade de terras já era bem menor. Tal expectativa, no entanto, não se confirmou.

Na verdade, o que os dados relativos ao VAF da agropecuária mostram parece ser uma reversão dessas tendências observadas no fim dos anos 70. A participação da unidade regional nº 3 (Campanha) voltou a diminuir, e a da unidade regional nº 2 (Planalto) voltou a aumentar. O melhor desempenho do Planalto parece ter sido associado a ganhos de produtividade e a um aumento da diversificação da produção, inclusive com uma maior integração entre lavoura e pecuária. Já os motivos do acentuado declínio da participação da Campanha (quase seis pontos percentuais entre 1980 e 1988), por outro lado, são mais difíceis de de-

terminar. Os dados relativos ao comportamento da produção física dos segmentos mais importantes da agropecuária da região não parecem justificar uma queda tão significativa, como foi observado anteriormente. No caso do arroz, por exemplo, que é o principal produto da lavoura local, a região obteve um expressivo aumento de participação na produção estadual. A confirmação dessa aparente reversão de tendências, bem como uma análise mais adequada de suas causas, exigiria o uso de dados mais completos e confiáveis, como os levantados pelo Censo Agropecuário, ainda não disponíveis para a década de 80.

No caso da indústria, as principais indagações referem-se à concentração geográfica do parque manufatureiro rio-grandense. Teria havido, nos anos 80, uma dispersão maior das indústrias pelo território gaúcho? Ou teria aumentado ainda mais a concentração em torno do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul? Quais das tendências locacionais vigentes nos anos 60 e 70 foram confirmadas e quais foram revertidas nesta última década?

O período 1939-70 foi caracterizado pela concentração geográfica do crescimento do parque manufatureiro do Estado. A participação da unidade regional nº 1 (Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul) no produto gerado pela indústria gaúcha aumentou de forma contínua, passando de 47,35% em 1939 para 50,70% em 1949, atingindo 54,69% em 1959 e saltando para 69,94% em 1970.

Na década de 70, porém, essa tendência parecia ter sido revertida, já que sua parcela diminuiu em quase dois pontos percentuais. A contrapartida foram ganhos das subunidades regionais nº 4.3 (Rio Grande), nº 5.5 (Estrela-Lajeado) e nº 5.7 (Santa Cruz do Sul). O aumento da importância dessas áreas relativamente mais distantes da Capital, em que a expansão do parque industrial não poderia ser considerada como um mero transbordamento para regiões adjacentes da indústria do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, parecia caracterizar o início de um tímido processo de desconcentração geográfica da indústria gaúcha.

Na verdade, esse movimento não se confirmou na década de 80. Uma primeira leitura dos dados da Tabela 7 do Anexo 1 — que mostra a participação das unidades e subunidades regionais no total da indústria estadual, em termos de VAF, em anos selecionados da década de 80 — poderia causar a impressão de que esse processo de desconcentração geográfica tivesse continuado. Afinal de contas, a participação da unidade regional nº 1 diminuiu mais de um ponto percentual entre 1980 e 1988, como mostra essa tabela. Essa seria, no entanto, uma conclusão apressada e equivocada.

Na década de 80, ao contrário da anterior, a queda na participação da unidade regional nº 1 teve como contrapartida principal o aumento na parcela correspondente a uma área adjacente, a subunidade nº 5.4 (Triunfo). Nessa área, situada a poucos quilômetros da Capital, foi implantado um complexo petroquímico que se constitui em uma mera expansão horizontal do parque manufatureiro do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul para uma área contígua. Tal fato, evidentemente, não configura uma efetiva desconcentração espacial, que seria caracterizada pelo surgimento e/ou fortalecimento de outros núcleos industriais em áreas mais distantes. Na verdade, se fosse agregada à unidade regional nº 1 essa subunidade nº 5.4, ter-se-ia que, ao invés de diminuir, a participação do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul no VAF do setor teria aumentado em quase 4,5% entre 1980 e 1988.

Dentre as áreas mais distantes da Capital que haviam apresentado um crescimento superior à média na década de 70, apenas as subunidades regionais nº 5.5 (Estrela-Lajeado) e nº 5.7 (Santa Cruz do Sul) continuaram a apresentar ganhos de participação. Já a subunidade nº 4.3 (Rio Grande) teve sua parcela no total do VAF da indústria gaúcha diminuída em cerca de dois terços nos anos 80, aparentemente abortando o que, no final da década anterior, parecia ser o início da formação de um importante núcleo industrial na região sul do Estado.

No que se refere aos rearranjos locacionais observados anteriormente dentro do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, pode-se dizer que, em última análise, se mantiveram as tendências da década de 70. A indústria da Capital do Estado (subunidade regional nº 1) continuou a perder expressão relativa, devido, ao menos em parte, às deseconomias de aglomeração que aí já se faziam sentir. Paralelamente, áreas adjacentes à Capital, como as subunidades nº 1.4 (Guaíba) e nº 1.5 (Cachoeirinha-Gravataí), continuaram a apresentar ganhos de participação, como já ocorrera na década anterior. As indústrias que optaram por localizar-se nessas áreas adjacentes se beneficiavam das vantagens locacionais proporcionadas pela Capital sem, no entanto, enfrentarem os problemas oriundos da aglomeração excessiva e do congestionamento (Alonso & Bandeira, 1988).

Outra área da unidade regional nº 1 cuja participação continuou a aumentar foi a subunidade nº 1.7 (Taquara-Três Coroas-Gramado-Canela), em um movimento que pode ser caracterizado como um "transbordamento" do parque industrial da região do Rio dos Sinos. Já as subunidades nº 1.11 (Caxias do Sul) e nº 1.9 (Farroupilha-Bento Gonçalves-Garibaldi) tiveram sua parcela estabilizada nos anos 80, depois de uma forte ascensão verificada no decênio anterior.

Uma última mudança a mencionar é o ligeiro aumento da participação da unidade regional nº 3, que veio interromper um contínuo e acentuado declínio que já durava ao menos quatro décadas. Essa expansão industrial da Campanha foi liderada pela indústria de beneficiamento, como se observa na Tabela 9 do Anexo 1, já que, na indústria de transformação, a parcela correspondente a essa área continuou a cair.

Em síntese, a conclusão principal, no que diz respeito à indústria, é que nos anos 80 não houve avanços significativos em termos de uma maior distribuição do crescimento manufatureiro pelo território do Estado. Ao contrário, a concentração em torno do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul foi reforçada.

Entre os fatores que contribuíram de forma decisiva para esse resultado destaca-se a decisão de localizar o Complexo Petroquímico do Sul nas proximidades da Capital. Os efeitos concentradores dessa medida, adotada ainda no decorrer da década de 70, dispensam maiores comentários. Deve-se destacar, além disso, que a implantação desse complexo na região mais industrializada do Estado deverá atrair para essa área, no futuro, outros empreendimentos, alimentando a continuidade da concentração geográfica do parque industrial gaúcho.

A continuidade de um padrão de crescimento industrial espacialmente concentrado implicará um aumento da pressão sobre a infra-estrutura de transporte, comunicações, energia, saneamento e habitação em áreas que já vêm apresentando sintomas de congestionamento. O equacionamento desses problemas certamente demandará investimentos públicos de vulto, implicando um agravamento das dificuldades financeiras enfrentadas pelas administrações municipais afetadas e pelo Governo Estadual.

A perspectiva de agravamento dos problemas de infra-estrutura nas áreas industrializadas, em função da continuidade do crescimento geograficamente concentrado, por si só seria suficiente para justificar a necessidade de uma maior atenção para com as disparidades regionais no Rio Grande do Sul. Seria difícil encontrar, no entanto, fatos mais significativos para destacar a relevância e a atualidade da questão regional do que o surgimento de propostas separatistas em algumas áreas do Interior do Estado, fato sem precedentes na história do Rio Grande do Sul. Na verdade, não é difícil discernir que essas propostas — como a da criação do Estado do Piratini, no sul, ou da anexação a Santa Catarina, levantada por algumas lideranças de municípios do extremo norte — se derivam, em última análise, do agravamento de tensões causadas por um padrão de crescimento econômico espacialmente desigual.

Anexo 1

Tabela 1

Participação das unidades e subunidades regionais no PILcf do Rio Grande do Sul — 1939-1980

	(%)					
UNIDADES E SUBUNIDADES	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Unidade 1	31,50	34,37	38,81	46,60	48,63	49,80
Subunidade 1.1	-	-	22,36	24,80	24,13	22,08
Subunidade 1.2	-	-	0,51	0,38	0,40	0,34
Subunidade 1.3	-	-	0,42	0,66	0,87	1,19
Subunidade 1.4	-	-	0,44	0,59	0,86	1,04
Subunidade 1.5	-	-	0,43	0,88	1,09	1,93
Subunidade 1.6	-	-	6,65	10,69	12,12	12,74
Subunidade 1.7	-	-	1,70	1,44	1,61	2,01
Subunidade 1.8	-	-	0,68	0,44	0,37	0,37
Subunidade 1.9	-	-	2,36	2,31	2,39	3,32
Subunidade 1.10	-	-	0,79	0,82	0,61	0,63
Subunidade 1.11	-	-	2,47	3,59	4,19	4,15
Unidade 2	18,75	23,71	21,75	20,61	20,06	18,30
Subunidade 2.1	-	-	6,17	5,34	5,08	5,14
Subunidade 2.2	-	-	1,33	0,99	0,88	0,88
Subunidade 2.3	-	-	1,45	1,85	1,66	1,36
Subunidade 2.4	-	-	8,89	8,81	8,71	7,54
Subunidade 2.5	-	-	0,64	0,73	0,74	0,70
Subunidade 2.6	-	-	3,28	2,88	3,00	2,68
Unidade 3	17,36	11,87	11,31	10,31	9,19	9,58
Subunidade 3.1	-	-	1,38	1,27	1,15	1,24
Subunidade 3.2	-	-	7,38	6,27	5,64	5,96
Subunidade 3.3	-	-	0,44	0,30	0,26	0,25
Subunidade 3.4	-	-	2,10	2,46	2,14	2,14
Unidade 4	5,84	4,78	5,58	3,95	4,20	4,73
Subunidade 4.1	-	-	1,10	1,05	0,99	1,12
Subunidade 4.2	-	-	0,45	0,22	0,34	0,27
Subunidade 4.3	-	-	3,68	2,09	2,30	2,86
Subunidade 4.4	-	-	0,35	0,60	0,58	0,49
Unidade 5	15,24	15,30	12,73	11,10	11,00	10,80
Subunidade 5.1	-	-	2,02	1,77	1,66	1,71
Subunidade 5.2	-	-	0,48	0,52	0,48	0,47
Subunidade 5.3	-	-	2,99	2,21	2,15	1,87
Subunidade 5.4	-	-	0,24	0,21	0,21	0,29
Subunidade 5.5	-	-	2,67	2,54	2,63	2,75
Subunidade 5.6	-	-	0,31	0,32	0,32	0,23
Subunidade 5.7	-	-	2,93	2,27	2,47	2,46
Subunidade 5.8	-	-	1,08	1,27	1,08	1,01
Unidade 6	9,99	8,30	8,18	6,25	5,88	5,84
Subunidade 6.1	-	-	1,72	1,59	1,60	1,65
Subunidade 6.2	-	-	1,70	1,15	1,24	1,10
Subunidade 6.3	-	-	4,75	3,51	3,04	3,09
Unidade 7	1,32	1,65	1,67	1,18	1,04	0,95
Subunidade 7.1	-	-	1,67	1,18	1,04	0,95
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE.

Tabela 2

Participação das unidades e subunidades regionais no PILcf da agropecuária do Rio Grande do Sul — 1939-1980

	(%)					
UNIDADES E SUBUNIDADES	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Unidade 1	14,30	14,54	11,67	10,08	8,45	8,61
Subunidade 1.1	-	-	0,13	0,18	0,23	0,18
Subunidade 1.2	-	-	0,89	0,72	0,69	0,80
Subunidade 1.3	-	-	0,56	0,54	0,73	0,54
Subunidade 1.4	-	-	0,45	0,39	0,30	0,37
Subunidade 1.5	-	-	0,37	0,55	0,30	0,30
Subunidade 1.6	-	-	1,24	1,07	1,09	1,09
Subunidade 1.7	-	-	2,22	1,22	1,10	1,08
Subunidade 1.8	-	-	1,16	0,82	0,70	0,71
Subunidade 1.9	-	-	2,93	2,77	2,06	2,36
Subunidade 1.10	-	-	0,72	1,01	0,78	0,69
Subunidade 1.11	-	-	1,01	0,81	0,48	0,48
Unidade 2	29,95	37,09	39,35	42,68	42,45	39,03
Subunidade 2.1	-	-	9,50	9,02	9,40	9,35
Subunidade 2.2	-	-	2,25	1,81	1,81	1,68
Subunidade 2.3	-	-	2,03	3,95	3,50	2,82
Subunidade 2.4	-	-	16,92	18,59	19,84	17,14
Subunidade 2.5	-	-	0,94	1,90	1,95	1,82
Subunidade 2.6	-	-	7,72	6,41	5,95	6,22
Unidade 3	22,39	14,12	15,51	17,98	16,85	21,84
Subunidade 3.1	-	-	2,33	2,55	2,14	3,40
Subunidade 3.2	-	-	8,21	8,56	8,81	12,14
Subunidade 3.3	-	-	0,94	0,74	0,69	0,74
Subunidade 3.4	-	-	4,03	6,13	5,20	5,56
Unidade 4	4,06	3,76	4,60	3,70	5,27	4,55
Subunidade 4.1	-	-	1,52	1,34	1,17	1,25
Subunidade 4.2	-	-	1,16	0,49	1,22	0,89
Subunidade 4.3	-	-	1,23	0,54	0,65	0,66
Subunidade 4.4	-	-	0,69	1,34	2,24	1,75
Unidade 5	19,55	21,30	19,27	17,57	18,12	17,01
Subunidade 5.1	-	-	1,10	0,81	1,06	1,17
Subunidade 5.2	-	-	0,76	1,19	1,19	1,30
Subunidade 5.3	-	-	5,07	4,00	4,37	4,09
Subunidade 5.4	-	-	0,32	0,37	0,48	1,11
Subunidade 5.5	-	-	4,12	3,89	4,22	3,43
Subunidade 5.6	-	-	0,75	0,80	0,78	0,60
Subunidade 5.7	-	-	4,83	3,23	3,42	2,66
Subunidade 5.8	-	-	2,31	3,29	2,58	2,66
Unidade 6	7,56	7,31	8,26	6,83	7,49	7,37
Subunidade 6.1	-	-	2,39	2,57	2,72	2,97
Subunidade 6.2	-	-	3,68	2,57	3,47	3,22
Subunidade 6.3	-	-	2,18	1,70	1,31	1,19
Unidade 7	2,20	1,88	1,34	1,15	1,36	1,59
Subunidade 7.1	-	-	1,34	1,15	1,36	1,59
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE.

Tabela 3

Participação das unidades e subunidades regionais no PILcf da indústria do
Rio Grande do Sul — 1939-1980

	(%)					
UNIDADES E SUBUNIDADES	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Unidade 1	47,35	50,70	54,69	69,94	69,04	67,98
Subunidade 1.1	-	-	26,30	25,88	20,87	17,92
Subunidade 1.2	-	-	0,32	0,33	0,41	0,20
Subunidade 1.3	-	-	0,09	0,18	0,26	0,38
Subunidade 1.4	-	-	0,79	1,28	2,08	2,40
Subunidade 1.5	-	-	0,17	1,27	1,59	3,31
Subunidade 1.6	-	-	16,23	27,33	27,83	24,97
Subunidade 1.7	-	-	1,67	2,11	2,58	3,59
Subunidade 1.8	-	-	0,54	0,27	0,22	0,30
Subunidade 1.9	-	-	3,17	3,79	4,17	7,05
Subunidade 1.10	-	-	0,71	0,83	0,43	0,54
Subunidade 1.11	-	-	4,70	6,67	8,61	7,32
Unidade 2	11,19	13,10	11,30	10,10	9,96	8,27
Subunidade 2.1	-	-	4,62	3,21	2,59	3,67
Subunidade 2.2	-	-	1,30	1,00	0,59	0,75
Subunidade 2.3	-	-	0,90	0,59	0,46	0,31
Subunidade 2.4	-	-	3,16	3,47	3,56	1,78
Subunidade 2.5	-	-	0,35	0,16	0,16	0,19
Subunidade 2.6	-	-	0,97	1,66	2,59	1,57
Unidade 3	10,05	6,76	6,52	3,34	3,69	3,19
Subunidade 3.1	-	-	0,62	0,54	0,65	0,41
Subunidade 3.2	-	-	5,22	2,39	2,61	2,29
Subunidade 3.3	-	-	0,12	0,06	0,05	0,05
Subunidade 3.4	-	-	0,56	0,35	0,38	0,44
Unidade 4	10,09	6,56	8,74	3,34	3,58	5,90
Subunidade 4.1	-	-	0,23	0,19	0,27	0,22
Subunidade 4.2	-	-	0,07	0,02	0,02	0,01
Subunidade 4.3	-	-	8,44	3,09	3,29	5,63
Subunidade 4.4	-	-	0,01	0,04	0,01	0,05
Unidade 5	9,12	9,68	8,05	7,04	8,03	9,07
Subunidade 5.1	-	-	0,86	0,78	0,59	0,53
Subunidade 5.2	-	-	0,29	0,21	0,15	0,11
Subunidade 5.3	-	-	1,79	1,12	1,28	0,78
Subunidade 5.4	-	-	0,15	0,08	0,07	0,03
Subunidade 5.5	-	-	2,26	2,41	2,58	3,64
Subunidade 5.6	-	-	0,05	0,10	0,06	0,04
Subunidade 5.7	-	-	2,50	2,20	3,17	3,84
Subunidade 5.8	-	-	0,15	0,15	0,13	0,12
Unidade 6	11,69	10,66	7,66	4,91	4,69	5,02
Subunidade 6.1	-	-	1,33	0,98	1,10	1,19
Subunidade 6.2	-	-	0,65	0,25	0,30	0,25
Subunidade 6.3	-	-	5,69	3,68	3,30	3,59
Unidade 7	0,51	2,53	3,03	1,33	1,00	0,56
Subunidade 7.1	-	-	3,03	1,33	1,00	0,56
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 4

Participação das unidades e subunidades regionais no PILcf do Setor Terciário do
Rio Grande do Sul — 1939-1980

	(%)					
UNIDADES E SUBUNIDADES	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Unidade 1	38,58	44,64	47,36	51,33	52,63	53,10
Subunidade 1.1	-	-	32,74	33,27	33,55	30,29
Subunidade 1.2	-	-	0,38	0,28	0,30	0,28
Subunidade 1.3	-	-	0,47	0,89	1,19	1,75
Subunidade 1.4	-	-	0,31	0,41	0,49	0,59
Subunidade 1.5	-	-	0,56	0,87	1,13	1,75
Subunidade 1.6	-	-	5,96	8,15	8,60	10,36
Subunidade 1.7	-	-	1,44	1,28	1,34	1,54
Subunidade 1.8	-	-	0,48	0,37	0,32	0,30
Subunidade 1.9	-	-	1,75	1,60	1,69	1,86
Subunidade 1.10	-	-	0,86	0,74	0,63	0,66
Subunidade 1.11	-	-	2,41	3,48	3,40	3,72
Unidade 2	13,33	16,62	16,25	16,45	17,26	17,05
Subunidade 2.1	-	-	4,97	4,78	4,79	4,62
Subunidade 2.2	-	-	0,85	0,70	0,70	0,71
Subunidade 2.3	-	-	1,34	1,55	1,59	1,43
Subunidade 2.4	-	-	6,74	6,86	7,38	7,49
Subunidade 2.5	-	-	0,59	0,51	0,59	0,61
Subunidade 2.6	-	-	1,77	2,06	2,21	2,19
Unidade 3	16,08	12,08	10,83	10,06	9,15	9,06
Subunidade 3.1	-	-	1,16	1,08	1,05	1,01
Subunidade 3.2	-	-	7,75	6,85	5,97	5,90
Subunidade 3.3	-	-	0,29	0,23	0,21	0,20
Subunidade 3.4	-	-	1,63	1,90	1,93	1,95
Unidade 4	5,82	4,92	4,91	4,27	4,12	4,24
Subunidade 4.1	-	-	1,21	1,26	1,25	1,50
Subunidade 4.2	-	-	0,20	0,19	0,19	0,21
Subunidade 4.3	-	-	3,20	2,28	2,39	2,20
Subunidade 4.4	-	-	0,30	0,54	0,29	0,33
Unidade 5	14,10	12,48	10,98	10,24	9,99	9,83
Subunidade 5.1	-	-	2,95	2,47	2,35	2,42
Subunidade 5.2	-	-	0,39	0,39	0,39	0,39
Subunidade 5.3	-	-	2,33	1,95	1,82	1,74
Subunidade 5.4	-	-	0,23	0,21	0,18	0,18
Subunidade 5.5	-	-	2,06	2,10	2,12	2,15
Subunidade 5.6	-	-	0,16	0,23	0,29	0,21
Subunidade 5.7	-	-	2,08	1,94	1,84	1,77
Subunidade 5.8	-	-	0,78	0,95	1,01	0,96
Unidade 6	11,14	8,17	8,33	6,52	5,89	5,79
Subunidade 6.1	-	-	1,51	1,46	1,47	1,49
Subunidade 6.2	-	-	1,04	0,96	0,93	0,90
Subunidade 6.3	-	-	5,78	4,10	3,49	3,40
Unidade 7	0,96	1,09	1,34	1,13	0,95	0,94
Subunidade 7.1	-	-	1,34	1,13	0,95	0,94
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORNE: FEE.

Tabela 5

Participação das unidades e subunidades regionais no total do VAF no
Rio Grande do Sul — 1980-88

	(%)								
UNIDADES E SUBUNIDADES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Unidade 1	48,67	48,27	51,23	47,44	47,25	49,82	53,48	55,33	54,37
Subunidade 1.1	18,00	17,31	17,59	15,89	14,12	14,39	15,54	15,43	14,89
Subunidade 1.2	0,29	0,24	0,27	0,23	0,24	0,27	0,26	0,23	0,19
Subunidade 1.3	0,37	0,40	0,39	0,32	0,31	0,35	0,40	0,35	0,33
Subunidade 1.4	1,38	1,42	1,30	1,47	1,93	1,60	1,69	1,89	2,31
Subunidade 1.5	2,63	2,80	2,79	2,50	2,68	3,17	3,02	3,58	3,51
Subunidade 1.6	13,99	14,15	16,06	15,90	16,59	16,83	17,55	18,58	18,52
Subunidade 1.7	1,92	2,05	2,36	2,17	2,22	2,32	2,88	2,73	2,70
Subunidade 1.8	0,25	0,23	0,26	0,24	0,24	0,24	0,22	0,22	0,18
Subunidade 1.9	4,06	3,99	4,39	3,81	3,82	4,44	4,73	4,82	4,68
Subunidade 1.10	0,64	0,71	0,80	0,80	0,83	0,89	0,81	0,78	0,82
Subunidade 1.11	5,16	4,96	5,02	4,11	4,28	5,30	6,38	6,72	6,25
Unidade 2	17,09	19,15	16,17	18,87	18,96	17,40	15,88	15,20	14,59
Subunidade 2.1	4,85	5,42	4,80	5,30	5,21	5,16	5,11	4,60	4,21
Subunidade 2.2	0,74	0,76	0,75	0,70	0,72	0,75	0,88	0,83	0,87
Subunidade 2.3	1,57	1,99	1,49	1,78	1,94	1,76	1,47	1,46	1,44
Subunidade 2.4	6,66	7,40	6,16	7,35	7,43	6,54	5,88	5,86	5,69
Subunidade 2.5	0,79	0,86	0,67	0,86	0,74	0,65	0,42	0,45	0,44
Subunidade 2.6	2,48	2,72	2,29	2,88	2,92	2,53	2,12	2,00	1,94
Unidade 3	10,92	10,40	9,20	9,37	9,13	8,97	7,87	6,58	7,50
Subunidade 3.1	1,04	0,94	0,90	0,85	0,79	0,80	0,77	0,64	0,67
Subunidade 3.2	7,02	6,41	5,78	5,71	5,75	5,78	5,24	4,29	4,89
Subunidade 3.3	0,18	0,19	0,17	0,18	0,18	0,18	0,14	0,14	0,15
Subunidade 3.4	2,68	2,87	2,35	2,63	2,40	2,20	1,72	1,50	1,80
Unidade 4	6,78	5,02	5,36	4,23	4,65	4,09	4,78	4,09	3,72
Subunidade 4.1	0,52	0,52	0,60	0,53	0,53	0,58	0,69	0,51	0,47
Subunidade 4.2	0,25	0,18	0,25	0,21	0,20	0,25	0,29	0,14	0,17
Subunidade 4.3	5,37	3,64	3,81	2,86	3,38	2,73	3,27	3,00	2,55
Subunidade 4.4	0,64	0,68	0,71	0,63	0,54	0,52	0,52	0,44	0,53
Unidade 5	9,64	10,71	11,45	13,57	13,97	13,58	12,13	13,38	14,19
Subunidade 5.1	1,00	1,11	1,13	1,13	0,98	1,02	0,98	1,01	1,02
Subunidade 5.2	0,42	0,46	0,38	0,40	0,38	0,36	0,24	0,24	0,29
Subunidade 5.3	1,65	1,73	2,13	1,82	1,73	1,67	1,18	1,16	1,32
Subunidade 5.4	0,13	0,12	0,20	2,39	2,69	2,67	2,56	3,59	3,65
Subunidade 5.5	3,10	3,25	3,22	3,33	3,25	3,17	3,17	3,30	3,46
Subunidade 5.6	0,13	0,17	0,20	0,19	0,18	0,17	0,13	0,12	0,14
Subunidade 5.7	2,36	2,95	3,42	3,54	3,94	3,76	3,27	3,41	3,68
Subunidade 5.8	0,85	0,92	0,79	0,78	0,81	0,76	0,60	0,56	0,63
Unidade 6	5,91	5,68	5,98	5,93	5,39	5,45	5,11	4,78	4,75
Subunidade 6.1	1,47	1,28	1,39	1,24	1,49	1,51	1,37	1,15	1,20
Subunidade 6.2	0,89	0,83	0,81	0,80	0,72	0,79	0,63	0,56	0,55
Subunidade 6.3	3,54	3,57	3,77	3,89	3,19	3,15	3,11	3,07	3,01
Unidade 7	0,98	0,76	0,64	0,60	0,65	0,70	0,75	0,64	0,60
Subunidade 7.1	0,98	0,76	0,64	0,60	0,65	0,70	0,75	0,64	0,60
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 6

Participação das unidades e subunidades regionais no VAF da agropecuária do Rio Grande do Sul --- 1980-88

	(%)								
UNIDADES E SUBUNIDADES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Unidade 1	9,83	9,49	10,21	8,00	7,81	8,79	11,01	10,81	9,51
Subunidade 1.1	0,37	0,58	0,31	0,31	0,31	0,34	0,45	0,42	0,79
Subunidade 1.2	0,82	0,65	0,85	0,71	0,77	0,82	0,85	0,82	0,80
Subunidade 1.3	0,56	0,47	0,47	0,29	0,31	0,39	0,42	0,38	0,34
Subunidade 1.4	0,42	0,26	0,32	0,25	0,33	0,38	0,41	0,35	0,43
Subunidade 1.5	0,27	0,28	0,28	0,20	0,23	0,21	0,27	0,22	0,17
Subunidade 1.6	1,07	1,02	0,97	0,89	0,78	0,84	1,06	1,14	0,83
Subunidade 1.7	0,98	0,91	0,86	0,79	0,66	0,64	0,85	0,84	0,68
Subunidade 1.8	0,41	0,36	0,47	0,32	0,38	0,39	0,41	0,32	0,25
Subunidade 1.9	3,05	3,01	3,46	2,50	2,42	2,95	3,91	3,95	3,19
Subunidade 1.10	1,02	0,99	1,04	0,86	0,90	0,97	1,08	1,14	1,08
Subunidade 1.11	0,86	0,96	1,17	0,88	0,73	0,87	1,28	1,24	0,96
Unidade 2	36,19	40,87	37,54	44,66	45,06	42,72	41,33	46,39	44,71
Subunidade 2.1	9,00	9,87	9,30	10,87	10,82	10,97	11,54	11,57	11,02
Subunidade 2.2	1,40	1,35	1,42	1,33	1,37	1,39	1,71	1,74	1,82
Subunidade 2.3	3,63	4,85	3,93	4,89	5,12	5,08	4,54	5,62	5,60
Subunidade 2.4	15,77	17,73	16,33	19,42	20,36	18,58	17,83	19,84	18,94
Subunidade 2.5	1,85	2,06	1,81	2,01	2,03	1,71	1,37	1,78	1,78
Subunidade 2.6	4,55	5,01	4,74	6,14	5,36	4,99	4,34	5,84	5,56
Unidade 3	26,38	23,76	22,82	21,95	22,30	22,61	20,94	18,61	20,82
Subunidade 3.1	3,04	2,32	2,11	2,00	2,10	2,26	2,00	1,80	2,35
Subunidade 3.2	15,05	12,88	12,90	11,07	12,20	13,17	12,56	10,53	11,66
Subunidade 3.3	0,56	0,53	0,57	0,51	0,52	0,53	0,41	0,48	0,40
Subunidade 3.4	7,74	8,04	7,24	8,36	7,48	6,66	5,96	5,80	6,41
Unidade 4	5,04	4,39	5,62	4,94	4,81	5,36	6,71	5,29	5,98
Subunidade 4.1	0,97	0,79	1,11	0,93	0,90	1,00	1,36	0,91	0,82
Subunidade 4.2	0,94	0,67	1,05	0,84	0,81	1,10	1,43	0,79	1,02
Subunidade 4.3	1,14	0,91	1,12	1,26	1,22	1,36	1,82	1,68	1,89
Subunidade 4.4	1,99	2,02	2,35	1,91	1,88	1,89	2,10	1,91	2,24
Unidade 5	14,62	14,92	16,16	13,76	13,63	13,59	12,26	12,20	12,24
Subunidade 5.1	0,77	0,72	0,71	0,63	0,61	0,54	0,45	0,42	0,45
Subunidade 5.2	1,30	1,28	1,25	1,19	1,15	1,14	0,78	0,92	1,05
Subunidade 5.3	3,98	3,95	4,78	3,90	3,93	3,95	2,78	3,03	3,37
Subunidade 5.4	0,36	0,34	0,44	0,36	0,40	0,41	0,40	0,40	0,31
Subunidade 5.5	3,76	3,92	3,61	3,40	3,19	3,01	3,68	3,67	3,23
Subunidade 5.6	0,31	0,37	0,54	0,38	0,39	0,43	0,38	0,32	0,32
Subunidade 5.7	1,57	1,74	2,25	1,53	1,61	1,71	1,82	1,39	1,27
Subunidade 5.8	2,56	2,60	2,58	2,39	2,36	2,41	1,97	2,05	2,24
Unidade 6	6,30	5,34	6,50	5,68	5,25	5,91	6,17	5,36	5,59
Subunidade 6.1	2,26	1,91	2,48	2,11	2,03	2,29	2,49	1,89	2,22
Subunidade 6.2	2,81	2,36	2,57	2,46	2,18	2,33	2,06	2,01	2,04
Subunidade 6.3	1,23	1,07	1,45	1,12	1,05	1,29	1,61	1,45	1,34
Unidade 7	1,64	1,23	1,15	1,02	1,14	1,03	1,35	1,33	1,38
Subunidade 7.1	1,64	1,23	1,15	1,02	1,14	1,03	1,35	1,33	1,38
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda.

Tabela 7

Participação das unidades e subunidades regionais no VAF da Indústria do
Rio Grande do Sul — 1980-88

	(%)			
UNIDADES E SUBUNIDADES	1980	1983	1986	1988
Unidade 1	67,57	61,49	69,08	66,20
Subunidade 1.1	16,13	12,28	11,77	10,42
Subunidade 1.2	0,17	0,11	0,13	0,09
Subunidade 1.3	0,27	0,24	0,34	0,26
Subunidade 1.4	2,38	2,71	3,14	3,14
Subunidade 1.5	4,94	4,43	5,10	5,63
Subunidade 1.6	24,46	25,06	26,39	26,19
Subunidade 1.7	3,17	3,40	4,65	4,09
Subunidade 1.8	0,25	0,27	0,18	0,19
Subunidade 1.9	6,42	5,83	6,87	6,39
Subunidade 1.10	0,58	0,96	0,86	0,90
Subunidade 1.11	8,80	6,18	9,64	8,89
Unidade 2	7,69	7,54	7,02	6,19
Subunidade 2.1	2,83	2,63	2,79	2,29
Subunidade 2.2	0,67	0,65	0,85	0,86
Subunidade 2.3	0,35	0,36	0,37	0,29
Subunidade 2.4	2,13	2,04	1,46	1,67
Subunidade 2.5	0,20	0,41	0,06	0,06
Subunidade 2.6	1,51	1,46	1,49	1,03
Unidade 3	3,44	4,73	3,02	4,09
Subunidade 3.1	0,36	0,54	0,35	0,25
Subunidade 3.2	2,33	3,34	2,18	2,95
Subunidade 3.3	0,08	0,11	0,08	0,09
Subunidade 3.4	0,68	0,73	0,40	0,81
Unidade 4	6,41	3,97	2,42	2,34
Subunidade 4.1	0,14	0,18	0,16	0,17
Subunidade 4.2	0,02	0,03	0,01	0,01
Subunidade 4.3	6,13	3,65	2,23	2,04
Subunidade 4.4	0,12	0,12	0,02	0,13
Unidade 5	8,48	15,68	13,68	15,99
Subunidade 5.1	0,37	0,39	0,34	0,33
Subunidade 5.2	0,10	0,13	0,07	0,12
Subunidade 5.3	0,84	1,24	0,66	0,91
Subunidade 5.4	0,07	4,77	4,75	5,87
Subunidade 5.5	3,67	4,03	3,69	4,15
Subunidade 5.6	0,04	0,10	0,05	0,08
Subunidade 5.7	3,28	4,93	4,01	4,36
Subunidade 5.8	0,10	0,09	0,10	0,18
Unidade 6	5,69	6,10	4,26	4,70
Subunidade 6.1	1,54	1,05	1,28	1,15
Subunidade 6.2	0,23	0,26	0,25	0,24
Subunidade 6.3	3,91	4,79	2,73	3,31
Unidade 7	0,72	0,50	0,52	0,48
Subunidade 7.1	0,72	0,50	0,52	0,48
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda.

Tabela 8

Participação das unidades e subunidades regionais no VAF da indústria de transformação do
Rio Grande do Sul — 1980-88

	(%)			
UNIDADES E SUBUNIDADES	1980	1983	1986	1988
Unidade 1	72,67	69,07	74,88	74,33
Subunidade 1.1	16,59	13,80	12,74	11,66
Subunidade 1.2	0,14	0,07	0,07	0,05
Subunidade 1.3	0,28	0,24	0,37	0,27
Subunidade 1.4	2,52	2,98	3,42	3,63
Subunidade 1.5	5,40	5,14	5,80	6,53
Subunidade 1.6	26,96	28,25	28,29	29,16
Subunidade 1.7	3,34	3,62	4,79	4,48
Subunidade 1.8	0,14	0,15	0,13	0,07
Subunidade 1.9	7,13	6,75	7,76	7,48
Subunidade 1.10	0,55	0,88	0,72	0,78
Subunidade 1.11	9,62	7,18	10,79	10,22
Unidade 2	7,96	7,72	6,59	6,04
Subunidade 2.1	2,72	2,52	2,38	2,20
Subunidade 2.2	0,67	0,51	0,60	0,60
Subunidade 2.3	0,38	0,27	0,31	0,21
Subunidade 2.4	2,29	2,24	1,53	1,85
Subunidade 2.5	0,22	0,49	0,07	0,02
Subunidade 2.6	1,67	1,70	1,70	1,17
Unidade 3	1,68	1,97	1,34	1,20
Subunidade 3.1	0,33	0,47	0,38	0,27
Subunidade 3.2	1,20	1,45	0,90	0,89
Subunidade 3.3	0,04	0,01	0,01	0,01
Subunidade 3.4	0,12	0,04	0,04	0,03
Unidade 4	6,74	4,25	2,47	2,15
Subunidade 4.1	0,08	0,08	0,10	0,06
Subunidade 4.2	0,01	0,04	0,00	0,00
Subunidade 4.3	6,65	4,14	2,37	2,08
Subunidade 4.4	0,00	0,00	0,00	0,00
Unidade 5	5,99	12,22	11,20	12,83
Subunidade 5.1	0,26	0,30	0,28	0,22
Subunidade 5.2	0,10	0,01	0,02	0,04
Subunidade 5.3	0,46	0,75	0,38	0,35
Subunidade 5.4	0,01	5,78	5,54	7,01
Subunidade 5.5	3,44	3,62	2,90	3,08
Subunidade 5.6	0,01	0,01	0,02	0,02
Subunidade 5.7	1,63	1,65	1,96	1,92
Subunidade 5.8	0,07	0,08	0,10	0,19
Unidade 6	4,42	4,51	3,25	3,13
Subunidade 6.1	1,49	0,88	1,15	1,03
Subunidade 6.2	0,08	0,08	0,07	0,05
Subunidade 6.3	2,85	3,55	2,03	2,05
Unidade 7	0,54	0,25	0,28	0,32
Subunidade 7.1	0,54	0,25	0,28	0,32
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda.

Tabela 9

Participação das unidades e subunidades regionais no VAF da indústria de beneficiamento do Rio Grande do Sul — 1980-88

	(%)			
UNIDADES E SUBUNIDADES	1980	1983	1986	1988
Unidade 1	29,63	25,07	31,64	22,61
Subunidade 1.1	8,79	3,05	3,78	2,19
Subunidade 1.2	0,39	0,29	0,52	0,30
Subunidade 1.3	0,19	0,24	0,18	0,17
Subunidade 1.4	1,61	1,50	1,62	0,74
Subunidade 1.5	1,47	0,86	0,16	0,46
Subunidade 1.6	8,11	10,98	14,46	10,64
Subunidade 1.7	2,14	2,50	4,08	2,30
Subunidade 1.8	0,97	0,89	0,53	0,83
Subunidade 1.9	1,66	1,67	1,56	0,98
Subunidade 1.10	0,88	1,40	1,78	1,60
Subunidade 1.11	3,43	1,69	2,97	2,40
Unidade 2	6,08	6,87	9,52	6,52
Subunidade 2.1	3,70	3,20	5,35	2,63
Subunidade 2.2	0,71	1,29	2,50	2,27
Subunidade 2.3	0,22	0,81	0,73	0,71
Subunidade 2.4	1,02	1,17	0,64	0,32
Subunidade 2.5	0,05	0,03	0,03	0,25
Subunidade 2.6	0,38	0,37	0,26	0,34
Unidade 3	15,99	17,55	13,68	19,47
Subunidade 3.1	0,67	0,89	0,22	0,17
Subunidade 3.2	10,20	12,02	10,28	13,85
Subunidade 3.3	0,36	0,61	0,51	0,52
Subunidade 3.4	4,75	4,03	2,67	4,94
Unidade 4	4,47	2,66	2,28	3,50
Subunidade 4.1	0,62	0,63	0,56	0,72
Subunidade 4.2	0,06	0,02	0,06	0,05
Subunidade 4.3	2,83	1,34	1,51	1,92
Subunidade 4.4	0,96	0,67	0,15	0,81
Unidade 5	26,58	32,32	29,98	33,37
Subunidade 5.1	1,06	0,70	0,71	0,85
Subunidade 5.2	0,11	0,68	0,38	0,53
Subunidade 5.3	3,60	3,61	2,46	3,89
Subunidade 5.4	0,47	0,22	0,14	0,28
Subunidade 5.5	5,39	5,94	8,89	9,94
Subunidade 5.6	0,24	0,47	0,23	0,40
Subunidade 5.7	15,36	20,56	17,07	17,39
Subunidade 5.8	0,35	0,15	0,10	0,09
Unidade 6	15,18	13,84	10,87	13,15
Subunidade 6.1	2,06	1,88	2,20	1,83
Subunidade 6.2	1,31	1,12	1,38	1,24
Subunidade 6.3	11,82	10,84	7,28	10,08
Unidade 7	2,07	1,69	2,03	1,37
Subunidade 7.1	2,07	1,69	2,03	1,37
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00

Anexo 2: Lista dos municípios incluídos nas unidades e subunidades regionais

Unidade 1	Dois Irmãos
Subunidade 1.1	Estância Velha
Porto Alegre	Esteio
	Ivoti
	Nova Hartz
	Novo Hamburgo
	Portão
Subunidade 1.2	Santa Maria do Herval
Barra do Ribeiro	São Leopoldo
Cerro Grande do Sul	São José do Hortêncio
Tapes	São Sebastião do Caí
	São Vendelino
	Sapiranga
	Sapucaia do Sul
Subunidade 1.3	Tupandi
Alvorada	
Viamão	Subunidade 1.7
Subunidade 1.4	Canela
Eldorado do Sul	Feliz
Guaíba	Gramado
	Igrejinha
	Nova Petrópolis
	Parobé
Subunidade 1.5	Riozinho
Cachoeirinha	Rolante
Glorinha	Taquara
Gravataí	Três Coroas
	Subunidade 1.8
Subunidade 1.6	Santo Antônio da Patrulha
Bom Princípio	
Campo Bom	Subunidade 1.9
Canoas	
Capela de Santana	Antônio Prado

Bento Gonçalves
 Carlos Barbosa
 Cotiporã
 Fagundes Varela
 Farroupilha
 Flores da Cunha
 Garibaldi
 Nova Roma do Sul
 Veranópolis
 Vila Flores

Subunidade 1.10

Barão
 Brochier do Maratá
 Harmonia
 Montenegro
 Poço das Antas
 Salvador do Sul

Subunidade 1.11

Caxias do Sul
 São Marcos

Unidade 2

Subunidade 2.1

Água Santa
 André da Rocha
 Aratiba
 Áurea
 Barão do Cotegipe
 Barracão
 Cacique Doble
 Camargo
 Campinas do Sul
 Caseiros
 Ciríaco

David Canabarro
 Entre Rios do Sul
 Erebango
 Erechim
 Ernestina
 Erval Grande
 Estação
 Faxinalzinho
 Gaurama
 Getúlio Vargas
 Ibiaçá
 Ibiraiaras
 Ipiranga do Sul
 Itatiba do Sul
 Jacutinga
 Lagoa Vermelha
 Machadinho
 Marau
 Marcelino Ramos
 Mariano Moro
 Maximiliano de Almeida
 Não-me-Toque
 Paim Filho
 Passo Fundo
 Sananduva
 São João da Urtiga
 São José do Ouro
 São Valentim
 Sertão
 Severiano de Almeida
 Tapejara
 Três Arroios
 Viadutos
 Victor Graeff
 Vila Maria

Subunidade 2.2

Casca
 Dois Lajeados
 Guabiju
 Guaporé
 Montauri

Muçum
 Nova Araçá
 Nova Bassano
 Nova Prata
 Parai
 Protásio Alves
 São Domingos do Sul
 São Jorge
 Serafina Correa
 Vanini
 Vista Alegre do Prata

Subunidade 2.3

Carazinho
 Chapada
 Colorado
 Ibirubá
 Quinze de Novembro
 Saldanha Marinho
 Santa Bárbara do Sul
 Selbach
 Tapera

Subunidade 2.4

Ajuricaba
 Alegria
 Alpestre
 Augusto Pestana
 Boa Vista do Buricá
 Braga
 Caiçara
 Campo Novo
 Catuípe
 Cerro Grande
 Chiapeta
 Condor
 Constantina
 Coronel Bicaco
 Crissiumal

Cruz Alta
 Entre-Ijuís
 Erval Seco
 Eugênio de Castro
 Fortaleza dos Valos
 Frederico Westphalen
 Humaitá
 Ijuí
 Independência
 Iraí
 Jaboticaba
 Liberato Salzano
 Miraguaí
 Nonoai
 Palmeira das Missões
 Palmitinho
 Panambi
 Pejuçara
 Pinhal
 Planalto
 Redentora
 Rodeio Bonito
 Ronda Alta
 Rondinha
 Santo Ângelo
 Santo Augusto
 São Martinho
 São Miguel das Missões
 Sarandi
 Seberi
 Sede Nova
 Taquaruçu do Sul
 Tenente Portela
 Três de Maio
 Três Palmeiras
 Três Passos
 Trindade do Sul
 Vicente Dutra
 Vista Alegre
 Vista Gaúcha

Subunidade 2.5

Bossoroca

Caibaté
 Dezesseis de Novembro
 Pirapó
 São Luís Gonzaga
 São Nicolau

Subunidade 2.6

Alecrim
 Campina das Missões
 Cândido Godói
 Cerro Largo
 Dr. Maurício Cardoso
 Giruá
 Guarani das Missões
 Horizontina
 Porto Lucena
 Porto Xavier
 Roque Gonzales
 Santa Rosa
 Santo Cristo
 São Paulo das Missões
 Tucunduva
 Tuparendi

Unidade 3

Subunidade 3.1

Caçapava do Sul
 Erval
 Jaguarão
 Lavras do Sul
 Pinheiro Machado
 Piratini
 Santana da Boa Vista

Subunidade 3.2

Alegrete

Bagé
 Cacequi
 Dom Pedrito
 Quaraí
 Rosário do Sul
 Santana do Livramento
 São Gabriel
 Uruguaiana

Subunidade 3.3

Jaguari
 Mata
 Nova Esperança do Sul
 São Vicente do Sul

Subunidade 3.4

Itacurubi
 Itaqui
 Jóia
 Santiago
 Santo Antônio das Missões
 São Borja
 São Francisco de Assis
 Tupanciretã

Unidade 4

Subunidade 4.1

Arroio do Sal
 Capão da Canoa
 Cidreira
 Imbé
 Osório
 Palmares do Sul
 Torres
 Terra de Areia
 Tramandaí
 Três Cachoeiras

Subunidade 4.2

Mostardas
 São José do Norte
 Tavares

Subunidade 4.3

Rio Grande

Subunidade 4.4

Santa Vitória do Palmar

Unidade 5

Subunidade 5.1

Santa Maria
 Silveira Martins

Subunidade 5.2

Ivorá
 Júlio de Castilhos
 Nova Palma
 São Pedro do Sul

Subunidade 5.3

Cachoeira do Sul
 Cerro Branco
 Formigueiro
 Pantano Grande
 Paraíso do Sul
 Restinga Seca
 Rio Pardo
 São Sepé

Subunidade 5.4

General Câmara
 Triunfo

Subunidade 5.5

Anta Gorda
 Arroio do Meio
 Arvorezinha
 Bom Retiro do Sul
 Boqueirão do Leão
 Cruzeiro do Sul
 Encantado
 Estrela
 Ilópolis
 Imigrante
 Lajeado
 Nova Alvorada
 Nova Bréscia
 Paverama
 Pouso Novo
 Progresso
 Putinga
 Relvado
 Roca Sales
 Taquari
 Teutônia

Subunidade 5.6

Agudo
 Dona Francisca
 Faxinal do Soturno

Subunidade 5.7

Candelária
 Santa Cruz do Sul
 Venâncio Aires
 Vera Cruz

Subunidade 5.8

Alto Alegre
Arroio do Tigre
Barros Cassal
Campos Borges
Espumoso
Fontoura Xavier
Ibarama
Ibirapuitã
Lagoão
Salto do Jacuí
São José do Herval
Segredo
Sobradinho
Soledade
Tunas

Morro Redondo
Pelotas

Unidade 7

Subunidade 7.1

Bom Jesus
Cambará do Sul
Esmeralda
Ipê
Jaquirana
São Francisco de Paula
Vacaria

Unidade 6

Subunidade 6.1

Amaral Ferrador
Arroio dos Ratos
Butiá
Camaquã
Charqueadas
Cristal
Dom Feliciano
Encruzilhada do Sul
São Jerônimo

Subunidade 6.2

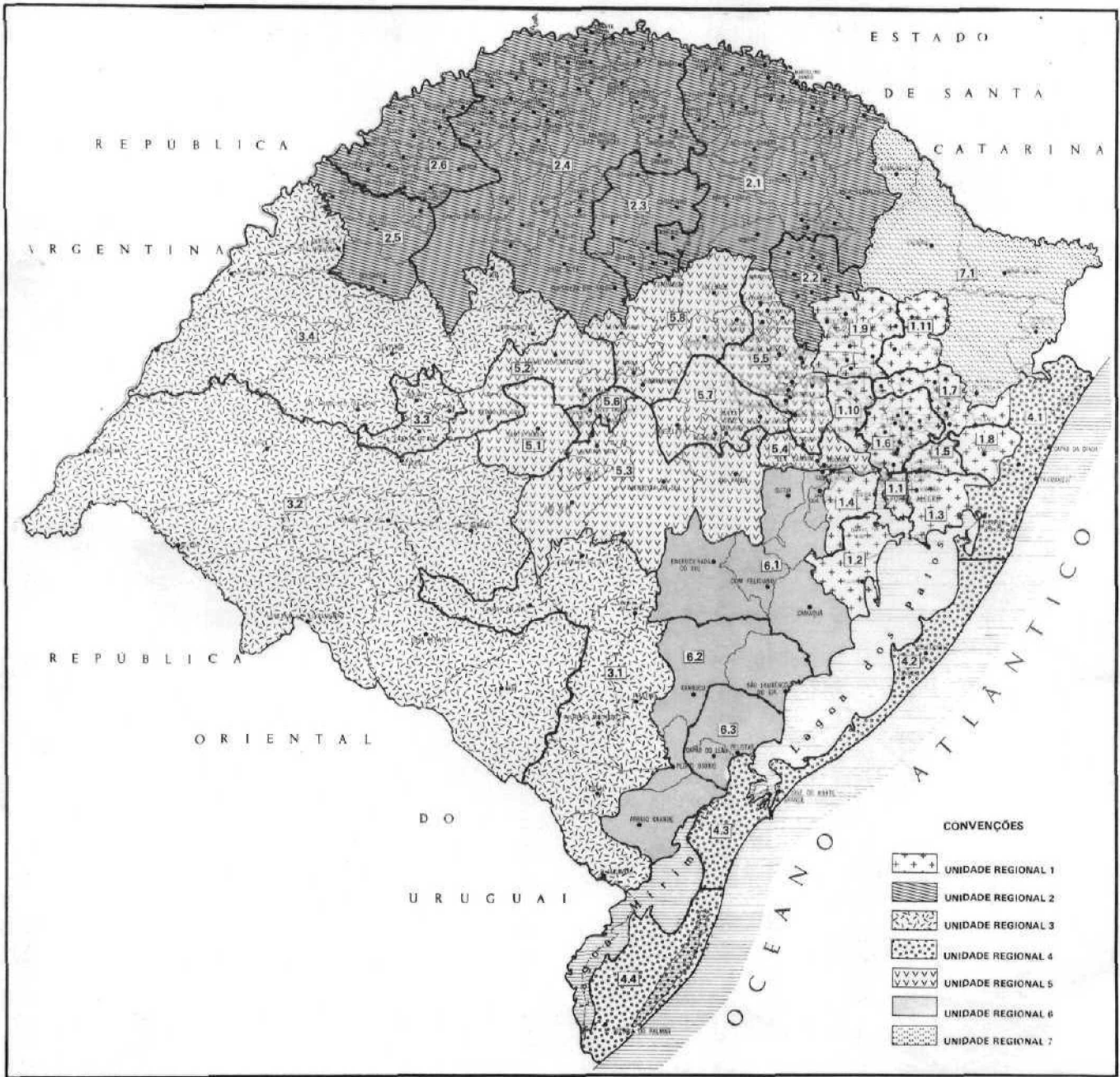
Arroio Grande
Canguçu
Pedro Osório
São Lourenço do Sul

Subunidade 6.3

Capão do Leão

FEE-CEGOC
BIBLIOTECA

DIVISÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – 1940-88



Bibliografia

- ALONSO, José Antonio Fialho (1984). **Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70**. Porto Alegre, FEE. (Teses,9).
- ___ (1989). O problema da concentração industrial na Grande Porto Alegre. **Informativo do Economista**; Porto Alegre, Casa do Economista, (79):2, ago.
- ___ (1989a). Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo - RS: 1939-87. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 10(2):285-302.
- ALONSO, José Antonio Fialho & BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). A desindustrialização de Porto Alegre: causas e perspectivas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 9(1):3-28.
- ALONSO, José Antonio Fialho & MESQUITA, Zilé (1982). **Aspectos metodológicos da divisão regional**. Porto Alegre, FEE. 23p. (mimeo).
- ALONSO, José Antonio Fialho et alli (1986). **Áreas estatisticamente comparáveis do Rio Grande do Sul 1940-80: renda interna**. Porto Alegre, FEE.
- AMANHÃ (1988). Porto Alegre, FIERGS/CIERGS, v.3, n.28, out.
- ___ (1989). Porto Alegre, v.3, n.32, fev.
- ___ (1989a). Porto Alegre, FIERGS/CIERGS, v.3, n.33, mar.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1980 (1981). Porto Alegre, FEE.
- ___ 1988 (1989). Porto Alegre, FEE.
- AZZONI, C. A. (1986). **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo, USP/IPE.
- BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). **O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira 1940-1980**. Porto Alegre, FEE. (15 anos FEE, 1).
- BANDEIRA, Pedro Silveira & GRÜNDLING, Nilton Artur (1988). **A distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul na década de 70**. Porto Alegre, FEE.

- BECKER, K. (1958). A imigração no Sul do Estado: 1944-1952. In: ENCICLOPÉDIA RIO GRANDENSE. Canoas, La Salle. v.5, p.323-71.
- BENETTI, Maria Domingues (1985). **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980.** 2a. reimpressão. Porto Alegre, FEE. (Teses,5).
- BESCHOREN, Max (1989). **Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul: 1875-1887.** Porto Alegre, Martins Livreiro.
- BRUM, Argemiro (1985). **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Ijuí, FIDENE/UNIJUÍ.
- CARDOSO, F. H. (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (1977). **Sociologia de espacio industrial.** Madrid, Editorial Ayuso.
- CASTRO, Antonio Barros de (1975). A industrialização descentralizada no Brasil. In: Castro, Antonio Barros de, org. **7 ensaios sobre a economia brasileira.** v.2, p. 89-142.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSOS ECONÔMICOS 1940: Rio Grande do Sul (1950). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSOS ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.
- CÉSAR, G. (1978). **O Conde de Piratini e a Estância da Música: a administração de um latifúndio Rio-Grandense em 1932.** Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. (1984). **A expansão da soja no Rio Grande do Sul 1950-75.** Porto Alegre, FEE. (Teses, 6).

- DINIZ, C. C. & LEMOS, M. B. (1986). Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba, IPARDES, 8(2):32-42, fev. (Número especial).
- FORTES, Amyr Borges & WAGNER, J. B. S. (1963). **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo.
- GRANDO, Marinês Zandavalli (1990). **Pequena agricultura em crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FEE. (Teses,14).
- GRANDO, Marinês Zandavalli & JALFIM, Anete (1990). Os novos rumos da vitivinicultura no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, 17(4):194-206, jan.
- HOFFMAN, J. H. & SILVA, P. R. N. (1990). Agropecuária- agricultura 89: expressão das mudanças de uma década. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 17(4):61-70, jan.
- INDICADORES ECONÔMICOS RS (1977). Porto Alegre, FEE, v.5, n.1.
- MATESCO, V. (1989). Nível e composição do investimento agregado. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira - 1989**. Rio de Janeiro. p.71-83.
- MESQUITA, Zilá (1983). **Procedimentos metodológicos para chegar a divisão regional necessária no projeto crescimento sub-regional da renda no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FEE. (mimeo).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1985). **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba, RIOCELL.
- PINTOS, A. Barrios (1973). **História de la Ganadería en el Uruguay: 1954-1971**. Montevideo, Biblioteca Nacional.
- POETSCH, H. (1989). A evolução da indústria conserveira. **AMANHÃ**, Porto Alegre, FIERGS/CIERGS, 3(32):26.
- RIO GRANDE DO SUL. Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário (1975). **Regionalização agrícola**. Porto Alegre, Pallotti. (Estudos Básicos,1).

ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Globo.

SILVA, J. C. da (1989). Retrospectiva do desempenho macro-econômico. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira-1989.** Rio de Janeiro. p.27-43.

SILVEIRA, H. J. V. da (1979). **As missões orientais e seus antigos domínios.** Porto Alegre, ERUS.

SINGER, P. (1974). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo, Nacional.

ZERO HORA (24.4.90). Porto Alegre, RBS. p.2.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: CARACTERÍSTICAS RECENTES*

*Naia Oliveira**
Tanya Barcellos**
Maria Mercedes Rabelo**
Elisa Olívia Giacobbo****

Introdução

As reflexões mais recentes sobre o modo como se organiza o sistema urbano no País confluem no sentido de privilegiar a questão da concentração-desconcentração, enquanto expressão das mudanças verificadas na divisão social do trabalho. Essa perspectiva, na medida em que incorpora o exame das relações que se estabelecem entre técnica, acumulação, território e população, pode ser fértil para alimentar a compreensão das configurações intra-urbanas, ou seja, das cidades, que se constituem em espaços onde a questão social assume sua manifestação mais evidente.

A sociedade brasileira, na década de 70, foi marcada por um processo maciço de urbanização, quando surgiram estudos polêmicos¹ apontando a redução na importância das nossas metrópoles, com relação ao crescimento das cidades de porte médio. A crise econômica, que foi o traço fundamental nos cenários nacional e regional dos anos 80, impôs transformações ao sistema urbano, cuja avaliação representa um desafio para os pesquisadores dessa problemática.

O presente texto procura dar respostas a essas questões emergentes, a partir da análise do perfil da urbanização em curso no Estado do Rio Grande do Sul.

* Este estudo contou com o suporte do trabalho estatístico realizado pelo Técnico da FEE Wilson Vila.

** Socióloga da FEE.

*** Acadêmica de Ciências Sociais da UFRGS.

¹ São significativos para essa discussão os trabalhos de Cano & Pacheco (1989), Faria (1983) e Santos (1988).

Alguns pesquisadores ressaltam o caráter equilibrado da rede urbana gaúcha, mostrando a existência de um conjunto significativo de cidades médias (Martine et alii, 1988).

A formação histórica do Estado traz elementos explicativos relevantes para se compreender o processo de urbanização, o qual deu origem a uma ocupação mais dispersa do território em função do desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas com a pecuária, no sul, e com a lavoura, no centro e no norte. Num primeiro momento, a produção do charque para o abastecimento do mercado interno do País provocou grande crescimento da área de Pelotas e Rio Grande, que teve seu ápice nas primeiras décadas do século XIX (Singer, 1968; Pesavento, 1985).

Mais tarde, a partir de 1850, foi a região de Porto Alegre e São Leopoldo que experimentou um avanço econômico importante, sustentado na produção agrícola das colônias alemãs — e, posteriormente, das italianas — e nas atividades comerciais. A industrialização, que surgiu através do capital comercial, fortaleceu essa região do Estado como pólo de crescimento urbano (Singer, 1968; Pesavento, 1985).

A investigação acerca do processo de urbanização no Rio Grande do Sul partiu da reconstituição das tendências que marcaram o período posterior a 1950, orientada basicamente pelo exame do fenômeno da concentração populacional. A análise privilegiou a avaliação de indicadores do crescimento e da primazia urbanas, bem como de medidas que refletissem a situação das nossas cidades com relação ao tamanho, especialmente o processo de metropolização.

Não obstante as limitações enfrentadas no decorrer da elaboração deste estudo, que se referiram principalmente à carência de informações atualizadas, foi possível obter um panorama expressivo relativamente à dinâmica da urbanização recente do Estado, o qual fornece os parâmetros fundamentais para a compreensão do movimento da sociedade, no que se refere ao contexto urbano e regional, oferecendo elementos básicos para aqueles que buscam conhecer e atuar sobre essa questão, especialmente para a intervenção do Estado.

O conteúdo deste texto foi organizado em torno de dois itens: inicialmente esboçamos os pressupostos que orientaram a investigação e após apresentamos a análise do perfil da urbanização gaúcha, sustentada no material empírico procedente dos levantamentos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censos Demográficos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) —, bem

como das estatísticas da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) — estimativas e banco de dados.

Sendo assim, com este estudo pretendemos contribuir para o debate sobre os rumos percorridos pela sociedade gaúcha nos anos 80, de modo a permitir nossa inserção no esforço de pensar as perspectivas que se abrem com a nova década.

1 — Pressupostos analíticos e contextualização histórica

A análise das mudanças na divisão social e territorial do trabalho, decorrentes das transformações que se verificam no processo produtivo, constitui embasamento necessário quando se busca desenvolver uma abordagem globalizante da urbanização, que avance na compreensão dos rumos para os quais aponta o acelerado crescimento urbano verificado no Brasil, nas últimas décadas.

O processo de urbanização envolve um quadro de articulações que têm referência em três dimensões: a intra-urbana, enquanto conjunto das relações sociais que estruturam as cidades em si mesmas; a interurbana, que envolve a configuração de um sistema urbano, reflexo das relações entre as cidades; e, finalmente, a urbano-rural, ou seja, a que considera a articulação entre a produção agrária e a urbana, bem como a relação existente entre uma cidade e seu entorno (Gonçalves & Semeghini, 1988; Lefebvre, 1978).

Essas relações ganham concretude no movimento da História, onde o urbano é, ao mesmo tempo, espaço da produção e do consumo, o que remete à relevância das questões vinculadas à dinâmica da acumulação nesse processo.

As condições estruturais que estão na base da distribuição territorial da população e das atividades econômicas numa sociedade são, portanto, detectadas a partir de uma leitura histórica do seu processo de desenvolvimento.

No Brasil, a configuração assumida pela economia regional que precedeu a unificação do mercado interno foi elemento fundamental na definição do sistema urbano. A natureza dos ciclos econômicos engendrou núcleos populacionais expressivos em vários pontos do território, o que contribuiu para a formação de uma rede urbana relativamente

complexa, principalmente se for comparada com a dos demais países latino-americanos, onde prevalece um sistema fortemente polarizado.

A economia primário-exportadora caracterizou-se por apresentar um movimento sucessivo de substituição dos produtos, que resultou num constante deslocamento geográfico não acompanhado por um movimento da população. Ao contrário, os contingentes populacionais atraídos tendiam a permanecer na aglomeração já constituída.

Com a industrialização mantém-se a tendência de dispersão da população no território, ao mesmo tempo em que se concentram as atividades industriais modernas.

A partir de 1930, com a unificação do mercado nacional, criaram-se condições mais favoráveis à concentração do capital, tanto a nível das atividades que se desenvolvem em estabelecimentos cada vez maiores como a nível espacial, ou seja, concentração da produção industrial em determinadas áreas do território, em função das denominadas economias externas.

Em síntese, o urbano brasileiro se construiu sobre a base populacional e infra-estrutural que a economia agroexportadora assentou, na qual a indústria posteriormente encontrou suporte para seu desenvolvimento, imprimindo, a partir daí, a dinâmica necessária ao seu movimento de acumulação.

Como resultado desse processo, as grandes cidades brasileiras configuraram um perfil metropolitano, expressão de um novo momento da divisão social e territorial do trabalho.

A metrópole caracteriza-se pela concentração da população e das atividades econômicas, fundamentalmente a grande indústria, os meios de comunicação modernos, os serviços especializados e os negócios financeiros. Ao mesmo tempo, é o espaço privilegiado da produção do conhecimento técnico e científico e das instâncias de decisão política.

O fenômeno metropolitano, pela dimensão e complexidade que assumiu na realidade brasileira, nas últimas décadas, exigiu o encaminhamento de medidas administrativas no sentido de organizar a gestão dessas grandes aglomerações, o que redundou na definição, por lei, de regiões metropolitanas no início dos anos 70.

A maior concentração urbana do País verifica-se no sudeste, mais especificamente em São Paulo. No entanto essa situação de grande con-

centração, observada do ponto de vista demográfico, não é suficiente para conformar um modelo polarizado de urbanização², já que a análise das cidades brasileiras por tamanho da população aponta uma distribuição relativamente equilibrada dos núcleos urbanos, apresentando várias concentrações de porte metropolitano no território.

Os estudos recentes sobre a urbanização no País enfatizam a existência de uma inflexão na tendência à concentração da metrópole. Dentre esses, encontramos alguns que chegam ao limite de indicar a ocorrência de uma involução metropolitana, a partir da constatação, fundamentada em critérios demográficos, de um crescimento populacional maior nas cidades médias (Santos, 1988). Na verdade, entendemos que essa tendência à desconcentração deve ser relativizada, levando-se em conta dois fatores. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a metrópole influencia o crescimento dos núcleos urbanos médios, já que constatamos que estes estão localizados, em grande parte, nas áreas metropolitanas (Spindel, 1974). O segundo fator a ser considerado na análise da desconcentração é a forma como a economia se articula no espaço. Embora observemos uma certa redistribuição da produção industrial com a formação de outros pólos importantes fora do circuito metropolitano, é nele que se concentram as atividades modernas relacionadas com a informática, a comunicação, etc., assim como as instâncias de poder. Verificamos também que a agricultura tecnicamente avançada tem referência em alguns serviços disponíveis somente nas grandes aglomerações urbanas.

Sendo assim, o movimento de dispersão tem como contraponto a onipresença da metrópole (Santos, 1988), o que requalifica o seu papel no contexto urbano.

A tendência à desconcentração da produção econômica que ocorre na realidade brasileira é um fenômeno que deve ser analisado do ponto de vista das mudanças na divisão do trabalho sob a perspectiva das inovações tecnológicas.

A produção industrial brasileira realiza-se com base em diferentes níveis de avanço tecnológico, sendo que alguns dos processos mais automatizados podem até prescindir de algumas das condições gerais disponíveis na metrópole, tais como infra-estrutura e mão-de-obra abundante. Dessa forma, notamos a implantação de vários pólos industriais alterando a direção do crescimento urbano.

² Com relação aos fatores responsáveis por essa conformação do urbano no Brasil, Ver Faria (1976).

Ao mesmo tempo, os estrangulamentos que se criam pelo congestionamento da metrópole inviabilizam não só a expansão das atuais como também a instalação de novas unidades produtivas, favorecendo a desconcentração.

O excessivo adensamento, seja de atividades, seja de população, tem como conseqüência a expansão das capitais para os municípios vizinhos, configurando o fenômeno da metropolização. Hoje, esses adensamentos não se restringem às regiões metropolitanas já consolidadas, surgindo em outras áreas de industrialização mais recente.

No que diz respeito à produção agrícola, as mudanças tecnológicas geram novos requisitos de consumo produtivo, que provocam o crescimento das cidades consideradas de porte médio. Essas aglomerações assumem uma feição distinta daquela que caracteriza a cidade do interior, já que respondem a necessidades vinculadas à presença da modernidade no campo (Santos, 1988).

Essas transformações implicam o surgimento de serviços complementares nas áreas de transporte, armazenagem, comunicação, assistência técnica, comércio, crédito, etc., o que redundando em crescimento do emprego e em maior complexidade na forma como a sociedade se estrutura.

A disseminação dos novos processos de trabalho que caracterizam a fábrica e a fazenda modernas tem como conseqüência a dispersão populacional que configura um novo direcionamento dos movimentos migratórios e, paralelamente, uma redistribuição espacial das camadas médias e da pobreza.³

O êxodo rural que se verificou nas últimas décadas conduziu parcela significativa dos fluxos da população para outras aglomerações urbanas além das grandes metrópoles. É importante fazer uma ressalva quanto ao movimento da população do campo no período mais recente, quando as alterações observadas na estrutura produtiva, que ampliaram o número de estabelecimentos com a decorrente absorção de mão-de-obra, sugerem uma redução na intensidade desse fenômeno (Martine et alii, 1988).

³ A dinâmica populacional em 1970 passou a atribuir aos movimentos migratórios um papel de maior relevância, já que foi significativa a redução nas taxas de crescimento vegetativo, em função da queda da fecundidade (Martine et alii, 1988).

Outra característica que se verifica em função das mudanças ocorridas no campo é o fato de grande parte da população trabalhadora rural, em algumas zonas do País, fixar seu domicílio nas áreas urbanas.

É possível identificar, também, uma tendência de deslocamento de alguns setores da classe média em direção àquelas cidades que são suporte para o desenvolvimento da moderna agricultura.

Por outro lado, observamos que o crescimento de outros centros industrializados é acompanhado de uma reprodução do padrão de urbanização já conhecido pela metrópole, onde é visível a concentração da pobreza, situação amplamente apontada pelos indicadores sociais relativos ao saneamento, à saúde, à educação, à moradia, etc.

Faz parte desse modelo de urbanização o incremento do Setor Terciário da economia, assim como o do chamado mercado informal de trabalho. É importante salientar que o crescimento das atividades terciárias se caracteriza no Brasil pelas disparidades, seja de rendas individuais, seja das diferentes regiões.

A análise que vem sendo até agora desenvolvida trata de características mais gerais do processo de urbanização brasileiro. Não obstante, esse processo não se desenvolve de forma homogênea em todo o território, caracterizando um quadro de disparidades regionais. O Sudeste apresenta o maior índice de urbanização, enquanto o Nordeste, por sua vez, ocupa o pólo oposto, com uma forte concentração de população rural. As Regiões Centro-Oeste e Norte, na última década, aceleraram seus índices de urbanização, seguindo a tendência do País de adensar determinadas áreas e seus entornos. O Sul apresenta a terceira taxa de urbanização do País, onde encontramos uma distribuição mais equilibrada das cidades por tamanho, as quais absorveram um considerável incremento da população urbana, ocorrido principalmente na década de 70 (Martine et alii, 1988).

Em síntese, no período mais recente, configura-se uma nova feição no perfil de urbanização brasileiro, marcada pela complexificação da rede urbana como decorrência das transformações na estrutura econômica e social.

Do ponto de vista intra-urbano, nos anos 80 é marcante na paisagem das grandes cidades a existência do fenômeno da segregação sócio-espacial, envolvendo a periferização, a moradia irregular, a desigual distribuição geográfica dos serviços e equipamentos públicos, assim como a presença de áreas vazias em meio à malha urbana. Essas caracte-

rísticas têm referência no processo de valorização do solo, onde o Estado, na formulação das políticas urbanas, ficou submetido ao setor imobiliário, que passou a interferir no processo de expansão da cidade (Cano, 1988).

Essa submissão do Estado aos interesses privados, aliada à crise financeira e fiscal, comprometeu os setores responsáveis pelas políticas públicas de implementação e manutenção de serviços e equipamentos na sua função de promover e garantir a qualidade de vida da população.

Nesse quadro, o urbano, ao mesmo tempo que reflete o modo como se organiza a economia com a sua decorrente estrutura de classes, expressa também a fragilidade das camadas populares no que se refere à conquista de resultados mais efetivos na busca da melhoria de suas condições de vida.

2 – O perfil da urbanização gaúcha na década de 80

Desenhar o perfil de urbanização para as diferentes regiões do País, na década de 80, constitui tarefa particularmente difícil, quando as informações básicas para essa análise, ou seja, as informações censitárias, foram coletadas no início desse período.

Entretanto a intensidade das mudanças que estão se processando nas diferentes esferas da realidade brasileira impõe o enfrentamento desse desafio, pois os novos suportes empíricos estarão disponíveis somente em meados da próxima década.

A utilização de uma visão retrospectiva e prospectiva, através de séries históricas e de estimativas dos principais dados demográficos, da mesma forma que o recurso representado pelos indicadores indiretos do crescimento urbano — tais como ligações de luz e água e matrículas escolares — permitem a construção de uma abordagem que retrate com razoável fidelidade as principais tendências da urbanização em curso no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, buscaremos responder a algumas questões que nos esclareçam a respeito dos níveis de urbanização apresentados pelo Estado comparativamente ao País e suas diferentes regiões, bem como das características que qualificam esse processo, principalmente do ângulo do fenômeno da concentração urbana.

A dinâmica demográfica do Estado, observada a partir das taxas geométricas de crescimento, apresenta-nos um quadro que ressalta a redução no ritmo de incremento populacional. Esse fato pode ser constatado tanto do ponto de vista da população total quanto da população urbana, mesmo que nesta última o decréscimo seja menos intenso.

Na década de 50, o crescimento da população gaúcha foi de 2,72% a.a., tendo alcançado 1,55% a.a. durante os anos 70 (Tabela 1). Já o crescimento urbano, embora tenha se verificado a taxas superiores, também apresentou uma tendência decrescente para o mesmo período (5,57% a.a. e 3,98% a.a. respectivamente). A população rural, que já vinha com um crescimento muito reduzido em função do fenômeno migratório, durante a década de 70 mostrou uma taxa negativa, ou seja, houve uma perda populacional em termos absolutos.

Tabela 1

Indicadores representativos do perfil de urbanização
no Rio Grande do Sul — 1950-1980

INDICADORES	1950	1960	1970	1980
Taxa geométrica de crescimento da população total (a.a.).....	-	2,72	2,04	1,55
Taxa geométrica de crescimento da população rural (a.a.).....	-	0,91	0,36	-2,08
Taxa geométrica de crescimento da população urbana(a.a.).....	-	5,57	3,80	3,98
Grau de urbanização (1)	34,14	44,89	53,31	67,55
Índice de urbanização (2)	17,69	28,00	37,99	51,34
Índice tradicional de primazia (3)	14,30	18,28	20,96	24,13
Índice primazia/população urbana	41,89	40,73	39,32	35,71
Cidade principal/população urbana	26,37	25,25	24,48	21,23

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Rio Grande do Sul (1955). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Rio Grande do Sul (s.d.). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Grau de urbanização: $\frac{\text{população urbana}}{\text{população total}} \times 100$.

(2) Índice de urbanização: $\frac{\text{população de cidades com mais de 20 mil hab.}}{\text{população total}} \times 100$.

(3) Índice tradicional de primazia: $\frac{\text{população das cinco maiores cidades}}{\text{população total}} \times 100$.

Esses resultados são característicos de uma sociedade predominantemente urbana. De fato, o Rio Grande do Sul, a partir de 1970, apresenta um grau de urbanização⁴ superior a 50%, atingindo 67,55% em 1980 (Tabela 1). Nesse mesmo ano, o índice de urbanização, que considera os moradores das cidades com mais de 20.000 habitantes, sendo, portanto, um instrumento mais preciso para avaliar o nível de urbanização, alcançou 51,34%.

Os indicadores utilizados demonstram que o Estado tem um perfil semelhante à situação média do Brasil, que também vem apresentando uma redução no incremento populacional (de 3,05% a.a. na década de 50 chegou a 2,48% a.a. na década de 70) e um crescente grau de urbanização que, desde 1970, ultrapassa 50%, chegando a 67,59% em 1980 (Tabela 2).

Tabela 2

Indicadores representativos do perfil de urbanização
no Brasil — 1950-1980

INDICADORES	1950	1960	1970	1980
Taxa geométrica de crescimento da população total (a.a.).....	-	(1)3,06	(2)2,87	(3)2,48
Taxa geométrica de crescimento da população rural (a.a.).....	-	(1)1,54	(2)0,60	(3)-0,62
Taxa geométrica de crescimento da população urbana (a.a.).....	-	(1)5,32	(2)5,15	(3)4,44
Grau de urbanização	36,15	44,92	55,92	67,59
Índice tradicional de primazia	10,78	11,91	14,26	13,65
Índice primazia/população urbana	29,79	26,79	25,50	20,18
Cidade principal/população urbana	12,26	10,22	11,27	8,74

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Brasil (1955). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Brasil (s.d.). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Os dados referem-se ao período 1950-60. (2) Os dados referem-se ao período 1960-70. (3) dados referem-se ao período 1970-80.

⁴ O grau de urbanização corresponde à proporção de população urbana sobre a população total, representando a medida oficial da urbanização.

No entanto as grandes diferenças regionais que caracterizam a realidade brasileira, considerados somente os dados globais, não são contempladas. Por exemplo, o Estado de São Paulo tem um dos níveis de urbanização mais elevados dentro desse quadro, ou seja, 88,64% da sua população encontrava-se, em 1980, em áreas urbanas. Ao mesmo tempo, observamos que o processo de urbanização desse estado já apresentava, em 1950, indicadores que, para a média do País e para o Rio Grande do Sul, só seriam atingidos em 1970.⁵

No outro extremo, temos os estados da região Nordeste, que, considerados em conjunto, vão alcançar somente em 1980 a cifra média brasileira de 1970 (50%) para a população urbana (Martine et alii, 1988).

Historicamente, o Estado do Rio Grande do Sul desempenhou um papel importante com relação à produção agrícola. O avanço da industrialização — baseado na transformação de produtos da agropecuária e na produção de bens intermediários para as indústrias do centro do País —, juntamente com a modernização da agricultura constituíram-se em elementos centrais na configuração do processo de urbanização.

As especificidades que caracterizam o desenvolvimento da economia gaúcha se traduzem em formas peculiares de distribuição da população no espaço.

Nesse sentido, após a constatação do crescimento, é necessário qualificá-lo, procurando identificar como está estruturado o nosso sistema urbano. Cabe investigar, especialmente, o fenômeno da concentração-desconcentração, o que será realizado através da análise do índice de primazia urbana, dos agrupamentos de cidades por classe de tamanho e do processo de metropolização. Essa questão traz consigo uma certa dificuldade no que se refere à tentativa de definir mais claramente sua conceituação e de encontrar instrumentos de mensuração mais fiéis na tradução do fenômeno concreto.

No entanto entendemos que, para encaminhar a análise da concentração urbana no Rio Grande do Sul, o mais importante é responder à indagação acerca de quantas e quais localidades do nosso sistema urbano estão absorvendo população. Uma primeira aproximação dessa realidade pode ser obtida através da utilização de medidas que dêem conta da primazia urbana.

⁵ Essas informações foram coletadas em Censo Demográfico 1950; 1980: São Paulo (1955-84).

O índice tradicional, que estabelece uma relação entre a população das cinco maiores cidades e a população total no Rio Grande do Sul, no período 1950-80, apresenta uma tendência de crescimento passando de 14,30% para 24,13% no final do período.⁶ Porém, quando examinamos essa primazia exclusivamente em relação à população urbana, observamos um comportamento diverso, onde o índice cai de 41,89% para 35,71%.

Finalmente, ao examinarmos a primazia urbana sob a ótica da importância da cidade principal, constatamos o mesmo movimento decrescente (de 26,37% da população urbana, a cidade de Porto Alegre passa a representar 21,23%).

A situação brasileira, se analisada sob a ótica do índice tradicional de primazia, entre 1950 e 1980, também apresenta um comportamento ascendente.⁷ No entanto o acréscimo foi menos expressivo do que o observado para o Rio Grande do Sul, atingindo somente três pontos percentuais. Além disso, no decorrer desse período, o movimento do índice foi oscilante (10,78%, 11,91%, 14,26% e 13,65% para 1950, 1960, 1970 e 1980 respectivamente).

Da mesma forma que no Rio Grande do Sul, a relação da população das cinco maiores cidades, agora com a população urbana, expressa tendência declinante (de 29,79% para 20,18%), o que também acontece quando se examina o índice tendo por parâmetro a cidade principal.

É necessário assinalar que o Estado do Rio Grande do Sul tem índices de primazia urbana sempre mais elevados do que os do Brasil, o

⁶ As cinco maiores cidades do Rio Grande do Sul que constituem a base do cálculo para a primazia urbana, por ordem de grandeza, foram:

1950	1960	1970	1980
Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre
Pelotas	Pelotas	Pelotas	Canoas
Rio Grande	Canoas	Canoas	Caxias do Sul
Santa Maria	Rio Grande	Santa Maria	Pelotas
Bagé	Santa Maria	Caxias do Sul	Santa Maria

⁷ As cinco maiores cidades brasileiras que compõem o índice de primazia são:

1950	1960	1970	1980
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	São Paulo	São Paulo
São Paulo	São Paulo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Recife	Recife	Belo Horizonte	Salvador
Salvador	Belo Horizonte	Recife	Belo Horizonte
Porto Alegre	Salvador	Salvador	Recife

que poderia estar indicando uma importância maior das grandes cidades na realidade estadual. Porém esses índices, apesar de serem relevantes para avaliar os níveis de concentração da população urbana, são instrumentos limitados, pois consideram exclusivamente as cidades de grande porte.

Para alcançar maior precisão na análise dessa problemática, é necessário recorrer a indicadores que levem em conta a totalidade do sistema urbano. A distribuição da população das cidades com mais de 20.000 habitantes, agrupadas por diferentes estratos de tamanho, é uma alternativa para realizar essa abordagem.

O exame dessa distribuição para o Rio Grande do Sul, no período 1950-80, revela que a categoria que agrupa as maiores cidades (mais de 200.000 habitantes) mantinha o predomínio em termos de absorção da população em 1950. Naquele ano, ela concentrava 50,90% da população das cidades com mais de 20.000 habitantes, o que, em 1980, caiu para 34,18%. É importante ressaltar que, em 1950, só encontrávamos uma cidade nessa categoria de tamanho — Porto Alegre —, situação que se manteve até 1980, quando o crescimento da cidade de Canoas atingiu esse patamar (Tabela 3).

Tabela 3

Número de cidades e participação percentual da população urbana em cidades com 20.000 e mais habitantes, por classe de tamanho, no Rio Grande do Sul — 1950 e 1980

CLASSE DE TAMANHO (1000 habitantes)	1950		1980	
	Número de cidades	%	Número de cidades	%
200 e mais	1	50,90	2	34,18
50 até 200	2	19,17	20	46,74
20 até 50	7	29,92	22	19,06

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Rio Grande do Sul (1955). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

No outro limite, as cidades pequenas (entre 20.000 e 50.000 habitantes), apesar de terem aumentado em número — de sete para 22 localidades — de 1950 a 1980, apresentam perda de importância relativa no que tange à composição da população urbana (de 29,92% para 19,06%).

Já as cidades médias (entre 50.000 e 200.000 habitantes) cresceram tanto em número quanto em relevância, do ponto de vista da participação na população urbana. Nesse intervalo, havia apenas duas cidades, em 1950, que absorviam 19,17% da população das cidades com mais de 20.000 habitantes, enquanto, em 1980, temos 20 cidades compondo a significativa proporção de 46,74%.

Tais constatações indicam a predominância das cidades de porte médio com relação ao crescimento urbano do Estado, o que nos leva a pensar na presença de uma possível desconcentração do sistema urbano gaúcho. Semelhante conclusão extrai Vilmar Faria de sua análise do quadro brasileiro, onde observa "(...) que o processo de desenvolvimento dos últimos 30 anos não contribuiu para maior concentração da população urbana no Brasil, pelo menos à luz dos parâmetros de avaliação disponíveis" (Faria, 1983, p.138).

A análise da metropolização vem acrescentar elementos fundamentais para a avaliação da concentração e da desconcentração do sistema urbano, pois permite incorporar a dimensão territorial, ou seja, após as conclusões com respeito ao tamanho das cidades que apresentaram maior crescimento, é importante verificar se este contemplou alguma região em especial.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) constitui-se na maior concentração urbana do Estado, absorvendo 38,60% da população urbana em 1980. No decorrer do período em estudo, houve um avanço significativo da importância dessa região até 1970, quando verificamos um estancamento dessa tendência — de 31,06% em 1950 atingiu 38,76% em 1970, mantendo a cifra em 38,60% para 1980. Ver Tabela 4.

Esse movimento da RMPA, quando comparado com o das maiores regiões metropolitanas do País, se repete nas regiões de São Paulo e Belo Horizonte.⁸

Tabela 4

Participação percentual da população urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre e das regiões de Caxias do Sul e de Pelotas em relação à População urbana do Rio Grande do Sul — 1950-1980

ANOS	RMPA	REGIÃO DE CAXIAS DO SUL	REGIÃO DE PELOTAS
1950	31,06	3,76	5,76
1960	34,16	4,17	5,30
1970	38,76	4,64	4,36
1980	38,60	5,54	3,90

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Rio Grande do Sul (1955). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Rio Grande do Sul (s.d.). Rio de Janeiro, IBGE.

⁸ Esses dados têm origem em Censo Demográfico 1970; 1980: Minas Gerais (1973-84) e Censo Demográfico 1970; 1980: São Paulo (1973-84).

A leitura do comportamento dos municípios que integram a RMPA mostra-nos que Porto Alegre é responsável por grande parte do contingente populacional aí estabelecido, embora venha mostrando queda sistemática na sua participação, como se pode observar na Tabela 1, através do comportamento da cidade principal. Outros municípios, como Alvorada, Cachoeirinha e Campo Bom, Gravataí, Guaíba e Sapiranga, por exemplo, apresentam crescimento substancialmente maior (Tabela 5). Cabe ressaltar a situação de Canoas, que não mostrou um incremento tão intenso, ocupando, não obstante, o segundo lugar em dimensão populacional, tendo ultrapassado o patamar de 200.000 habitantes em 1980.

Tabela 5

Crescimento percentual da população urbana dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre — período 1970-80

MUNICÍPIOS (1)	CRESCIMENTO PERCENTUAL
Alvorada	129,26
Cachoeirinha	109,50
Campo Bom	117,79
Canoas	44,13
Estância Velha	68,27
Esteio	52,64
Gravataí	122,48
Guaíba	120,13
Novo Hamburgo	63,96
Porto Alegre	28,18
São Leopoldo	50,61
Sapiranga	171,50
Sapucaia do Sul	91,63
Viamão	(2)833,05

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) A Constituição Estadual de 1989, no seu ato das disposições constitucionais transitórias, art. 2ª, ampliou o número dos municípios componentes da RMPA, com a inclusão de Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Glorinha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão e Triunfo. (2) O excessivo crescimento urbano apresentado por Viamão deve-se a mudanças ocorridas no traçado do perímetro urbano.

A relevância que assume a RMPA no contexto da urbanização do Estado pode ser avaliada também quando examinamos o crescimento das nossas maiores cidades. Dentre as principais aglomerações, encontramos oito municípios integrantes dessa região, onde Alvorada, Cachoeirinha, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul se destacaram pelo incremento populacional experimentado no período 1970-80.

A área metropolitana representa a maior concentração urbana do Estado, tanto em termos de população, já descrito, como em termos econômicos. A participação no total do valor da produção industrial (VPI) do RS, dado que é representativo da importância econômica da RMPA, foi de 45,97% em 1980 (Tabela 6).

Tabela 6

Participação percentual da RMPA, dos aglomerados, dos prováveis aglomerados e da Capital do Estado no VPI, na População Economicamente Ativa (PEA) e na PEA Industrial do Rio Grande do Sul — 1980

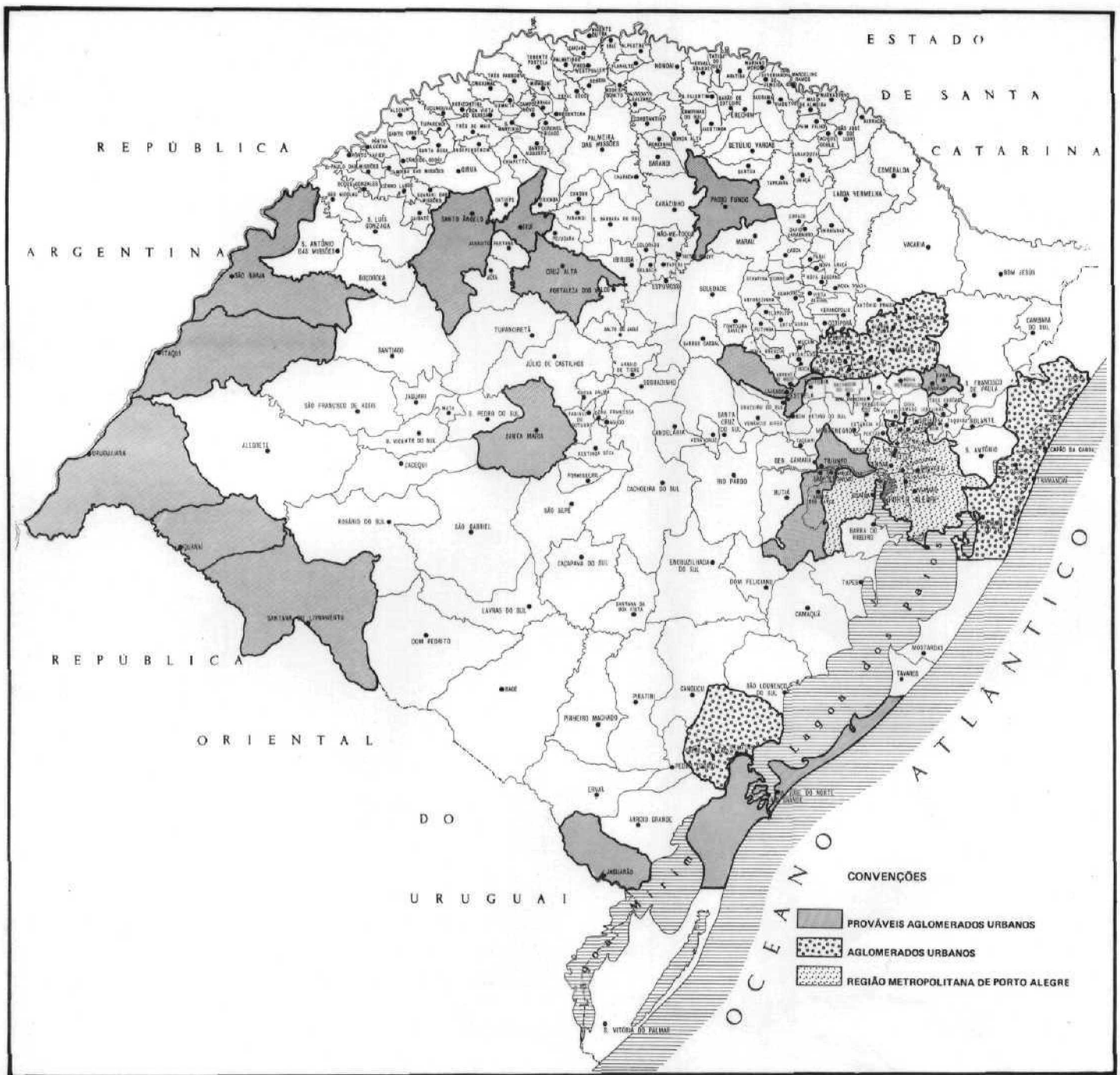
DISCRIMINAÇÃO	VPI	PEA	PEA INDUSTRIAL
RMPA	45,97	30,38	43,32
Caxias do Sul	11,95	5,52	9,92
Pelotas	4,75	3,34	3,39
Santa Maria	0,71	2,03	1,46
Rio Grande	6,66	2,12	2,24
Ijuí	0,75	1,58	1,13
Passo Fundo	1,50	1,45	1,45
Santo Ângelo	0,34	1,18	0,61
Lajeado	2,82	1,59	1,45
Triunfo	1,18	0,80	1,00
Canela	0,52	0,49	0,91
Porto Alegre	14,72	15,87	13,94

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

Da mesma forma, a População Economicamente Ativa (PEA) da RMPA, tanto a total como a industrial, representa uma proporção significativa da PEA e da PEA industrial do Estado (30,38% e 43,32%, respectivamente, em 1980). Essa concentração é reflexo da tendência de aglomerar vários tipos de atividades industriais que obtêm vantagens econômicas de localização e de urbanização. De outro lado, a urbanização, em geral, ocorre de forma concentrada em regiões onde a produção industrial é significativa.

FEE-GE-OC
BIBLI

AGLOMERAÇÕES URBANAS NO RIO GRANDE DO SUL



Nesse sentido, encontramos outras regiões do Estado que apresentam crescimento urbano que redundam em áreas de conurbação, ou seja, no surgimento de um espaço contínuo unindo municípios limítrofes, em geral apresentando articulações de caráter econômico-social, isto é, vínculos de integração envolvendo mão-de-obra, comércio, centro cultural, etc.

O programa sobre Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul, cuja definição é de responsabilidade do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Desenvolvimento e Obras, em seu estágio atual de elaboração, está utilizando o critério demográfico para identificação das áreas que ele denomina de aglomerados urbanos, sendo destacados somente aqueles que têm uma população urbana de, no mínimo, 200.000 habitantes.

Na realidade gaúcha, duas aglomerações atendem a esse requisito e coerentemente apresentam relevante participação na produção industrial: aquela formada por Pelotas, juntamente com seu antigo distrito, emancipado em 1982, Capão do Leão; e aquela formada pelos municípios polarizados por Caxias do Sul (Bento Gonçalves, Farroupilha, Carlos Barbosa, São Marcos, Garibaldi e Flores da Cunha).⁹

O aglomerado de Pelotas, tradicional centro industrial do Estado, contribui com 4,75% do VPI, assim como com 3,34% da PEA e com 3,39% da PEA industrial do Estado. Em termos populacionais, essa área vem decrescendo em importância no cômputo da população urbana total do Estado (de 5,76% em 1950 caiu para 3,90% em 1980).

A segunda aglomeração, porém, tem sua participação na população urbana do Estado sistematicamente acrescida desde 1950 (de 3,76% atinge 5,54% em 1980). Ver Tabela 4. Essa região salienta-se por sua inserção no valor da produção industrial do Estado, que correspondia, em 1980, a 11,95% (Tabela 6). A parcela da PEA total e da industrial que essa região absorve, apesar de ser consideravelmente menor do que a da RMPA, ocupa o segundo lugar em importância na realidade estadual (5,52% e 9,92%, respectivamente, em 1980).

⁹ O programa classifica também como aglomerado, além dos já examinados, a região do litoral norte do Estado, formada pelos municípios de Torres, Arroio do Sal, Osório, Tramandaí, Capão da Canoa, Imbé, Cidreira, Terra de Areia e Palmares do Sul.

Essa região caracteriza-se por uma ocupação pendular, pois somente nos meses de verão os balneários, recebendo um acréscimo populacional considerável, atingem o limite definido pelo critério demográfico para constituir um aglomerado. Ao mesmo tempo, esse adensamento coloca um problema emergente para o planejamento que é o da implantação e manutenção de serviços e equipamentos urbanos.

Quando analisadas essas aglomerações, evidencia-se o crescimento que vem demonstrando a região de Caxias do Sul, questão que se destaca na discussão da problemática da concentração-desconcentração urbana. Apesar da diferença observada em termos de dimensão populacional, esse crescimento torna-se importante comparativamente à situação da RMPA, que apresentou um estancamento na década de 70.

É importante mencionar que a segunda maior aglomeração urbana do Estado, representada pela região polarizada por Caxias do Sul, forma um eixo com a RMPA, concentrando o crescimento urbano na região nordeste do Estado.

Outra questão que se coloca no exame desse fenômeno é o papel que Porto Alegre assume nesse contexto. Observamos que a Capital vem gradativamente perdendo posição no quadro demográfico e industrial do Estado.

Na tentativa de levantar outros elementos para o exame da problemática da concentração e da desconcentração na perspectiva territorial, cabe ainda mencionarmos a existência de adensamentos significativos afora os apontados anteriormente.

O programa sobre Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul, já referido, representa o único recurso disponível para o exame dessa questão. Esse programa levanta outras regiões que denomina de prováveis aglomerados, os quais, embora não atingindo o critério da dimensão populacional (200.000 habitantes urbanos), apresentam uma área integrada por mais de uma localidade.

Considerando a dimensão populacional das áreas urbanas, aparecem, por ordem de grandeza, em 1980, Santa Maria e seu distrito Silveira Martins (154.565 habitantes); Rio Grande e São José do Norte (144.877 habitantes); Ijuí e Cruz Alta (108.890 habitantes); Passo Fundo e seu antigo distrito Ernestina (105.468 habitantes); Santo Ângelo e seu antigo distrito Entre-Ijuís (55.086 habitantes); Lajeado e Estrela (51.190 habitantes); Triunfo, São Jerônimo e Arroio dos Ratos (44.070 habitantes); e, finalmente, Canela e Gramado (27.931 habitantes).¹⁰

Na avaliação do significado econômico dessas regiões, realizada através do cálculo de sua participação no VPI, na PEA e na PEA in-

¹⁰ A população urbana dos aglomerados foi obtida a partir dos dados publicados no Censo Demográfico 1980: Rio Grande do Sul (1984).

dustrial do Estado, destaca-se o aglomerado de Rio Grande, sede de atividades portuárias, que apresenta a melhor posição relativamente às três variáveis (6,66% 2,12% e 2,24% respectivamente).

Os aglomerados de Lajeado, Passo Fundo e Triunfo (neste último está instalado o Pólo Petroquímico) aparecem, na seqüência, com participação de menor relevo. As outras aglomerações têm papel econômico mais referido a atividades terciárias, agrícolas e turísticas, no caso de Canela e Gramado.

O levantamento dos prováveis aglomerados define ainda um conjunto de adensamentos urbanos localizados em alguns municípios que fazem fronteira com a Argentina e o Uruguai. As localidades situadas no limite entre Argentina e Brasil, que formam áreas de conurbação, são, por ordem de tamanho da população: Uruguaiana e Libres, com uma população urbana de 105.463 habitantes em 1980; São Borja e Santo Tomé, contabilizando no mesmo ano 65.207 moradores na área urbana; e, finalmente, Itaqui e Alvear, com 28.967 habitantes.¹¹ Na fronteira Brasil-Uruguai, encontramos Santana do Livramento e Rivera, com 111.808 habitantes; Jaguarão e Rio Branco (pertencente ao Departamento de Cerro Largo), com 25.636 habitantes; e Quaraí e Artigas, com 47.533 habitantes.¹²

Os planos de integração latino-americana propõem uma mudança no caráter de toda a região fronteiriça, no sentido de transformá-la em área de investimentos importantes, ampliando suas funções até então quase que restritas à segurança nacional.

A concretização dessas propostas poderá engendrar novos patamares de crescimento urbano nessas áreas, introduzindo outros elementos à conformação do sistema urbano no seu desenho atual.

A análise do perfil da urbanização do Estado do Rio Grande do Sul, traçado através do exame das tendências observadas no período histórico mais recente, enfocando especialmente o fenômeno da concentração-desconcentração, apontou para a existência de um sistema urbano concentrado na RMPA. Entretanto, na perspectiva do crescimento urbano,

¹¹ A fonte dos dados da Argentina foi o Instituto de Estadística y Censos. Secretaria de Planificación.

¹² Os dados referentes ao Uruguai são estimativas e foram fornecidos pela Dirección General de Estadísticas y Censos.

o pólo de maior relevância é o de Caxias do Sul. Ao mesmo tempo, verificamos que o incremento da RMFA vem sendo impulsionado pelas cidades médias que a compõem e não pela expansão de Porto Alegre.

Para o exame dos anos 80, objetivo principal deste estudo, foi necessária a utilização de recursos empíricos, no sentido de suprir as lacunas que os levantamentos demográficos oficiais impõem em termos da atualidade das informações. Nessa perspectiva, constituíram-se em instrumentos básicos da análise as estimativas populacionais da FEE e algumas informações representativas do crescimento urbano. Visando obter uma maior segurança com relação às estimativas, foi elaborado um trabalho estatístico de regressão múltipla, procurando correlacionar o comportamento da população urbana com indicadores que traduzem também o crescimento urbano.

Foram selecionadas para cumprir esse objetivo informações relativas às ligações de água, consumidores residenciais de energia elétrica, matrículas escolares de I grau e participação na renda, discriminadas a nível municipal. O coeficiente de determinação calculado para o total do Estado e para cada um dos seus municípios demonstrou a existência de alto grau de correlação entre as variáveis utilizadas e a população urbana projetada. Esses resultados nos fornecem subsídios para extrair conclusões quanto ao possível comportamento do crescimento demográfico estimado.

A análise das estimativas populacionais aponta para a ocorrência de um movimento de desaceleração do crescimento urbano no Estado, durante os anos 80. A taxa geométrica de crescimento da população urbana que era de 3,98% a.a. na década de 70 cai para 1,77% a.a. entre 1981 e 1987. A redução do crescimento constatada refere-se especificamente à área urbana, já que a taxa de crescimento da população total é bastante próxima daquela observada para a década anterior - 1,55% a.a. e 1,43% a.a., respectivamente, para 1970-80 e 1981-87. Ver Tabelas 1 e 7.

Esse movimento é confirmado pelo cálculo do grau de urbanização que também mostra uma queda no ritmo da expansão urbana. Observamos uma diferença expressiva nesse indicador, ao compararmos a década de 70, quando houve crescimento de 14,24 pontos percentuais, com o período 1981-87, que experimentou acréscimo de somente 1,37%¹³ (Tabelas 1 e 7).

¹³ É importante registrar, ainda com relação à consistência das estimativas, que o grau de urbanização dimensionado pelos dados da PNAD do IBGE é muito próximo dos resultados obtidos a partir das previsões estatísticas (66,16% em 1981 e 69,45% em 1987).

Tabela 7

Indicadores representativos do perfil da urbanização
no Rio Grande do Sul — 1981 e 1987

INDICADORES	1981	1987
Taxa geométrica de crescimento da população total (a.a.) ..	-	(1)1,43
Taxa geométrica de crescimento da população urbana (a.a.) .	-	(1)1,77
Grau de urbanização	67,79	69,16
Índice de urbanização	53,18	55,72

FONTE DOS DADOS BRUTOS: JARDIM, Maria de Lourdes (1989). **Revisão das séries de previsões populacionais 1970-1995.** Porto Alegre, FEE. (mimeo).

(1) Os dados referem-se ao período 1981-87.

O índice de urbanização resultante da utilização das estimativas indica, da mesma forma, um relativo estancamento no processo de urbanização. Essa medida, que dimensiona a população dos municípios com mais de 20.000 habitantes, cresceu somente 2,54 pontos percentuais no mesmo período, diferentemente dos anos 70, quando havia experimentado um acréscimo significativo de 13,35 pontos (Tabelas 1 e 7).

A retração observada no elevado incremento do nível de urbanização da população gaúcha que a década anterior havia apresentado expressa uma mudança na intensidade das migrações de origem rural. Tal conclusão encontra sustentação nos primeiros resultados do Censo Agropecuário de 1985, publicados em sinopse, nos quais se pode verificar um aumento no número de estabelecimentos agrícolas. Ao mesmo tempo, os dados da PNAD mostram uma redução na saída do campo entre 1981 e 1987. Essas informações podem ser representativas de uma conjuntura onde é maior o poder de retenção populacional das áreas rurais.

Após termos redimensionado as tendências gerais do crescimento urbano no Estado para a década, é importante que a investigação avance no sentido de responder às questões que dizem respeito à forma assumida por esse crescimento em termos de concentração ou de desconcentração.

Uma primeira abordagem dessa temática constitui-se no exame da distribuição da população urbana dos municípios com mais de 20.000 habitantes por classe de tamanho (Tabela 8).

Tabela 8

Número de municípios e participação percentual da população urbana em municípios com 20.000 e mais habitantes, por classe de tamanho — 1981 e 1987

CLASSE DE TAMANHO (1 000 habitantes)	1981		1987	
	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%
200 e mais	3	37,33	4	41,61
50 até 200	21	44,71	22	42,47
20 até 50	22	17,96	22	19,52

FONTE DOS DADOS BRUTOS: JARDIM, Maria de Lourdes (1989). **Revisão das séries de previsões populacionais 1970-1995.** Porto Alegre, FEE. (mimeo).

Com base nas estimativas, a Tabela 8 mostra um crescimento, entre os anos de 1981 e 1987, dos municípios com mais de 200.000 habitantes, cuja participação na população urbana aumentou de 37,33% para 41,61%. Os municípios com população urbana entre 20.000 e 50.000 habitantes também tiveram sua participação expandida, porém em menor proporção.

Essas constatações representam uma alteração na tendência que caracterizou a década de 70, ou seja, de crescimento das cidades médias.

Com a finalidade de alcançar maior segurança relativamente a essa informação, organizamos esse mesmo tipo de tabela com base nos levantamentos de ligações de água e consumidores residenciais de energia elétrica. Esses dados têm como referência a unidade residencial, o que nos permitiu chegar a uma aproximação da população através da utilização da média de moradores por domicílio extraída do Censo Demográfico de 1980, que é de 4,2.

Esse exercício de conferência trouxe os mesmos resultados apontados pelas estimativas, ou seja, entre 1981 e 1987 foram as cidades com mais de 200.000 habitantes que se sobressaíram no contexto da urbanização gaúcha (Tabela 9).

Tabela 9

Participação percentual da população consumidora de energia elétrica e de água em municípios com 20.000 e mais habitantes, por classe de tamanho, no Rio Grande do Sul — 1981 e 1987

CLASSE DE TAMANHO (1 000 habitantes)	1981		1987	
	Luz	Água	Luz	Água
200 e mais	34,60	43,04	38,75	46,37
50 até 200	44,28	40,82	43,66	36,50
20 até 50	21,11	16,14	38,75	17,13

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEEE.
CORSAN.
DMAE.

A análise da metropolização, enquanto dimensão territorial da questão da concentração urbana, foi desenvolvida, num primeiro momento, através das estimativas, sendo complementada pelo uso de diferentes recursos.

As previsões populacionais demonstram um crescimento da participação da RMPA de Porto Alegre no quadro urbano do RS para os anos 80, contrariando novamente o movimento delineado na década de 70, que era de estancamento. Já o comportamento da Cidade de Porto Alegre confirma-se através dos dados estimados, que explicitam uma paralisação do seu crescimento comparativamente ao de outras áreas no Estado (Tabela 10).

Recorrendo novamente às informações obtidas a partir dos levantamentos relativos à água e à luz, deparamo-nos com um resultado inesperado, pois revelavam uma pequena queda na importância da RMPA (Tabela 11).

Tabela 10

Participação percentual da população urbana da RMPA das regiões de Caxias do Sul e de Pelotas, e do Município de Porto Alegre, em relação à população urbana do Rio Grande do Sul — 1981 e 1987

REGIÕES	1981	1987
RMPA	41,34	43,51
Região de Caxias do Sul	5,60	5,91
Região de Pelotas	3,88	3,74
Porto Alegre	21,28	21,49

FONTE DOS DADOS BRUTOS: JARDIM, Maria de Lourdes (1989). **Revisão das séries de previsões populacionais 1970-1995**. Porto Alegre, FEE. (mimeo).

Tabela 11

Participação percentual da população consumidora de energia elétrica e de água da RMPA e das regiões de Caxias do Sul e de Pelotas, em relação à população urbana do Rio Grande do Sul — 1981 e 1987

REGIÕES	1981		1987	
	Luz	Água	Luz	Água
RMPA	43,66	42,42	42,38	42,64
Região de Caxias do Sul	5,69	5,47	5,71	5,53
Região de Pelotas	4,21	3,95	4,32	4,07

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEEE.
CORSAN.
DMAE.

Embora a relação existente entre a população urbana e consumidores de água e luz seja reconhecidamente estreita, o resultado contrário a nossa expectativa motivou a busca de novos elementos empíricos. Sendo assim, para extrair conclusões mais seguras sobre a realidade,

recorremos às estatísticas eleitorais e às informações da PNAD. A análise da participação percentual dos eleitores da RMPA em relação ao total de eleitores do RS¹⁴ em 1982 (28,81%) e em 1987 (31,13%) veio confirmar o crescimento da RMPA. Por outro lado, esse crescimento pode também ser avaliado através do cálculo da participação percentual da população da RMPA em relação ao total da população urbana do RS, qual seja, 43,87% em 1981 e 45,78% em 1987. Da mesma forma, o percentual da população ocupada na RMPA em relação à PEA do RS em 1981 e 1987 representou um aumento de 27,28% para 29,72%. Logo, ambas as fontes confirmam o crescimento da RMPA verificado através das estimativas oficiais da FEE.

Na verdade, o decréscimo da importância da região, sugerido pelos dados do consumo de água e luz, provavelmente esteja relacionado com a existência de uma defasagem entre o incremento populacional e a prestação desses serviços, revelando uma carência no atendimento das necessidades da população.

O exame da concentração urbana no período 1970-80 não só evidenciou um estancamento do crescimento da RMPA, como apontou uma perspectiva de avanço da importância da região de Caxias do Sul. Porém os dados utilizados para o estudo dos anos mais recentes não confirmam essas tendências, colocando novamente a RMPA no centro da problemática urbana do Estado.

Sob a perspectiva do crescimento urbano, visto através das taxas geométricas calculadas com base nas estimativas populacionais da FEE, entre 1980 e 1987, vê-se reafirmado o papel relevante da RMPA.

Os traços marcadamente concentradores da urbanização ganham destaque quando observamos que as maiores taxas correspondem aos municípios da RMPA. Com exceção de Porto Alegre e Canoas, que apresentam índices menos elevados (1,95% a.a. e 2,46% a.a. respectivamente), os demais municípios variam de 4,39% a.a. a 3,55% a.a., quando a taxa média do Rio Grande do Sul foi de 1,77% a.a. nesse período.

É interessante o fato de que as maiores cidades da RMPA, no caso Porto Alegre e Canoas, já não vêm crescendo de modo tão intenso como seu entorno, que inclusive se amplia com o incremento que vêm expres-

¹⁴ Os dados eleitorais foram obtidos nas publicações da FEE: *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul 1981/87 (1982/88)* e *Municípios do Rio Grande do Sul, Dados Sócio-Econômicos 1985-87 (1989)*.

sando alguns municípios vizinhos, tais como Barra do Ribeiro, Portão e Dois Irmãos.

A observação das taxas de crescimento remete ainda à existência de outros pólos de adensamento urbano. Constatamos que os municípios que apresentaram crescimento populacional superior ao do Estado em seu conjunto são integrantes ou sua localização é próxima à dos aglomerados definidos pelo programa sobre Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, salientam-se os aglomerados de Caxias do Sul e do Litoral, bem como aqueles embriões que crescem em volta de Ijuí, Passo Fundo, Gramado e Rio Grande (Tabela 12).

Tabela 12

Municípios com taxa de crescimento da população urbana superior à média do Rio Grande do Sul — 1980-87

MUNICÍPIOS	TAXA GEOMÉTRICA (% a.a.)	MUNICÍPIOS	TAXA GEOMÉTRICA (% a.a.)
Barra do Ribeiro	5,00	Palmares do Sul	2,28
Portão	4,43	Passo Fundo	2,27
Gravataí	4,39	Feliz	2,25
Guaíba	4,20	Tapera	2,25
Sapiranga	4,05	Nova Petrópolis	2,23
Estância Velha	3,82	Ijuí	2,14
Viamão	3,78	Panambi	2,14
Campo Bom	3,69	Não-me-Toque	2,12
São Leopoldo	3,66	Ivoti	2,11
Esteio	3,58	São Sebastião do Caí ..	2,03
Cachoeirinha	3,56	Bom Princípio	2,01
Sapucaia do Sul	3,55	Parobé	2,01
Alvorada	3,55	Montenegro	1,97
Caxias do Sul	3,13	Porto Alegre	1,95
Torres	3,13	Dois Irmãos	1,92
Novo Hamburgo	3,05	Três Corbas	1,91
Ajuricaba	2,62	Rio Grande	1,90
Condor	2,59	Gramado	1,87
Chiapeta	2,56	Igrejinha	1,87
Osório	2,53	Taquara	1,84
Capão da Canoa	2,53	Bento Gonçalves	1,81
Canoas	2,46	São Marcos	1,79
Pejuçara	2,44		

FONTE DOS DADOS BRUTOS: JARDIM, Maria de Lourdes (1989). *Revisão das séries de previsões populacionais 1970-1995*. Porto Alegre, FEE. (mimeo).

NOTA: A taxa geométrica de crescimento da população do RS, no período 1980-87, foi de 1,77%a.a.

Finalmente, cabe apontar a coincidência que se estabelece entre crescimento urbano e tamanho dos municípios, pois encontramos grande parte dos que mais cresceram no período 1980-87 dentro do quadro dos 22 maiores centros urbanos do Estado.¹⁵

Tendo em vista os resultados que alcançamos no exame da realidade gaúcha, com base na análise do comportamento da RMPA, assim como das demais regiões que conformam adensamentos urbanos, podemos salientar, como característica marcante no processo de urbanização, a questão do crescimento concentrado. Essa forma de crescimento significa que a urbanização não ocorre de modo disperso pelo território, mas que o avanço desse processo privilegia áreas onde já se observa algum desenvolvimento.

3 – Considerações finais: perspectivas do urbano nos anos 90

Uma questão instigante que emergiu da observação do fenômeno urbano na realidade brasileira da década de 80 foi a ocorrência do esfacelamento das instituições públicas relacionadas com o provimento das condições de vida na cidade, ao mesmo tempo em que eram definidas, na Constituição de 1988, normas básicas para a consolidação de uma política urbana. A partir desse momento, os municípios, os estados e o Governo Federal tentam se municiar de instrumentos para a implementação do que podemos chamar de uma reforma urbana, que envolverá uma nova articulação das diferentes instâncias de intervenção na realidade.

É nesse sentido que os elementos constitutivos do perfil de urbanização do RS traçado por este trabalho são importantes, pois vêm fornecer embasamento para alcançarmos uma compreensão mais ampla acerca das perspectivas de manifestação do urbano no território.

Sendo assim, podemos constatar que a problemática urbana do Estado tem ainda na RMPA seu ponto crucial, pois, conforme foi obser-

¹⁵ Foram considerados como maiores centros urbanos aqueles municípios que, em 1980, apresentavam população da sede superior a 50.000 habitantes e que, ao mesmo tempo, concentravam 64% do VPI do Estado, conforme segue: Alegrete, Alvorada, Bagé, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Esteio, Ijuí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Uruguaiana (Bandeira, 1986).

vado, esta concentra grande parcela da população urbana e das atividades econômicas de grande porte, traduzindo de modo mais agudo as contradições intrínsecas ao modelo de desenvolvimento em curso. No entanto, no painel construído, aparecem outros polos de adensamento urbano, que, por sua dimensão e/ou pela tendência de expansão que demonstram, assumem relevância na configuração urbana do RS.

Cabe, num primeiro momento, mencionar a região de Pelotas, que historicamente desempenhou um papel importante no processo de industrialização, como sede da produção do charque, e que vem se mantendo com um peso significativo na economia gaúcha. Já do ponto de vista da sua participação na população urbana do Estado, essa área tem sofrido pequenas perdas. Não obstante o desenvolvimento das atividades portuárias em Rio Grande (município vizinho) representar uma perspectiva de crescimento para a região que pode provocar uma reversão nessa tendência.

O aglomerado polarizado por Caxias do Sul, que se constitui na segunda concentração urbana do Rio Grande do Sul, vem experimentando, nas últimas décadas, considerável incremento populacional e econômico sustentado na produção industrial. Afora o aspecto do desenvolvimento dessa região, ressalta o fato de que sua expansão conflui geograficamente com a da RMPA, formando um eixo que prenuncia a constituição de uma nova mancha industrial no País, somando-se à já chamada megalópole brasileira que inicia em São Paulo e chega ao Rio de Janeiro; àquela formada por Belo Horizonte e a zona metalúrgica; e à mancha representada pela união de Joinville e Blumenau.

Numa visão prospectiva do desenvolvimento do Estado, é necessário destacar os aglomerados urbanos estabelecidos na fronteira com o Uruguai e a Argentina. A implementação dos planos de integração latino-americana permitirá envolver o direcionamento de investimentos para essas áreas, o que poderá trazer como consequência mudanças qualitativas no quadro de relativa estagnação em que se encontra essa região do Rio Grande do Sul.

Finalmente, este estudo aponta um perfil de urbanização que apresenta uma complexidade do ponto de vista de sua estrutura, configurando núcleos diferenciados em termos de sua inserção na economia e da posição que ocupam no sistema urbano. Essas constatações remetem para a importância que assume essa diferenciação manifestada na dimensão interurbana, pois ela se expressa também no contexto interno das cidades, especialmente no que se refere às condições de vida.

Bibliografia

- ALONSO, José Antonio Fialho (1984). **Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70**. Porto Alegre, FEE. (Teses, 9).
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL 1981/87 (1982/88). Porto Alegre, FEE.
- BANDEIRA, Pedro Silveira & GRÜNDLING, Nilton Artur (1988). **Distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul - década de 70**. Porto Alegre, FEE.
- BÓGUS, Lúcia M. Machado & BAENINGER, Rosana (1988). Reorganização espacial da população no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SEADE, 3(3):69-74, jul./set.
- CANO, Wilson (1988). Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., Olinda. **Anais...** Olinda, ABEP. p.67-100.
- CANO, Wilson & PACHECO, Carlos Américo (1989). O processo de urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica regional. In: ENCONTRO NACIONAL 3., Águas de São Pedro. Águas de São Pedro, ANPUR. (mimeo).
- CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Brasil (1955). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1950: Rio Grande do Sul (1955). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1950: São Paulo (1955). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Minas Gerais (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1970: São Paulo (1973). Rio de Janeiro, IBGE.

- CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Minas Gerais (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980: São Paulo (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- FARIA, Vilmar (1983). Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo, Brasiliense. p.118-63.
- (1976). O sistema urbano das características e tendências recentes. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, Brasiliense, (18):91-115, out./dez.
- GONÇALVES, Maria Flora (1986). Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. In: ENCONTRO ANUAL, 10., Campos do Jordão. Campos do Jordão, ANPOCS. (mimeo).
- GONÇALVES, Maria Flora & SEMEGHINI, Ulysses Cidade (1988). Maturação do urbano paulista: generalização de um perfil cruel de urbanização capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., Olinda. *Anais...* Olinda, ABEP. p.273-306.
- (1989). O terciário na urbanização paulista: notas preliminares para discussão. In: ENCONTRO NACIONAL, 3., Águas de São Pedro. Águas de São Pedro, ANPUR. (mimeo).
- JARDIM, Maria de Lourdes (1989). *Revisão das séries de previsões populacionais 1970-1995*. Porto Alegre, FEE.
- LAFEBVRE, Henri (1978). *El derecho a la ciudad*. Barcelona, Península.
- LOJKINE, Jean (1979). *El marxismo, el estado y la cuestión urbana*. México, Siglo Veinteuno.

- MARTINE, George (1989). A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. **São Paulo em Perspectivas**, São Paulo, SEADE, 3(3):46-56, jul./set.
- MARTINE, George et alii (1988). A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., Olinda. **Anais...** Olinda, ABEP. p.19-66.
- MEDICI, André Cesar (1988). Urbanização e transformações estruturais na força de trabalho no Brasil: notas para uma discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., Olinda. **Anais...** Olinda, ABEP. p.101-55.
- MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL, DADOS SÓCIOS ECONÔMICOS 1985-87 (1989). Porto Alegre, FEE.
- OLIVEIRA, Francisco de (1977). Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Alvaro et alii. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC. p.65-76.
- (1982). O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, Cortez, (6):36-54, jun./set.
- OLIVEIRA, Naia et alii (1989). **Vazios urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implantações sociais**. Porto Alegre, FEE. (15 Anos FEE, 16).
- PATARRA, Neide & BAENINGER, Rosana (1989). Movimentos migratórios: novas características, novas implicações. In: ENCONTRO NACIONAL, 3., Águas de São Pedro. Águas de São Pedro, ANPUR.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy (1985). **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba, RIOCELL. 123p.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981 (1983). Rio de Janeiro, IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981: Regiões Metropolitanas (1983). Rio de Janeiro, IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1987: Regiões Metropolitanas (1988). Rio de Janeiro, IBGE.

- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1987: Rio Grande do Sul (1988). Rio de Janeiro, IBGE.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1986). O fato metropolitano: espaço e sociedade. In: SOUZA, Maria Délia A. & SANTOS, Milton, org. **A construção do espaço**. São Paulo, Nobel. p.51-60.
- (1989). Macrourbanização, periodização e recorde especial. In: ENCONTRO NACIONAL 3., Águas de São Pedro. Águas de São Pedro, ANPUR. (mimeo).
- SANTOS, Milton (1985). **Espaço e método**. São Paulo, Nobel. 90p.
- (1979). **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis, Vozes. 156p.
- (1988). O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, Parma, (25):58-62.
- (1986a). **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, HUCITEC. 72p.
- (1986). **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo, HUCITEC. 242p.
- (1980). **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis, Vozes. 128p.
- SEADE (1988). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo. (Coleção Economia Paulista, 1). 162p.
- SEMEGHINI, Ulyses Cidade & ARAÚJO, Maria de Fátima (1989). Municípios paulistas: crescimento recente e trajetórias alternativas. **São Paulo em Perspectivas**, São Paulo, SEADE, 3(3):75-8, jul./set.
- SINGER, Paul (1968). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Nacional. p.141-98.
- (1976). **Economia política e urbanização**. São Paulo, Brasiliense. 152p.
- SINÓPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Brasil (s.d.). Rio de Janeiro, IBGE.

SINÓPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Rio Grande do Sul (s.d.). Rio de Janeiro, IBGE.

SOUZA, Maria Adélia de (1986). Produção e apropriação do espaço metropolitano: a Avenida Paulista em São Paulo. In: SOUZA, Maria Adélia A. & SANTOS, Milton, org. **A construção do espaço**. São Paulo, Nobel. p.135-49.

SPINDEL, Chejwa R. (1974). Metropolização, urbanização e recursos humanos. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (mimeo).

O SETOR INFORMAL

*Beatriz Regina Zago de Azevedo**

Introdução

Atualmente, na maioria dos países, sejam eles desenvolvidos, sejam subdesenvolvidos, prolifera uma vasta gama de atividades econômicas que, não sendo registrada e não pagando impostos, deixa de figurar nas contas nacionais. Nesse conjunto, incluem-se desde pequenas empresas, lojas e oficinas até — sob o ponto de vista das ocupações — trabalhadores autônomos, empregados sem carteira assinada, empregadas domésticas, vendedores ambulantes e biscateiros em geral; enfim, uma variedade — quer no aspecto fiscal, quer no da contabilidade nacional — invisível aos olhos do Estado. Daí o uso de expressões como economia subterrânea, invisível, clandestina, oculta ou informal para designar essa parcela sabidamente grande, mas quase desconhecida da economia.

A perspectiva de crescimento progressivo do setor informal que se coloca, não só em termos de ocupação da mão-de-obra, mas também de geração de renda, faz com que esse setor se torne, cada vez mais, objeto de especulações.

Neste trabalho, pretende-se apresentar algumas questões teóricas sobre o tema e, a partir delas, discutir algumas idéias recentemente difundidas sobre o setor informal. A intenção é situar esse debate na realidade brasileira, de forma a embasar a avaliação empírica sobre o comportamento da economia informal no Rio Grande do Sul, ao longo da década de 80.

Cabe observar que a problemática do setor informal se reveste de um caráter nacional, dado que resulta do modelo de desenvolvimento adotado pelo País ao longo das últimas décadas. Por isso, será dado um tratamento mais amplo a essa questão, procurando situá-la como um pro-

* Economista da FEE.

blema predominantemente estrutural da economia brasileira. Isso não significa que o fenômeno da informalidade não tenha expressão específica no Rio Grande do Sul, mas que não se constitui apenas, nem predominantemente, a partir das peculiaridades da economia gaúcha.

O tratamento metodológico adotado nessa análise permitirá explicar a existência do setor informal em nossa economia, a partir de suas relações com o sistema produtivo como um todo, contexto mais amplo de suas determinações, mas tendo em vista suas manifestações no espaço urbano, dimensão esta privilegiada para a identificação das condições econômicas, sociais e políticas de uma sociedade.

Utilizar o "locus" urbano como um recorte metodológico para análise do setor informal justifica-se pelo fato de que, atualmente, é no espaço das cidades que se concentram os problemas de expansão do capitalismo no País. A exclusão das classes trabalhadoras dos benefícios sócio-econômicos, expressa na deterioração salarial e nas precárias condições de trabalho, é a regra geral do processo de desenvolvimento econômico em países subdesenvolvidos. Ainda que as condições de vida dependam de uma série de fatores, da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial, os espaços urbanos oferecem condições de leitura imediata da realidade social, dado que as cidades expõem, ostensivamente, as precárias condições econômicas de uma larga parte de sua população e os desequilíbrios, daí resultantes, que incidem sobre todos os aspectos da vida urbana.

Sintetizando, portanto, as várias dimensões da realidade econômica nacional, as cidades brasileiras refletem, hoje, as contradições de um sistema econômico não igualitário e concentrador.

1 – Elementos teóricos para a análise do setor informal

Três questões permeiam, com maior ou menor ênfase, a discussão teórica em torno da existência do setor informal.¹ A primeira delas refere-se à busca de uma definição para essa categoria, de modo a diferenciar as atividades informais no interior das economias urbanas. A segunda questão trata do seu significado em economias capitalistas,

¹ Para evitar um rigor acadêmico desnecessário, utilizar-se-á, aqui, como sinônimos as noções de "setor informal", "produção não capitalista" e "produção não tipicamente capitalista".

enquanto a terceira busca contrapor as várias interpretações acerca das possíveis contribuições dessas atividades organizadas sob moldes não tipicamente capitalistas para a acumulação de capital.

Neste capítulo, vão ser sistematizadas algumas idéias em torno dessas três questões.

1.1 — Definição do setor informal

As referências iniciais² relativas à existência desse conjunto de atividades definiram-no como o fenômeno da marginalidade (Hoffmann, 1977; Kowarick, 1977). Embora esse termo tenha surgido para designar os elevados índices de pobreza que caracterizam o Terceiro Mundo, as teorias nas quais se insere viam a marginalidade como uma limitação individual, primeiramente de cunho psicológico, mais tarde como resultado de carências econômico-sociais que supostamente impediam a integração dos indivíduos na sociedade urbano-industrial. O problema era reduzido, portanto, a um desajustamento social do indivíduo em particular, sendo desvinculado totalmente de situações histórico-sociais concretas, que, na verdade, lhe dão origem. Isso funcionava no sentido de mascarar o problema, uma vez que atribuir às limitações de qualquer espécie por parte dos indivíduos a razão da sua situação marginal equivalia a isentar o sistema social de toda e qualquer responsabilidade.

Ao longo do tempo, novos conceitos surgiram para definir esse conjunto de atividades, quando, então, o fenômeno não mais se confunde com uma anomalia ou disfunção do sistema capitalista, mas coloca-se, isto sim, como uma produção que tende a se adequar às necessidades de expansão do capital. Essas abordagens mais recentes³ logram captar os nexos estruturais entre os dois setores, formal e informal, ao perceber que o setor informal não existe senão por sua relação com o setor

² São consideradas como referências teóricas iniciais a teoria da "Personalidade Marginal" (criada por Robert Park em 1929), a teoria da "Cultura da Pobreza" (de Oscar Lewis, 1961), a teoria de "Falta de Participação" (particularmente os trabalhos do Centro Para el Desarrollo Económico y Social da América Latina, desenvolvidos na década de 60) e a teoria da "Funcionalidade" (também desenvolvida na década de 60, incorporada à teoria da "Modernização" da CEPAL).

³ Dentre as abordagens mais recentes, incluem-se os trabalhos específicos sobre o tema: Kowarick (1977); Prandi (1978); Silva (1971); Souza (1981); Jelin (1974); Carvalho & Souza (1980).

formal e, desse modo, não pode ser definido senão a partir dessa relação. Por outro lado, os autores apontam o fato de que não se pode raciocinar em termos de dois pólos antagônicos, pois a estabilidade estrutural que as interpretações históricas acreditavam existir entre ambos os setores tende a perder sua consistência, à medida que o movimento fundamental e constante pelo qual o capital destrói as outras formas de organização da produção e as recria sob outros moldes permite uma grande variedade mutante de formas de organização econômica. As novas formas que surgem não deixam de reproduzir as anteriores, mas não são idênticas a elas. Essa instabilidade temporal é também espacial, uma vez que o chamado setor informal assume formas e significados distintos nos diferentes países e regiões.

Em função disso, há que se tomar como ponto de partida o próprio movimento de produção e realização de mais-valia e ver como surge em condições concretas a necessidade de outras formas de produção e realização subordinadas ao capital, mas em constante redefinição sob o impulso das necessidades de acumulação. Não se trata mais, portanto, de apenas descrever o setor informal, mas, sim, de analisar os processos que provocam segmentações no interior da economia urbana. Isto é, a partir do exame do processo de valorização do capital, deve-se tentar descobrir por que se opera a divisão do trabalho entre produção capitalista e não capitalista e sob que dinâmica se regem.

O importante também no exame da produção não capitalista é captar que sua problemática envolve diretamente o entendimento de formas diferenciadas de inserção da força de trabalho em um processo histórico de formação de capital de uma sociedade. Em outros termos, fundamental deve ser a preocupação em mostrar que a heterogeneidade das relações de trabalho é uma condição dinamizadora do processo de acumulação. Isto porque, no seu processo de valorização, o capital utiliza concomitantemente todos os níveis de mão-de-obra através do estabelecimento de variadas e múltiplas formas de relações de trabalho articuladas entre si.

1.2 – Sentido do setor informal em economias capitalistas

O segundo nível de indagações refere-se ao sentido da existência do setor informal nas economias capitalistas dependentes. As abordagens recentes sobre o tema, ultrapassando as interpretações tradicionais que encaravam esse conjunto de atividades como formas de produção anômalas ou estranhas à lógica do capital, são unânimes em entender a

produção não capitalista como resultado do modo como se processa o desenvolvimento do capitalismo nessas sociedades. Na verdade, há que se ter uma visão da economia como um todo, onde cada uma de suas partes se encontra articulada e subordinada à expansão do capital.

Compartilhada por vários autores está a idéia de que o processo histórico de expansão do capitalismo no Brasil se deu através de uma combinação entre contrários, ou seja, ao desenvolvimento da produção capitalista correspondeu a criação e/ou manutenção de atividades com base em padrões não capitalistas de relações de produção. Baseando-se na análise do modelo brasileiro que se consolidou nos anos 30, Oliveira (1972) foi mais além, mostrando que, na época, o processo de acumulação foi justamente compatibilizado através da introdução de relações novas no arcaico e da reprodução de relações arcaicas no novo. Isto porque a manutenção dessas atividades organizadas sob moldes não capitalistas se constituiria em uma forma de sustentação dos setores capitalistas considerados estratégicos e, em última análise, do próprio sistema.

Kowarick (1977), seguindo nessa mesma linha de análise, tenta mostrar como o próprio modo de produção capitalista traz, em sua lógica de expansão, os mecanismos que originam as relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Mais do que isso, o autor procura identificar a especificidade de que se revestiu historicamente esse processo na América Latina, dado que seu caráter dependente imprimiria características peculiares ao desenvolvimento da região, dentre elas a criação e a manutenção de relações de produção arcaicas.

Na verdade, a questão central que permeia esses e os demais trabalhos teóricos sobre o assunto pode ser assim formulada: até que ponto essas formas de produção não capitalistas são realmente atípicas em relação às leis que regem o desenvolvimento capitalista?

Para tratar dessa questão, deve-se examinar, em primeiro lugar, o que significa, na verdade, um modo de produção dominante em uma determinada formação social. Quando se alude à dominância de um modo de produção em uma dada formação social, faz-se referência ao fato de que são as suas leis que determinam as várias formas e relações que se estabelecem no desenvolvimento dessa formação. Portanto, isso não implica dizer que serão estabelecidas relações idênticas em todos os níveis e setores da produção dessa formação social. Em outros termos, a dominância do modo de produção capitalista não implica que as relações típicas do capitalismo sejam generalizadas em todo o sistema. A dominância do modo de produção capitalista significa, isto sim, que a

reprodução do capital tende a subordinar inexoravelmente todas as relações sociais, mas não da mesma forma. As relações centrais e determinantes do modo de produção capitalista são as relações de assalariamento, mas não porque tendem a se generalizar por todo o sistema, ou porque sejam quantitativamente predominantes, mas, sim, porque comandam a produção de valor que determina todas as demais produções na economia de mercado. Assim, um modo de produção é dominante à medida que interfere, verticalmente, nos outros modos de produção, provocando a perda de autonomia por parte destes e redefinindo suas atividades específicas.⁴

O importante a reter aqui é que a contradição entre a existência de formas tipicamente capitalistas e a contínua repetição de formas "atípicas" permeia o desenvolvimento do capitalismo em toda parte. Mais do que isso, qualquer relação que se estabeleça na sociedade capitalista estará sempre subordinada e acorrentada à ordem fundamental e hegemônica do capital.

1.3 — Funcionalidade do setor informal para a acumulação capitalista

A terceira questão refere-se especificamente à funcionalidade das atividades informais face ao processo de acumulação capitalista.

As primeiras interpretações sobre o tema destacavam o caráter disfuncional do conjunto de atividades informais para o desenvolvimento capitalista, à medida que seus ocupantes eram vistos como marginais e, portanto, considerados como uma mão-de-obra sobrando, improdutivo e de pouca ou nula significação econômica.

Essa visão da marginalidade como um peso morto para o sistema econômico foi superada pelas teorias mais recentes, ligadas à visão histórico-estrutural de desenvolvimento, que procuram mostrar estreita vinculação que existe entre as formas não capitalistas de produção e a expansão do capital, particularmente nas economias subdesenvolvidas.

⁴ Cabe destacar, no entanto, que o capital, no seu movimento de expansão, não visa internacionalmente à destruição dessas formas de trabalho, embora as destrua quando determinados serviços passam a se tornar rentáveis. Em outros termos, o investimento de capital e o conseqüente assalariamento dão-se naqueles setores onde a rentabilidade é considerada adequada para esses fins.

Em geral, atribui-se uma série de "funções" às numerosas atividades de caráter não capitalista, no sentido de contribuir direta ou indiretamente para a expansão dos setores capitalistas.

A primeira delas seria a de facilitar de maneira mais direta o processo de acumulação em algumas empresas capitalistas. Isso ocorreria quando estas empresas se apropriassem da produção dos pequenos produtores autônomos a um baixo custo, viabilizando, desse modo, a realização de lucros elevados, na fase de comercialização do produto final. É o caso, por exemplo, de trabalhadores por conta própria ou de pequenas empresas familiares que executam por encomenda determinadas tarefas requeridas pelas empresas capitalistas. Em face de um contexto social de abundância de mão-de-obra, a empresa capitalista, ao invés de estabelecer um vínculo estável de emprego com o trabalhador, satisfaz suas necessidades variáveis de mão-de-obra através de contratos por tarefas que a desobrigam de obedecer à legislação trabalhista (Jelin, 1974).

Uma segunda "função" da produção não capitalista seria a de atender à demanda de certos bens e serviços quando ainda não se verificam as condições suficientes para a realização de investimentos capitalistas na produção de bens equivalentes ou similares. É o caso de determinadas atividades que emergem ou se expandem em função exatamente das necessidades da expansão industrial: os serviços de reparação e manutenção, o artesanato mais moderno e os serviços especializados tendem a preencher os espaços econômicos vazios criados pela demanda das próprias empresas capitalistas ou das camadas de renda média e alta. Ao mesmo tempo, tais atividades funcionariam no sentido de criar ou expandir padrões de consumo e mercado que, mais tarde, poderão eventualmente ser ocupados pelas empresas capitalistas (Carvalho & Souza, 1980).

Um terceiro tipo de contribuição seria o de facilitar a circulação de bens industrializados. Nesse sentido, a comercialização efetuada pelo pequeno comércio, estabelecido ou ambulante, permitiria a elevação da demanda por mercadorias fabricadas pelo setor capitalista, à medida que facilita a circulação e o acesso desses bens à população de baixa renda a custos menores.

Assim, a distribuição de mercadorias realizada pelo pequeno comércio cria condições para o consumo de certos bens produzidos pelas empresas capitalistas por camadas que, de outra forma, não teriam acesso a eles. Uma situação bastante comum, observável nas cidades brasileiras, é a venda efetuada por ambulantes de miudezas de origem industrial. É o caso, por exemplo, dos camelôs, dentre os quais uma parte distribui produtos de fabricação própria ou provenientes de pe-

quenos produtores artesanais e outra distribui mercadorias variadas, todas industrializadas, tais como pentes, cigarros, linhas, botões, chocolates, brinquedos, etc. Esses trabalhadores nada mais são do que uma espécie de extensão das empresas capitalistas, uma vez que se constituíram em um último elo de sua cadeia de comercialização (Carvalho & Souza, 1980).

Há autores que apontam ainda outras "funções" desempenhadas pelo setor não capitalista da economia e que são objeto de intensa controvérsia: permitir a concentração de capital nos setores estratégicos da economia (Oliveira, 1972), rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho assalariada (Oliveira, 1972; Kowarick, 1977; e Prandi, 1978) e manter uma força de trabalho de reserva (Carvalho & Souza, 1980; Kowarick, 1977; e Prandi, 1978).

Na verdade, embora a maior parte dos autores se preocupe em enfatizar o papel essencial que as atividades informais desempenham no sentido de fornecer apoio à expansão do capital, as controvérsias vão surgindo à medida que são especificadas as "funções" atribuídas a essas atividades.

Porém, se é difícil determinar as "funções" específicas da produção não capitalista ou a "função" de cada uma de suas partes, não é difícil perceber a sua aderência como um todo ao movimento do capital, expandindo-se ou destruindo-se conforme seus desígnios. Tendo em vista que o que dá sentido à sobrevivência ou à expansão da produção não tipicamente capitalista é sua relação estrutural com o processo de acumulação, faz-se necessário introduzir um outro elemento na análise, qual seja, a articulação das várias formas de produção e o modo pelo qual as formas subordinadas têm seu funcionamento determinado pelo todo.

A partir da idéia de articulação, seria possível superar a visão dessa produção como algo totalmente disfuncional, como queriam as abordagens iniciais, ou totalmente funcional para a acumulação do pólo dominante da economia, como querem as teses mais recentes. Isto porque a noção de articulação permite entender que a dominância do modo de produção capitalista não significa que o capital tenha o controle absoluto sobre todas as relações que se estabelecem na economia. Pelo contrário, admitir que o capitalismo tem-se desenvolvido, historicamente, de forma desigual e combinada pressupõe admitir a existência de contradições a nível das forças produtivas, ou seja, que possam se estabelecer formas de organização não tipicamente capitalistas subordinadas ao capital, mas de forma contraditória. Na verdade, a dominância do modo de produção capitalista não pressupõe, de modo algum, que a articulação entre as diversas formas de produção se verifique de ma-

neira harmônica ou "funcional". Como já foi visto, um traço característico do desenvolvimento do capital é justamente a contradição que existe entre a expansão de formas tipicamente capitalistas e a sobrevivência de formas atípicas. A noção de contradição permite também superar a idéia de que as formas subordinadas, ao não se constituírem em obstáculos ao capital — aliás, se assim o fosse, tenderiam a ser destruídas —, são necessariamente funcionais a ele.

Além disso, se é verdade que ocorre uma constante recriação de formas de produção que se organizam sob moldes não capitalistas e que se tornam funcionais do ponto de vista de acumulação, também é verdade que isso não decorre necessariamente de um plano de intenções; mas, sim, de um processo, o processo de expansão do capital, o qual é necessariamente um movimento não igualitário. Antes de mais nada, a lógica do capital é submeter a força de trabalho através do assalariamento. Isso não contradiz o fato de surgirem alternativas de trabalho organizadas em moldes não tipicamente capitalistas e que são justamente abertas pelo capital, à medida que essas atividades não são assumidas, por questões de rentabilidade, pela empresa capitalista. Em suma, essas atividades, embora resultantes do próprio movimento do capital, não são intencionalmente criadas por ele. No entanto, ao penetrarem nos espaços abertos pelo capital e a ele se subordinarem, acabam, de alguma forma, a serviço dele. Na verdade, isso não significa que o capital prescindia delas para sua sobrevivência imediata e nem que estejam — embora possam estar — atreladas "funcionalmente" a ele. Há que se considerar também que, quando isso acontece, não necessariamente ocorre de forma maciça, isto é, cada aspecto do processo pode ser funcional do ponto de vista de um tipo de capital, de uma fração de seus interesses e, ao mesmo tempo, mostrar-se disfuncional para outro tipo de capital.

Em resumo, a percepção do sentido das formas de produção não tipicamente capitalistas deve passar por uma perspectiva que leve em conta, de um lado, sua articulação — subordinada — ao capital e, de outro, as estratégias de trabalho dos agentes engajados nessas formas de produção. Somente esse enfoque parece ser capaz de revelar a sobrevivência e/ou a recriação de um conjunto significativo de atividades econômicas importantes, que tendem a se tornar invisíveis sob uma perspectiva onde a preocupação dominante é explicar a sua funcionalidade no modo de produção capitalista. A produção não tipicamente capitalista deve ser entendida como resultado do processo contraditório de acumulação de capital, o qual cria através de um só e único movimento as atividades capitalistas e as não capitalistas. Uma vez que existe um só e único movimento que cria e articula essas atividades organiza-

das sob moldes diversos em função de uma única lógica, a do capital, há que se admitir que o enfoque correto de análise deve partir desse movimento e considerar a diferenciação dessas atividades como um processo.

2 – O setor informal nas economias subdesenvolvidas

Discutir a problemática do setor informal em economias subdesenvolvidas, como é o caso do Brasil, implica refletir, antes de tudo, sobre o padrão de desenvolvimento adotado pelo País. Não há como dissociar o perfil e o ritmo de crescimento das ocupações informais do próprio modelo brasileiro de crescimento, o qual vem produzindo, historicamente, efeitos muito negativos sobre a distribuição de renda e o nível de bem-estar de uma ampla parcela da população.

2.1 – Componentes estruturais e conjunturais da informalidade

É possível caracterizar o setor informal, em economias capitalistas atrasadas, sob uma dupla perspectiva, isto é, tendo em vista seus componentes estruturais e conjunturais.

Os componentes estruturais dizem respeito às características do desenvolvimento dessas economias, manifestando-se basicamente na existência de um grande contingente de trabalhadores que subutilizam sua capacidade de trabalho. Enquanto, no campo, esse fenômeno reflete a sazonalidade do emprego agrícola, nas cidades, apresenta-se sob a forma de ocupações autônomas de baixa produtividade, exercidas por uma significativa massa de trabalhadores urbanos (vendedores ambulantes, biscateiros, serviço doméstico, etc.).

A explicação para a existência desse amplo excedente de força de trabalho – desempregado ou subocupado – costuma estar associada às próprias contradições do capitalismo dependente⁵, que, ao conferir um

⁵ Questionando até que ponto o caráter de dependência é responsável pela criação desse excedente de força de trabalho, Kowarick introduziu a questão capitalismo autônomo "versus" capitalismo dependente, mostrando que, embora ambos apresentem as mesmas contradições básicas no que se refere à articulação entre o capital e o trabalho, é, porém, o caráter dependente das formações sociais que aguça as contradições inerentes à lógica de expansão do capital. Ou, em seus termos, as contradições estão no capitalismo e, adjetivamente, no fato de ser dependente ou autônomo (Kowarick, 1977, p.77).

caráter contraditório e desigual ao desenvolvimento industrial da América Latina, teria acentuado suas desigualdades regionais e setoriais, bem como agravado as diferenças existentes entre o campo e as cidades. A dependência seria vista, então, como causa da marginalização de vastos setores da população urbana no sentido de sua não-incorporação ao mercado formal de trabalho.⁶

Isto porque essa situação de dependência desencadearia um duplo processo. De um lado, a liberação da mão-de-obra do campo, seja pela modernização de parte do setor agrícola, seja, ao contrário, pela tendência secular à estagnação de outra parte do setor, o que vem a configurar relações de produção típicas do complexo latifúndio. Essa articulação rígida, ao tornar a agricultura incapaz de reter seus contingentes populacionais, devido à não-disponibilidade física ou institucional de terras, levou a uma crescente migração desses indivíduos em direção às cidades, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial.

De outro lado, nos centros urbanos, à expansão da capacidade produtiva da grande indústria corresponde um aumento proporcionalmente limitado do número de empregos. Isto porque, dada a inserção tardia da região no processo da divisão internacional do trabalho, sua produção industrial já aparece sob a modalidade monopolística de organização e, em decorrência, com um elevado nível tecnológico (Kowarick, 1977). A forma abrupta e parcial pela qual o capital estrangeiro monopolista penetrou nas sociedades latino-americanas configurou o uso de uma tecnologia sofisticada e fragmentada, altamente poupadora de mão-de-obra. O fato de a industrialização dependente ser excludente, isto é, sua própria lógica conter a inevitabilidade de "marginalização" de crescentes setores da população urbana, tem suas razões não só nas tendências redutivas do mercado de trabalho, mas também na relativa marginalização de determinados ramos produtivos dentro do novo esquema de industrialização dependente:

"A industrialização apóia-se, pois, num mercado de trabalho restritivo, desnivelando a oferta de trabalho que ad-

⁶ Esse argumento é relativizado por Singer, quando mostra que, se, por um lado, a dependência é responsável apenas parcialmente pela marginalização das parcelas da população urbana, por outro, isso não se deve ao fato de provocar desemprego pelo uso de técnicas intensivas em capital, mas, sim, porque o excedente gerado dessa forma não é acumulado em sua totalidade, dentro desses países. O autor adverte, no entanto, que um capitalismo "nacional" não produziria resultados tão diferentes, ou seja, uma maior acumulação de capital em cada país (Singer apud Olivien, 1980, p.42-3).

vém das fontes migratórias e do crescimento vegetativo face a uma dinâmica que ao mesmo tempo gera quantidade relativamente diminuta de empregos no setor industrial e desorganiza parte das atividades econômicas tradicionais preexistentes" (Kowarick, 1977).

Apesar de constituírem duas dimensões distintas do problema, os aspectos estruturais e conjunturais estão fortemente inter-relacionados. O encadeamento dessas duas dimensões resulta em crescente nível de ocupação no setor informal, particularmente nas regiões metropolitanas do País, fato este que se torna alarmante por traduzir-se em baixos níveis de renda para os indivíduos que sobrevivem nessas condições.

O recente aprofundamento dos níveis de ocupação informal está associado a componentes conjunturais, resultantes da aplicação de sucessivas políticas econômicas recessivas para o combate à inflação e aos desajustes externos da economia brasileira. Esses componentes são responsáveis, em grande medida, pela elevação dos níveis de desemprego e da ocupação informal nas áreas urbanas, na década de 80, à medida que provocaram o aumento da subutilização da força de trabalho em uma sociedade que "(...) já tem como força endêmica o subemprego e que necessita absorver produtivamente um substancial contingente de pessoas que anualmente ingressa no mercado de trabalho" (Jatobá, 1981).

Tais medidas teriam aguçado o descompasso estrutural entre a oferta e a demanda de trabalho nas economias urbanas. Esse descompasso decorreria, do lado da oferta de mão-de-obra, das transformações que acompanharam a urbanização e a ampliação do mercado de trabalho via o ingresso de jovens e migrantes e, do outro lado, da desaceleração da própria demanda como resultado da diminuição do ritmo de crescimento da produção. A um comportamento recessivo da atividade econômica e a seus reflexos negativos sobre o ritmo de geração de empregos no núcleo dinâmico da economia corresponde, portanto, a criação de um excedente de oferta de força de trabalho.

Tendo em vista as tendências contrapostas de evolução da oferta de trabalhadores e da demanda de mão-de-obra nas atividades urbanas, a conclusão óbvia é o aumento do número de desempregados e o agravamento, em consequência, da situação estrutural de subemprego. Isso ocorre porque, nas economias atrasadas, em geral, não existem mecanismos capazes de garantir a sobrevivência dos desempregados "conjunturais", fazendo com que sua única alternativa seja o ingresso no dito mercado informal de trabalho. Face ao desemprego, a opção que se co-

loca para esses trabalhadores é o engajamento em atividades instáveis e mal remuneradas do setor informal⁷, as quais, por arcarem com esse ingresso adicional de indivíduos, têm como consequência a queda da renda média dos que nele já se encontravam ocupados.⁸

Logo, a situação ocupacional dos centros urbanos brasileiros reflete as duas dimensões do problema do emprego, de um lado, o desemprego aberto, situação grave, pois pressupõe ausência de qualquer tipo de ocupação e renda; de outro, a auto-ocupação precária de um elevado contingente de pessoas, auferindo baixos rendimentos.

Mas o setor informal existe e prolifera também nos países desenvolvidos. Estimativas feitas em várias partes do Mundo indicam, inclusive, que a economia oculta, além de representar uma boa parte das atividades econômicas dessas regiões, ainda vem crescendo a um ritmo superior ao da economia formalizada. É a preocupação com essa tendência de crescimento que faz com que a chamada economia invisível se torne alvo de tantas controvérsias.

A principal controvérsia deriva de uma tese que vem fazendo sucesso nos meios acadêmicos e empresariais do Mundo desenvolvido, a qual atribui a expansão da economia invisível à intervenção supostamente exagerada do Estado na economia, um Estado considerado ineficiente e burocrático, e cuja intervenção na esfera privada estaria provocando o deslocamento das pessoas e de suas empresas para o anonimato do setor informal, onde, então, como se justificam, teriam a possibilidade de atuar de modo mais eficiente. Na verdade, o que está implícito nessa tese é a crítica ao chamado "Estado do bem-estar" ("Welfare State"), cujo avanço nos países capitalistas desenvolvidos se daria em função das crescentes demandas sociais a serem subsidiadas (seguro-desemprego e serviços sociais diversos, por exemplo). Para atender a essas funções sociais, o Estado ver-se-ia obrigado a aumentar

⁷ Na verdade, o setor informal não se compõe exclusivamente das atividades instáveis e mal remuneradas, embora estas tenham um peso significativo no setor. Ocorre que, em geral, os trabalhadores expulsos das empresas capitalistas tendem a se ocupar, em grande parte, nessas atividades, à medida que estas apresentam grande facilidade de entrada, dadas as suas baixas exigências em termos de qualificação e/ou equipamentos ou instalações. Daí por que são essas as atividades mais afetadas em termos de ocupação e renda, em época de crise.

⁸ O que está determinado pelo núcleo capitalista é o espaço econômico dessas atividades e não a sua dimensão ocupacional, que varia conforme o tipo específico da atividade, e, por isso, à sua variação correspondem ajustamentos na renda média dos indivíduos aí ocupados. Na verdade, a renda média funcionaria como uma variável de ajuste que determinaria, em última análise, a quantidade de ocupados no setor (Souza, 1981).

suas receitas, via arrecadação de impostos, e também a incrementar o controle e a fiscalização que exerce sobre a iniciativa privada.

Nesse sentido, a economia clandestina estaria funcionando como uma espécie de válvula de escape do capitalismo: seria a saída encontrada pelos empresários para fugir a esse controle excessivo do Estado — impostos pesados e "mal empregados", burocracia corrupta e ineficiente, etc. — e, conseqüentemente, obter maior eficiência em seus negócios.

De imediato, uma restrição deve ser feita a esse raciocínio, sob pena de se importar mais uma ideologia que não tem motivo de ser nos países subdesenvolvidos. Ou seja, como já foi visto, há uma diferença crucial entre a informalidade que assola a realidade daqui e a economia oculta de lá. Isso não significa que os postulados (ineficiência, corrupção, etc.) também não valham para cá, mas, sim, que no Brasil a existência do setor informal está associada basicamente a questões primárias de sobrevivência. Por um lado, porque o emprego formalizado, em função da crise por que atravessa o País, não tem sido suficiente para absorver o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Aliás, a grande lição do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas foi mostrar que o assalariamento não implica, "a priori", estabilidade, nem salários em nível satisfatório. Por outro lado, porque o indivíduo, mesmo estando empregado formalmente, é obrigado a complementar sua renda mensal através de outras múltiplas atividades paralelas.

2.2 — Os limites de uma política para o setor informal

A perspectiva apontada de crescimento progressivo para o setor informal exige que se reflita sobre os limites e possibilidades de implementação de políticas de apoio para o setor. Propor políticas de apoio ao setor informal justificar-se-ia basicamente por três bons motivos. Primeiro, por se tratar de um setor importante em termos de ocupação da mão-de-obra no País e pela tendência constatada de que continuará a sê-lo numa perspectiva de longo prazo. Segundo, por abrigar, de forma crescente, a parcela mais desqualificada e de mais baixa renda da população urbana. E, por último, pelo fato de que os trabalhadores informais, dada a debilidade de sua organização, dificilmente virão a se constituir em agentes propulsores de medidas de política econômica, a exemplo do que é usual para os demais segmentos produtivos da sociedade.

E aí se instala um paradoxo, pois, se esse é o quadro do setor informal nas economias subdesenvolvidas, esse quadro não é aleatório. Como pensar em resolver a marginalização do setor em relação às políticas, se, na verdade, o desemprego e o subemprego do País resultam de um modelo de desenvolvimento econômico, cujo caráter poupador de mão-de-obra é reforçado justamente por essas políticas? Ou, ainda, como pensar em estratégias de apoio ao setor informal, tendo em vista a natureza do seu funcionamento face à organização capitalista?

Nesse contexto, há que se ter presente o sentido da existência das atividades informais nas economias subdesenvolvidas, de modo a avaliar as possibilidades de êxito de medidas econômicas que eventualmente venham a ser nelas aplicadas. Como foi visto, para a percepção do caráter que assume a informalidade nessas economias, faz-se necessário retomar uma idéia-chave para esse entendimento. Ou seja, a de que os moldes de funcionamento da produção informal são determinados, diretamente, pela forma como se expande o capitalismo nos países dependentes. Isso significa entendê-la fazendo parte — como um componente necessário e/ou intrínseco e/ou contraditório — da lógica geral que orienta o processo capitalista de produção.

A ênfase à idéia é necessária, pois qualquer proposta de atuação sobre o setor não pode ignorar que é a partir dessa determinação maior que se configura a única inserção possível — de forma não transitória, subordinada e relativamente funcional — da economia informal no mundo capitalista.

É desnecessário demonstrar a não-transitoriedade das formas de produção organizadas sob moldes informais nos países dependentes. O próprio desenvolvimento histórico do capitalismo nesses países tratou de fazê-lo, mostrando que, mesmo havendo a ampliação das relações assalariadas, isto não implicou a destruição dos setores econômicos considerados "arcaicos" e disfuncionais ao sistema. Longe de ser um fenômeno espúrio e transitório, passível de ser superado pelo avanço capitalista, a informalidade instalou-se como um elemento intrínseco dessa mesma trajetória de desenvolvimento. Contrariando a perspectiva de sua extinção, muitos segmentos da produção informal transformam-se, recriam-se sob novas roupagens, exatamente para responder às necessidades de acumulação nesses países. Surgem, inclusive, novas atividades, preenchendo brechas no sistema econômico que não interessam como investimento ao capital.

A idéia de subordinação, por sua vez, deve ser entendida como resultado da dominância das relações capitalistas. Isso no sentido de

que, ao comandarem a produção de valor nessas economias, são suas leis que determinam as várias outras formas produtivas que se estabelecem ou ainda persistem nesse sistema, tirando-lhes a autonomia e redefinindo suas funções. Resta à produção informal, portanto, atuar de forma subordinada no conjunto da economia, uma vez que não lhe é dada a capacidade de gerar seu próprio espaço produtivo.

Funcionando em espaço definido, "a priori", pelas empresas capitalistas, a informalidade vai alojar-se em atividades que não justificam a instalação de negócios em grande escala, pelo tamanho do mercado que elas atingem e/ou pela natureza da própria produção.

Por último, é o entendimento da aderência do setor informal como um todo ao movimento capitalista que torna possível explicar seus vários níveis de funcionalidade, expandindo-se ou destruindo-se conforme as "circunstâncias" capitalistas. Daí, a flexibilidade que caracteriza as ocupações informais, pois é inerente à sua sobrevivência sua capacidade de recriar-se constantemente em busca de seu ajustamento ao sistema. Daí, também, a profunda heterogeneidade que caracteriza a economia informal, traduzindo-se em um amplo leque de atividades, que inclui desde pequenas unidades de produção de bens e serviços mais ou menos organizadas até uma multiplicidade de ocupações diversas, onde se insere um imenso exército de trabalhadores autônomos.

Ora, se o setor informal não possui dinâmica própria, nem autonomia em sua evolução, multifacetando-se em variadas atividades, preenchendo brechas abertas pelas empresas capitalistas, propor políticas específicas de atuação sobre o setor que transcendam o mero exercício teórico é uma tarefa que requer qualificações.

Primeiro a volatilidade e a heterogeneidade interna do setor exigiriam a formulação de políticas amplamente desagregadas e qualitativamente diferentes, conforme a atividade a que se destinassem. Tais políticas deveriam considerar a proliferação de um conjunto de ocupações de baixa produtividade e de precária organização e, de outro lado, a potencialidade de expansão de outras unidades produtivas do setor informal. A necessidade de ações parciais e diferenciadas, em função dessa diversificação das atividades informais, haveria de requerer uma descentralização do aparato governamental, uma vez que as agências voltadas ao atendimento da microprodução deveriam apresentar um grau muito grande de flexibilidade e sensibilidade no trato com essas unidades produtivas.

Em função do caráter subordinado da produção informal, não se poderia pensar em uma política de expansão de empregos a partir da ex-

pansão do próprio setor informal. Até porque, sendo o nível de emprego uma variável dependente do ritmo de crescimento da economia, de sua estrutura de produção e da tecnologia utilizada nos seus diversos setores, é difícil pensar em uma política global, independente de mudanças estruturais nessas outras variáveis. Por outro lado, como o tamanho de mercado atendido pelo setor informal é dado "a priori", incentivar uma maior ocupação no setor, sem expandir a demanda pelos seus bens e serviços, significaria tão-somente deprimir mais ainda os rendimentos obtidos nessas atividades.

Finalmente, uma política que reconhecesse os vários níveis de subordinação dos segmentos informais às empresas capitalistas deveria ser capaz de distinguir a estratégia mais adequada, no sentido de reforçar tais vínculos de complementaridade, quando fosse o caso de competição no mercado.

3 – Avaliação empírica do setor informal

3.1 – Indicadores de emprego, desemprego e subemprego: uma avaliação crítica

Os censos realizados pelo IBGE constituem-se na principal fonte de informações sobre a situação econômica do País.⁹ A crítica maior que se faz a essa fonte diz respeito ao nível de agregação de suas informações, que nem sempre permitem identificar a diversidade de situações regionais ou a especificidade de grupos sociais.

Ao se tratar da questão **emprego**, a abrangência desse tipo de levantamento implica uma tal homogeneização conceitual que os dados pesquisados passam a não dar conta da heterogeneidade de formas que o fenômeno pode assumir. A captação dessa variedade de formas através de dados estatísticos pressupõe, portanto, limitações que resultam da própria natureza da pesquisa e de prováveis deficiências técnicas na utilização de seu instrumental analítico. No âmbito dos indicadores quantitativos usuais, particularmente daqueles voltados à medição dos níveis de ocupação informal, a dificuldade maior reside na adaptação dos conceitos teóricos a unidades de observação empírica. A falta de

⁹ Além dos censos, o IBGE realiza dois levantamentos: a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que, em maior ou menor grau, também apresentam algumas das restrições metodológicas feitas aos censos.

soluções adequadas para essa passagem tem originado a elaboração de classificações imperfeitas e, muitas vezes, arbitrárias, que terminam por mascarar a realidade ao invés de desvendá-la.

Deixando de lado a discussão sobre críticas teóricas acerca dos conceitos utilizados na medição dos grandes indicadores de emprego e desemprego, tem-se observado que estes não têm logrado dimensionar empiricamente o fenômeno que buscam investigar. Em geral, as definições teóricas não comportam critérios suficientes para avaliar a realidade em suas verdadeiras proporções. Senão, veja-se. Por emprego global de um país entende-se o conjunto de todas as pessoas ocupadas em tarefas remuneradas ou que se ocupam, sem remuneração, em estabelecimentos familiares voltados à produção de bens e serviços para o mercado.¹⁰

Para medir a população potencialmente produtiva do país, as estatísticas brasileiras ampliam esse conceito, ao utilizarem em seus levantamentos de dados a categoria População Economicamente Ativa. Nesta definição estão incluídos não só os indivíduos empregados, mas também aquelas pessoas que, por não trabalharem e desejarem fazê-lo, estão empenhadas na busca de alguma ocupação produtiva durante o período de referência ao qual os dados se relacionam. Em suma, as pessoas que exercem alguma atividade econômica ou que estão disponíveis para exercê-la constituem a PEA do País. Tal critério é recomendado pelas Nações Unidas, que sugerem a inclusão, na PEA, de todos os indivíduos de ambos os sexos que constituem a oferta de mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços econômicos, o que abrange os empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores não remunerados, os empregados e os desempregados.

O levantamento dessas informações e as medidas delas decorrentes não são, contudo, isentos de dificuldades, particularmente do ponto de vista conceitual. É o que também ocorre com os dois indicadores mais importantes da situação ocupacional: a taxa de desemprego e a de subemprego.

¹⁰ Conforme Souza, "(...) o emprego global de um país consiste no conjunto das pessoas que percebem rendimentos por seu trabalho e os trabalhadores familiares não remunerados, desde que ocupados na produção de bens e serviços passíveis de serem transacionados no mercado" (Souza, 1981, p.8).

3.1.1 – A taxa de desemprego

O conceito mais difundido dentre todos aqueles relacionados ao funcionamento do mercado de trabalho refere-se à taxa de desemprego aberto, isto é, a proporção que os desempregados representam dentro da PEA. Essa definição é restrita, pois corresponde apenas às pessoas desocupadas que tenham tomado alguma providência concreta para conseguir ocupação no período de referência, sem resultado. Nesse conjunto, estão incluídos não só os trabalhadores que perderam seus empregos, como também os indivíduos que recém estão ingressando no mercado de trabalho.

Nesse sentido, tal indicador torna-se um tanto impreciso na medição da situação ocupacional, uma vez que tende a não representar com fidedignidade o problema do emprego. Isso por dois motivos: primeiro, porque inclui na categoria "inativa" os elementos desempregados que desejariam empregar-se, mas desistiram da tarefa de procurar alguma ocupação, dadas as dificuldades conjunturais de encontrar trabalho, os "desalentados"; segundo, porque são considerados ocupados, ao invés de subempregados, os indivíduos que, ao perderem seus empregos, se inserem precariamente em atividades instáveis e mal remuneradas ("bicos").

A exclusão desses indivíduos do cômputo da população desempregada torna-se mais grave ainda em épocas de desaceleração econômica, quando são quase nulas as perspectivas de encontrar alguma colocação no mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, o contingente "desalentado" tende a aumentar em grandes proporções, bem como o número de pessoas que se refugia nas atividades informais.

Em conseqüência, cria-se um paradoxo que, por um equívoco conceitual das estatísticas, dificilmente será superado: a manutenção ou o declínio das taxas de desemprego aberto, longe de se constituírem em indicador de melhoria da situação do emprego, podem significar, na verdade, o aprofundamento do nível de desemprego na economia brasileira e o aumento dos níveis de ocupação no setor informal.

Daí a importância de se buscarem formas de medir o setor informal, este, sim, indicador importante da situação do emprego no País. Principalmente quando se percebe que, por uma estranha alquímia da metodologia oficial, um país que sofre de desemprego crônico e de um inchaço de ocupações precárias e instáveis torna-se o paraíso dos ocupados, onde a miséria social e econômica dos trabalhadores só é invisível nos índices oficiais.

3.1.2 – A taxa de subemprego

Dado que a noção de desemprego não reflete toda a problemática do emprego, especialmente em economias dotadas de grande excedente de mão-de-obra, seu conceito tende a perder utilidade na mesma proporção em que ganha o de subemprego, visto este como fenômeno realmente relevante em países subdesenvolvidos. Daí por que o significado desse conceito ainda ser objeto de acirradas controvérsias, que têm alimentado o recente debate teórico em torno do assunto. Conforme Hoffmann,

"O conceito de subemprego tem contornos ainda mais vagos que o de desemprego, quando aplicado a países subdesenvolvidos. Os vários sinônimos ou variantes – desemprego disfarçado, oculto ou invisível, potencial ou latente – pouco acrescentam à clareza conceitual" (Hoffmann, 1977, p.61).

As definições mais comuns de subemprego na literatura corrente baseiam-se no critério de produtividade. Isto é, o subemprego caracterizar-se-ia por uma situação de trabalho em que a produtividade da mão-de-obra seria muito baixa. Os critérios mais utilizados para identificar uma baixa produtividade seriam: uma renda mensal baixa relativamente aos padrões vigentes e/ou a dedicação ao trabalho em período mais curto que o normal. Na verdade, a ocupação seria quase um sinônimo de "desperdício de trabalho" em determinadas atividades:

"(...) basicamente, o que o conceito de subemprego procura refletir é que uma parte da força de trabalho efetivamente empenhada em certos tipos de atividade econômica está ociosa durante uma parte do tempo, ou, se está trabalhando, é quase improdutivo" (Hoffmann, 1977, p.61).

O IBGE, por sua vez, apresenta na Pesquisa Mensal de Emprego um indicador que se pressupõe ser seu equivalente, na medida em que corresponde ao percentual da PEA que trabalha efetivamente 40 horas ou mais na semana de referência, recebendo menos que um salário mínimo regional. Esse indicador é considerado bastante restrito para a caracterização do subemprego, ao excluir milhões de trabalhadores que eventualmente trabalham menos de 40 horas semanais e/ou recebem mais de um salário mínimo regional.

A subjetividade dessas definições operacionais consiste justamente em estabelecer o que seria um período de trabalho normal ou uma renda excessivamente baixa. A crítica que se faz ao uso do critério de baixo nível de renda como indicador da subutilização da mão-de-obra

refere-se basicamente aos dois pressupostos que nele estão implícitos: primeiro, que a baixa produtividade decorreria da subutilização da força de trabalho e, segundo, que essa produtividade poderia ser medida adequadamente pelo montante de salário auferido.

No entanto as críticas mais adequadas a essa visão do subemprego argumentam que definir tal fenômeno pela ótica do "setor moderno", ou seja, pela produtividade, renda ou padrão de consumo, implica desconsiderar a existência de formas distintas de produção, cujas leis de funcionamento, embora subordinadas à dinâmica capitalista, são específicas e próprias. O que esses enfoques reivindicam é a necessidade de reconhecer as singularidades das diferentes formas econômicas de produzir, assumindo a ótica do agente e, portanto, contrapondo-se às análises que tendem a apagar a diversidade em uma "(...) unificação analítica prematura em termos de uma onipresença das relações capitalistas e de uma conseqüente proletarização que igualiza caricaturalmente todos os produtores diretos" (Felix et alii, s.d., p.29). Alguns autores, ao se oporem à visão tradicional do emprego, onde o sistema econômico é visto, etnocentricamente, pela ótica do sistema capitalista, reconhecem o estabelecimento de relações de trabalho múltiplas e ambíguas pela própria empresa capitalista, o que os teóricos do subemprego, segundo eles, parecem ignorar.

De qualquer forma, toda essa discussão em torno da representatividade dos indicadores estatísticos é bastante útil no sentido de apontar as limitações de seu uso. Levar em conta tais restrições parece ser a maneira mais adequada de utilizar o dado estatístico, que não pode ser aceito nem rejeitado em sua totalidade, mas, sim, tratado sob uma perspectiva crítica, de modo a resgatar o que ele diz e explicitar aquilo que não revela. Além disso, ao se reconhecer a existência de certas dimensões da realidade não passíveis de serem estatisticamente captadas, há que se valer de técnicas e metodologias alternativas, no intuito de complementar, em outras perspectivas, as informações disponíveis sobre essa realidade.

3.2 – Indicadores da ocupação informal

Uma observação a ser feita relativamente à busca de um marco conceitual para o conjunto das atividades informais é referente ao fato de as categorias geralmente utilizadas para defini-las serem ou não passíveis de operacionalização empírica. Isto é, a busca de definições teóricas para o setor informal e a conseqüente formulação de suas ca-

tegorias constitutivas não resultaram no estabelecimento de critérios suficientes para avaliar o problema da informalidade em suas dimensões reais.¹¹ Na verdade, o que se observa nessas tentativas em busca de uma definição capaz de abarcar, na medida do possível, todas as diversas situações de trabalho que se incluem na produção informal é que, por ser muito amplo o referencial analítico dessa noção, se torna necessário balizá-la constantemente com uma realidade concreta.

O que se propõe aqui é fornecer um substrato conceitual mais genérico para o setor informal, com base nas características de seu funcionamento na economia brasileira, de modo a viabilizar sua avaliação empírica. Primeiro, especificando os vários tipos de atividades que se incluem no setor. Segundo, compatibilizando tais categorias com aquelas utilizadas na metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Por trabalhadores informais entende-se, "grosso modo", o conjunto de indivíduos que, mesmo incorporados ao mercado de trabalho, não estabelecem relações permanentes de assalariamento, seja como patrões, seja como empregados. Caso típico é o dos trabalhadores por conta própria, os quais, para exercerem suas atividades, se valem quase que exclusivamente do uso de sua própria força de trabalho e, eventualmente, da mão-de-obra familiar disponível. São artesões, pequenos vendedores de serviços, microempresas familiares e biscateiros de toda ordem.

"Como categoria, o conta-própria reúne grande diversidade de trabalhadores para os quais o desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria — a que se alia, muitas vezes, o uso da força de trabalho de membro da família —, necessitando de baixa ou quase nula capitalização. (...) De modo geral, trabalhando em condições de produção ou de prestação de serviços que não requerem capital, o trabalhador por conta própria dispõe de baixo nível de qualificação para o trabalho e vive em condições materiais precárias. Mas há os casos, também, dos contas-próprias 'bem sucedidos economicamente' misturados às 'classes médias assalariadas' que logram alcançar razoáveis condições de existência. Completam a categoria dos

¹¹ Nesse sentido, um dos raros trabalhos que cobre essa lacuna é o de Souza (1981), onde se encontra explicitada uma tipologia para o estudo das atividades informais, passível de ser utilizada em uma pesquisa empírica.

trabalhadores por conta própria os profissionais liberais e os técnicos não submetidos ao assalariamento" (Prandi, 1978, p.25).

Portanto, a característica comum à maioria desses trabalhadores seria pouca ou nenhuma capitalização de seus negócios, o seu baixo nível de qualificação como profissional e sua situação pessoal materialmente precária. Na informalidade, encontra-se também a grande massa dos assalariados que não têm a sua carteira assinada, configurando, desse modo, uma situação jurídica não legalizada.

Há quem inclua ainda, nesse grupo, a categoria das empregadas domésticas, justamente pela peculiaridade de que se reveste sua relação de trabalho: embora assalariadas, não estão subordinadas, como os demais assalariados, a um capitalista, mas, sim, a uma unidade não econômica, a família. Assim, o emprego doméstico pode ser encarado como uma venda de serviços executada de forma relativamente autônoma.

Preciosismos conceituais à parte, informal é toda e qualquer ocupação que, de alguma maneira, foge ao pressuposto básico de funcionamento de uma sociedade capitalista, que é a relação assalariada.¹²

Tendo em vista essa definição do setor informal, os dados fornecidos pela PNAD e que são levantados anualmente, com exceção dos anos censitários, constituem-se em uma alternativa bastante eficiente para a avaliação da situação ocupacional do setor. Isto porque, ao apresentarem a proporção de indivíduos nas diferentes posições na ocupação — empregadores, empregados —, com e sem carteira assinada — trabalhadores por conta própria e trabalhadores sem rendimentos —, permitem o exame das diversas modalidades de inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho e, especialmente, uma avaliação bastante aproximada das dimensões do setor informal.

Em função disso, podem-se considerar os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores sem rendimentos (que equivale à mão-de-

¹² O setor informal inclui, ainda, o que se convencionou chamar de economia oculta, a qual se traduz em um conjunto de atividades invisíveis à contabilidade nacional, quer do ponto de vista fiscal (empresas e/ou trabalhadores não registrados que não pagam impostos), quer do ponto de vista legal (contrabando, prostituição, jogo do bicho, etc.). Essas atividades, geralmente exercidas pela população de baixa renda, embora constituam a maior parte do setor informal das economias subdesenvolvidas, são de difícil mensuração pelas estatísticas oficiais.

-obra familiar) como os mais representativos de uma situação de trabalho informal.

O trabalhador por conta própria¹³, figura típica do setor informal, é definido pelo IBGE como "(...) pessoa que explorava sua própria empresa econômica ou exercia uma profissão ou ofício, não tendo empregado" (Pesq. Nac. Amost. Dom. 1987: Reg. Metrop., 1988, p.26). Inclui-se, também, na categoria de conta própria, segundo a metodologia da PNAD, o chamado **parceiro conta própria**, ou seja,

"(...) pessoa que explorava uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com auxílio de membro da unidade domiciliar não remunerado, e pagava pela exploração com serviços e/ou parte da produção" (Pesq. Nac. Amost. Dom. 1987: Reg. Metrop., 1988, p.27).

Na categoria de empregado sem carteira assinada, encontram-se incluídas as pessoas classificadas como empregado ou trabalhador agrícola volante, com ou sem intermediário, que não possuíam carteira de trabalho assinada pelo empregador.¹⁴

Por último, a categoria de trabalhador não remunerado refere-se à

"(...) pessoa que trabalhava normalmente 15 horas ou mais por semana, sem remuneração, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica ou à instituição beneficente religiosa ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendiz, estagiário etc." (Pesq. Nac. Amost. Dom. 1987: Reg. Metrop., 1988, p.27).

¹³ No caso do trabalhador por conta própria, a PNAD inclui também, nessa categoria, os profissionais liberais e demais trabalhadores autônomos que auferem rendas relativamente bem mais elevadas do que a maior parte dos trabalhadores por conta própria, em geral vinculados a atividades definidas como estratégia de sobrevivência. Mas, como a proporção desses profissionais autônomos não é significativa, se considerada a massa global de trabalhadores por conta própria no País, a distorção dos percentuais também não será fundamentalmente significativa.

¹⁴ Ver as definições dessas categorias na PNAD (Pesq. Nac. Amost. Dom. 1987: Reg. Metrop., 1988, p.27).

3.3 – A ocupação informal no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre

Com base nas séries fornecidas pela PNAD, ao longo da década de 80, para o Brasil, o Rio Grande do Sul e a Região Metropolitana de Porto Alegre e relativas ao número de pessoas ocupadas por posição na ocupação, calcularam-se os percentuais de participação das categorias antes referidas no total da população ocupada em cada ano. Através do exame desses dados (Tabelas 1, 2 e 3), foi possível avaliar a evolução desses indicadores no período 1981-88, bem como a composição interna dessa ocupação.

Tabela 1

Distribuição do pessoal ocupado por posição na ocupação,
no Brasil — 1981-88

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	(%)							
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Empregadores	3,2	3,3	3,1	3,3	3,2	3,4	3,5	3,3
Empregados	64,2	63,1	65,1	63,8	64,6	66,1	66,0	66,1
Com carteira (1)	58,1	57,3	53,1	54,9	56,5	57,8	58,3	58,7
Sem carteira ...								
A (2)	41,9	42,7	46,9	45,1	43,5	42,2	41,7	41,3
B (3)	26,9	27,0	30,5	28,8	28,1	27,9	27,6	27,3
Conta própria	22,7	23,3	22,5	23,3	22,8	22,9	22,6	23,0
Não remunerados ..	9,9	10,3	9,3	9,6	9,4	7,6	7,9	7,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/88 (1983/88). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria dos empregados. (2) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados. (3) Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, índices estes necessários para a avaliação da magnitude da ocupação informal.

Um primeiro comentário a ser feito refere-se à relativa estabilidade na evolução das participações percentuais de cada categoria no total de pessoal ocupado, tanto no País (Tabela 1) como no Rio Grande do Sul (Tabela 2) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (Tabela 3). Isto é, os percentuais de participação relativa das diversas categorias de ocupação não apresentam nenhuma mudança significativa ao longo da década de 80.

Tabela 2

Distribuição do pessoal ocupado por posição na ocupação,
no Rio Grande do Sul — 1981-88

	(%)							
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Empregadores	3,1	3,5	3,2	2,9	2,9	2,9	3,9	4,0
Empregados	54,4	56,6	54,7	56,2	55,9	55,7	57,6	58,1
Com carteira (1)	71,5	70,8	70,2	69,2	69,5	69,4	69,0	69,7
Sem carteira ...								
A (2)	28,5	29,2	29,8	30,8	30,5	30,6	31,0	30,3
B (3)	15,4	16,5	16,2	17,3	17,1	17,0	17,9	17,5
Conta própria	23,5	22,9	25,3	24,9	25,5	25,6	25,1	25,3
Não remunerados ..	19,0	17,0	16,8	15,9	15,7	15,8	13,4	12,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/88 (1983/88). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria dos empregados. (2) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados. (3) Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, índices estes necessários para a avaliação da magnitude da ocupação informal.

Tabela 3

Distribuição do pessoal ocupado por posição na ocupação,
na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1981-88

	(%)							
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Empregadores	3,5	3,5	3,9	3,9	3,9	3,9	4,1	4,3
Empregados	77,8	78,6	76,2	77,4	76,3	76,3	76,2	76,8
Com carteira (1)	80,0	79,4	78,3	76,0	76,8	76,8	75,9	76,4
Sem carteira ...								
A (2)	20,0	20,6	21,7	24,0	23,2	23,2	24,1	23,6
B (3)	15,5	16,4	16,5	18,6	17,7	17,7	18,4	18,2
Conta própria	17,2	16,5	18,3	17,2	18,5	18,5	18,5	17,4
Não remunerados ..	1,5	1,4	1,6	1,5	1,3	1,3	1,2	1,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/88 (1983/88). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria dos empregados. (2) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados. (3) Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, índices estes necessários para a avaliação da magnitude da ocupação informal.

Levando em conta pequenas alterações percentuais, tem-se que, em relação ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, no período 1981-88, houve um pequeno acréscimo de ocupação nas categorias de **empregadores e empregados** e uma redução pouco significativa na participação de trabalhadores **não remunerados** no total do pessoal ocupado. Quanto à categoria dos **empregados**, enquanto para o País se manteve, ao longo do tempo, a mesma proporção entre empregados **com carteira assinada** (58,7%) e **sem carteira assinada** (41,3%), no Estado o pequeno acréscimo na participação relativa dessa categoria como um todo, na década, privilegiou o assalariamento sem vínculo empregatício. Ou seja, a categoria dos **empregados sem carteira assinada** passou a constituir cerca de um terço do total dos empregados no Estado. No entanto, mesmo somando esse aumento ao acréscimo da participação dos trabalhadores **por conta própria**, não houve um aumento relativo da ocupação informal no Rio Grande do Sul, para o que contribuiu a profunda redução da participação relativa dos trabalhadores **não remunerados** no total do pessoal ocupado.

Em termos da Região Metropolitana de Porto Alegre, pequenos acréscimos percentuais ocorreram, na década de 80, nas categorias de **empregadores, empregados sem carteira assinada** e trabalhadores **por conta própria**.

Duas observações devem ser feitas quanto ao significado dessa relativa estabilidade observada na evolução das participações percentuais das categorias de ocupação, ao longo da década de 80. A primeira diz respeito à perspectiva que se coloca de continuidade dessa evolução, tendo em vista a ausência de variações significativas na composição do pessoal ocupado, nestes últimos anos. Em segundo lugar, deve-se destacar a gravidade de que se reverte essa estabilidade na distribuição do pessoal ocupado nas diversas posições de ocupação, tendo em vista as altas participações daquelas categorias características de uma situação não formalizada de emprego.

De fato, ainda que variem as proporções de ocupados em relações formais e informais de trabalho, nas três instâncias investigadas — Brasil, Rio Grande do Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre —, em todas elas é bastante significativa a ocupação informal, como demonstra a Tabela 4.

Como é possível constatar, os maiores índices de ocupação informal verificam-se no Brasil e no Rio Grande do Sul, embora apresentem uma tendência decrescente no período. De qualquer forma, tanto no País como no Estado, a informalidade atinge mais de 50% do pessoal ocupado. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, esse percentual não ultrapassa os 40%, ainda que venha apresentando um crescimento contínuo ao longo da década.

Tabela 4

Participação da ocupação informal na população ocupada, no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1981-88

	(%)							
LOCAIS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Brasil	59,5	60,6	62,3	61,7	60,3	58,4	58,1	57,9
Rio Grande do Sul...	57,9	56,4	58,3	58,1	58,3	58,4	56,4	55,4
Região Metropolitana de Porto Alegre ..	34,2	34,3	36,4	37,3	37,5	37,5	38,1	37,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/88 (1983/88). Rio de Janeiro, IBGE.

NOTA: As percentagens relativas à ocupação informal foram calculadas a partir do somatório das participações percentuais das categorias de trabalhadores **por conta própria**, empregados **sem carteira assinada** e trabalhadores **não remunerados**.

É possível fazer um paralelo entre esses dados de ocupação informal e os ciclos de conjuntura da economia brasileira na década de 80. Isto é, observa-se, no período de agravamento da crise econômica (1981-83), uma elevação gradual nos índices de ocupação informal e, na fase de recuperação da economia (1984-87), uma sensível diminuição desses indicadores. Isso vem a comprovar o fato de que, em épocas de crise, com a conseqüente diminuição dos postos de trabalho formal, os trabalhadores são obrigados a buscar formas alternativas de subsistência, as quais constituem boa parte do setor informal do País. A recíproca também é verdadeira: quando a economia se expande, aumenta a demanda de trabalho no mercado formal, que passa a ser atendida pelos trabalhadores antes ocupados em atividades informais precárias.

Embora, no caso do Rio Grande do Sul, não se possa visualizar com tanta nitidez a influência das mudanças econômicas conjunturais na magnitude da ocupação informal, em relação à Região Metropolitana de Porto Alegre, pode-se afirmar que a evolução contínua de seus índices ao longo da década parece indicar uma certa superposição dos problemas estruturais sobre a questão conjuntural. Ou seja, dada a tendência de concentração, nas áreas urbanas, particularmente nas regiões metropolitanas do País, de grande parte do êxodo rural, a expansão crescente da informalidade na Região Metropolitana de Porto Alegre revela a falta de oportunidades de emprego no mercado formal para esse amplo contingente de trabalhadores. A eles resta, como alternativa de sobrevivência, a ocupação no setor informal.

Para efeito de comparação entre a situação ocupacional atual do Brasil, a do Rio Grande do Sul e a da Região Metropolitana de Porto Alegre, apresenta-se, na Tabela 5, a distribuição do pessoal ocupado, por **posição na ocupação**, especificamente para o ano de 1988.

Tabela 5

Distribuição do pessoal ocupado por posição na ocupação, no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1988

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL	REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
Empregadores	3,3	4,0	4,3
Empregados	66,1	58,1	76,8
Com carteira assinada (1)	58,7	69,7	76,4
Sem carteira assinada ...			
A (2)	41,3	30,3	23,6
B (3)	27,3	17,5	18,2
Conta própria	23,0	25,3	17,4
Não remunerados	7,6	12,6	1,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1988 (1988). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria dos **empregados**. (2) Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos **empregados**. (3) Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, índices estes necessários para a avaliação da magnitude da ocupação informal.

Em relação à categoria dos **empregadores**, observa-se que sua participação — em torno de 3,0 a 4,0% do pessoal ocupado — é semelhante no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Já a categoria dos **empregados** apresenta uma participação relativa bastante superior na Região Metropolitana de Porto Alegre, registrando também uma proporção inferior de trabalhadores **sem carteira assinada** relativamente ao País e ao Estado. Há que se notar, no entanto, que, embora tais índices revelem um privilegiamento da ocupação formal na Região Metropolitana, a tendência, ao longo do tempo, vem apontando no sentido inverso, à medida que vêm sofrendo acréscimos relativos à categoria dos trabalhadores **sem carteira assinada** e a dos trabalhadores **por conta própria**.

Quanto aos trabalhadores **por conta própria**, em 1988, eles representam um quarto do pessoal ocupado no Rio Grande do Sul, índice este um pouco superior aos apresentados pelo Brasil e pela Região Metropolitana de Porto Alegre. Deve-se ressaltar, ainda, a alta proporção dos ocupados **sem remuneração** no Estado (12,6), ao contrário de sua participação relativa no Brasil (7,6) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (1,5).

Através do exame da distribuição do pessoal ocupado, por posição na ocupação, segundo os ramos de atividade, é possível avaliar em quais desses ramos predomina a ocupação informal.

Tabela 6

Participação da ocupação informal na população ocupada, por ramos de atividade, no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1988

RAMOS DE ATIVIDADE	(%)		
	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL	REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
Agrícola	58,2	80,1	48,3
Indústria de transformação .	7,6	7,2	4,9
Indústria da construção	29,6	37,1	29,3
Outras atividades industriais	9,5	18,1	-
Comércio de mercadorias	34,5	30,1	26,9
Prestação de serviços	36,8	39,7	36,0
Serviços auxiliares da atividade econômica	29,5	35,9	33,8
Transporte e comunicação ..	24,8	24,8	14,1
Social	6,6	9,4	9,8
Administração Pública	0,1	-	-
Outras Atividades	14,3	23,1	21,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1988 (1988). Rio de Janeiro, IBGE.

NOTA: Nos índices de ocupação informal, não se incluem os empregados sem carteira assinada, pois os dados da PNAD não discriminam essa categoria segundo os ramos de atividade, portanto, os percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores não remunerados no total do pessoal ocupado em cada ramo de atividade.

Tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre, os índices mais elevados de ocupação informal foram encontrados nas atividades agrícolas, na indústria da construção, no comércio de mercadorias e na prestação de serviços auxiliares da atividade econômica.

Em todos esses ramos de atividade, tais participações percentuais giram em torno de 30%, sendo a categoria dos trabalhadores **por conta própria** a responsável pela magnitude desses índices.

A exceção é o caso da atividade agrícola, cujos elevados índices de ocupação informal apresentados no Brasil (58,2) e no Rio Grande do Sul (80,1) são devidos não só ao trabalho **por conta própria**, mas também à elevada participação do trabalho não remunerado. No caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, a ocupação informal agrícola (48,3) resulta particularmente da magnitude do trabalho **por conta própria** no ramo, tal como ocorre nas demais atividades citadas.

Conclusões

Das razões para a existência de grande parte das atividades informais no País, a principal é a necessidade de buscar formas de sobrevivência em uma economia como a nossa, onde o mercado de trabalho formal, por motivos vários, é crescentemente insuficiente. Por outro lado, o indivíduo, mesmo estando empregado formalmente, é obrigado a complementar sua renda mensal, que, em geral, é composta de múltiplas receitas paralelas. Uma situação muito comum a qualquer trabalhador brasileiro de baixa renda é acumular, junto com o emprego registrado, um emprego clandestino em outro horário, a prestação ocasional de algum tipo de serviço e, nas horas "vagas", fazer serviços em sua própria casa. Como esse seu esforço sobre-humano para sobreviver ainda é insuficiente, faz-se cada vez mais necessária a contribuição dos demais membros da família no orçamento doméstico. As mulheres e, inclusive, as crianças são, então, obrigadas a ingressar no mercado de trabalho e, via de regra, no informal.

A forte excludência embutida no modelo brasileiro de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que explica a crescente escassez de empregos no mercado formal de trabalho, aponta a única saída possível ao trabalhador de baixa renda, ou seja, a sua inserção no setor informal da economia. Em geral, como essa inserção se dá em ocupações instáveis, precariamente organizadas e mal remuneradas, não é difícil explicar o

ingresso de um contingente crescente de trabalhadores na informalidade senão por se tratar do último recurso de ocupação possível.

Assim, em muitas situações, a saída possível ao trabalhador brasileiro é o setor informal, principalmente em épocas de agravamento da crise econômica, quando o volume de empregos disponíveis desacelera seu crescimento ou mesmo decresce, e os indivíduos têm que buscar "empregos alternativos".

Mas não se deve confundir saída possível com saída desejável. Como a maior parte do setor informal no Brasil é ainda composta de trabalhadores de baixa renda em busca de sua subsistência, o emprego formalizado, mesmo implicando salários insuficientes, condições de trabalho insatisfatórias, assistência médica precária, etc., é a única saída "correta" no nosso sistema econômico. Se vivemos sob o domínio do sistema capitalista, onde se pressupõem a predominância de relações assalariadas e, através delas, a distribuição da riqueza produzida, a alternativa a ser apontada ao trabalhador deve ser sempre a de lutar pela sua inserção nesse sistema e, então, pela melhoria de suas condições de trabalho e de salários.

Enfim, encarar o setor informal como uma "opção criativa e lucrativa", eximindo o Estado e o empresariado de sua "responsabilidade" na reprodução da força de trabalho, é, no mínimo, uma demagogia de mau gosto, ainda mais em um país onde a informalização da economia e a miséria vêm caminhando historicamente juntas, como dimensões complementares de um mesmo fenômeno, qual seja, o modelo social altamente excludente que segue o nosso desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, isto é, enquanto um fenômeno de manifestação da miséria brasileira, e não uma "opção criativa" de trabalho, a "solução" do setor informal passa necessariamente pela "solução" do próprio subdesenvolvimento do País. Pensar em política de apoio para o setor exige, então, repensar estratégias mais globais, estas, sim, capazes de definir novos rumos para o desenvolvimento brasileiro. Isto porque apenas propor a mera eliminação do setor informal ou sua "formalização" imediata é um objetivo irrealista, a menos que se reverta a tendência excludente e concentradora de renda do modelo brasileiro.

Mesmo enfatizando o caráter paliativo de eventuais políticas específicas para o setor, na ausência de uma definição política mais ampla para a erradicação da pobreza no País, tais medidas são urgentemente necessárias. Como uma profunda desigualdade social perpassa a questão do informal, não é possível permanecer na expectativa de ações

de longo prazo que venham a alterar esse cenário. Atenuar suas limitações, evitar a discriminação, erradicar os mecanismos de repressão e eliminar os entraves burocráticos e fiscais que obstaculizam o funcionamento do setor informal são algumas iniciativas de caráter mais geral, com possibilidade de implementação mais imediata, tanto a nível do País como do Estado do Rio Grande do Sul.

Isso não significa optar pela informalização como uma alternativa de ocupação para os trabalhadores de baixa renda. Mas significa, isto sim, enfrentar, em um curto prazo, uma realidade carente de quaisquer políticas de apoio.

Na verdade, a saída para o problema da informalização da economia passa sempre pelo dinamismo que se logre imprimir ao mercado formal de trabalho, cujo crescimento deveria pressupor, além da ampliação de sua capacidade em gerar empregos, a existência de salários e condições de trabalho condizentes com o atendimento das necessidades básicas da população. Isto porque o sucesso de qualquer tentativa de melhorar a situação dos trabalhadores do setor informal depende de seu próprio esvaziamento enquanto reduto da miséria e da marginalização da imensa força de trabalho brasileira nele ocupada.

Bibliografia

- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de (1984). Algumas questões em torno da produção não capitalista urbana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4(2):25-37.
- (1985). Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 6(1):155-68.
- (1989). Políticas para o setor informal: omissão ou utopia? *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, 17(3):93-7.
- (1985). **A produção não capitalista**: uma discussão teórica. Porto Alegre, FEE. (Teses, 10).
- (1981). A produção não tipicamente capitalista: diversas abordagens. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1(2):233-74.
- (1989a). Setor Informal: alguns mitos. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, 17(2):130-33.

- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago et alli (1983). Indicadores de emprego e desemprego: uma avaliação das fontes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):11-50.
- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de, org. (1985). **O emprego no Rio Grande do Sul**: RAIS, PNDA e PME. Porto Alegre, FEE.
- CARVALHO, Inaiá & SOUZA, Guaraci (1980). A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci & FARIA, Vilmar, org. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis, Vozes.
- FELIX, Cleber et alli (s.d.). **Emprego, subemprego e desemprego**. /s.n.t./ (mimeo).
- HOFFMANN, Helga (1977). **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo, Ática.
- JATOBÁ, Jorge (1981). **Desenvolvimento regional e emprego**: o mercado de trabalho. Brasília / s. ed. / (Trabalho apresentado no Encontro sobre Emprego e Desemprego no Nordeste: avaliação e proposição) (mimeo).
- JELIN, Elisabeth (1974). Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Brasiliense, (9):51-77, jul./set.
- KOWARICK, Lúcio (1977). **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Francisco de (1972). A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2):7-82, out.
- OLIVEN, Ruben (1980). **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, Vozes.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1987: Regiões Metropolitanas (1988). Rio de Janeiro; IBGE.
- PRANDI, José Reginaldo (1978). **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo.

SILVA, L. A. Machado (1971). **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Rio de Janeiro, UFRJ.

SOUZA, Paulo Renato (1981). Emprego e renda na pequena produção urbana no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP/IPE, 11(1):57-82, jan./mar.

— (1980). **Emprego, salário e pobreza**. São Paulo, HUCITEC.

PLANO GERAL DA OBRA

TOMO 1

A CRISE DOS ANOS 80 E O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

A PROBLEMÁTICA REGIONAL E URBANA

TOMO 2

ASPECTOS SETORIAIS DO DESENVOLVIMENTO DO RIOGRANDE DO SUL

A Evolução da Agropecuária

A Questão Industrial

Os Novos Rumos do Setor Financeiro

Finanças e Gestão na Administração Pública

TOMO 3

A CRISE E OS AJUSTES NAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO

AS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS E PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA